

RELATÓRIO ANUAL 2023

O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Entenda nossos principais processos, produtos e serviços

COMO GERAMOS VALOR

Conheça os resultados que geramos para a sociedade

DESEMPENHO

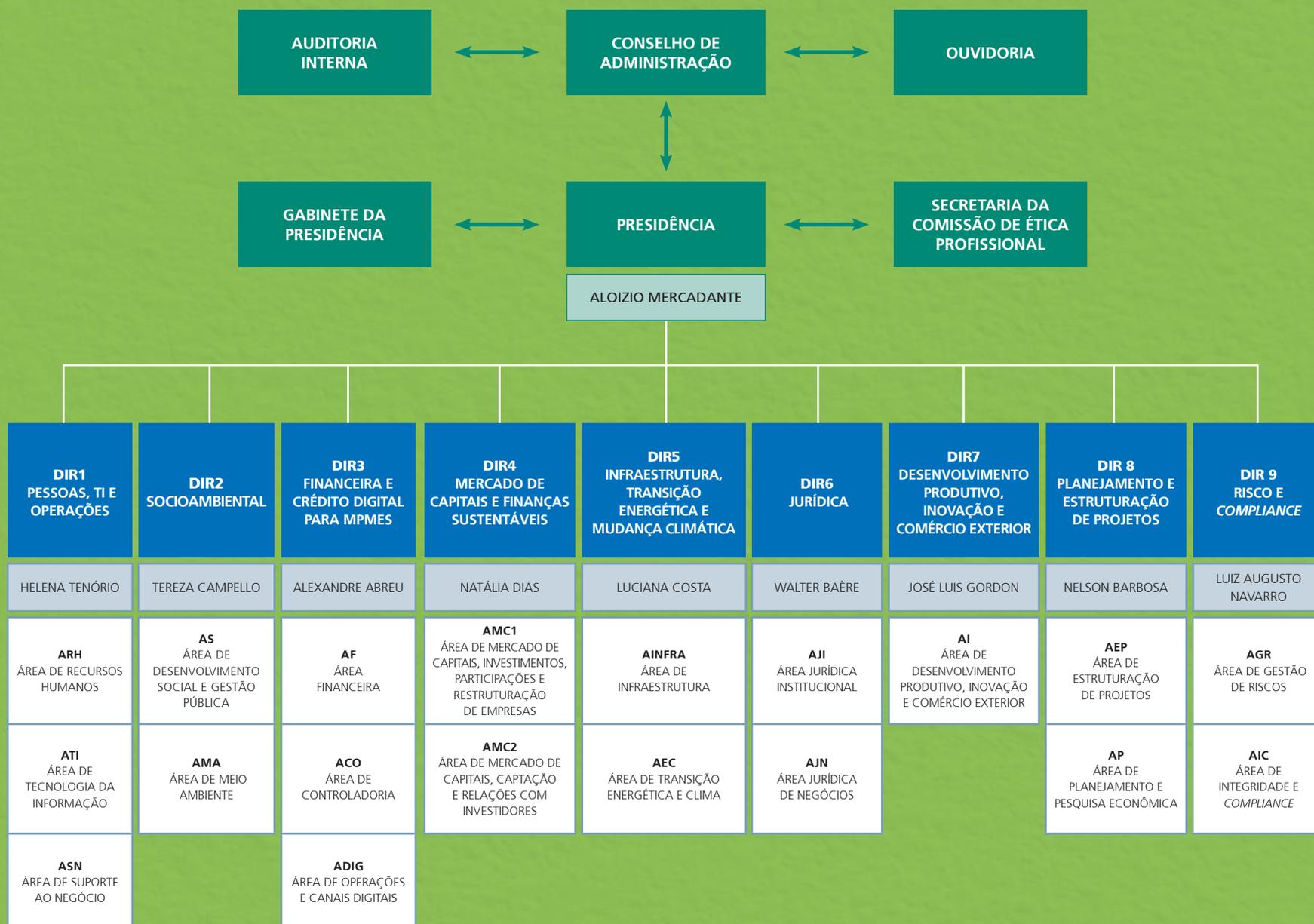
Foram R\$ 114,4 bilhões desembolsados em 223.141 operações com 151.184 clientes

VISÃO DE FUTURO

Saiba quais são nossos desafios e propostas para os próximos anos

ORGANOGRAMA 2023

(31.12.2023)



RELATÓRIO ANUAL 2023



SUMÁRIO

- 5** MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 6** MENSAGEM DO PRESIDENTE
- 8** COMO GERAMOS VALOR?
- 11** SOBRE ESTE RELATÓRIO
- 15** O BRASIL E O MUNDO EM 2023
- 17** O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL
- 22** NOSSA ESTRATÉGIA
- 32** O QUE FAZEMOS?
- 40** IMPACTO DA NOSSA ATUAÇÃO
- 50** DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

- 62** DESEMPENHO OPERACIONAL
- 65** DESEMPENHO POR TEMA ESTRATÉGICO
- 102** GOVERNANÇA
- 114** ÉTICA E *COMPLIANCE*
- 120** TRANSPARÊNCIA
- 124** GESTÃO DE RISCOS
- 129** NOSSOS RELACIONAMENTOS
- 143** NOSSA EQUIPE
- 156** DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO
- 158** SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI
- 162** RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO [GRI 2-22]

O BNDES voltou a ser um agente fundamental para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do nosso país, comprometido com a reconstrução do presente e com as agendas portadoras de futuro cujo propósito é melhorar a vida de gerações.

O Banco tem retomado um papel mais ativo no apoio e na indução de algumas das principais políticas do Governo Federal, como o Novo PAC, o Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica. Promover uma infraestrutura mais resiliente, uma neointustrialização mais inovadora e uma defesa socioambiental mais inclusiva têm sido marcas relevantes deste novo período.

Para isso, é fundamental preservar as fontes de recursos tradicionais do BNDES, como o FAT, mas também é necessário buscar fontes alternativas de *funding*, como recursos advindos de fundos públicos, de captações internacionais e da possibilidade de emissão de instrumentos incentivados de renda fixa de mercado, como as Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

O compromisso com uma nova industrialização da economia brasileira, como setor que gera maior valor agregado, mais inovação e mais tecnologia, é um dos pontos de destaque da estratégia do BNDES. É preciso trabalhar em sintonia com uma política industrial moderna, que viabilize soluções verdes, criativas, inclusivas, inovadoras e digitais, e que gere oportunidades para as empresas brasileiras globalmente.

Em um momento de agravamento da crise climática, a agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas é fundamental.

O BNDES busca não só minimizar os impactos de sua atuação e dos investimentos que financia, mas tem se empenhado em ser um agente de mudança na restauração de biomas, na preservação da biodiversidade, na adaptação climática e na promoção de

práticas empresariais mais sustentáveis, que reduzam emissões, sempre levando em consideração uma transição justa, que passa pela geração de emprego e renda e pelo respeito à diversidade.

Gerido pelo BNDES, o Fundo Amazônia teve sua governança reestabelecida em 2023, retomou a análise de propostas, lançou duas chamadas públicas e recebeu novas doações. Já o Fundo Clima teve seu *funding* incrementado, tendo mais de R\$ 10 bilhões previstos para 2024, maior volume de recursos da história do fundo desde sua criação, em 2009.

Na infraestrutura, a transição verde, energética e ecológica é um destaque. Segundo a Bloomberg, o BNDES é o banco no mundo que mais financiou energia limpa e renovável na história. O uso de fontes de energia renováveis e a busca por novas rotas tecnológicas fazem parte da estratégia da instituição, assim como o acesso da população a serviços de qualidade, com redução de desigualdades.

Já no setor de agropecuária, o BNDES promove a produção de biocombustíveis e de alimentos, apoiando técnicas de agropecuária de baixo carbono e de precisão, e incentivando a inclusão social e produtiva por meio da agricultura familiar. O monitoramento de indícios de desmatamento em imóveis rurais que são objeto de operações de crédito, por meio da ferramenta MapBiomas, possibilita verificar de forma mais acurada os impactos territoriais das operações, suspendendo a liberação de recursos para aquelas que sejam consideradas irregulares.

Em relação ao apoio a micro, pequenas e médias empresas (MPME), o BNDES procura ampliar o acesso ao crédito e a desconcentração bancária, tendo tido nos últimos anos um forte crescimento da parceria com bancos cooperativos e cooperativas de

crédito. O Banco tem condições diferenciadas para este público e trabalha também por meio de garantias, para facilitar a obtenção de crédito por esse segmento.

As empresas exercem um papel transformador importante para a sociedade e, se imbuídas de uma visão pública de bem comum, podem contribuir para um Brasil mais justo e menos desigual. Temos atuado em parceria e complemento com o setor privado para desenvolver o país.

O BNDES, pela sua própria natureza, pode apoiar, não só financeiramente, mas socialmente e ambientalmente, uma mudança positiva para a realidade brasileira. Para isso, é preciso começar por dentro, tendo uma cultura forte e inclusiva, que valorize a diversidade em todos os seus aspectos e que promova a transparência em todas as dimensões.

Os esforços de transparência do Banco vêm sendo reconhecidos pelos órgãos de controle. Pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) verificou que os portais públicos do BNDES são os mais transparentes entre as estatais brasileiras analisadas. Além disso, o Banco alcançou o primeiro lugar no *ranking* da CGU que avalia o grau de transparência ativa dos órgãos públicos.

Este relatório, cuja integridade das informações asseguramos, é um importante instrumento de transparência e prestação de contas. Ele traz um amplo panorama da atuação do BNDES em 2023 e de sua estratégia para os próximos anos. Representa, portanto, um compromisso sobre o que se espera para o futuro: uma instituição que alie um volume maior de operações com a efetividade de sua atuação, estando sempre atenta a temas relevantes para a economia e para a sociedade brasileira.

MENSAGEM DO PRESIDENTE [GRI 2-22]

CONSULTAS:

R\$ **270,8** bilhões

↑ **88%**

APROVAÇÕES:

R\$ **218,5** bilhões

↑ **44%**

DESEMBOLSOS:

R\$ **114,4** bilhões

↑ **17%**

O ano de 2023 marca o início da reconstrução do BNDES como banco público orientado para o crescimento e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

Os resultados são inequívocos se comparados a 2022: as consultas cresceram 88%, totalizando R\$ 270,8 bilhões; as aprovações foram ampliadas em 44%, atingindo R\$ 218,5 bilhões; os desembolsos aumentaram 17%, alcançando R\$ 114,4 bilhões, o equivalente a 1,1% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Vale destacar que mais de 80% dos desembolsos foram realizados sem subsídios, a taxas de mercado.

O ambiente doméstico de melhora nos indicadores macroeconômicos de crescimento e de expectativas positivas em 2023 fizeram o BNDES ser mais demandado, e o reencontro do Banco com sua vocação histórica nos permitiu ofertar mais créditos para alavancar o desempenho econômico do país.

O lucro líquido aumentou para R\$ 21,9 bilhões, e a inadimplência se mantém como a mais baixa da história, em 0,01%. O Índice de Basileia do BNDES fechou o ano em 31,5%, muito acima dos 10,5% exigidos pelo Banco Central do Brasil (BCB). Já a carteira de crédito expandida alcançou R\$ 515 bilhões, o maior valor dos últimos cinco anos.

O BNDES voltou a dar suporte para o novo ciclo de investimentos: o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) assegurou o total de R\$ 44 bilhões, mais que o dobro de 2022. E o BNDES também contribuiu para aliviar as condições adversas por que passou o mercado de capitais, tendo subscrito 26% das emissões de debêntures incentivadas em 2023.

As aprovações de crédito aumentaram em todos os setores, com destaque para infraestrutura, com R\$ 78,5 bilhões (crescimento de 23%); agropecuária, com R\$ 42,5 bilhões (alta de 53%); e indústria, com R\$ 31,7 bilhões (alta de 41%).

Essa expansão se apresenta com empresas de diversos portes: as operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)

atingiram R\$ 107 bilhões, aumento de 53% em relação a 2022. Já as operações de apoio ao cooperativismo alcançaram R\$ 23,8 bilhões, elevação de 63% comparada a 2022. A diversificação nos perfis dos clientes contribuiu tanto para a geração de emprego quanto para a redução da concentração do mercado de crédito no Brasil.

O BNDES voltou a estar presente em todo o país, fortalecendo o pacto federativo e o desenvolvimento territorial e regional. Financiamos R\$ 25,3 bilhões para estados e municípios. Por meio do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), em 2023, demos início a um programa de conectividade que levará banda larga para escolas públicas, favelas e áreas rurais.

O Banco também intensificou sua presença internacional, por meio de captações externas que totalizaram US\$ 3,2 bilhões contratados em 2023 (aproximadamente R\$ 15,5 bilhões), em parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o China Development Bank (CDB), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o New Development Bank (NDB) e o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW).

Em todas essas frentes, o BNDES atuou não apenas como provedor de crédito, mas também como instrumento de apoio e formulação de políticas públicas centrais para o atual governo. Isso ocorreu na construção do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Nova Indústria Brasil, do Plano de Transformação Ecológica e na ampliação do Plano Safra. O Banco ainda criou novos instrumentos de fomento à agricultura, para enfrentar o desmatamento e promover a sustentabilidade.

Dessa forma, o BNDES reafirmou seu papel e seu compromisso com a neointustrialização brasileira, com a recomposição da infraestrutura do país e com uma economia verde orientada para a transformação ecológica, a transição energética e o desenvolvimento sustentável.

APROVAÇÕES:

Infraestrutura 

R\$ **78,5** bilhões

↑ **23%**

Agropecuária 

R\$ **42,5** bilhões

↑ **53%**

Indústria 

R\$ **31,7** bilhões

↑ **41%**

Foram R\$ 5,3 bilhões em aprovações para inovação e R\$ 13,5 bilhões para exportações, ao que se soma a retomada do Fundo Amazônia, com aprovações e chamadas alcançando o recorde de R\$ 1,3 bilhão.

Realizamos a reformulação do novo Fundo Clima, em parceria com o Ministério da Fazenda, que garantiu captações de R\$ 10,4 bilhões, com taxas de juros mais adequadas para enfrentar e mitigar as emergências climáticas e promover a urbanização sustentável, a indústria verde, a infraestrutura logística resiliente, a transição energética e a proteção de florestas.

Demos o primeiro passo na construção do Arco da Restauração da Amazônia, uma iniciativa que conjuga países, empresas e governos para a restauração da maior floresta tropical do mundo. A etapa inicial prevê restaurar 6 milhões de hectares até 2030, e o BNDES começou com investimentos de R\$ 1 bilhão. Por meio de programas como Floresta Viva, Sertão Vivo e BNDES Corais, reafirmamos nossa atuação na preservação dos mais variados biomas brasileiros.

Em 2023, foi criada a Comissão de Assuntos Estratégicos do BNDES. Resgatando sua tradição histórica de promoção do debate nacional, o Banco organizou, em parceria com instituições governamentais e não governamentais, seminários de grande porte. As discussões se centraram em torno de temas como desenvolvimento ambiental sustentável e transição energética; empoderamento negro; neointustrialização; saúde; defesa e segurança nacional; a relação entre direito e desenvolvimento; e impactos da inteligência artificial no Brasil. Os eventos contaram com palestrantes de grande renome, incluindo Joseph Stiglitz, vencedor do Prêmio Nobel, ministros de Estado, autoridades de governo e de organismos internacionais, CEOs de empresas nacionais, representantes da sociedade civil, pesquisadores acadêmicos, juristas e militares.

Em 2023, o BNDES foi reconhecido como a instituição pública federal mais transparente do país, em pesquisa realizada pela

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, e, no ranking elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU), como uma das instituições públicas de desenvolvimento do mundo com maior variedade de métodos para monitorar e avaliar a efetividade de sua própria atuação.

Fruto de trabalho e aprendizado coletivo, este Relatório apresenta os principais resultados alcançados pelo Banco em 2023 e aponta como estamos reformulando a estratégia para os próximos anos, buscando gerar valor para a sociedade brasileira em curto, médio e longo prazo. A publicação segue os princípios do relato integrado, como exigido para prestação de contas para o Tribunal de Contas da União (TCU), e busca apresentar os principais impactos econômicos, sociais e ambientais do BNDES, com base no modelo da Global Reporting Initiative (GRI). Asseguramos, assim, a integridade deste relato e convidamos os leitores a conhecer mais sobre nossa visão nas próximas páginas.

Depois de onze anos sem renovar e ampliar seu corpo funcional, o BNDES realizará em breve um novo concurso público, incorporando carreiras portadoras de futuro relacionadas a ciência de dados e cibersegurança, e, a fim de promover inclusão e diversidade, o Banco irá reservar 30% dessas vagas para candidatos(as) negros(as) e pelo menos 10% para pessoas com deficiência (PCD).

O BNDES está comprometido com a promoção de um ambiente de trabalho plural. Nesse sentido, realizamos iniciativas de enfrentamento ao racismo, de promoção da equidade de gêneros e de valorização da diversidade.

Os resultados deste Relatório Anual de 2023 reafirmam o propósito de construção de um BNDES verde, inclusivo, transparente, industrializante, tecnológico, digital e inovador. É um Banco capaz de atender a parceiros de todos os portes, em todos os setores e em todas as regiões do país; um Banco comprometido com a reconstrução do presente e com a transformação do futuro do Brasil.

Aloizio Mercadante
PRESIDENTE DO BNDES

Aloizio Mercadante Oliva é graduado em economia pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em ciência econômica e doutorado em teoria econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor licenciado de economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e aposentado da Unicamp. Foi deputado federal por dois mandatos (1991-1995 e 1999-2003) e senador de 2003 a 2011, exercendo diversas funções no Senado Federal. Foi ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (2011-2012), ministro da Educação (2012-2014), ministro-chefe da Casa Civil (2014-2015) e, novamente, ministro da Educação (2015-2016). Ao assumir o BNDES, deixou a presidência da Fundação Perseu Abramo.

COMO GERAMOS VALOR?

CAPTAMOS

TENDO COMO

INSUMOS

FINANCEIROS

R\$ **23,3** bilhões
de recursos do FAT

R\$ **8,8** bilhões
de entradas originadas da
carteira de renda variável

R\$ **6** bilhões
de captações internas
e externas

R\$ **122,2** bilhões
de retorno das
operações de crédito

HUMANOS

2.430
empregados

85%
de nível universitário

INTELCTUAIS

831
empregados com
participação em
treinamentos externos de
curta duração e programas
de certificação

61
novas participações de
empregados em cursos
de pós-graduação

SOCIAIS E RELACIONAIS

+ de **4,7** milhões
de visitas a nosso
site no ano

+ de **500**
proposições legislativas
acompanhadas

4.506
demandas recebidas
e tratadas pela
Ouvidoria

37
filiações a entidades brasileiras
e estrangeiras de diferentes
áreas estratégicas e setores
da economia

cerca de **82** mil
atendimentos realizados
por nossa Central

IDENTIDADE INSTITUCIONAL [GRI 2-6]



PROPÓSITO

Melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental



MISSÃO

Retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro



VISÃO

Ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico



VALORES

Ética, espírito público, compromisso com o desenvolvimento e excelência



PRINCÍPIOS

Agilidade, comprometimento, cooperação, diversidade, efetividade, equidade, inovação e transparência

TEMAS ESTRATÉGICOS DE NEGÓCIO [GRI 2-6]



INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL



DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO



COMÉRCIO EXTERIOR



SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA



AMBIENTAL E CLIMA



MPMES E COOPERATIVISMO



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Conforme indicado, algumas entregas já foram realizadas, enquanto outras refletem a consolidação dos resultados previstos por projetos aprovados em 2023.

GERANDO

RESULTADOS E IMPACTOS

PARTES INTERESSADAS [GRI 2-6]

| | |
|---|--------------------------------------|
|  | ACADEMIA |
|  | AGENTES FINANCEIROS |
|  | CLIENTES |
|  | FORNECEDORES |
|  | GOVERNO |
|  | IMPrensa |
|  | INVESTIDORES |
|  | ÓRGÃOS DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO |
|  | PÚBLICO INTERNO |
|  | SOCIEDADE |
|  | INSTITUIÇÕES PARCEIRAS |

PRODUTOS E SERVIÇOS [GRI 2-6]

| | |
|---|-------------------------------------|
|  | CRÉDITO E FINANCIAMENTOS (p. 33) |
|  | APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL (p. 36) |
|  | GARANTIAS (p. 37) |
|  | SERVIÇOS (p. 37) |
|  | PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS (p. 38) |
|  | PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (p. 38) |

FINANCEIROS

R\$ 114,4 bilhões
em desembolsos, equivalentes a 1,1% do PIB

R\$ 21,9 bilhões
de lucro líquido, sendo **R\$ 11,9 bilhões** de lucro líquido recorrente

R\$ 5,8 bilhões
em tributos

R\$ 9,1 bilhões
de resultado com participações societárias

MANUFATURADOS [GRI 203-1] [GRI 203-2]

1,9 GW
de aumento previsto de capacidade de geração de energia renovável

27 mil m²
de área prevista de laboratórios e centros de P&D

152 km
de expansão prevista de rede ferroviária

17 km
de vias de BRT com previsão de implantação

INTELLECTUAIS

2,7 milhões
de *downloads* na biblioteca digital do BNDES

+ de 30 publicações
lançadas para disseminação de conhecimento e transparência

SOCIAIS E RELACIONAIS [GRI 203-1] [GRI 203-2]

91,5 mil
microempreendedores a serem beneficiados em operações de microcrédito

67 mil
agricultores familiares apoiados

19 mil
indígenas apoiados em projetos de produção sustentável

13 mil
mulheres apoiadas em projetos de produção sustentável

1,271 milhão
de empregos relacionados durante a fase de implementação dos investimentos fixos apoiados

2.546 unidades
escolas conectadas à rede de internet de banda larga

NATURAIS

14,8 mil
hectares com vegetação nativa recuperada

111 toneladas/dia
de ampliação prevista de capacidade de tratamento e de destinação de resíduos sólidos

384 toneladas/dia
de ampliação prevista de capacidade de processamento de resíduos industriais

387 mil m²
de ampliação prevista de área verde implantada ou recuperada

45,9 megalitros
de água consumidos em nossos escritórios

12,4 GWh
de energia consumida em nossos escritórios

71,88 toneladas/ano
de resíduos sólidos urbanos gerados em nosso escritório do Rio de Janeiro

■ Impacto positivo ■ Impacto negativo

2023: UM ANO DE PREMIAÇÕES



Em 2023, recebemos uma série de reconhecimentos nacionais e internacionais pelo ineditismo, relevância e esforço de nossa atuação. Confira a seguir os principais deles.

ESTATAL MAIS TRANSPARENTE SEGUNDO MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pelo TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT) verificou que os portais públicos do BNDES são considerados os mais transparentes entre as estatais brasileiras analisadas, atingindo a classificação mais alta. Lideramos também o *ranking* dos órgãos públicos federais, alcançando a *classificação diamante*, com índice de transparência de 96,81%. O índice de transparência dos portais públicos brasileiros é, em média, de 57,92%, considerado “intermediário”.

[Saiba mais na seção Transparência](#)

FINANCIAMENTO DO ANO À INFRAESTRUTURA NO “PROJECT & INFRASTRUCTURE FINANCE AWARDS 2023”

Nosso financiamento ao projeto da Linha 6 do metrô de São Paulo – considerado o maior empreendimento de mobilidade urbana da América Latina, com previsão de atendimento a 650 mil passageiros/dia – foi reconhecido com o prêmio de “Financiamento do ano à infraestrutura” no Project & Infrastructure Finance Awards 2023, organizado pela revista LatinFinance. Vencemos ainda em outras duas categorias da mesma premiação: a operação com a Ecovias do Araguaia foi reconhecida na categoria “Financiamento do ano em moeda local” e a operação de financiamento da Usina termelétrica a gás GNA II foi reconhecida como o “Financiamento do ano a energia”.

PRÊMIO IDEIA ABBC 2023

Vencemos a 6ª edição do Prêmio IDEIA ABBC 2023, com o projeto Monitoramento de Alertas de Desmatamento no Crédito Rural, desenvolvido em parceria com a [MapBiomias](#). Realizado pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o prêmio reconhece as iniciativas que buscam transformar o mercado financeiro nacional.

[Saiba mais na seção Desempenho por tema estratégico > Agropecuária](#)

VACINA DA DENGUE DESENVOLVIDA COM APOIO DO BNDES GANHA PRÊMIO PÉTER MURANYI

O projeto de vacina tetravalente contra a dengue desenvolvido pelo Butantan com apoio do BNDES venceu a edição 2023 do Prêmio Péter Murányi. A vacina, que está na fase final dos testes em humanos, tem potencial para proteger contra os quatro vírus da dengue com uma única dose e tem eficácia de 79,6%.

BNDESPAR CONTEMPLADA EM PRÊMIO ESTADÃO EMPRESAS MAIS

A BNDESPAR, nosso braço de participações acionárias, foi anunciada como uma das vencedoras do prêmio Estadão Empresas Mais. A iniciativa apresenta uma radiografia financeira das empresas no país, com base na análise das demonstrações contábeis publicadas e destaca as 100 corporações que mais influenciam seus segmentos de mercado.

GRAU DE TRANSPARÊNCIA PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO (CGU)

Lideramos, a partir de novembro de 2023, o *ranking* da CGU que avalia o grau de transparência das instituições estatais, alcançado o máximo de pontuação em transparência ativa. Obter o reconhecimento significa que divulgamos na internet todas as informações exigidas nos 49 critérios analisados. A avaliação considerou dados como receitas e despesas, informações institucionais, ações e programas, licitações e contratos, auditorias, empregados públicos, obras públicas e dados abertos.

PRÊMIO INTEGRAÇÃO GRI INFRA AWARDS 2023

Tivemos dois projetos reconhecidos na categoria “Integração” do GRI Infra Awards, premiação dos setores de infraestrutura e energia no Brasil, exclusiva para membros do GRI Club, que avalia projetos, programas, ações e iniciativas que se destacaram pela excelência, inovação e impacto social e ambiental positivo no país. O projeto de concessão do Bloco 3 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul conquistou a segunda posição, enquanto a emissão de debênture da concessionária dos Aeroportos da Amazônia, em parceria com o BNP Paribas, ficou com a terceira posição da categoria.

PRÊMIO BONDS, LOANS & ESG CAPITAL MARKETS LATAM & CARIBE POR COORDENAÇÃO DE OFERTA DE DEBÊNTURES

A Operação [Águas do Rio](#) foi reconhecida como “Deal of the year em reais” no prêmio. A emissão da Águas do Rio é a maior oferta de debênture de infraestrutura da história do mercado brasileiro, com R\$ 5,5 bilhões. A oferta foi coordenada pelo BNDES em conjunto com outras instituições, contribuindo para o sucesso da colocação das debêntures por meio da prestação de garantia firme.

[Saiba mais na seção Desempenho por tema estratégico > Mercado de capitais](#)

PRÊMIOS E RECONHECIMENTO DA ÁREA JURÍDICA

Em 2023, recebemos a Certificação AB2L DEPJUR de Jurídico 4.0 pelo segundo ano consecutivo. Fomos reconhecidos, ainda, em duas categorias do Future Law Awards 2023: Visual Law Awards e Legal Operations Brazil Awards. Além disso, três práticas do BNDES foram premiadas no 7º Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos, promovido pela Intelijur: (i) Gestão do Conhecimento Jurídico; (ii) Segurança Jurídica com Foco no Cliente; e (iii) Estruturação de um “Jurídico Data Driven”.

SOBRE ESTE RELATÓRIO



Todos os resultados e informações apresentados neste relatório englobam as três empresas que compõem o Sistema BNDES, exceto quando especificado de outra forma.

[GRI 2-2]

Uma vez que esse padrão é exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a prestação de contas anual da instituição, este relatório é também o relatório de gestão do BNDES. Informamos que o documento está de acordo com a estrutura do relato integrado e não apresenta omissão de informações obrigatórias.



Acesse este e outros contratos firmados pelo BNDES em www.bndes.gov.br/contratos

Nosso relatório anual abrange todo o Sistema BNDES: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME). **[GRI 2-2]** O período reportado vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Também foram incluídos acontecimentos relevantes ocorridos entre esse período e a aprovação do relatório pelo Conselho de Administração (CA), em 24 de maio de 2024. **[GRI 2-3] [GRI 2-14]**

A Lei das Estatais requer a adoção de pelo menos um dos dois modelos abaixo, ambos seguidos pelo BNDES.

- **Relato integrado**, da Value Reporting Foundation: busca mostrar como geramos ou pretendemos gerar valor em curto, médio e longo prazo para nossos diferentes públicos de interesse.
- **Relatório de sustentabilidade**: escolhemos relatar com base no padrão da Global Reporting Initiative (GRI), um dos mais utilizados no mundo, respondendo indicadores de sustentabilidade que buscam dar transparência a nosso impacto ambiental, social e econômico. Os indicadores podem ser identificados ao longo de cada capítulo e no sumário de conteúdo da GRI no fim do documento.

A KPMG Auditores Independentes foi contratada por meio de licitação para realizar a asseguuração externa deste relatório. O processo contemplou a apresentação de evidências das informações relatadas pelo BNDES para uma amostra selecionada de indicadores GRI, além de entrevistas com os responsáveis por seu reporte, o que envolveu equipes de diferentes áreas do Banco. A consultoria avaliou também a aderência do relatório ao modelo do relato integrado. A minuta do relatório de asseguuração foi submetida ao conhecimento do CA com a versão do relatório encaminhada para aprovação. O relatório de asseguuração limitada assinado pela KPMG, com uma descrição das normas e dos procedimentos utilizados, está inserido ao fim desta publicação. **[GRI 2-5]**

Assim como no último relatório, indicamos ainda, nas seções relacionadas a nosso desempenho, como nossa atuação se relaciona com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, no Sumário GRI, apresentamos a relação entre os indicadores respondidos, os dez princípios do Pacto Global e os 17 ODS.

Para informações mais aprofundadas sobre temas específicos, acesse www.bndes.gov.br/publicacoes e consulte também:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações financeiras do Sistema [BNDES](#);
- Relatório de Efetividade;
- Relatório de Gerenciamento de Riscos;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;
- Relatório de Análise do Desempenho Estratégico;
- Relatório de Atividades do Fundo Amazônia;
- Relatório Anual de Impacto das Operações de Crédito no Combate às Desigualdades;
- Seção “Transparência e prestação de contas” em nosso [site](#);
- Seção “Desenvolvimento sustentável” em nosso [site](#);
- Painel ODS em nosso [site](#);
- Painel NDC em nosso [site](#);
- Portal BNDES Relações com Investidores.

Este relatório, em português e inglês, e um *hotsite* com seus principais destaques estão disponíveis em www.bndes.gov.br/ra2023.

CONTATO

Para mais informações sobre este documento e seu conteúdo, envie *e-mail* para relatorioanual@bndes.gov.br. **[GRI 2-3]**

Caso tenha interesse em se tornar assinante, acesse a opção “Pedido de publicações” em: www.bndes.gov.br/bibliotecadigital.

Como consequência de arredondamentos, a soma dos números nos gráficos pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais dos gráficos pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo deste relatório.

Por fim, reformulações de informações, quando ocorridas, serão mencionadas no texto, assim como seu motivo e efeito. **[GRI 2-4]**



Acesse em <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

MATERIALIDADE [GRI 3-1]

Uma revisão da materialidade foi realizada para este relatório em razão da mudança na gestão do Banco ocorrida no início de 2023, que ocasionou alterações nos direcionamentos e na estratégia do BNDES, impactando a geração de valor da instituição em curto, médio e longo prazos.

Para definir os temas materiais para o ano de 2023, adotamos as seguintes medidas:

DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE

FASE 1

SELEÇÃO AMPLA DE TEMAS

escuta indireta

O que o BNDES considerou material ao longo de 2023?

Avaliação dos temas considerados mais relevantes para nossa estratégia corporativa 2024-2028, definida em processo participativo, considerando os direcionamentos da alta administração do Banco e uma escuta ativa das áreas de negócio e de suporte ao negócio.

 Saiba mais na seção Nossa estratégia

O que nossos públicos quiseram saber em 2023?

Levantamento dos assuntos mais demandados ou comentados nas redes sociais, na comunicação com imprensa, órgãos de controle, Governo e investidores, na Ouvidoria, no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na Central de Atendimento de modo a verificar quais foram os temas de maior interesse dos *stakeholders* em 2023.

SELEÇÃO DE 19 TEMAS

FASE 2

SELEÇÃO DE TEMAS

escuta direta

Questionário para públicos de interesse

Pesquisa *on-line* quantitativa com diferentes públicos de interesse, como cidadãos, clientes, investidores, fornecedores, entidades de classe, Governo, público interno, terceiro setor, órgãos de controle e de fiscalização, academia, entre outros. A consulta foi enviada por *e-mail* e divulgada em nossas redes sociais e intranet. O respondente deveria escolher até cinco temas entre os 19 selecionados na fase anterior. A mesma pesquisa foi encaminhada ao CA.

FASE 3

DEFINIÇÃO DOS TEMAS MATERIAIS

Consolidação do resultado

Recebemos, no total, 689 respostas na pesquisa com o público geral. Para termos representatividade dos diferentes públicos, identificamos os cinco temas mais votados por cada um e, posteriormente, selecionamos os que apareceram com maior frequência entre esses cinco. A lista dos temas escolhidos pelos diferentes públicos foi cruzada com a lista dos temas mais indicados pelo CA, cuja pesquisa teve resposta de 9 dos 11 conselheiros.

Foram inicialmente selecionados os três temas que se repetiram no topo dos dois *rankings*: economia verde e mudanças climáticas, apoio a MPMEs e agronegócio. Neoliberalização, segundo lugar no *ranking* do CA, e inovação, terceiro lugar no *ranking* dos públicos, também foram incluídos como temas materiais. Como são correlatos, optou-se por juntá-los em um tema único. Por último, foi incluído o tema infraestrutura – por sua importância estratégica para o Banco e por ter ficado bem-posicionado no *ranking* dos públicos. Estruturação de projetos, que aparece empatado em quarto lugar no *ranking* dos públicos, é tema relacionado a infraestrutura e será abordado em conjunto.

RANKING CA

| | |
|---|---|
| 1 | Economia verde e mudanças climáticas |
| 2 | Neoliberalização |
| 3 | Agronegócio Apoio a micro, pequenas e médias empresas (MPME) |
| 4 | Efetividade <i>Funding</i> Fundo Amazônia |
| 5 | Estruturação de projetos Inovação |
| 6 | Exportação Gestão de riscos Infraestrutura |

RANKING PÚBLICOS

| | |
|---|--|
| 1 | Economia verde e mudanças climáticas |
| 2 | Apoio a MPMEs |
| 3 | Inovação |
| 4 | Agronegócio Infraestrutura Estruturação de projetos |
| 5 | Produtos e soluções |
| 6 | Atuação com entes públicos Neoliberalização |
| 7 | Desempenho financeiro e operacional Transparência |
| 8 | Efetividade Exportação <i>Funding</i> Fundo Amazônia Mercado de capitais |

FASE 4

APRECIÇÃO DOS TEMAS PELA DIRETORIA [GRI 2-14]

Os cinco temas selecionados foram levados, em março de 2024, a apreciação da Diretoria, que concordou com a pauta, solicitando a ampliação do tema de agronegócio para agropecuária, de modo a incluir também agricultura familiar, e reforçando a necessidade de incluir cooperativismo em conjunto com MPMEs e de destacar transição energética ao tratar de infraestrutura.

MATRIZ DE MATERIALIDADE [GRI 3-2]

Com isso, apresentamos a seguir nossa matriz de materialidade, com temas que afetam nossa capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo e que provocam impacto econômico, social ou ambiental relevante.

Destacamos cada tema ao longo do relatório, explicando por que ele é material, seus limites e sua forma de gestão no BNDES.

| TEMA | LIMITES | CAPITAIS | ODS | CAPÍTULOS | PÚBLICOS PRINCIPAIS |
|--|---|---|--------------------------|---|--|
| AGROPECUÁRIA GRI: [3-3] [203-2] | Agropecuária sustentável, financiamentos e ações no setor, agricultura familiar, agronegócio. | » Manufaturado » Natural | 2, 6, 12, 13, 15, 17 | » Desempenho por tema estratégico » Impacto da nossa atuação | » Clientes » Agentes financeiros » Fornecedores » Governo |
| APOIO A MPMEs E COOPERATIVISMO GRI: [3-3] [203-2] | Ampliação do acesso a crédito; desconcentração bancária; atuação de agentes financeiros; participação nas operações e nos desembolsos totais. | » Social e de relacionamento | 1, 8, 10 | » Nossa estratégia » Impacto da nossa atuação » Desempenho por tema estratégico » Nossos relacionamentos | » Clientes » Governo » Agentes financeiros |
| ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS GRI: [3-3] [305-1] [305-2] [305-3] [305-4] | Mudanças climáticas, transição energética, descarbonização, biodiversidade, meio ambiente. | » Natural » Social e de relacionamento | 7, 12, 13, 14, 15, 17 | » Nossa estratégia » Impacto da nossa atuação » Desempenho por tema estratégico » Nossos relacionamentos | » Sociedade » Governo » Investidores |
| INFRAESTRUTURA GRI: [3-3] [203-1] | Participação em políticas públicas, crédito e financiamento para o setor, principais projetos, transição energética. | » Manufaturado | 6, 7, 8, 9, 11, 13 | » Nossa estratégia » Impacto da nossa atuação » Desempenho por tema estratégico | » Sociedade » Governo » Instituições parceiras » Investidores |
| NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E INOVAÇÃO GRI: [3-3] [203-2] | Nova política industrial, participação em políticas públicas, atuação do BNDES, crédito e financiamento, principais projetos. | » Manufaturado | 8, 9, 13, 17 | » Nossa estratégia » Impacto de nossa atuação » Desempenho por tema estratégico | » Instituições parceiras » Academia » Clientes |

O BRASIL E O MUNDO EM 2023



Instabilidades políticas, incertezas econômicas e mudanças climáticas marcaram o ano, que contou com decisões domésticas relevantes para as contas públicas, o desenvolvimento setorial do país e nosso posicionamento frente aos desafios e oportunidades da transição global para uma economia verde.

O cenário internacional em 2023 seguiu marcado por instabilidade e incerteza, em tendência observada desde o início da década. A continuação da guerra na Ucrânia e a eclosão do conflito entre Israel e Hamas se somaram ao processo de aperto monetário nas principais economias do mundo e às dificuldades enfrentadas pela China e pela Alemanha na manutenção de seu dinamismo. As projeções de crescimento para 2024, com desaceleração nas maiores economias, refletem a dificuldade de manutenção do ritmo de atividade.

A persistência de índices elevados de inflação ao longo do primeiro semestre de 2023 levou à continuidade no aumento dos juros básicos nos EUA e em todo o mundo. Durante o segundo semestre do ano, contudo, o recuo da inflação foi notável. A elevação nos juros em todo o mundo ajudou a conter o ímpeto dos preços, com consequente desaceleração da atividade econômica. Ainda assim, a inflação seguiu em patamares acima das metas estabelecidas pelos principais bancos centrais.

No âmbito doméstico, a atividade econômica voltou a surpreender positivamente ao longo de 2023, com crescimento de 2,9%, contra 3,0% em 2022, evidenciando a resiliência da atividade econômica no Brasil no período pós-pandemia. No início do ano, a mediana das expectativas de mercado para o crescimento do produto interno bruto (PIB) era de apenas 0,8%. Apesar da manutenção da taxa básica de juros (Selic) em níveis ainda elevados, a resiliência do mercado de trabalho, o aumento nas transferências do governo por meio de programas sociais, o forte desempenho do setor agropecuário e das exportações contribuíram para surpresas positivas na economia.

Outro destaque do ano foi o comércio externo. O saldo comercial ficou próximo de US\$ 100 bilhões, 60% acima do ano anterior e recorde histórico.

Diversas medidas relacionadas ao futuro das contas públicas foram discutidas e/ou implementadas em 2023. A mais importante foi a implementação do Regime Fiscal Sustentável, Novo Arcabouço Fiscal, que foi bem recebido pelo mercado e ajudou a ancorar expectativas sobre a trajetória futura da dívida pública. Outra medida relevante foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária, depois de muitos anos de debates, que traz enormes oportunidades para o país, por meio da simplificação, desburocratização e maior eficiência para as empresas.

No âmbito setorial, tivemos anúncios de algumas medidas importantes como a aprovação da utilização da Taxa Referencial (TR) para inovação e digitalização, com operacionalização no BNDES a partir de setembro. Também foi anunciado, em agosto, o Novo PAC, programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. São previstos investimentos de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026.

Na COP-28, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, realizada em dezembro nos Emirados Árabes Unidos, a urgência das questões climáticas foi reafirmada, com destaque para previsão, pela primeira vez, de redução gradual da utilização dos combustíveis fósseis. O acordo também prevê triplicar a capacidade de energia renovável em nível mundial e duplicar a taxa média anual global de melhorias na eficiência energética até 2030. O BNDES celebrou, durante a COP-28, memorandos de entendimento com instituições financeiras internacionais que podem resultar em até R\$ 6,5 bilhões em novos investimentos verdes no Brasil.

O Brasil conta com características que possibilitam enfrentar e contornar os desafios atuais, tendo grande relevância para o sucesso da transição global para a economia verde e do combate às mudanças climáticas. O país pode se beneficiar a médio prazo da maior procura por ativos sustentáveis no mundo, com forte potencial para atração de investimentos externos diretos. Existe um grande espaço para ganho de mercados mediante promoção da economia verde e de elementos contributivos para a transição energética, com crescente valorização da observância de marcos de sustentabilidade ambiental e direitos trabalhistas.



**O BANCO DO
DESENVOLVIMENTO
DO BRASIL**

O QUE É UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO?

Os primeiros bancos de desenvolvimento (BD) surgiram na Europa em meados do século XIX, mas a maior parte das instituições atuais foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em razão dos esforços de reconstrução dos países ou de industrialização de nações em desenvolvimento. Desde então, houve períodos de crescimento e retração dessas instituições.



Acesse em: <https://doi.org/10.1016/j.ceqi.2021.10.001>

A maior e mais completa base de dados sobre BDs, construída pela Universidade de Beijing em colaboração com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), identificou 528 instituições financeiras de desenvolvimento no mundo (em janeiro de 2023). Além do Brasil, diversos países (desenvolvidos e em desenvolvimento) mantêm instituições de desenvolvimento fortes, como Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, Japão, França e Rússia.

Essas entidades vêm cumprindo papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de países e regiões onde atuam, em cenários tanto de estabilidade quanto de crise. Além de seu papel no apoio a investimentos estratégicos no longo prazo, elas cumprem uma função anticíclica importante em momentos de instabilidade do mercado de crédito, atenuando a queda da oferta de recursos privados e possibilitando uma recuperação econômica mais rápida. Isso se mostrou fundamental, nos últimos anos, para mitigar os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19.

Os BDs diferem em uma série de aspectos: estrutura de capital; *funding*; variedade de setores apoiados; porte dos clientes; modelos de financiamento; condições de crédito; regulação e supervisão; e governança corporativa. Além disso, costumam conjugar diferentes instrumentos de apoio, como

crédito, garantias, seguros, participação acionária, fundos não reembolsáveis e elaboração de projetos.

Embora cada instituição tenha sua forma de atuar, todas auxiliam a implementação de políticas públicas, complementam as ofertas de crédito do sistema financeiro privado e contribuem para que os setores privado e público assumam riscos e desafios em investimentos estratégicos de longo prazo. Em geral, contam também com alguma forma de apoio do governo – isenção de impostos, garantias da União, acesso a fundos constitucionais e parafiscais ou subsídios – para implementação de políticas públicas.

Apesar da importância da *performance* financeira para a manutenção das atividades, os BDs não têm o lucro como medida principal de seus resultados. A maximização do bem-estar social e o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável são os objetivos primordiais dessas instituições.

Nos últimos anos, a estratégia de longo prazo dos BDs tem priorizado a transição para um modelo econômico inclusivo, compatível com as mudanças climáticas e redutor de desigualdades de renda. Esse foco foi consolidado pelo lançamento da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, com a definição dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que passaram a orientar investimentos na “nova economia”.

QUEM SOMOS? [GRI 2-1]

Somos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e

investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Operamos desde 1952 e somos um dos maiores BDs do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.



Saiba mais na seção
O que fazemos?

Nossa atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participação e títulos; além de produção de conhecimento. Disponibilizamos produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações. **[GRI 2-6]**

Avaliamos o apoio a cada projeto com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.



Saiba mais na seção
Governança

Nossa governança é composta por regras e padrões de gestão criteriosos e envolve o relacionamento entre instâncias internas, como Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (Cofis) e demais comitês; e externas, como Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ONDE ESTAMOS?

[GRI 2-1] [GRI 2-6]

Atuamos em todo o território nacional. Temos quatro unidades operacionais: a sede, em Brasília (DF); o escritório central no Rio de Janeiro (RJ) – o Edifício de Serviços Juvenal Osório Gomes (Edserj), onde mais de 94% de nossos empregados

estão alocados; e duas representações, em São Paulo (SP) e no Recife (PE).

Para facilitar o acesso de nossos clientes, principalmente das MPMEs, a nossas linhas de financiamento e produtos de garantia, atuamos também de forma indireta, isto é, por meio de parceiros que ofertam nossos produtos. Temos cerca de oitenta agentes financeiros credenciados, entre bancos comerciais privados e públicos, bancos de cooperativa, cooperativas de crédito, banco de montadora, bancos de desenvolvimento regionais e agências de fomento.



Saiba mais na seção
O que fazemos?

ESCRITÓRIOS EFICIENTES

Em janeiro de 2023, o Edserj, principal escritório do BNDES, recebeu o Certificado LEED EB O+M Nível Ouro (*Leadership in Energy and Environmental Design* para operação e manutenção de edificações). Destacaram-se nesse ciclo de verificação, os deslocamentos de baixo impacto ambiental dos usuários, a gestão de áreas externas, o consumo de água, materiais e recursos naturais, a eficiência energética e a qualidade dos ambientes internos do edifício.

SÉRIE COMPARATIVA

Em 2023, houve redução de consumo de energia e água nas unidades operacionais do Banco, em comparação com 2022. Embora tenha ocorrido aumento na ocupação média do Edserj em relação ao ano anterior – decorrente da mudança da central de atendimento ao cliente (CAC), de localização externa para a sobreloja do Edserj, e da estabilização do modelo de trabalho híbrido adotado após a pandemia –, o aumento esperado no consumo de energia e água foi compensado pelo melhor desempenho do sistema de

ar-condicionado, maior consumidor desses recursos do edifício.

Consumo de energia [GRI 302-1]

Toda a energia elétrica consumida no Edserj – que representa mais de 97% do consumo total do Banco – é adquirida no mercado privado de energia elétrica e lastreada em fonte de geração incentivada – pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Foram adquiridos certificados de energia renovável (IREC) correspondentes à totalidade do consumo do edifício em 2023. O consumo de fontes não renováveis das unidades operacionais consiste principalmente em óleo *diesel* para alimentação dos geradores de emergência e gasolina para abastecimento dos veículos que atendem às unidades do Banco.

O consumo total de energia das regionais de Brasília, São Paulo e Recife está englobado nos valores divulgados.

Consumo de água [GRI 303-5]

O consumo de água do Edserj representa aproximadamente 99% da água consumida nas unidades do BNDES. A água potável consumida no edifício é proveniente de distribuidora que atende o Rio de Janeiro e é utilizada para os sistemas de condicionamento de ar, irrigação, instalações hidrossanitárias e purificadores. Considerando o volume dos reservatórios que compõem a bacia do rio Paraíba do Sul no ano hidrológico de 2022-2023 e o [boletim mensal](#) de acompanhamento do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul referente a dezembro de 2023 da Agência Nacional de Águas (ANA), considera-se que não há consumo em área sob estresse hídrico.

O consumo de água dos escritórios regionais, representa menos de 1% do consumo total de água do BNDES.



Accesse https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/paraiba-do-sul/boletins/mensal/pbsul-mensal-dez_2023.pdf

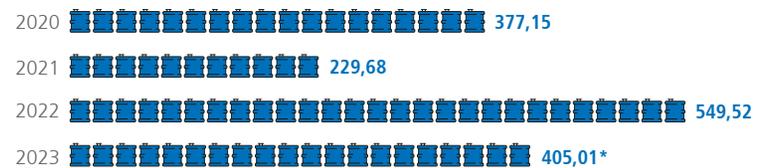
[GRI 302-4]

CONSUMO DE ENERGIA (MWH)



Redução de 5,18% em relação ao consumo de 2022, motivada principalmente pela redução do consumo de energia do sistema de ar-condicionado do Edserj, apesar do aumento da média de usuários do edifício.

CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (gigajoules)



* Sendo 361,17 em não renováveis (*diesel*) e 43,84 em renováveis (*biodiesel*), considerando percentual médio de 11,5% de *biodiesel* ao longo de 2023 (Resolução CNPE 3/2023).

Redução de 26,30% em relação ao consumo de 2022, decorrente do menor número de atipicidades que resultaram na elevação expressiva ocorrida no ano anterior.

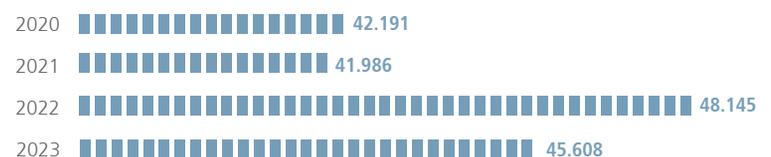
CONSUMO DE OUTROS COMBUSTÍVEIS 2023 (gigajoules)



* Sendo 249,24 em não renováveis (gasolina pura) e 63,93 em renováveis (etanol anidro), considerando o percentual de 27% de etanol.

O GLP é utilizado em empilhadeiras para movimentação de material no Edserj e o consumo de gasolina/etanol diz respeito ao abastecimento de frota própria do BNDES em todas suas unidades.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (gigajoules)



Considera o consumo total de combustíveis (GLP, *diesel* e gasolina) e de energia elétrica. Para a conversão das unidades de medida de *diesel*, *biodiesel*, GLP, gasolina e etanol anidro foi utilizado como referência o Balanço Energético Nacional 2023 (EPE/MME).

TAXA DE INTENSIDADE ENERGÉTICA [GRI 302-3]



Redução de 4,20% em relação a 2022.

Consumo total de eletricidade (MWh)/empregado*/ano.

* Considera ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Não inclui estagiários, cuja jornada é inferior à jornada padrão dos empregados do BNDES.

Não temos registro hoje sobre sua forma de distribuição e uso, apenas dados de consumo anual, contabilizados junto com os do Edserj nos gráficos.

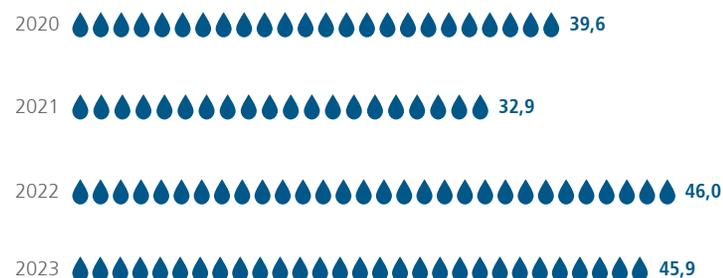
Resíduos

[GRI 306-3] [GRI 306-4] [GRI 306-5]

O condomínio do Edserj realiza monitoramento e controle de todo o resíduo produzido no edifício, que é compatível com a natureza da atividade exercida no local e com sua manutenção (papéis, plásticos, sucatas de ferro, orgânicos, eletroeletrônicos etc.). Aqueles passíveis de reciclagem ou reutilização são segregados e destinados a cooperativas de catadores ou a empresas especializadas, conforme o caso. Os demais são encaminhados a aterros.

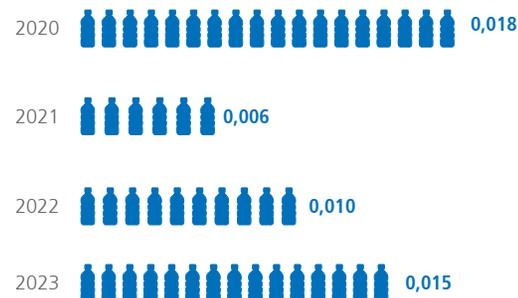
Apesar de os condomínios dos escritórios regionais não monitorarem seus resíduos, entende-se que o volume é muito baixo em comparação ao do Edserj, o que permite considerar os mesmos dados por aproximação.

CONSUMO DE ÁGUA (megalitros)



Valor praticamente estável (redução de 0,3%) em relação ao consumo de 2023. Houve aumento do consumo de água nas instalações hidrossanitárias do Edserj devido ao aumento da média de usuários no edifício, compensado pela redução de consumo do sistema de ar-condicionado.

CONSUMO DE ÁGUA MINERAL ADQUIRIDA EM RECIPIENTES PLÁSTICOS PELO EDSERJ (megalitros)



↑ Aumento de 50% em relação ao consumo de 2022, decorrente do incremento da média de ocupação do edifício a partir de março de 2022. Não há contabilização do consumo das regionais.

PESO TOTAL DE RESÍDUOS (TONELADAS) DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO (2023)*

| | | | |
|--------------|-----------------------------|-------|---|
| Aterro | Resíduo sólido urbano (RSU) | 71,88 | Descarte realizado por empresa contratada. |
| | Entulho | 45,10 | Descarte realizado por empresa contratada. |
| Recuperação* | Reciclagem e reutilização | 46,45 | Descarte por meio de cooperativas e/ou empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos, que requerem tratamento especializado para reciclagem e eventual reutilização. Inclui pilhas, baterias, películas com prata e eletrônicos. |
| | Compostagem | 23,24 | Basicamente resíduos de jardinagem: descarte por meio de empresa especializada ou doação para projeto educacional, em ambos os casos para compostagem. |
| Perigosos* | | 0,12 | Basicamente resíduos do ambulatório: descarte por meio de empresa especializada que faz a autoclavagem (descontaminação) e posterior encaminhamento a aterro. |

*A apresentação dos dados sofreu pequenas alterações em relação a 2022 para garantir maior adequação ao GRI.



NOSSA ESTRATÉGIA

Em conformidade com o art. 23 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), atualizamos anualmente nossa estratégia de longo prazo, com base em uma análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos, e definimos nosso plano de negócios para o exercício seguinte.

A estratégia de longo prazo, a análise de riscos e oportunidades, o plano de negócios e as conexões com políticas públicas são documentos aprovados pelo Conselho de Administração (CA). **[GRI 2-12]** As informações sobre o desempenho da estratégia são apreciadas periodicamente pelo Comitê Gerencial, pela Diretoria e pelo CA.

Em 2023, após mudança da administração, fizemos uma revisão de nossa estratégia de longo prazo e do Plano de Negócios 2023, aprovada pelo CA em maio. Nova revisão foi realizada de forma estruturada durante o ano, e, em dezembro, o CA aprovou a Estratégia Corporativa de Longo Prazo do Sistema BNDES considerando os próximos cinco anos (Estratégia 2024-2028).

ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

O mapeamento das políticas públicas e diretrizes governamentais relacionadas à atuação do BNDES é realizado ao longo do processo de revisão da estratégia de longo prazo. O objetivo dessa ação é promover o alinhamento da estratégia a tais políticas e diretrizes, buscando potencializar seus resultados. O documento “Conexões e contribuições para políticas públicas” apresenta o resultado desse mapeamento para a Estratégia 2024-2028. Ao todo, foram identificadas 31 políticas e diretrizes governamentais e feitas suas vinculações a nossa estratégia para o período de 2024 a 2028. As políticas e diretrizes foram segmentadas em dois grupos:

- Políticas norteadoras, que se destacam por sua transversalidade, pela menção explícita ao Banco ou por sua contribuição direta para a estratégia e políticas associadas; e

- Políticas associadas, cuja contribuição para a estratégia, em geral, ocorre de maneira mais indireta, em virtude do alinhamento temático.

O documento ainda aponta indicadores que expressam nossas contribuições para as políticas públicas.

O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anual, aprovados no Congresso e sancionados pelo Presidente da República, são duas das políticas norteadoras que seguimos, sendo referências fundamentais para a formulação de nossa estratégia.

Buscamos contribuir com as discussões durante os ciclos de elaboração do PPA por meio de nossos especialistas setoriais e de assuntos econômicos, sociais e ambientais. Em 2023, representantes do BNDES participaram de uma série de oficinas temáticas de programas do plano, colaborando com o desenvolvimento do PPA 2024-2027.

A LDO de 2023 tem a preservação e a geração de empregos como diretrizes gerais para a aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento e, especificamente para o BNDES, inclui o “estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução de desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira”, o que é contemplado em nossa estratégia.

Ademais, as políticas norteadoras conectadas à estratégia do Banco incluem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Estratégico do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), além de novas políticas formuladas pelo Governo Federal no ano de 2023 – a Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e o Plano de Transformação Ecológica (PTE), que se conectam diretamente a nossa atuação de desenvolvimento sustentável.



Saiba mais na seção Governança



Acesse www.bndes.gov.br/conexoes-e-contribuicoes-para-politicas-publicas

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O mapeamento das ameaças e oportunidades é elemento fundamental de nosso planejamento estratégico e uma determinação da Lei das Estatais, sendo aprovado pelo CA. Em complemento à verificação dos fatores ambientais externos que impactam o Banco, gerando oportunidades e ameaças, também levantamos fatores ambientais internos, ou seja, nossas forças e fraquezas.

A identificação das ameaças visa prevenir o BNDES em relação a possíveis eventos, desafios e incertezas que possam dificultar o cumprimento da estratégia. A prospecção de possíveis oportunidades, por sua vez, visa potencializar nossa atuação.

No curso dos elementos para deliberação da Estratégia 2024-2028, para fins de priorização, foram avaliadas as probabilidades de ocorrência e impacto sobre a estratégia de cada ameaça ou oportunidade mapeada, categorizadas nos níveis alto, médio e baixo. Os fatores ambientais externos priorizados (ameaças ou oportunidades) foram aqueles que atenderam a qualquer um dos seguintes critérios (também expostos no quadro ao lado): (i) impacto alto, independentemente da probabilidade; e (ii) impacto médio e probabilidade média ou alta.

| | | Probabilidade | | |
|---------|-------|----------------|-------|------|
| | | Baixa | Média | Alta |
| Impacto | Baixo | Não priorizado | | |
| | Médio | Priorizado | | |
| | Alto | Priorizado | | |

Os fatores ambientais externos priorizados foram analisados e classificados em cinco diferentes dimensões: (i) política/legal; (ii) econômica; (iii) sociocultural; (iv) tecnológica; e (v) ambiental e climática.

O quadro abaixo apresenta exemplos de ameaças (A) e oportunidades (O) de alto e médio impactos.

Os fatores ambientais internos, por sua vez, foram classificados em quatro dimensões: financeira; física e de tecnologia da informação; humana; e organizacional. Cada um desses fatores foi qualificado como força ou fraqueza e avaliado em relação a seu impacto sobre nosso desempenho nos próximos cinco anos. Os graus de impacto foram categorizados nos níveis baixo, médio e alto, sendo que os avaliados como impacto médio ou alto foram definidos como prioridade.

| DIMENSÃO | DESCRIÇÃO | A/O | PROBABILIDADE | IMPACTO |
|-----------------------|---|-----|---------------|---------|
| Política/legal | Reestruturação do sistema público de apoio às exportações | O | Média | Alto |
| | Decisões judiciais, legislativas ou de órgãos de controle que afetam a atuação do BNDES | A | Média | Alto |
| Econômica | Direcionamento de investimentos a países com disponibilidade de energia limpa (<i>powershoring</i>) | O | Alta | Alto |
| | Inserção das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor | O | Média | Alto |
| | Aceleração do crescimento econômico brasileiro | O | Média | Médio |
| | Instabilidade da economia mundial ou em países-chave para o Brasil | A | Alta | Alto |
| Sociocultural | Aceleração da inflação | A | Média | Médio |
| | Valorização da diversidade sociocultural | O | Alta | Médio |
| | Aumento da desigualdade e da pobreza extrema | A | Média | Alto |
| Tecnológica | Mudanças estruturais no mercado de trabalho, com destaque para a informalidade | A | Média | Médio |
| | Efeitos das inteligências artificiais generativas (gen-AI) | O | Alta | Alto |
| Ambiental e climática | Transição para energias renováveis e descarbonização das indústrias e cadeias de valor | O | Alta | Alto |
| | Impacto socioeconômico das mudanças climáticas | A | Alta | Alto |

Por serem características inerentes ao BNDES, não é aplicável a avaliação de probabilidade de ocorrência.

As oportunidades e ameaças advindas do ambiente externo foram avaliadas considerando as forças e fraquezas identificadas no ambiente interno. Os fatores classificados como oportunidades e que apresentaram possibilidade de aproveitamento de forças internas foram candidatos naturais a se tornarem temas ou diretrizes estratégicas. O tratamento foi distinto nas situações em que a oportunidade mapeada não estava associada a forças internas: nesse caso, buscou-se identificar, entre as fraquezas, aquelas que poderiam ter maior impacto negativo na capacidade de aproveitamento das oportunidades identificadas. Outra situação na qual se fez uso das análises do ambiente externo e interno foi a identificação das forças que poderiam ser utilizadas para ajudar a superar as ameaças mapeadas. Esses diagnósticos foram úteis, sobretudo, na definição dos projetos corporativos e ações estratégicas requeridos para superar os eventuais gargalos internos no trajeto para o alcance dos objetivos estratégicos.

Em relação à Estratégia 2023, houve poucas mudanças nas ameaças e oportunidades. Foram mantidas, entre outras, ênfases nas oportunidades associadas à reestruturação do sistema público de apoio a exportações, à valorização da diversidade sociocultural, aos efeitos das inteligências artificiais generativas e à transição para energias renováveis.

Entre as alterações realizadas, a crise bancária sistêmica da economia mundial deixou de configurar-se explicitamente como ameaça priorizada na estratégia. No contexto doméstico, a melhora no desempenho econômico causou a retirada da ameaça “Inflação e juros permanecem elevados, com piora nas condições de crédito e de mercado”. Por outro lado, foi incluída a oportunidade de inserção das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor e explicitada a ameaça associada ao aumento da desigualdade e da pobreza extrema.

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

O processo de formulação da [Estratégia 2024-2028](#) contou com a escuta da alta administração (Diretoria e CA) e de especialistas das áreas de atuação do BNDES. Além disso, foram realizadas dinâmicas participativas, com formulário respondido por todas as áreas do Banco, para definição dos elementos da estratégia de longo prazo (temas, diretrizes, objetivos e indicadores estratégicos) e das iniciativas estratégicas. Houve ainda o envolvimento de todas as áreas no levantamento das ameaças e oportunidades.

Nossa estratégia de longo prazo é composta pelos seguintes elementos:

- Identidade institucional;
- Temas estratégicos;
- Diretrizes estratégicas;
- Objetivos estratégicos; e
- Modelos de negócios.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A identidade institucional é formada por propósito, visão, missão, valores e princípios. Em maio de 2023, a identidade institucional foi atualizada e aprovada pelo CA. **[GRI 2-12]** Não houve alteração na Estratégia 2024-2028, permanecendo a seguinte:



PROPÓSITO

Melhorar a vida de gerações, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental.



VISÃO

Ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico.



MISSÃO

Retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro.



VALORES

Compromisso com desenvolvimento, Espírito público, Ética, e Excelência.



PRINCÍPIOS

Agilidade, Comprometimento, Cooperação, Diversidade, Efetividade, Equidade, Inovação e Transparência.



Conheça a cartilha “Estratégia Corporativa do BNDES” em www.bndes.gov.br/planejamento-estrategico

TEMAS ESTRATÉGICOS

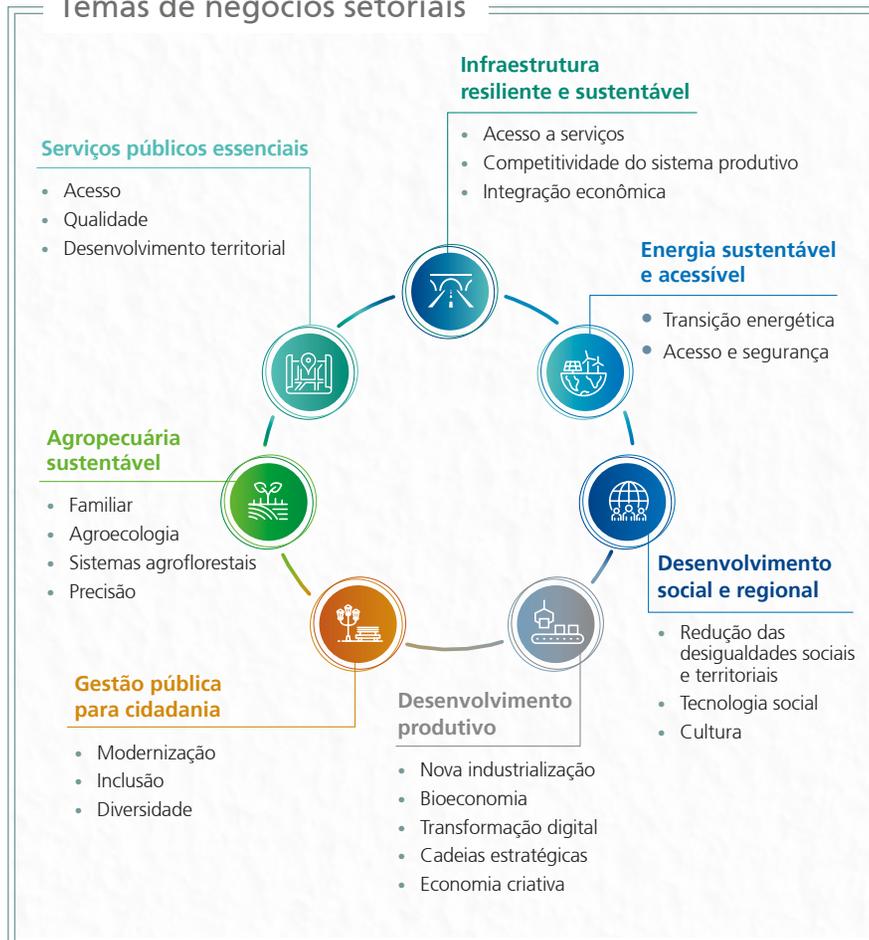
Nossa estratégia é resultado de um processo de planejamento que envolve reflexões sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro e o papel do Banco no estímulo a setores e temas relevantes para a economia do país. Nesse contexto, os temas estratégicos contemplam os tópicos priorizados na formulação da estratégia.

Usualmente, os temas estratégicos são categorizados em temas de negócios setoriais e transversais e temas de suporte ao negócio. Na Estratégia 2024-2028, passamos a adotar uma comunicação qualitativa dos temas estratégicos, destacando mensagens como “infraestrutura resiliente e sustentável” e “gestão pública para cidadania”, além de dar maior destaque aos temas transversais, tratados em uma figura específica.

Alguns destaques foram a inclusão dos temas “Agropecuária sustentável”, “Transição ecológica justa e descarbonização” e “Fomento ao mercado de capitais”. O tema “Sustentabilidade financeira” passou a ser considerado como de suporte ao negócio, e não mais como tema de negócios.

As figuras a seguir apresentam os 21 temas estratégicos contemplados na Estratégia 2024-2028 (sete temas de negócios setoriais, sete temas de negócios transversais e sete temas de suporte ao negócio), incluindo suas respectivas palavras-chave.

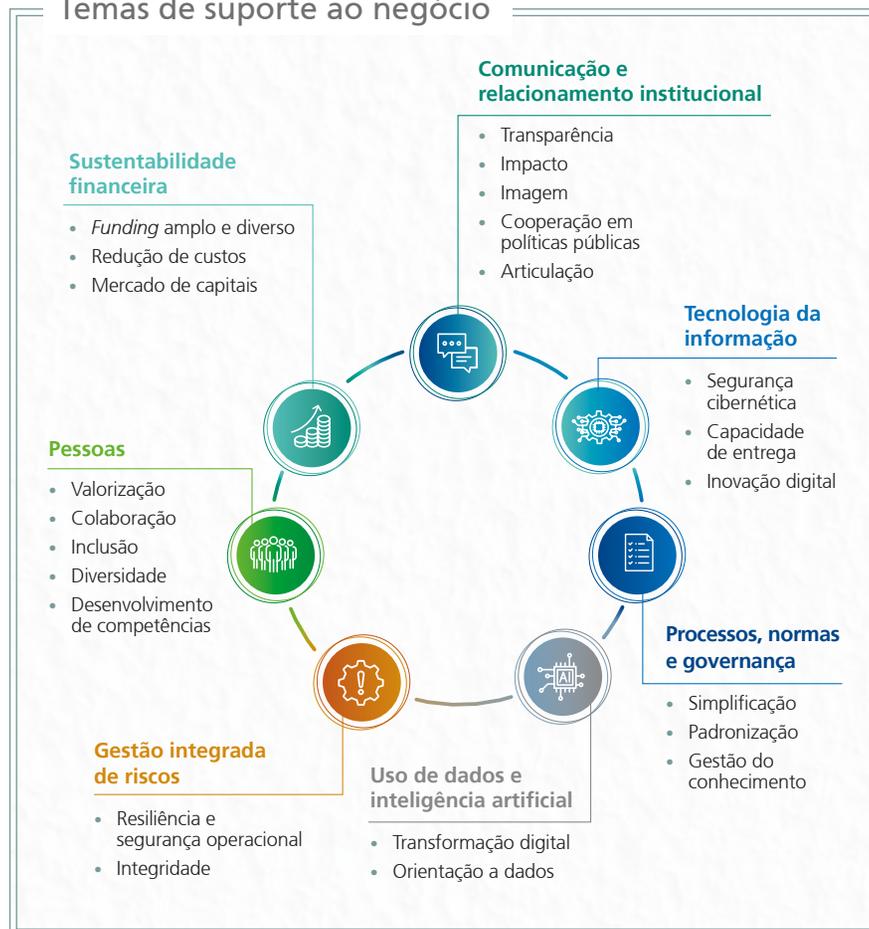
Temas de negócios setoriais



Temas de negócios transversais



Temas de suporte ao negócio



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As diretrizes estratégicas são orientações norteadoras para a formulação da estratégia corporativa, sendo usualmente associadas a temas estratégicos.

A elaboração das diretrizes estratégicas tem como fonte primária as políticas públicas e as diretrizes governamentais vigentes, para possibilitar suas devidas conexões com a estratégia desenvolvida.

Na Estratégia 2024-2028, as diretrizes estratégicas foram reduzidas para 44, em comparação às 104 diretrizes da Estratégia 2023. Diferentemente da Estratégia 2023, as diretrizes ora propostas não foram segregadas por tema estratégico específico. Esse novo arranjo permitiu a eliminação de redundâncias, o que levou a uma redução substancial do número total de diretrizes, sem perda de objeto ou destaque direcionador do Banco.



Conheça todas as diretrizes estratégicas em www.bndes.gov.br/diretrizes-estrategicas

Das 44 diretrizes estratégicas, 27 são de negócio e 17 de suporte ao negócio, com destaque para as duas diretrizes gerais: **(i) gerar emprego e renda no Brasil; e (ii) reduzir as desigualdades sociais e territoriais.**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Definimos dez objetivos estratégicos na Estratégia 2024-2028, apresentados na figura ao lado. Esses objetivos foram formulados com base na identidade institucional, nos temas estratégicos e nas diretrizes estratégicas. Houve redução e consolidação de objetivos em relação à Estratégia 2023, que contava com 13 objetivos estratégicos.

Os objetivos estratégicos foram agrupados em três diferentes perspectivas: suporte ao negócio, negócios e corporativa. Buscou-se destacar os objetivos estratégicos corporativos, que representam a agregação de toda a atuação perseguida em nossa estratégia, resumindo o alinhamento às políticas públicas e diretrizes governamentais aplicáveis,

Perspectiva corporativa

OE1

Expandir o desembolso e a carteira de crédito do Sistema BNDES promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes

OE2

Garantir o equilíbrio financeiro do Sistema BNDES

Perspectiva de negócios

OE3

Expandir o apoio a projetos de infraestrutura reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência

OE4

Expandir o apoio ao desenvolvimento produtivo abrangendo inovação e digitalização

OE5

Ampliar o apoio a projetos de desenvolvimento social e regional e gestão pública buscando reduzir as desigualdades e promovendo cidadania

OE6

Ampliar o apoio a projetos ambientais e climáticos contribuindo para a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas

OE7

Ampliar o apoio à exportação promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais

OE8

Expandir crédito e garantias para MPMEs promovendo o acesso a crédito, a agropecuária sustentável e o cooperativismo

OE9

Fomentar o mercado de capitais para contribuir com o desenvolvimento sustentável

Perspectiva de suporte ao negócio

OE10

Acelerar a transformação digital do BNDES aumentando a eficiência operacional e melhorando a experiência dos clientes

enquanto os objetivos estratégicos de negócios referem-se a uma atuação focada em segmentos ou temas específicos. Além disso, foi inserido um objetivo estratégico voltado a suporte ao negócio, no sentido de buscar maior digitalização e otimização de processos.

MODELOS DE NEGÓCIOS

A figura a seguir apresenta os cinco modelos de negócios do Sistema BNDES: Crédito; Participações e títulos; Serviços; Garantias; e Recursos não reembolsáveis.

Não houve mudança em nossos modelos de negócios em relação a 2023. Realizamos apenas pequenos ajustes, como a substituição do nome “Crédito e financiamento” por “Crédito”, a simplificação das descrições de “Crédito”, “Recursos não reembolsáveis” e “Garantias”, além de ajustes pontuais no texto de “Serviços” e “Participações e títulos”. Ademais, incluímos na estratégia de longo prazo maior detalhamento dos modelos de negócios.

PLANO DE NEGÓCIOS

O plano de negócios anual define os indicadores estratégicos e as metas previstos para um ano específico.

Os indicadores estratégicos são informações quantitativas utilizadas para acompanhar o atingimento dos objetivos estratégicos. Os indicadores e as metas para 2023 foram definidos no âmbito da revisão da Estratégia 2023, realizada em maio.

A tabela a seguir apresenta os 16 indicadores estratégicos definidos para 2023 e o desempenho de cada um, organizados por temas estratégicos de negócios e transversais. Todos os indicadores para 2023 foram considerados corporativos e, portanto, não tiveram divisão por unidades organizacionais específicas do BNDES.

Foram destacados os indicadores estratégicos relacionados às atividades finalísticas, permitindo melhor direcionamento e comunicação das entregas pretendidas com nossa atuação e sua relação com as políticas públicas e diretrizes governamentais. Além disso, buscou-se simplificar a divulgação e o acompanhamento dos indicadores estratégicos, com redução de fórmulas ou condicionantes mais complexas.

Os indicadores estratégicos não devem ser confundidos com os indicadores relativos ao desempenho operacional do Banco, apresentados no capítulo “Nosso Desempenho”.



Saiba mais na seção O que fazemos?



Consulte os modelos de negócios em www.bndes.gov.br/estrategia-de-longo-prazo



INDICADORES ESTRATÉGICOS 2023

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL* [GRI 3-3]

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|--|--|--|------|-----------|----------------|
| Expandir o apoio a projetos de infraestrutura | Operações em infraestrutura | Número de operações aprovadas com foco em infraestrutura | 54 | 106 | 196,296 |
| Ampliar a estruturação de projetos de infraestrutura | Marcos de estruturação de projetos de infraestrutura | Total de pontos relativos aos marcos de projetos de infraestrutura executados (contratos com clientes, entrega de estudos, lançamento de editais e leilões realizados com sucesso) | 17 | 18 | 105,882 |

*Inclui operações de infraestrutura realizadas por meio do instrumento BNDES Garantia e não inclui operações indiretas, feitas por intermediário financeiro.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO [GRI 3-3]

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|---|--|---|------|-----------|----------------|
| Expandir o apoio ao desenvolvimento produtivo | Operações em desenvolvimento produtivo | Número de operações diretas e indiretas não automáticas aprovadas com foco em desenvolvimento produtivo | 65 | 89 | 136,923 |
| Ampliar o apoio à inovação | Operações em inovação | Número de operações aprovadas com foco em inovação | 7 | 21 | 300,000 |

COMÉRCIO EXTERIOR [GRI 3-3]

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|------------------------------|-------------------------|---|------|-----------|----------------|
| Ampliar o apoio à exportação | Operações de exportação | Número de operações aprovadas de exportação | 110 | 147 | 133,636 |

MPMES E COOPERATIVISMO [GRI 3-3]

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|---|--|--|--------------------|--------------------|----------------|
| Expandir crédito e garantias para MPMEs | Clientes MPMEs e pessoas físicas (PF) apoiadas com crédito | Número de MPMEs e PFs apoiadas por meio de instrumentos de crédito indiretos automáticos | 127.000 | 163.220 | 128,520 |
| | Crédito para MPMEs e PFs em produtos de garantias | Indicador de crédito alavancado para MPMEs e PFs por produtos de garantia de crédito geridos ou estruturados pela Área de Operações e Canais Digitais (ADIG) | R\$ 24.000 milhões | R\$ 43.673 milhões | 181,971 |
| Ampliar o apoio ao cooperativismo | Clientes financiados por cooperativas de crédito | Número de clientes apoiados por meio de instrumentos de crédito indiretos automáticos de agentes financeiros cooperativos | 88.000 | 125.556 | 142,677 |

AMBIENTAL E CLIMA* [GRI 3-3]

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|---|---|---|------|-----------|----------------|
| Ampliar o apoio a projetos com foco ambiental e climático | Operações com foco ambiental e climático | Número de operações aprovadas com foco ambiental e climático, conforme classificação de economia verde do BNDES | 63 | 88 | 139,683 |
| | Operações do Fundo Amazônia e demais ambientais não reembolsáveis | Número de operações não reembolsáveis aprovadas com foco ambiental | 12 | 14 | 116,667 |
| Ampliar a estruturação de projetos com foco ambiental e climático | Marcos de estruturação de projetos com foco ambiental e climático | Total de pontos relativos aos marcos de projetos com foco ambiental e climático executados (contratos com clientes, entrega de estudos, lançamento de editais e leilões realizados com sucesso) | 19 | 19 | 100,000 |

*Inclui operações realizadas por meio do instrumento BNDES Garantia e não inclui operações indiretas, feitas por intermediário financeiro.

SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA*

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|--|---|---|------|-----------|----------------|
| Ampliar o apoio a projetos com foco em desenvolvimento social e gestão pública | Operações com foco social | Número de operações aprovadas com foco social e em gestão pública | 22 | 29 | 131,818 |
| Ampliar a estruturação de projetos com foco social | Marcos de estruturação de projetos de infraestrutura social | Total de pontos relativos aos marcos de projetos de infraestrutura social executados (contratos com clientes, entrega de estudos, lançamento de editais e leilões realizados com sucesso) | 29 | 29 | 100,000 |

*Inclui operações realizadas por meio do instrumento BNDES Garantia e não inclui operações indiretas, feitas por intermediário financeiro.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | INDICADOR ESTRATÉGICO | DESCRIÇÃO DO INDICADOR ESTRATÉGICO | META | RESULTADO | DESEMPENHO (%) |
|----------------------------------|---|--|--------------------|---------------------|----------------|
| Garantir o equilíbrio financeiro | Resultado operacional bruto por empregado | Resultado operacional bruto gerado por cada empregado em um ano | R\$ 3,158 milhões | R\$ 3,528 milhões | 111,716 |
| | Despesas administrativas e de pessoal | Indicador utilizado para medir o montante das despesas administrativas + despesas de pessoal (exceto despesas com provisão de PLR do exercício, ajuste de PLR referente ao ano anterior e eventuais despesas extraordinárias de pessoal, como, por exemplo, despesas relacionadas a incentivo aos desligamentos de empregados) incorridas no ano de 2023 | R\$ 3.124.842 mil | R\$ 2.915.187 mil | 106,709 |
| Expandir a carteira de crédito | Valor total de operações aprovadas | Total aprovado pelo BNDES | R\$ 95.532 milhões | R\$ 174.538 milhões | 182,701 |



Acesse o "Relatório de Análise do Desempenho Estratégico 2023" em www.bndes.gov.br/plano-de-negocios

Os indicadores estratégicos do [Plano de Negócios 2023](#) apresentaram desempenho igual ou superior à meta estipulada, resultado que reforça nossa atuação em relação aos objetivos estratégicos estipulados para 2023. A superação das metas pode ser associada ao crescimento econômico brasileiro superior às previsões do início de 2023, contribuindo para o aumento das consultas por financiamento no ano, acarretando a elevação dos números de operações aprovadas. Além disso, em 2023, alguns cenários positivos contribuíram para nossas frentes como o orçamento aprovado para o Ano Safra 2023/2024, que favoreceu a atuação com MPMEs, e o lançamento do Programa BNDES Mais Inovação, com a utilização da taxa referencial (TR) para o apoio a operações de inovação.

A Estratégia 2024-2028 definiu 28 indicadores estratégicos e suas respectivas metas no [Plano Anual para 2024](#), considerando seus dez objetivos estratégicos estipulados.



Conheça as metas de 2024 em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/planejamento-estrategico/plano-de-negocios-anual>

PROJETOS CORPORATIVOS

Os projetos estratégicos corporativos são elementos fundamentais para a execução de nossa estratégia. Eles consistem em atividades temporárias, desenvolvidas com o propósito de alcançar um objetivo estratégico, melhorar o desempenho de um indicador estratégico ou tratar um potencial risco da execução da estratégia corporativa adotada. Têm caráter transversal, envolvendo e/ou impactando diferentes unidades do BNDES.

A carteira de projetos estratégicos corporativos de 2023 foi elaborada à luz do processo de atualização anual da estratégia corporativa de longo prazo de 2023, suas diretrizes, temas e objetivos estratégicos.

Foram estruturados cinco projetos estratégicos corporativos em 2023, cujo prazo de execução se estende ao longo de 2024, conforme quadro ao lado:

PROJETOS ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS 2024

Para a carteira de projetos estratégicos de 2024, permanecem os projetos da carteira de 2023, pois sua execução é de longo prazo, com a possibilidade de entrada de novos projetos que sejam necessários à execução do Planejamento Estratégico 2024. Um exemplo de projeto novo é o P6, "Resolução CMN 4.966", aprovado em março de 2024, que tem como objetivo implementar os requisitos previstos na Resolução CMN 4.966, de 25 de novembro de 2021, e demais normas associadas, aplicáveis a instrumentos financeiros e ao novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

PROJETOS CORPORATIVOS 2023

P1) Diversidade e inclusão: Induzir práticas de valorização da diversidade e inclusão perante o corpo funcional do BNDES, em sua cadeia de relacionamentos e na construção de soluções de apoio para os eixos de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência (PCDs), LGBTQIAPN+ e demais grupos minorizados, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

P2) Diagnóstico de alternativas de alocação de capital: Diagnosticar alternativas de estruturas que possam aumentar a eficiência na alocação de capital do Sistema BNDES.

P3) Fortalecimento da gestão social, ambiental e climática do BNDES: Fortalecer a gestão socioambiental do BNDES e induzir melhores práticas socioambientais e climáticas.

P4) Digitalização dos processos do BNDES: Implantar melhorias nos processos de concessão de apoio financeiro, visando alavancar o alcance de objetivos estratégicos do BNDES por meio de processos mais eficientes, automatizados e digitais.

P5) BNDES Eximbank: Propor a criação de estrutura dedicada a comércio exterior no Sistema BNDES, com o objetivo de ampliar o apoio às exportações de produtos brasileiros de alto valor agregado e propiciar a retomada do financiamento às exportações de serviços em condições compatíveis com aquelas oferecidas pelas agências de crédito a exportação aos concorrentes no mercado internacional.

O QUE FAZEMOS?



Nossas diferentes modalidades de atuação se complementam de modo a potencializar nossa contribuição para o desenvolvimento do país. Trabalhamos por meio de crédito e financiamento; apoio não reembolsável; garantias; serviços; e participações e títulos. Nossa produção de conhecimento registra aprendizados e fornece subsídios para as diferentes áreas de apoio. Para cada modalidade, temos soluções e produtos específicos que viabilizam a implantação de nossa estratégia. [GRI 2-6]

CRÉDITO

Concedemos recursos por meio de financiamentos, limites de crédito e empréstimos para viabilizar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, oferecendo soluções de financiamento diversificadas. Merece destaque nossa atuação no crédito de longo prazo, fundamental para o cumprimento de nossa estratégia.

Nossos financiamentos podem ser concedidos a empresas de todos os portes, a entes nacionais e a pessoas físicas, a depender da finalidade, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras credenciadas (indiretamente).

ATENÇÃO:

Não credenciamos consultores (pessoas físicas ou jurídicas) como intermediários para facilitar, agilizar ou aprovar operações de crédito.

OPERAÇÕES DIRETAS

Nessa modalidade, as operações são realizadas diretamente conosco – somos responsáveis pela análise dos pleitos e pela negociação das garantias. Para solicitar apoio direto, é necessário, em geral, que o financiamento tenha valor superior a R\$ 20 milhões, no caso das esteiras automática e simplificada, ou R\$ 40 milhões, no caso das esteiras corporativa e *project finance*. Em algumas ocasiões específicas, como no apoio a projetos de inovação, saneamento, saúde, educação e qualificação profissional, provedores regionais, parques e florestas, entes da administração pública direta, operações na região Norte e Nordeste, entre outros, é possível solicitar apoio direto em financiamentos nas esteiras corporativa e *project finance* a partir de R\$ 20 milhões. As operações podem ser realizadas com empresas e entes subnacionais, mas não com pessoas físicas.



OPERAÇÕES MISTAS

São operações que combinam as formas direta e indireta não automática. Nesse caso, compartilhamos o risco da operação com a instituição financeira credenciada. As operações mistas geralmente ocorrem por nossa sugestão ou por recomendação da instituição financeira.

OPERAÇÕES INDIRETAS

São operações realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas. Essas entidades são responsáveis pela análise do financiamento e pela negociação das condições com os clientes – respeitando algumas regras e limites definidos por nós –, além de assumirem o risco de não pagamento da operação. Por isso, podem aceitar ou não o pedido de crédito.

PODEM SER:

- **Automáticas:** operações de financiamento com valor de até R\$ 150 milhões. A instituição financeira credenciada recebe e analisa o pedido, aprova o crédito e nos solicita a homologação e liberação dos recursos. Essas operações são, em sua maioria, processadas automaticamente por nós, o que confere agilidade ao processo, sem dispensar a segurança, com redução do tempo entre a solicitação do crédito e sua aprovação final.
- **Não automáticas:** operações que seguem o valor mínimo das esteiras de crédito direto (usualmente R\$ 40 milhões nas esteiras corporativa e *project finance*), em que a instituição financeira credenciada, responsável pelas condições e pelo risco, nos encaminha consulta prévia para análise. Nesse caso, avaliamos e aprovamos individualmente as operações de financiamento.



CRENCIAMENTO FINAME (CFI)

Máquinas, equipamentos, componentes, sistemas industriais e serviços tecnológicos financiados por nós são registrados previamente no CFI. O credenciamento desses itens, além de indicar a capacidade de fornecimento local, que contribui para a geração de empregos e para o desenvolvimento industrial brasileiro, viabiliza a concessão de crédito de forma automatizada e segura por uma ampla rede de agentes repassadores de nossos recursos.

Saiba mais em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/servicos-online/credenciamento-de-equipamentos>

Fluxo operacional

Nosso processo de concessão de crédito para operações diretas, mistas e indiretas não automáticas é baseado na utilização de cinco esteiras de crédito padronizadas.

Depois de uma etapa de habilitação, em que avaliamos se o cliente está apto ou não a operar conosco, com base em análises de crédito, cadastro e *compliance*, as operações seguem pelas diferentes esteiras de acordo com suas características e seu grau de complexidade.

Um pedido de financiamento com objeto definido, como a compra de um equipamento, tramita pela esteira automática. Nela, o pedido é analisado com base em uma lista de critérios previamente aprovados pela Diretoria Executiva e, caso cumpra todos os requisitos necessários, é submetido ao Comitê de Crédito e Operações (CCOp) ou à Diretoria, a depender do valor da operação.

Na esteira simplificada, a principal diferença é que, em razão do tipo de objeto financiado, há uma validação um pouco mais complexa, que considera requisitos específicos. O acompanhamento na esteira simplificada também é mais detalhado do que na automática.

Já projetos mais complexos, como *greenfields* de infraestrutura em geral, seguem pelas esteiras corporativa ou de *project finance*, que diferem, principalmente, em relação à estruturação financeira e às garantias da operação.

Nesses projetos, equipes técnicas multidisciplinares especializadas no setor se aprofundam, durante a análise, em diversos aspectos da proposta, como viabilidade do projeto, aspectos socioambientais, impactos esperados, estratégia e governança do cliente, análise do mercado e garantias oferecidas.

Por fim, nas operações com recursos exclusivamente não reembolsáveis, não há etapa de habilitação e o cadastro é verificado durante a análise. Essas operações seguem uma esteira específica, dadas as suas características. Dependendo de seu objetivo, a solicitação de apoio pode passar pela avaliação de um comitê consultivo antes de ser analisada por nossa equipe técnica.

Os pedidos das esteiras corporativa, *project finance* e não reembolsável também são analisados em relação à elegibilidade, com

ESTEIRAS OPERACIONAIS

| | | | | | |
|-------------|---|---|---|-------------------------------|-----------------------------|
| Habilitação | Automática | Análise de critérios pré-aprovados | Aprovação: Comitê de Crédito e Operações ou Diretoria Executiva | | Acompanhamento simplificado |
| | Simplificada | Análise de critérios pré-aprovados + requisitos específicos | Aprovação: Comitê de Crédito e Operações ou Diretoria Executiva | | Acompanhamento simplificado |
| | <i>Project finance</i> ou Corporativa | Análise técnica detalhada caso a caso | Comitê de Crédito e Operações | Diretoria Executiva | Acompanhamento |
| | Não há etapa de habilitação para as operações não reembolsáveis | Não reembolsáveis | Comitê consultivo (quando pertinente) + análise técnica | Comitê de Crédito e Operações | Diretoria Executiva |
| Contratação | | | | | |

base em nossas políticas operacionais e de crédito, sendo encaminhados ao CCOp e à Diretoria Executiva para deliberação, segundo critérios de alçada previamente definidos.

Acompanhamento

Todas as operações aprovadas e contratadas passam por uma etapa de acompanhamento, na qual os recursos do financiamento são desembolsados ao cliente de acordo com cronograma preestabelecido. Uma equipe do BNDES verifica o cumprimento das obrigações contratuais e a evolução do investimento apoiado, realizando ajustes na operação, sempre que necessário.

Nas operações indiretas automáticas, o acompanhamento é realizado pelas instituições financeiras credenciadas e verificado por nós, a partir de técnicas de amostragem que consideram quesitos como materialidade e risco. Realizamos, ainda, o cruzamento de informações com bases de dados internas e externas para melhor direcionar os esforços de verificação de conformidade e prevenção de fraudes e seguimos orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das exigências normativas.

Monitoramento e avaliação

O monitoramento e a avaliação de eficácia e efetividade dos projetos são iniciados na etapa de análise. Nesse primeiro momento, verificamos o alinhamento do projeto a políticas públicas, identificamos os impactos esperados – usando, por exemplo, a ferramenta *scoring* de impacto – e definimos os objetivos e indicadores de eficácia e de efetividade a serem monitorados. Após a conclusão do projeto, é realizada uma avaliação final, que confronta os valores previstos com os valores alcançados dos indicadores e aponta lições aprendidas.



Saiba mais na seção
Impacto da nossa atuação

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL APLICADA A AGENDAS SOCIOAMBIENTAIS

As tecnologias de sensoriamento remoto, com ferramentas de imagens de satélite, oferecem importante subsídio às áreas operacionais nas atividades de acompanhamento da evolução física de projetos, permitindo a aferição de empreendimentos associados a grandes áreas, sobretudo nos setores de infraestrutura e plantio agrícola. Em 2023, a utilização de imagens de satélite para detecção de mudança nas áreas de projetos financiados pelo BNDES abrangeu 136 projetos, um crescimento de cerca de 170% em relação a 2022, com a expansão de seu uso principalmente para operações agrícolas indiretas. A tecnologia também vem sendo utilizada para suporte à análise de aspectos territoriais de projetos e agendas estratégicas, auxiliando na identificação e mitigação de riscos socioambientais, além de contribuir com os diagnósticos orientadores de prioridades como, por exemplo, o exame de áreas de risco em projetos de desenvolvimento e adaptação urbana.

O QUE NÃO APOIAMOS [GRI 2-24]

Não oferecemos apoio financeiro a clientes condenados (ou cujos dirigentes tenham sido condenados) na esfera administrativa ou judicial por atos que envolvam: discriminação de raça e gênero; exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil [GRI 408-1]; ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão [GRI 409-1]; assédio moral ou sexual; e crime contra o meio ambiente. No caso de condenação por esses atos, a contratação ficará impedida até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação do cliente ou dirigente.

Consideramos, ainda, restrições impostas por acordos internacionais, como o financiamento a armas químicas e nucleares e a substâncias poluentes e que destroem a camada de ozônio.

Não apoiamos investimentos no segmento de motéis, saunas e termas, exploração de jogos de azar, apostas e clubes. Há, ainda, um rol de atividades, empreendimentos e itens de alguns setores – agropecuário, defesa, bancário, energia, imobiliário, madeira, mineração, saneamento e resíduos sólidos, siderurgia e sucroalcooleiro – que estão sujeitos a condições específicas para o apoio.

No caso do setor agropecuário, por exemplo, não apoiamos a aquisição de animais para revenda, a pesca em período proibido ou em lugares interditados pelo órgão competente. Não são apoiáveis empreendimentos do setor de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo, bem como localizados em unidades de proteção integral.

Nossa lista de exclusão e de apoio condicionado passa por aprimoramentos sucessivos ao longo dos anos, com a inclusão de vedações ao apoio a atividades com alta exposição a riscos socioambientais e o estabelecimento de condicionantes para o apoio a outros setores com maior potencial de impacto negativo.



Saiba mais em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>

Exportação

Os sistemas públicos de apoio às exportações existem em mais de noventa países. No Brasil, somos um dos principais componentes desse sistema, que, por meio de um conjunto de instrumentos alinhados a políticas públicas, busca ofertar crédito em condições compatíveis com o mercado internacional. Participamos ativamente do debate que visa fortalecer o sistema público brasileiro, com o objetivo de garantir a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional. Acompanhamos os diversos fóruns internacionais em que participam outras agências de crédito à exportação – com vistas a monitorar forma de atuação e condições de apoio dos concorrentes internacionais – assim como as discussões relacionadas às alterações legais e infralegais para implementação de aprimoramentos no ordenamento jurídico brasileiro.

Destaca-se, em 2023, nossa participação nas discussões que culminaram na elaboração do [PL 5.719/2023](#) de iniciativa do Poder Executivo, que objetiva autorizar a constituição de uma subsidiária integral do BNDES dedicada ao financiamento ao comércio exterior, o BNDES Exim, bem como estabelecer as bases jurídicas e regulatórias para retomada das operações de financiamento às exportações de serviços.

Nossas linhas de apoio à exportação, desde sua criação, estão voltadas a segmentos de maior valor agregado que têm, portanto, maior necessidade de financiamento a médio e longo prazo, atendendo a um objetivo bem específico: viabilizar condições de financiamento compatíveis com o mercado internacional para que as empresas brasileiras consigam exportar sem desvantagem em relação a seus competidores internacionais, gerando divisas, emprego e renda no Brasil.

Além de nossos financiamentos, o sistema público de apoio conta com linhas operadas pelo Banco do Brasil com recursos do

Tesouro Nacional (Proex Financiamento e Proex Equalização) e com o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para dar lastro às garantias prestadas pela União para riscos comerciais, políticos e extraordinários.

APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL

Aplicamos recursos não reembolsáveis em projetos de caráter social, cultural, ambiental, científico e tecnológico. Esses recursos podem ser utilizados em complemento ao apoio financeiro reembolsável para projetos de investimento ou para ajudar a atrair outros parceiros e podem ter origem, por exemplo, em parte de nosso lucro, caso do BNDES Fundo Socioambiental, ou em doações externas, como o Fundo Amazônia. Dessa forma, os recursos captados são direcionados para o apoio a projetos que visam resolver questões críticas de cada setor e para o fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

Nosso apoio por meio dos recursos não reembolsáveis segue a lógica de buscar projetos e mecanismos que: gerem alto impacto; possam ser escaláveis; consigam atrair fontes de recursos externas para multiplicar nossos recursos próprios (efeito catalítico); demandem nossa participação para agregar a qualificação do próprio projeto; e tenham como foco a sustentabilidade. Entre os fundos não reembolsáveis, destacam-se: o Fundo Amazônia (apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal); o BNDES Fundo Socioambiental (investimentos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, saúde, educação, meio ambiente e/ou vinculadas ao desenvolvimento regional e social), o BNDES Funtec (apoia projetos de pesquisa e desenvolvimento);



Saiba mais na seção
Desempenho por tema
estratégico > Comércio exterior

o BNDES Fundo Cultural (de preservação e revitalização do patrimônio cultural brasileiro); o BNDES FEP (com foco em estudos técnicos ou pesquisas de terceiros); e o BNDES Fundo *Blended Finance* (para fomentar estruturas e mecanismos em finanças híbridas, alavancando recursos para projetos de impacto social, ambiental ou de inovação).

Em 2023, o BNDES FGI Tradicional garantiu um volume financiado de cerca de R\$ 1,4 bilhão. O FGI Peac em 2023 garantiu um volume financiado de R\$ 41,8 bilhões. Em novembro de 2023, o BNDES instituiu o Peac-FGI Crédito Solidário RS que garantiu R\$ 490,5 milhões para empresas impactadas por eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul.

GARANTIAS

Atuamos por meio de fianças e garantias diretas ou indiretas, mediante dois fundos garantidores: Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) – nas modalidades FGI Tradicional, Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac) e FGI Peac Crédito Solidário RS – e Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC). Atualmente, o FGI Tradicional e o FGI Peac estão abertos para contratação de novas operações. Também contamos com o produto direto BNDES Garantias para operações mais estruturadas e de maior volume.

O BNDES FGI Tradicional apoia operações de crédito realizadas por meio de diversas linhas e programas de financiamento, tanto de agentes financeiros e outras fontes de recursos quanto com repasse do BNDES. Seu objetivo é contribuir para ampliar as oportunidades de acesso a crédito para empresas e empreendedores de menor porte, além de transportadores de carga autônomos, nesse caso, complementando garantias para aquisição de bens de capital. As garantias oferecidas pelo fundo permitem que as instituições financeiras aprovelem financiamentos em melhores condições, como prazos mais longos, menos exigências de entrada e até taxas de juros mais baixas.

O FGI Peac foi instituído em 2020 com o objetivo de apoiar primordialmente pequenas e médias empresas (PME), associações, fundações de direito privado e cooperativas (exceto as de crédito) na

obtenção de crédito durante a fase aguda da crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19. Em 2022, com o intuito de acelerar a retomada econômica pós-Covid, foi prorrogado pela Medida Provisória 1.114/2022, convertida na Lei 14.462/2022, e voltou a operar em 22 de agosto de 2022. Desde a reabertura foram contratadas garantias por 45 agentes financeiros, sem a necessidade de novos aportes pela União.

SERVIÇOS

Para que o Brasil consiga enfrentar o gargalo do investimento em infraestrutura e atingir o patamar desejado no setor, é fundamental que a capacidade de investimento público seja retomada e o investimento privado seja alavancado. Estruturamos projetos para o Governo Federal e os governos subnacionais em alinhamento com a políticas públicas de infraestrutura econômica, social e ambiental, priorizando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados para a população, gerando oportunidades de investimento e renda e favorecendo a melhor alocação dos gastos públicos.

Oferecemos diferentes soluções para nossos clientes do setor público, como: estruturação de projetos de concessão ou parcerias público-privadas (PPP) de serviços públicos, valorização de ativos imobiliários, iniciativas de revitalização urbana e viabilização de parcerias estratégicas.

Oferecemos uma solução integrada, provendo serviços desde etapa de planejamento e concepção dos projetos até o leilão e a formalização do contrato de parceria com a iniciativa privada. Como forma de indução à busca da qualidade de prestação de serviços, a remuneração dos concessionários é influenciada pelo atingimento de determinados indicadores de desempenho. Adicionalmente, em se tratando de serviços públicos, é importante destacar o papel fundamental desempenhado pelas agências reguladoras,

Em 31 de dezembro de 2023, os cotistas do BNDES FGI eram a União Federal (majoritária), o próprio BNDES e outros 39 agentes financeiros.

a quem caberá fiscalizar esses contratos e garantir a sua execução visando preservar o interesse social.

PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS

Nossas soluções envolvem a entrada de capital em uma empresa ou sociedade de propósito específico (SPE), em todos os estágios de desenvolvimento, por meio de investimento direto, debêntures conversíveis ou fundos de investimento.

Atuamos de modo complementar ao mercado e a nossos produtos de financiamento, contribuindo para os planos de negócios e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas brasileiras, com incentivos às melhores práticas de governança corporativa e a iniciativas de cunho social e ambiental. Também atuamos para o desenvolvimento do mercado de capitais do país com soluções e instrumentos que fomentam novas operações e agentes no mercado.

Nossos investimentos por meio de ações e/ou debêntures conversíveis se dão em empresas de capital aberto ou fechado, constituídas como sociedades anônimas, em ofertas públicas ou privadas. Eles acontecem de forma transitória, minoritária e não executiva, sempre com horizonte de longo prazo e em condições de mercado. Portanto, nossos investimentos ocorrem em termos equitativos em relação aos demais investidores, não embutindo subsídios para as empresas investidas, que ficam submetidas a prazos, estruturas e dinâmicas comuns a todos os integrantes do mercado de capitais.

No caso de fundos de investimento, atuamos selecionando gestores para fundos com foco no desenvolvimento de mercados e setores em que se identifica maior carência de recursos. Estes, em sua maioria, adquirem participações acionárias, debêntures ou direitos creditórios.

A atuação por meio de fundos visa desenvolver empresas inovadoras, infraestrutura e cadeias produtivas que consideramos prioritárias, estimular o empreendedorismo e o

investimento em infraestrutura, e ampliar o acesso a produtos alternativos de crédito, em especial aqueles voltados para MPMEs e pequenos produtores rurais, além de difundir a cultura de capital de risco no país.

Renda fixa

Operamos como investidores em ofertas públicas no mercado de títulos corporativos de renda fixa desde 2006, e recentemente como coordenadores, com a missão de criar produtos e realizar investimentos visando desenvolver o mercado de capitais de renda fixa. Nossos objetivos são atuar de forma complementar ao mercado privado, oferecendo opções de financiamento para as empresas brasileiras, e canalizar recursos privados para elevar o investimento no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia e saneamento básico.

Nossas condições de financiamento e políticas de crédito são desenhadas para fomentar, ainda, a originação de debêntures. Alguns destaques são: compartilhamento de garantias entre nosso financiamento e as debêntures de mercado e previsão de vencimento cruzado entre a debênture e nosso financiamento.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Produzimos regularmente análises setoriais e econômicas, avaliações de efetividade, seminários e publicações voltados para disseminar conhecimento e ampliar o debate sobre desenvolvimento, além de informar a sociedade sobre os resultados de nossa atuação.

Entre nossas publicações periódicas temos a Revista do BNDES e o BNDES Setorial. O primeiro apresenta artigos sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social, enquanto o segundo reúne análises referentes aos setores da economia brasileira que apoiamos ou vislumbramos apoiar. Ambos têm nossos empregados como autores ou coautores, visando compartilhar o conhecimento técnico produzido internamente.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/conhecimento

NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS



Nossas soluções e produtos, relacionadas às diferentes modalidades de atuação, são desenvolvidos para viabilizar a implementação de nossa estratégia. [GRI 2-24] Buscamos oferecer soluções complementares às do mercado, focando em possibilidades de gerar externalidades positivas para a sociedade, diferenciais como oferta de prazos mais longos e presença em múltiplos setores, oportunidades de parcerias com atores do mercado, sinergias com nosso portfólio, alinhamento às diretrizes estratégicas e avaliações de impacto existentes.

Para desenvolver novas soluções, além dos instrumentos de apoio lançados por nossos pares, tanto públicos como privados, monitoramos também os movimentos relativos

 Acesse www.bndes.gov.br/financiamento

a inovação e tecnologia de grande impacto no mercado bancário. São exemplos as mudanças trazidas pelo *open banking*, os novos modelos de negócios de *banking as a service* e *banking as a platform*, as *fintechs* reguladas e não reguladas, o desenvolvimento da internet das coisas (IoT) e de máquinas e serviços 4.0, e o fomento a instrumentos voltados à eficiência energética. A produção de conhecimento interna, assim como pesquisas externas, também contribui para a identificação de oportunidades em diversos setores.

Em 2023, buscando tornar nossa estratégia mais efetiva, elaboramos e aprimoramos instrumentos de apoio que reforçam nosso papel no desenvolvimento do país em temas como inovação, setor público, educação.

PROGRAMA BNDES MAIS INOVAÇÃO

Criado em setembro de 2023, tem como objetivo principal apoiar investimentos e gastos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, em difusão tecnológica, em plantas industriais com processos não existentes no Brasil, em parques tecnológicos, incubadoras e aceleradas, assim como apoiar a transformação digital. O programa é viabilizado pela utilização do Custo Financeiro TR – Taxa Referencial para apoio a operações de inovação e digitalização, conforme aprovado por meio da Lei 14.592, de 30 de maio de 2023.

PROGRAMA BNDES FUST

Criado em agosto de 2023, operacionaliza o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado pela Lei 9.998/2000, e tem como objetivos estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicação, bem como o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade, para contribuir com a redução de desigualdades regionais e promover o desenvolvimento econômico e social. Atualmente tem previsão de apoio para ampliação do acesso de escolas públicas à internet banda larga, expansão da cobertura do serviço móvel a áreas sem atendimento, construção de rede de transporte em municípios, localidades ou setores mal atendidos.

PROGRAMA BNDES INVESTIMENTOS ESTADUAIS DE IMPACTO

Criado em setembro de 2023, é um limite de crédito para estados e tem como objetivo contribuir para a retomada qualificada do investimento público estadual como indutor de crescimento e desenvolvimento, por meio de financiamento a planos de investimento, setoriais ou multissetoriais, e da priorização de investimentos estaduais voltados para a redução de vulnerabilidades socioeconômicas, adaptação e/ou mitigação das mudanças climáticas.

PRODUTO BNDES SERVIÇOS COORDENAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS

Alteração no instrumento permitiu nossa participação para compor sindicato de bancos coordenadores em emissões que acessem investidores de varejo e qualificados, assim como possibilitou a atuação como coordenador líder e distribuidor de títulos e valores mobiliários nas Ofertas Públicas de Renda Fixa destinadas a investidores profissionais.

PROGRAMA BNDES CAMINHO DA ESCOLA

Criado em novembro de 2023, visa renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar destinada ao transporte diário de alunos da educação básica, prioritariamente da zona rural das redes estadual e municipal, por meio de realização de operações de crédito com os estados e municípios brasileiros para aquisição de novos veículos.



IMPACTO DA NOSSA ATUAÇÃO

A maior parte dos impactos (econômicos, ambientais e sociais) de nossa atuação é resultado dos investimentos que apoiamos, realizados por nossos clientes. Tendo em vista nosso amplo espectro de atuação, além dos impactos positivos esperados, é necessário gerir potenciais impactos negativos associados a projetos de setores como mineração, agroindústria, petróleo e gás, entre outros. Visando mitigá-los, no apoio financeiro, além dos requisitos legais e dos critérios específicos estabelecidos em nossa lista de exclusão e apoio condicionado, são incluídas eventuais condicionantes e recomendações elaboradas durante a avaliação socioambiental das operações de crédito diretas e indiretas não automáticas. **[GRI 3-3]**

Oferecemos condições diferenciadas para investimentos sustentáveis ou que colaborem para a transição para uma economia neutra em carbono. Consideramos o potencial de geração de externalidades positivas tanto em nossa análise dos projetos quanto na elaboração de nossos produtos e soluções. **[GRI 3-3]**

GOVERNANÇA DO TEMA **[GRI 2-24]**

Contamos com uma estrutura de governança robusta para tratar dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de nossas operações, que inclui diversos colegiados e áreas do BNDES, englobando desde nossos empregados até o Conselho de Administração.

RATING ASG

Em 2022, a agência Moody's ESG Solutions renovou a avaliação atribuída ao BNDES em 2021, mantendo o rating A1+, o que nos posicionou, então, nos 2% superior do *ranking* das instituições mais sustentáveis do mundo. Atualmente, conduzimos processo para a contratação de uma nova avaliação de *rating* ASG.

COMPROMISSOS

Somos signatários de diferentes pactos, protocolos e acordos de cooperação, além de participarmos de fóruns setoriais e multissetoriais relacionados a desenvolvimento sustentável.

PACTO GLOBAL **[GRI 2-23]**

Desde agosto de 2021, participamos do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que propõe o alinhamento de operações e estratégias das empresas a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Entre os princípios, destaca-se a adoção de uma abordagem preventiva aos desafios ambientais, além do compromisso em apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente, bem como assegurar-se de sua não participação em violações desses direitos. Outros compromissos relativos a direitos humanos são: respeito à liberdade de associação, eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, além da efetiva abolição do trabalho infantil e da discriminação no emprego. Ao aderir à iniciativa, passamos a fazer parte da Rede Brasil do Pacto Global, que estrutura projetos e ações comuns entre mais de 1.500 membros nacionais.

Em 2023, reiteramos nosso compromisso com os princípios do Pacto Global por meio da declaração de apoio continuado, assinada em nome de nosso mais alto executivo. Na ocasião, disponibilizamos publicamente uma comunicação de progresso, na qual relatamos nossas ações para melhorar continuamente a implementação dos dez princípios em nossa estratégia de negócios, cultura e operações diárias.



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos



Accesse www.bndes.gov.br/governanca-sustentabilidade



Saiba mais em www.pactoglobal.org.br/sobre-nos/



Saiba mais em https://cop-report.unglobalcompact.org/COPVier/2023?responseId=R_7rVDDm-dfcWB8QnL



Saiba mais em <https://www.unpri.org/>

PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENT (PRI) [GRI 2-23]

No início de 2023, nos filiamos ao PRI, uma rede internacional de signatários que trabalham em conjunto para colocar em prática seis princípios para o investimento responsável.



Saiba mais em www.bndes.gov.br/acordo-para-promocao-da-diversidade

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

Em 2023, assinamos acordo de cooperação técnica (ACT) com o MDHC, com o objetivo de promover a adequação de nossas políticas de governança ao comprometimento com promoção, defesa, garantia e não violação dos direitos humanos, incluindo a promoção do tema em nossa rede de relacionamentos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A B3

O ACT visa o desenvolvimento do mercado nacional de *exchange traded funds* (ETF, ou fundos de índice), por meio da abertura de canal de debate e estudos voltados para o desenvolvimento de uma classe de ativos democrática e acessível com enorme potencial de crescimento no Brasil. Além do ETF de diversidade, outros índices vêm sendo discutidos e desenvolvidos com a B3.



Saiba mais em <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/odesenvolvimento/detalhe/ETFs-como-investimento-na-agenda-ASG>



Saiba mais em www.bndes.gov.br/outras-politicas-regulamentos

POLÍTICAS

Diversas políticas orientam a gestão de nossa atuação e de nossos impactos, como políticas de ética e integridade, de risco, de diversidade, socioambientais, entre outras. Contamos com normativos relacionados à sustentabilidade em suas dimensões corporativa, operacional e setorial.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSAC) [GRI 2-23]

Nossa PRSAC é uma norma de caráter transversal e abrangente, que estabelece as bases e o direcionamento para nossa atuação em sustentabilidade. Nossos compromissos estão sintetizados nos princípios e nas diretrizes da política, que devem orientar



Acesse <https://www.bndes.gov.br/prsac>

nossas práticas e responder às demandas de partes interessadas.

A PRSAC inclui as dimensões econômica, social, ambiental e climática, bem como os princípios de ética e transparência e respeito integral aos direitos humanos, com uma pauta positiva para inclusão da diversidade e combate e repúdio a toda prática que resulte em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos. Entre suas diretrizes está o estímulo à adoção de melhores práticas de responsabilidade social, ambiental e climática por nossos fornecedores, clientes, instituições financeiras credenciadas e demais parceiros, contribuindo para o avanço do desenvolvimento sustentável. A PRSAC também define o alinhamento de nossa atuação com as normas e políticas públicas brasileiras, considerando pactos e acordos internacionais que promovam desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia neutra em carbono, tais como os ODS, no âmbito da Agenda 2030, e a contribuição nacionalmente determinada (NDC), do Brasil, no Acordo de Paris.

A atual PRSAC foi aprovada em 2022 pelo CA, após o terceiro processo de revisão desde 2010, para adequação à Resolução CMN 4.945/2021. Avanços progressivos na implementação das diretrizes da PRSAC ocorrem por meio da formulação e da implementação de planos de ação trienais. Atualmente está em vigor o de 2022 a 2024.

PROJETO CORPORATIVO [GRI 2-24]

Em 2023, estruturamos, no escopo do planejamento estratégico, um projeto corporativo dedicado ao aprimoramento de nossa gestão socioambiental e climática. Esse projeto encontra-se em fase de implementação e conta com diversas ações relacionadas aos temas de estratégia e políticas, processos, gestão de riscos, capacitação e comunicação, contribuindo para o avanço da agenda do Plano PRSA 2022-2024 e mobilizando diferentes áreas do BNDES para a incorporação da sustentabilidade em nossas práticas de negócios.



Saiba mais na seção Nossa estratégia



Acesse www.bndes.gov.br/politica-genero-diversidade

POLÍTICA DE EQUIDADE DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE [GRI 2-23]

Aprovado pelo CA em 2015 e atualizado em 2024, esse documento reafirma nosso compromisso permanente de contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em nosso ambiente de trabalho e nas instituições que participam de nossa cadeia de relacionamentos. Definimos na política que a valorização da diversidade abrange o respeito à vida e à dignidade de todos os seres humanos, considerando todas as manifestações das diferenças, nos gêneros e orientações sexuais, nas raças e etnias, nas religiões, nas culturas, nas convicções políticas, entre outras.

POLÍTICAS OPERACIONAIS [GRI 2-24]

As políticas operacionais (PO) se referem a nosso principal conjunto de instrumentos de apoio, refletindo nosso planejamento estratégico e nossas prioridades de atuação. Contemplam a regulamentação das condições, dos critérios e das diretrizes de apoio, estabelecendo condições diferenciadas para os instrumentos priorizados, com o objetivo de potencializar nossa atuação.

Lista de exclusão [GRI 2-24]

Em linha com o princípio da precaução, contamos com uma lista de exclusão que veda o apoio a determinados setores e empreendimentos críticos em termos de riscos socioambientais. Um exemplo é o setor elétrico: não apoiamos usinas térmicas a combustíveis fósseis, incluindo, além daquelas movidas a carvão, as térmicas a óleo derivado de petróleo. Outro caso é o setor de mineração, em que não são passíveis de apoio projetos de mineração de carvão para abastecimento de térmicas, além da extração e do beneficiamento de amianto.

Seguimos, ainda, uma série de acordos multilaterais – relativos a temas como espécies ameaçadas, camada de ozônio, poluentes, armas, entre outros – que regulam o financiamento de atividades e projetos. Todas as informações estão disponíveis em nosso site, aumentando a transparência e facilitando o relacionamento com o cliente e as demais partes interessadas.



Saiba mais na seção Nossa estratégia



Saiba mais na seção O que fazemos?

TREINAMENTO [GRI 2-24]

Em 2023, investimos R\$ 467 mil reais em treinamentos ligados a temas socioambientais, dentre os quais seis cursos de pós-graduação, totalizando 84 inscrições. Também disponibilizamos para o corpo funcional, em página de nossa rede corporativa, uma curadoria de cursos, bases de dados e periódicos relacionados ao tema.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE OPERAÇÕES [GRI 2-24] [GRI 3-3]

Dispomos de um regulamento de gestão socioambiental de operações, que representa o desdobramento da PRSAC em termos operacionais, aprovado pela Diretoria Executiva em 2021.

O regulamento estabelece os procedimentos relativos à identificação e ao tratamento dos impactos sociais e ambientais das operações financiadas e está alinhado a boas práticas internacionais. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, conforme a classificação de sensibilidade socioambiental atribuída.

Na análise socioambiental dos clientes, prevista pelo documento, é verificado o atendimento de exigências sociais e legais e de nossas diretrizes e procedimentos relativos à manutenção de emprego e direitos humanos, como a proteção de pessoas portadoras de deficiência e a inexistência de condenação, judicial ou administrativa, por práticas de discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, assédio moral ou sexual.

O procedimento de gestão socioambiental para operações de apoio financeiro diretas, indiretas não automáticas e mistas, aprovado pela Diretoria Executiva em 2022, detalha as orientações estabelecidas no regulamento, definindo o papel das equipes operacionais e socioambientais durante as etapas de análise e acompanhamento dessas operações.

No início da etapa de análise da operação, buscamos identificar riscos socioambientais por meio do levantamento de informações de bases de dados públicas e as fornecidas pelo cliente na



Acesse www.bndes.gov.br/regulamento-gestao-socioambiental-operacoes

Este regulamento encontra-se em processo de revisão, inclusive para incorporação de metodologia de risco climático.

devolutiva do Questionário de Avaliação Socioambiental de Projetos (QASP) e/ou do Questionário de Avaliação Socioambiental da Empresa ou Ente Público (QASE), conforme o caso. Para operações com maior nível de sensibilidade, também realizamos uma avaliação socioambiental para além dos aspectos de regularidade, que inclui a avaliação da gestão socioambiental dos clientes. Como consequência dessa avaliação, podem ser estabelecidas obrigações socioambientais complementares às obrigações legais ou ações previstas no processo de licenciamento.

Categoria ABC:

considera aspectos do licenciamento ambiental, locais, impacto ambiental, questões socioeconômicas no entorno, além de outros elementos relevantes do projeto.

Nível de sensibilidade socioambiental:

definido por meio da ponderação da categoria ABC com o prazo e o valor da operação.

Com a reestruturação organizacional promovida no início de 2023, realocamos a equipe responsável pelas avaliações de risco socioambiental da antiga Área de Gestão Pública e Socioambiental (AGS) para a Área de Gestão de Riscos (AGR), uma medida de aperfeiçoamento de nossa governança, em consonância com as melhores práticas.

CLASSIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA OPERAÇÃO

A avaliação da operação para identificar sua classificação ABC e seu nível de sensibilidade fica a cargo de equipe responsável pela análise socioambiental alocada na Área de Gestão de Riscos, com exceção de algumas operações, cujas linhas de financiamento já são pré-definidas, como é o caso das operações de produtos BNDES Exim Pós-embarque (Linhas BNDES Exim Pós-embarque Bens e BNDES Exim Pós-embarque Aeronaves) e BNDES Exim Pré-embarque. A classificação ABC e o nível de sensibilidade propostos pela equipe responsável pela análise socioambiental são, em seguida, submetidos a aprovação do Comitê de Crédito e Operações (CCOp), por meio do Relatório de Classificação Socioambiental (RCS) da operação.

Ao longo de 2023, foram classificadas, conforme seu nível de sensibilidade, 240 operações diretas, indiretas não automáticas e mistas **[GRI 413-2]**:

- 22 de alta sensibilidade
- 85 de média sensibilidade
- 133 de baixa sensibilidade

As operações classificadas como A e B enquadradas em média ou alta sensibilidade socioambiental passam por análise mais detalhada e complementar à avaliação de regularidade ambiental. Elas abarcam a avaliação das medidas mitigatórias já exigidas pelo órgão ambiental no âmbito do licenciamento e consideram a gestão socioambiental do cliente e sua capacidade

de lidar com os principais riscos e impactos identificados para a operação, além de boas práticas adotadas nos aspectos relacionados ao tema.

Os dois aspectos combinados – nível de sensibilidade socioambiental da operação e capacidade de gestão socioambiental do cliente – determinam o tratamento a ser concedido à gestão do risco socioambiental nas etapas de análise e acompanhamento das operações. Podem ser realizadas recomendações específicas ao cliente, como obrigações contratuais adicionais ao licenciamento ambiental, a fim de mitigar possíveis impactos.

IMPACTO NA BIODIVERSIDADE

[GRI 304-2]

Para todos os projetos apoiados por meio de operações de crédito nas modalidades direta, indireta não automática e mista são analisadas questões como proximidade a unidades de conservação (UC) e sítios Ramsar (lista de áreas úmidas de importância internacional), intervenções em áreas de preservação permanente (APP), bem como ocorrência de supressão de vegetação e de bombeamento de águas subterrâneas em larga escala. Para identificar esses possíveis riscos e impactos, contamos com um sistema de georreferenciamento, além de consultarmos estudos, licenças, autorizações ambientais e imagens de satélite, entre outros documentos. As informações coletadas servem de insumo para a classificação ABC da operação e a definição de seu nível de sensibilidade socioambiental.

Em 2023, 34% (37) das operações classificadas como de alta ou média sensibilidade socioambiental (107 no total) apresentaram fatores de risco potencial associados a aspectos da biodiversidade. Para alguns desses casos, estabelecemos obrigações socioambientais que foram incluídas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, podendo causar situação de inadimplemento não financeiro caso não sejam cumpridas, gerando consequências descritas nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES. As obrigações socioambientais são de caráter complementar às obrigações legais do licenciamento.

Cerca de 13% (14) das 107 operações de alta e média sensibilidade socioambiental contaram com estudos de impacto ambiental (EIA), em atendimento ao processo de licenciamento ambiental – o que envolve avaliação de impactos sociais e ambientais, divulgação pública, elaboração de programas e, muitas vezes, audiência pública.

[GRI 413-1]



Saiba mais em <https://www.ramsar.org/>



Saiba mais na seção [O que fazemos?](#)



Acesse em www.bndes.gov.br/disposicoes-e-normas

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destaca-se a recomendação de comprovar contratação de sociedade ou profissional responsável pela gestão de risco de impactos socioambientais relacionados às atividades do projeto, incluindo as condicionantes do licenciamento ambiental.

IMPACTO NAS COMUNIDADES LOCAIS [GRI 203-1] [GRI 413-1] [GRI 413-2] [GRI 403-7]

Com o objetivo de identificar possíveis impactos adversos nas comunidades do entorno dos projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta, indireta não automática e mista, verificamos se o projeto está sendo executado em região de escassez hídrica, se envolve emissões de poluentes atmosféricos em região já saturada de poluição do ar, bem como se há outros riscos à saúde e à segurança das comunidades afetadas pelo projeto. Avaliamos se implica reassentamento populacional, se pode impactar o acesso das comunidades do entorno ou daquelas afetadas a recursos necessários para atividades produtivas ou de subsistência e se há risco de migração de quantidade significativa de trabalhadores para municípios pequenos. É realizada, ainda, uma busca pela ocorrência de manifestações contrárias ao projeto ou à atuação da empresa.

Além das questões relacionadas ao projeto, para as operações classificadas como de alta ou média sensibilidade socioambiental, é analisada a capacidade de gestão socioambiental do cliente, incluindo: (i) práticas de divulgação de informações relacionadas à mitigação dos riscos socioambientais, abrangendo, por exemplo, programas sociais, de educação e comunicação; (ii) atividades de diálogo e engajamento com comunidades do entorno; e (iii) canais de denúncia tanto para o público interno (funcionários e terceirizados) quanto para o público externo. A avaliação dos aspectos descritos pode gerar recomendações específicas ao cliente, como obrigações contratuais, adicionais ao licenciamento ambiental, como forma de mitigar possíveis impactos adversos.

Em 2023, 31 operações (29%) daquelas classificadas como de alta ou média sensibilidade socioambiental (107 no total) apresentaram fatores de risco potencial relacionados às comunidades locais. Para alguns desses casos foram estabelecidas obrigações socioambientais classificadas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, podendo causar situação de inadimplemento não financeiro, caso não sejam cumpridas, gerando consequências descritas nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES. As obrigações socioambientais são de caráter complementar às obrigações legais do licenciamento. Destacam-se as seguintes recomendações:

- Enviar relatório de empresa independente até o término do prazo de execução do projeto que ateste que o processo de desapropriação ocorreu com a devida comunicação prévia e pagamento de indenização aos proprietários dos imóveis afetados, tendo como base a apresentação de laudos técnicos contemplando os valores dos imóveis a serem desapropriados; e
- Manter ativo e divulgar um mecanismo acessível para recebimento de denúncias e reclamações (preferencialmente número de telefone), obrigatoriamente com possibilidade de anonimato, disponibilizado aos trabalhadores e às comunidades do entorno do projeto.

IMPACTO NOS DIREITOS HUMANOS E PRESSÃO SOBRE TERRAS E COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E/OU PATRIMÔNIO CULTURAL [GRI 403-7] [GRI 408-1] [GRI 409-1]

Verificamos os procedimentos relativos a direitos humanos durante a análise cadastral de empresas solicitantes de financiamento direto, bem como incluímos cláusula social padrão em nossos contratos, com menção explícita ao combate a discriminação de raça e gênero, a exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil e a prática relacionada a trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil. Isso permite, uma vez constatado desrespeito à legislação

em qualquer um desses aspectos, suspender os desembolsos e, em caso de decisão condenatória definitiva, exigir o vencimento antecipado do contrato.

Além disso, buscamos identificar, para todos os projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta e indireta não automática, a ocorrência de potencial impacto adverso sobre povos e comunidades tradicionais, em especial, populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, bem como sobre sítios arqueológicos ou espeleológicos e sobre patrimônio histórico e cultural. Isso é feito com base no Anexo I da Portaria Interministerial 60/2015, que estabelece distâncias-limite para evitar possíveis impactos socioambientais em terras indígenas e quilombolas. Para que os direitos desses povos não sejam violados, caso o projeto esteja localizado dentro dos limites definidos na portaria, é avaliada a possibilidade de ocorrência de impactos adversos sobre essas comunidades e verificado se existem medidas mitigatórias compatíveis.

Em 2023, 14% (15) das operações classificadas como de alta ou média sensibilidade socioambiental (107 no total) apresentaram proximidade a terras indígenas ou áreas remanescentes de quilombo.

Na análise socioambiental de operações, é analisada a capacidade de gestão socioambiental do cliente e também:

- (i) diretrizes e procedimentos para combater práticas discriminatórias (relacionadas a raça, gênero, orientação sexual, deficiência, origem e religião) e de assédio moral e sexual;
- (ii) procedimentos para promoção da saúde e segurança do trabalhador, incluindo a prevenção da ocorrência e da gravidade de acidentes de trabalho;
- (iii) existência de planos de resposta a situações de emergência e a realização de simulados; e
- (iv) procedimentos para monitorar as práticas socioambientais

dos fornecedores. São exemplos de recomendações para operações aprovadas em 2023:

- apresentar códigos de ética/conduita ou documentos similares do cliente do financiamento e das sociedades responsáveis pela implantação, operação e manutenção do projeto, que estabeleçam diretrizes e procedimentos de combate a práticas discriminatórias e de assédio moral e sexual;
- comprovar que as sociedades responsáveis pela implantação, operação e manutenção do projeto têm plano de resposta à emergência, com evidências de sua divulgação para a sociedade e funcionários que trabalham no projeto, contemplando possíveis situações de acidentes e emergências relacionados às atividades do projeto e os procedimentos a serem adotados nesses casos; e
- estabelecer procedimentos específicos para relacionamento, como a criação de comitês de diálogo, que incluam plano de ações de diálogo e relatório de execução dessas ações, com populações indígenas e/ou quilombolas localizadas na proximidade do projeto.

REPARAÇÃO DE DANOS [GRI 2-25]

As minutas padrão do nosso contrato de concessão de crédito preveem os compromissos dos clientes no caso de eventuais danos ambientais causados, constando nesse documento obrigações como, por exemplo:

- Notificar o BNDES sobre a ocorrência de dano ambiental que possa comprometer o(s) projeto(s), indicando as medidas e ações em andamento ou já tomadas pela cliente para corrigir e/ou sanar tais danos e fornecendo eventuais documentos produzidos/emitidos relacionados ao citado evento;
- Declarar que o cliente cumpre o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente e adota medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ou violações ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados em decorrência da finalidade prevista no instrumento contratual.

IMPACTO SOCIOAMBIENTAL EM OPERAÇÕES INDIRETAS [GRI 3-3]

Para as operações indiretas automáticas, a análise dos aspectos socioambientais dos empreendimentos é realizada pelos agentes financeiros, observando os normativos internos expedidos pelo BNDES e os normativos externos aplicáveis. Eles também são responsáveis por avaliar os riscos e realizar o acompanhamento dos financiamentos.

Nesse sentido, avaliamos a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações contidas nos manuais de auditoria do TCU. No acompanhamento das operações da amostra, nossa equipe analisa a documentação e a execução física e financeira do objeto financiado, verificando a conformidade em relação às finalidades previstas e ao cumprimento, por parte das instituições financeiras, de obrigações estabelecidas pelo Banco e por entes externos.

Em caso de descumprimento, são impostas penalidades às instituições credenciadas e, existindo indícios de ilícito penal, os fatos são comunicados às autoridades competentes para apuração.

De forma preventiva, consultamos para todas as operações indiretas automáticas, por meio de serviços informatizados, a existência de alertas ou exigências pendentes relativas aos solicitantes de financiamento, realizando um bloqueio automático da contratação de novas operações por pessoas ou empresas que estejam em situação irregular – por exemplo, na lista de trabalho escravo emitida pelo Governo Federal ou em atividades que não apoiamos. [GRI 409-1]

Também utilizamos informações de cadastros públicos, a exemplo de condenações e inserções em listas que contenham punições ou restrições, como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), da CGU, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

EXIGÊNCIAS ADICIONAIS PARA O CRÉDITO RURAL INDIRETO

Com o objetivo de aprimorar as demais vedações e obrigações de natureza socioambiental já existentes, realizamos uma alteração normativa para operações contratadas por meio dos agentes financeiros credenciados, determinando que não podem ser contratadas operações de crédito rural destinadas a imóvel em que seja identificado desmatamento, exceto se apresentado documento que comprove a regularidade da situação. No caso de identificação de desmatamento sem a comprovação de regularidade, é suspensa a liberação de recursos até a apresentação dos documentos. Em caso de não apresentação da documentação em até 12 meses, a contar da data de notificação realizada pelo BNDES, a instituição financeira credenciada deverá liquidar antecipadamente a operação com o Banco, adotando as demais medidas cabíveis.

Além disso, no fim de 2023 informamos a todas as instituições financeiras credenciadas ao BNDES a decisão de vedar, a partir de março de 2024, operações de crédito rural que tenham como clientes finais pessoas que tenham embargos vigentes registrados na lista do Ibama, sem adoção de medidas efetivas quanto a sua regularização, mesmo que o financiamento pleiteado seja destinado a outro imóvel, livre de embargos.

Aprimoramos, recentemente, os processos internos de monitoramento para identificação automatizada de clientes das operações indiretas automáticas que, posteriormente à contratação, sejam incluídos na lista de trabalho escravo, para tomar as medidas contratuais cabíveis. [GRI 409-1]

Monitoramos, nas operações indiretas automáticas de crédito rural, a existência de áreas embargadas ou com sobreposições com áreas vedadas nos projetos financiados. Com isso, visamos acompanhar de forma mais efetiva os financiamentos que potencialmente possam descumprir as normas socioambientais vigentes, como os embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outras instituições responsáveis.

Saiba mais na seção
Desempenho por tema
estratégico > Agropecuária



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM MERCADO DE CAPITAIS

Também classificamos as operações de mercado de capitais de acordo com a classificação ABC, levando em conta setor, tipo de atividade econômica, localização e magnitude dos impactos socioambientais, conforme determinado na Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais (PSAMC). Por meio dessa política, pretendemos elevar a internalização de boas práticas de



Acesse www.bndes.gov.br/politica-socioambiental-mercado-de-capitais

responsabilidade socioambiental por parte de nossas companhias investidas.

GESTÃO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA NA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS

No âmbito da atividade de estruturação de projetos, visando compatibilizar os esforços de estruturação às diretrizes da PRSAC, em dezembro de 2022, foi aprovado o Regulamento de Gestão Social, Ambiental e Climática da Estruturação de Projetos (Regulamento SAC), com os objetivos de (i) estabelecer as diretrizes e orientações relativas à Classificação de Risco Socioambiental e Climático (Risco SAC) dos projetos e (ii) fortalecer, padronizar e orientar a incorporação das dimensões SAC no âmbito da atividade e das etapas envolvidas na estruturação de projetos do BNDES.

Em 2023, diante da necessidade de uniformizar as práticas e procedimentos para execução do Regulamento SAC, entrou em vigor o Procedimento SAC, que padroniza as atividades a serem desempenhadas e a documentação de referência a ser utilizada pelas equipes responsáveis por estruturação de projetos para (i) classificar o Risco SAC dos projetos nas categorias ABC (a depender do setor de atuação); (ii) fomentar e incluir os aspectos SAC nas especificações técnicas dos termos de referência dos estudos técnicos a serem contratados pelo BNDES; (iii) fomentar e incluir os aspectos SAC no projeto referencial, edital de licitação e na minuta de contrato de concessão (ou parceria), recomendados após a conclusão dos estudos técnicos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE [GRI 3-3]

Contamos com um conjunto de atividades de monitoramento e avaliação que tem como principais propósitos avaliar nossos impactos, prestar contas de nossos resultados e gerar aprendizados que possam aprimorar nossa atuação.

Como previsto em política corporativa sobre o tema, nosso monitoramento e avaliação

englobam um conjunto de processos analíticos, articulados entre si e com o planejamento estratégico, destinados à análise da eficácia e da efetividade de nosso apoio, visando promover melhorias contínuas em nossas atividades.

Para subsidiar essas atividades, são definidos previamente objetivos e indicadores de eficácia e de efetividade para as operações nos “Quadros de Resultados” ou para os instrumentos financeiros nos “Quadros de Teoria da Mudança”. Os indicadores são selecionados pelas áreas operacionais a partir de um conjunto previamente definido com a unidade responsável por monitoramento e avaliação. As unidades operacionais são responsáveis por monitorar e analisar os indicadores, de maneira a contribuir para o aprendizado da organização. A partir da determinação do Acórdão 2.032/2023-Plenário do TCU, iniciamos a alteração de nossos processos para divulgar no *site* do BNDES os principais resultados evidenciados nos Quadros de Resultados dos maiores projetos apoiados, de forma individualizada, com identificação do beneficiado pelo apoio, objeto e valor da operação e dos indicadores apurados que não envolvam sigilo.

Adicionalmente, são realizadas avaliações de efetividade, que são estudos mais profundos sobre determinados tipos de apoio, conforme prioridades estabelecidas pela administração. Essas avaliações podem ser executadas internamente, contratadas ou realizadas em parceria com avaliadores externos.

Bienalmente, elaboramos o Relatório de Efetividade. Aprovado pelo CA, ele consolida os resultados dos indicadores e as evidências geradas pelas avaliações de efetividade, além de incluir recomendações para o aprimoramento de nossa atuação. [GRI 2-12]

Os aspectos SAC derivam de um manual desenvolvido internamente, que contém 91 aspectos da Agenda SAC a serem aprofundados e incorporados na estruturação de projetos com base nas melhores práticas identificadas e analisadas de 19 instituições financeiras internacionais. Este material deve nortear o fomento a ser realizado com os clientes e a inclusão dos aspectos SAC nas especificações técnicas, minutas de editais e contratos de parceria.

Consideramos os seguintes conceitos para avaliar o impacto de nossas ações:

EFICÁCIA: grau de cumprimento das entregas previstas.

EFETIVIDADE: grau de cumprimento dos objetivos previstos, em termos de promoção do desenvolvimento nas dimensões econômica, social, ambiental e/ou institucional.

AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE: análise que busca identificar, por meio de exames sistemáticos, a extensão em que os objetivos foram alcançados.

AVALIAÇÕES DE EFETIVIDADE [GRI 203-2]

Em 2023, publicamos dois relatórios de avaliação de efetividade (RAE):

| TEMA DA AVALIAÇÃO | RESULTADO |
|---|---|
| <p>7 Efeitos socioeconômicos municipais da construção de usinas hidrelétricas apoiadas pelo BNDES.</p> <p> Acesse https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22905</p> | <p>Os resultados indicaram que a construção de usinas hidrelétricas está associada a efeitos positivos sobre indicadores socioeconômicos (como PIB, empregos formais, matrículas escolares e receita tributária) no nível local. Os impactos são mais pronunciados para os municípios que receberam a efetiva construção da usina, mas também são positivos para aqueles afetados com a área alagada.</p> |
| <p>16 Construindo capacidades fiscais: uma avaliação do impacto do PMAT sobre os municípios brasileiros.</p> <p> Acesse https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/23186</p> | <p>Os resultados obtidos mostraram que o programa teve efeitos positivos no crescimento da arrecadação tributária, em despesas como saúde e educação, e sobre o PIB dos municípios apoiados no período analisado. Os efeitos observados foram maiores para os apoios de maior intensidade (proporção do apoio com relação às receitas correntes do município), para operações diretas, em municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e em municípios da região Nordeste.</p> |

SCORING DE IMPACTO

Utilizamos a ferramenta *scoring* de impacto para identificar impactos potenciais dos projetos de investimento que financiamos nas *esteiras corporativa*, de *project finance* e não reembolsável. Os impactos são identificados na fase de análise e encaminhados para ciência das alçadas decisórias no fluxo de aprovação das nossas operações.

Em 2023, o *scoring* de impacto foi aplicado a 138 operações, que representaram um valor aprovado de R\$ 47,5 bilhões, equivalente a 27% do total aprovado pelo Banco no período. Dessa forma, mapeamos como principais impactos positivos potenciais dessas operações seus efeitos sobre cadeias produtivas, emprego, acesso

a crédito e infraestrutura, além de contribuições para um meio ambiente equilibrado e para mitigação ou adaptação à mudança do clima.

Referente à cadeia produtiva, ao emprego e à ampliação de infraestrutura, o percentual de aplicações do *scoring* de impacto em que se identificaram impactos positivos relevantes, em 2023, foi superior a 50%. Considera-se que houve impacto relevante sobre a cadeia produtiva nas operações em setores com elevado encadeamento, isto é, em que a atividade é intensamente interligada à de outros setores. As operações com impacto relevante sobre emprego são aquelas nas quais se espera a criação, na fase de implantação dos investimentos ou na fase de operação, de seis novos postos de trabalho a cada R\$ 1 milhão financiado e aquelas em setores com elevada proporção de empregados com ensino superior. As operações que ampliam a infraestrutura são aquelas nos setores de: água, esgoto e lixo; eletricidade e gás; construção; mobilidade urbana; transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; e telecomunicações.

O *scoring* de impacto, desenvolvido internamente pelo BNDES, é baseado em um questionário composto de 60 perguntas objetivas, divididas nas dimensões econômica, social e ambiental, que são respondidas pelas equipes operacionais durante a fase de análise dos projetos. O resultado obtido com o *scoring* de impacto é um dos elementos considerados para a aprovação dos projetos.



Saiba mais na seção
O que fazemos?

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras consolidadas incluem, além do BNDES e de suas subsidiárias integrais, seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva: Fundo BB Juno (Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Fundo BB Gaia (Fundo de Investimento de Renda Fixa) e Fundos BB Gaia II e III (Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa, cujas aplicações se dão exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia). [GRI 2-2]

As demonstrações financeiras intermediárias do BNDES e da FINAME são preparadas de acordo com as disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, normas do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), e, subsidiariamente, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não conflitantes com as regulamentações do BCB e do CMN. Essas demonstrações são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

As informações trimestrais da BNDESPAR são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei 6.404/1976, às normas emanadas pela CVM, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB). [GRI 2-3]

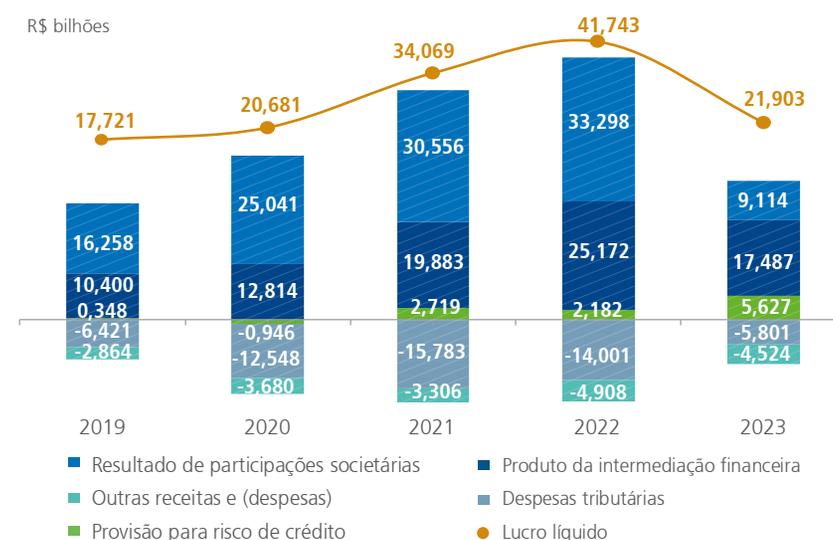
Para consultar informações mais aprofundadas sobre o desempenho financeiro, incluindo as demonstrações financeiras das subsidiárias e consolidadas, acesse <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.



Saiba mais na seção O Banco do desenvolvimento do Brasil

RESULTADO

Em 2023, o lucro líquido alcançou R\$ 21,903 bilhões, decréscimo de 47,5% em relação aos R\$ 41,743 bilhões de 2022. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pelos resultados com participações societárias (decréscimo de 72,6% em relação ao exercício anterior) e com intermediação financeira (queda de 15,5% em relação ao exercício anterior).



RESULTADO RECORRENTE

Desde 2020, divulgamos, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o resultado recorrente do Sistema BNDES e sua conciliação com o lucro líquido.

| | R\$ milhões | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 |
| Lucro líquido contábil | 21.903 | 41.743 | 34.069 | 20.681 |
| Efeitos não recorrentes | 807 | (9.995) | (16.726) | (13.192) |
| Lucro recorrente | 22.710 | 31.748 | 17.343 | 7.489 |
| Provisão para risco de crédito (PRC) | (5.627) | (2.182) | (2.719) | 946 |
| Receita com dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) | (8.547) | (19.178) | (7.787) | (2.167) |
| Tributos sobre PRC e dividendos | 3.319 | 2.131 | 1.728 | 133 |
| Lucro recorrente ajustado | 11.855 | 12.519 | 8.565 | 6.401 |

Os efeitos considerados não recorrentes, embora relacionados a nossos negócios, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis. Seu destaque, no entanto, possibilita melhor compreensão e avaliação do lucro recorrente. Dentre os principais efeitos não recorrentes, ressalta-se o resultado com alienações de participações societárias, notadamente em 2020 e 2021.

A provisão para risco de crédito (PRC) e a receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de investimentos em não coligadas, embora classificadas como eventos recorrentes, historicamente impactam nosso resultado de forma adversa. Em relação à provisão, isso ocorre pela constituição em contextos específicos ou pela reversão em virtude da recuperação de créditos. A receita com dividendos e juros sobre capital próprio, por sua vez, aumentou de forma expressiva nos períodos apresentados em função da política de dividendos adotada pela Petrobras. Visando possibilitar a análise de como tais fatores influenciam o resultado recorrente do BNDES, apresentamos também o lucro recorrente ajustado em relação à PRC e à receita com dividendos e JCP.

Em 2023, o lucro recorrente ajustado foi de R\$ 11,855 bilhões, decréscimo de 5,3% em relação aos R\$ 12,519 bilhões de 2022, destacando o menor resultado com intermediação financeira, ocasionado pelas liquidações antecipadas de dívidas ao Tesouro Nacional. Essa redução foi atenuada pelo aumento do resultado de crédito decorrente do crescimento da carteira média.

RESULTADO COM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

É composto por resultado com alienações, receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), resultados com equivalência patrimonial, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, despesa com *impairment* e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

Em 2023, o resultado positivo com participações societárias foi de R\$ 9,114 bilhões, inferior aos R\$ 33,298 bilhões obtidos em 2022, principalmente em função do menor volume de recebimento de dividendos e JCP (R\$ 8,547 bilhões em 2023 ante R\$ 19,178 bilhões em 2022), do decréscimo do resultado bruto com alienações (R\$ 161 milhões em 2023 ante R\$ 3,589 bilhões em 2022) e da reclassificação do investimento na JBS

de “coligada” (ações avaliadas pelo método da equivalência patrimonial) para “não coligada” (ações avaliadas a valor justo) em 2022, devido à perda de influência significativa, sem efeitos correspondentes em 2023.

PRODUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

É o resultado das aplicações em disponibilidades e carteiras de crédito e repasses, além de títulos e valores mobiliários.

A redução do saldo médio das disponibilidades provocou decréscimo no resultado da tesouraria, atenuado pelo aumento do resultado da carteira de crédito e repasses, resultando em queda de 30,5% do produto de intermediação financeira em 2023.

PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO

Monitoramos continuamente o risco de crédito de nossos devedores. Conforme exigência do BCB, na Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, constituímos provisões de acordo com a classificação de risco das operações e com o período de atraso de pagamentos de obrigações financeiras. Dessa maneira, mantemos capital suficiente para absorver eventuais perdas.

O valor provisionado para 2023 foi de R\$ 14,564 bilhões (considerando, além da PRC sobre operações de crédito e repasses, a PRC sobre venda a prazo de títulos e outros direitos recebíveis), apresentando redução em relação aos R\$ 19,242 bilhões de 2022, o que reflete melhora no *rating* de alguns clientes e recuperações de crédito.

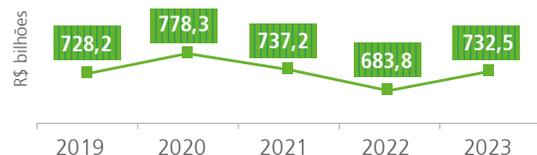
Essa reversão de provisão observada em 2023 decorre, em grande parte, da conversão de créditos 100% provisionados, em períodos anteriores, em debêntures, compensada por despesa com *impairment* no mesmo montante, sem impacto no lucro líquido, além de recebimentos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e de reclassificações de risco.

GARANTIAS

Temos como prática para nossas operações a exigência de garantias de crédito, consideradas para fins regulatórios e para precificação do risco da operação.

ATIVOS

ATIVOS TOTAIS



Em 2023, os ativos totais somaram R\$ 732,5 bilhões, com aumento de R\$ 48,727 bilhões (7,1%) em relação a 2022. Esse acréscimo está relacionado, principalmente, à valorização da carteira de ações e ao aumento da carteira de crédito e repasses.

CARTEIRA DE CRÉDITO E REPASSES

A carteira de crédito e repasses compreende os financiamentos concedidos de forma direta (operações de crédito) ou indireta por meio de instituição financeira credenciada (operações de repasses), líquidos de provisão para risco de crédito.

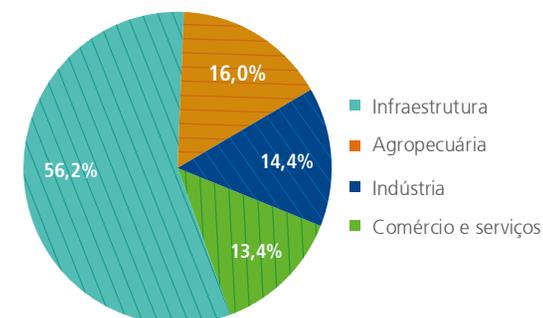


O acréscimo de R\$ 21,157 bilhões (4,5%) na carteira líquida no exercício de 2023 foi influenciado pela apropriação de juros e atualização monetária nesse período, efeito parcialmente atenuado pelas liquidações de operações, que superaram os desembolsos no exercício em R\$ 19,763 bilhões.

CARTEIRA POR TIPO DE OPERAÇÃO (2023)



CARTEIRA POR SETOR (2023)



TESOURARIA

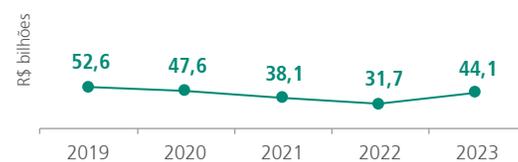
A tesouraria é composta, basicamente, por títulos públicos federais e aplicações em operações compromissadas, que representavam 91,7% do saldo em 31 de dezembro de 2023.



Realizamos aplicações financeiras para preservar o valor dos recursos próprios e de terceiros ainda não desembolsados. Em 2023, a carteira da tesouraria manteve-se estável.

OUTROS ATIVOS

Outros ativos compreendem, basicamente, créditos tributários, debêntures e dividendos a receber, que representavam, em 31 de dezembro de 2023, 88,6% do saldo.

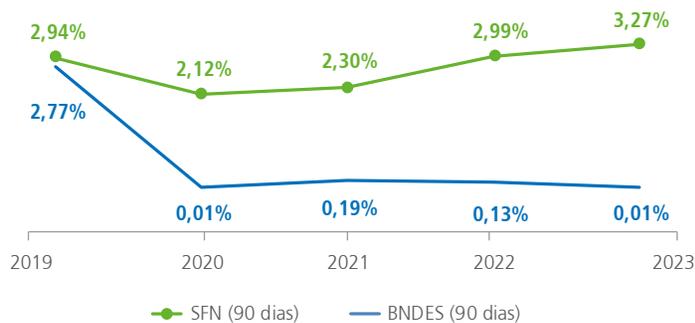


O crescimento de 39,1% em 2023 refletiu, principalmente, o aumento do saldo da carteira de debêntures, especialmente em função de novos investimentos, que totalizaram R\$ 18,9 bilhões.

INADIMPLÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A inadimplência de nossa carteira de crédito e repasses atingiu 0,01% (+90 dias) em 31 de dezembro de 2023, ficando abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que registrou 3,27% na mesma data. Em 2023, o indicador apresentou redução, seguindo a tendência de melhora da qualidade da carteira.

Em 2023, o índice de renegociação atingiu 4,53% da carteira de crédito e repasses, valor superior aos 1,26% registrados em 2022. Tal acontecimento é explicado pela realização de operações de conversão de créditos em debêntures e assunção de dívidas, com alterações das condições financeiras originalmente contratadas.



Nota: O valor da inadimplência do SFN em 2019 sofreu pequena alteração em relação ao valor publicado no último relatório, pois a cada atualização dos dados, o BCB também revisa os dados divulgados anteriormente. Assim, em dezembro de 2023, constava a informação de 2,94% para a inadimplência do SFN neste período.

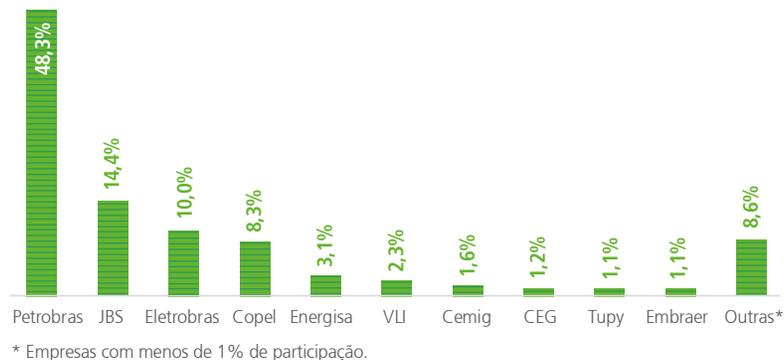
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias contempla investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados de forma direta no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou, ainda, pela integralização de capital no BNDES pelo Tesouro Nacional; também compreende a participação em fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos mediante rigoroso processo de seleção.

O aumento de 27,4% em relação a 2022 reflete a valorização da carteira de ações em não coligadas, com destaque para a Petrobras, que teve valorização de R\$ 13,088 bilhões.

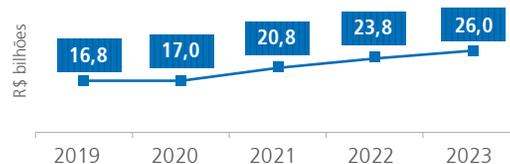


PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
(participações em coligadas + não coligadas em 31.12.2023)



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ÍNDICE DE CAPITAL PRÓPRIO (%)



FONTES DE RECURSOS

O retorno de nossas próprias operações de crédito, somado a entrada de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), constituem a parcela principal de ingressos do fluxo de caixa do BNDES, que é complementada por outros fundos governamentais, captações no exterior, emissões públicas e instrumentos bancários.

Com a instituição da Taxa de Longo Prazo (TLP), que se equiparou às taxas de mercado em 2023 devido ao fim do fator de desconto, e as liquidações antecipadas de empréstimos tomados com o Tesouro Nacional, temos nos estruturado para buscar fontes alternativas de recursos.

Fontes governamentais

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Conforme instituído na Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a arrecadação do FAT tinha como destinação exclusiva o custeio do Programa Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Em 2019, com a Reforma da Previdência, foi incluída também a destinação para outras ações da previdência social (gastos previdenciários).

Desde 2021, observou-se movimentação relevante de recursos do FAT para essa nova categoria, sendo R\$ 9,81 bilhões em 2021, R\$ 17,63 bilhões em 2022 e R\$ 20,1 bilhões em 2023.

Ao longo de 2023, a relevância desse tipo de saída de recursos do FAT motivou discussões tanto no âmbito do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), quanto em alçadas superiores



Saiba mais no Texto para Discussão 158: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): resultados recentes e perspectivas, disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/24105/1/PR-Fol216044_TD%20158_FAT_a.pdf

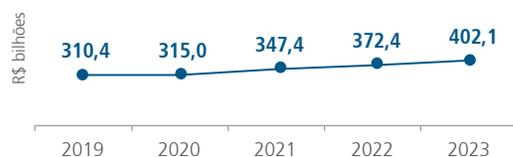
OS RECURSOS DO FAT SÃO CAPTADOS EM DUAS MODALIDADES:

FAT Constitucional: prevê aplicação em programas de desenvolvimento econômico a partir de diretrizes estabelecidas pela Política de Aplicação de Recursos do FAT Constitucional.

FAT Depósitos Especiais: destinada a programas e setores específicos, previamente determinados e aprovados pela Secretaria Executiva do Codefat.

do Governo Federal, sem, contudo, ter se viabilizado, até o momento, alteração ou regulamentação para a nova destinação de recursos do fundo.

Em 2023, o FAT permaneceu como nossa principal fonte de recursos institucionais, com saldo de R\$ 402,145 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 397,403 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 4,742 bilhões do FAT Depósitos Especiais). Foram captados, ao longo do exercício, R\$ 23,274 bilhões de recursos do FAT.



Tesouro Nacional

Em janeiro de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou a irregularidade dos empréstimos concedidos pela União a instituições financeiras controladas, firmados mediante emissão direta de títulos públicos.

No quarto trimestre de 2022, fechamos proposta com o então Ministério da Economia para um novo cronograma de devolução de passivos ao Tesouro Nacional, após nova recomendação do TCU no âmbito do Acórdão 56/2021. Do valor ainda devido, pagamos R\$ 45 bilhões em novembro de 2022, restando pagar aproximadamente R\$ 22 bilhões até 30 de novembro de 2023.

A decisão aprovada pelo Conselho de Administração do Banco foi construída com base em premissas alinhadas ao plano de negócios em vigor à época e em respeito às condições definidas pelos acórdãos do TCU, que indicavam o não comprometimento da estabilidade da instituição financeira, entre outras ressalvas.

Assumimos também, como premissas, a não utilização de recursos do FAT, a não realização de captações com a finalidade de amortizar os passivos, a preservação da solidez e do equilíbrio financeiro-patrimonial e da capacidade de desenvolvimento de nossas atividades, e a manutenção dos

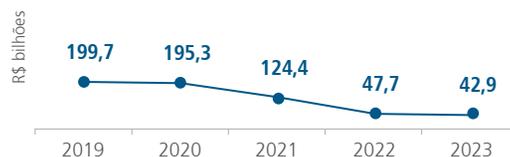
índices de capital acima dos limites mínimos gerenciais e regulatórios.

Com base nessas premissas, no entanto, análises financeiras realizadas em 2023 indicaram que não tínhamos recursos próprios suficientes para realizar o pagamento dos mais de R\$ 22 bilhões previstos para novembro do mesmo ano. Enviamos, então, proposta de revisão do cronograma de devolução à União dos recursos declarados irregulares. A proposta, validada pelo TCU em novembro de 2023, contempla o pagamento de oito parcelas de amortizações extraordinárias anuais, nos meses de dezembro, entre 2023 e 2030, para amortização integral dos recursos considerados como de origem irregular pelo Tribunal.

A execução do plano foi aprovada pelo TCU e pelo Ministério da Fazenda, e a primeira parcela foi paga em dezembro de 2023 no valor de R\$ 1,8 bilhão.

Desde 2015, não captamos mais recursos com o Tesouro Nacional. Considerando as liquidações ordinárias de principal e juros iniciadas em 2009, além das liquidações antecipadas realizadas desde 2015, as devoluções ao Tesouro totalizaram aproximadamente R\$ 696 bilhões ao fim de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações com o Tesouro Nacional totalizaram R\$ 42,894 bilhões, equivalentes a 5,9% do passivo total, dos quais R\$ 9,059 bilhões correspondem a instrumentos elegíveis ao capital principal e R\$ 33,835 bilhões, a operações de repasse.



Outras fontes governamentais

- Fundo da Marinha Mercante (FMM): em 2021, renovamos o convênio com o Ministério da Infraestrutura até 2026 e, em 2023, recebemos repasses de R\$ 617 milhões do fundo.
- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC): em 2023, foi realizado um aditivo ao contrato vigente para repasse de recursos do fundo, tendo sido transferidos R\$ 637 milhões no ano.

Não recebemos ajuda financeira do governo, pois somos uma empresa estatal não dependente com controle direto da União, conforme legislação vigente.

[GRI 201-4]

- Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB): em 2023, assinamos o quarto termo aditivo ao contrato com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com vigência de um ano. Ao fim do ano, o patrimônio do fundo chegou a R\$ 7,5 milhões.
- Fundo Setorial do Audiovisual (FSA): em 2023, recebemos repasses de mais de R\$ 2 bilhões para o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual do país, sendo os valores repassados ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT): em 2023, recebemos transferências de R\$ 425 milhões do fundo.
- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust): em 2023, celebramos aditivo ao contrato para captação de recursos do fundo, tendo recebido mais R\$ 1 bilhão.
- Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel): em 2023, firmamos o sexto contrato com o Ministério das Comunicações, e recebemos repasse de R\$ 186 milhões de recursos para apoiar projetos voltados ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia no setor de telecomunicações.
- Fundo Amazônia: em 2023, o fundo voltou a receber doações, que totalizaram R\$ 150 milhões.
- Programa Rota 2030: em 2023, captamos R\$ 41 milhões para aplicação ao programa.

NOVO FUNDO CLIMA

Em agosto de 2023, relançamos o Fundo Clima, em conjunto com o MMA, com ampliação dos recursos que montarão R\$ 10,4 bilhões em 2024 e terão foco em seis áreas: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidade verdes; transição energética, florestas nativas e recursos hídricos; e serviços e inovação verdes.

A nova fase do Fundo será voltada a projetos estruturantes e ao combate às mudanças climáticas, de forma articulada ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Plano de Transição Ecológica, políticas públicas do Governo Federal. O objetivo é gerar vantagens competitivas para o país, com desenvolvimento de tecnologia nacional, emprego verde de qualidade e resiliência climática, com foco na população mais vulnerável às mudanças climáticas.

ATUAÇÃO COMO DEALER DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em 2023, permanecemos credenciados para atuar como *dealer* do mercado aberto com o BCB, o que nos permite acessar a contratação direta das operações de *go around* (leilão informal realizado pelo BCB diariamente para prover a liquidez adequada ao mercado financeiro) e de nivelamento de liquidez bancária.

Dado que o volume financeiro transacionado pelo BNDES é bastante elevado, as operações efetuadas como *dealer* são importantes instrumentos para a gestão de nosso caixa. A prerrogativa de operar diretamente com o BCB proporciona flexibilidade diante de imprevistos no fluxo de caixa e redução dos riscos de aplicação.

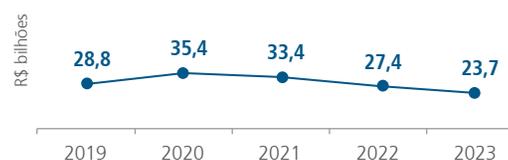
OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023, os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) representavam 17,9% do saldo de outros passivos. Além desses recursos, R\$ 34,590 bilhões são referentes a operações compromissadas, devido a nossa atuação como *dealer* do BCB e contraparte de outras instituições financeiras no mercado bancário, com contrapartida na Carteira de Tesouraria.



CAPTAÇÕES NO EXTERIOR

Inclui emissões de *bonds*, *green bonds*, repasses de instituições multilaterais e outros empréstimos. Em 2023, o endividamento oriundo de captações externas apresentou redução de 13,5% em relação ao exercício anterior, cabendo destacar amortizações de R\$ 7,943 bilhões e o efeito da desvalorização cambial.



Emissão de títulos externos (*bonds*)

Há mais de trinta anos, atuamos com emissões de títulos externos, visando expandir e diversificar nossas fontes de recursos e nossa base de investidores, incentivar o acesso de outros emissores brasileiros ao mercado de *bonds*, desenvolver o mercado de títulos ASG e criar pontos de referência em nossa estrutura a termo de taxa de juros internacionais.

O saldo com obrigações de *bonds* totalizou R\$ 2,424 bilhões em 31 de dezembro de 2023. No mesmo ano, houve decréscimo de R\$ 5,651 bilhões, decorrentes de vencimentos de *bonds* e variação cambial.

Captações com organismos multilaterais

Em 2023, as captações externas com organismos internacionais apresentaram-se como importante fonte complementar de recursos para o BNDES. Dando continuidade a negociações iniciadas em anos anteriores e abrindo novas frentes de cooperação financeira, foram contratados US\$ 3,2 bilhões em empréstimos internacionais, dos quais US\$ 1,25 bilhões foram desembolsados em 2023.

Essas contratações se deram com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o China Development Bank (CDB), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o New Development Bank (NDB) e o KfW, banco de desenvolvimento da Alemanha. Já os desembolsos, ou seja, a entrada dos recursos no BNDES, foram relativos à captação com o BID (US\$ 750 milhões) e com o CDB (US\$ 500 milhões).

As operações de captação com organismos internacionais são lastreadas por projetos em diversos setores, como infraestrutura sustentável de forma geral – incluindo mobilidade urbana, segurança alimentar e resiliência climática no semiárido – e operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

O saldo de nossos empréstimos com agências governamentais e instituições multilaterais totalizou R\$ 21,248 bilhões

em 2023. Houve ingresso de recursos de R\$ 6,082 bilhões no ano, atenuado por liquidações de R\$ 2,882 bilhões.

CAPTAÇÕES INTERNAS

Letras financeiras do BNDES

Dispomos de instrumentos de captação no mercado local, como letras financeiras (LF) e letras de crédito do agronegócio (LCA), que são títulos de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, emitidos exclusivamente por instituições financeiras e outras instituições com funcionamento autorizado pelo BCB.

Essas operações integram a estratégia de desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento a fontes tradicionais de recursos, para fazer frente a nossas necessidades orçamentárias de investimentos e futuros desembolsos.

Em 2023, o BNDES não realizou captações no mercado local.

LETRA DE CRÉDITO DO DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

Com o objetivo de reforçar nossa capacidade de financiamento, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, em dezembro de 2023, projeto de lei com proposta de criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD) e de diversificação das taxas de juros pagas pelo Banco ao FAT.

As LCDs deverão funcionar como instrumentos de captação de recursos para o BNDES e para bancos de desenvolvimento estaduais, com previsão de benefício tributário similar ao de LCAs, Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e debêntures de infraestrutura. Esse tipo de instrumento é comumente adotado por bancos de desenvolvimento ao redor do mundo, a exemplo do alemão KfW, para apoiar segmentos não atendidos pelo mercado de crédito privado.

Além de contribuir para reduzir a taxa de juros aos tomadores de crédito, a LCD ajudará a diminuir a dependência do BNDES em relação aos recursos do FAT.

Para dar ampla transparência ao uso do instrumento, a proposta prevê a publicação de relatórios anuais de prestação de contas e avaliações de impacto sobre os projetos apoiados por recursos captados pela LCD.

A medida de diversificação de taxas, por sua vez, visa corrigir problemas identificados na TLP, como sua alta volatilidade em decorrência de sua associação à taxa de inflação (IPCA) e ao custo do título da dívida pública (NTN-B de cinco anos).

A proposta encaminhada ao Congresso prevê que, além da TLP, a taxa Selic e taxas pré-fixadas também poderão ser usadas pelo BNDES para remunerar o FAT. A medida não envolve custo fiscal e traria maior flexibilidade para os tomadores de crédito, que poderiam optar pelas diferentes taxas, de acordo com sua necessidade.

TAXAS DE JUROS

TAXA DE LONGO PRAZO (TLP)

Referência para nossos empréstimos desde 2018, a TLP é composta por uma parcela fixa, definida na contratação e divulgada pelo BCB a cada mês, e outra variável, relativa ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A concessão de crédito em condições financeiras referenciadas pela TLP pode incorporar ou não a variação mensal do IPCA ao principal da dívida. Em 2023, a TLP se alinhou às taxas de mercado.

TAXA FIXA DO BNDES (TFB)

Criada em 2018, a TFB busca reduzir incertezas quanto à variação do custo de nosso financiamento, principalmente para pequenas e médias empresas que poderiam ter dificuldades para gerenciar passivos indexados à inflação.

SELIC EXIGÍVEL

Nesse referencial de custo financeiro para nossos produtos indiretos automáticos, exige-se o pagamento da integralidade dos juros a cada período, havendo redução mais rápida do saldo devedor e menor despesa com juros pelos clientes.

TAXA REFERENCIAL (TR)

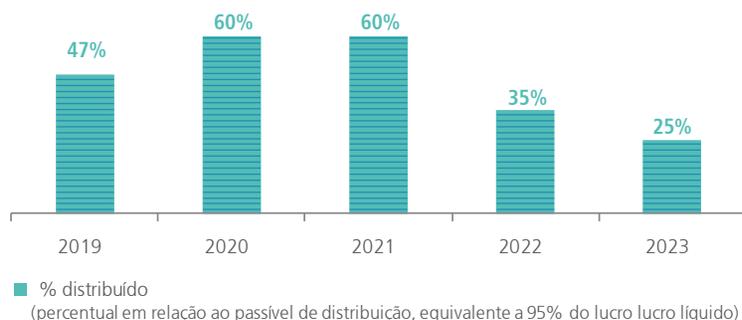
Em 2023, o BNDES passou a poder financiar a inovação e a digitalização no país, tendo por juros a TR. Por meio de previsão da Lei 14.592, de 30 de maio de 2023, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, até 1,5% dos recursos do FAT repassados ao BNDES podem ser remunerados pela TR, desde que destinados a operações de financiamento a inovação e digitalização apoiadas pelo Banco.

TAXA FIXA EM DÓLARES (TFBD)

A TFBD foi criada em 2023 com o objetivo de prover uma solução de financiamento ligada à variação cambial, com uma taxa fixa de juros, destinada aos clientes que têm receitas atreladas ao dólar e buscam uma linha de crédito que sirva como um *hedge* natural, ou seja, uma proteção às variações da moeda.

REMUNERAÇÃO AO TESOURO NACIONAL

(dividendos e juros sobre capital próprio)



Nota: Em 2022, divulgamos o percentual de 25% de remuneração ao Tesouro Nacional, pois inicialmente foram propostos apenas os dividendos mínimos obrigatórios (25%), no montante de R\$ 9,914 bilhões, pagos em abril de 2023. No entanto, em 2023, foram reconhecidos dividendos complementares de R\$ 4 bilhões sobre o lucro de 2022, compondo, assim, o total de R\$ 13,914 bilhões, ou 35% do lucro passível de distribuição de 2022.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O crescimento do patrimônio líquido em 15,2% em 2023 reflete os efeitos do lucro líquido de R\$ 21,903 bilhões no exercício, além do ajuste de avaliação patrimonial positivo de R\$ 7,304 bilhões, atenuados pela distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9,202 bilhões.



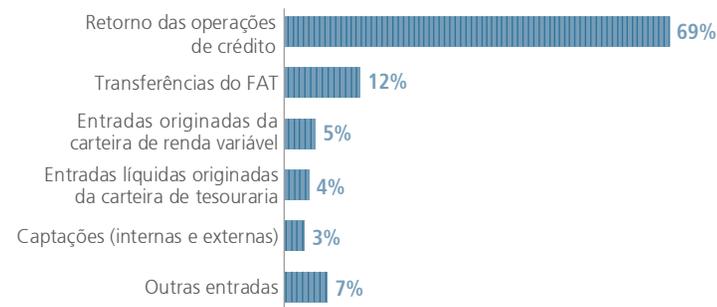
De acordo com a Política de Dividendos vigente, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional está limitado a 60% do lucro líquido ajustado, que é o lucro líquido do exercício diminuído do montante destinado à constituição da reserva legal, conforme determina o art. 202 da Lei 6.404/1976.

Em 2023, realizamos o pagamento de dividendos ao Governo Federal no total de R\$ 10,425 bilhões, a título de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao ano de 2022, sendo R\$ 3,367 bilhões na forma de juros sobre o capital próprio.

Foi destinado a ser pago em 2024 o montante de R\$ 5,202 bilhões (25% do lucro líquido ajustado), a título de dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R\$ 4,491 bilhões devem se dar na forma de juros sobre o capital próprio. Outros R\$ 7,283 bilhões (35% do lucro líquido ajustado) foram destinados à Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, cujo pagamento deve ser objeto de deliberação em assembleia, nos termos do Estatuto do BNDES. Foi destinado, ainda, o montante de R\$ 4 bilhões, a título de dividendos complementares sobre o lucro de 2022.

FLUXO DE CAIXA POR FONTES DE RECURSOS (2023)

PERFIL DAS ENTRADAS DE RECURSOS

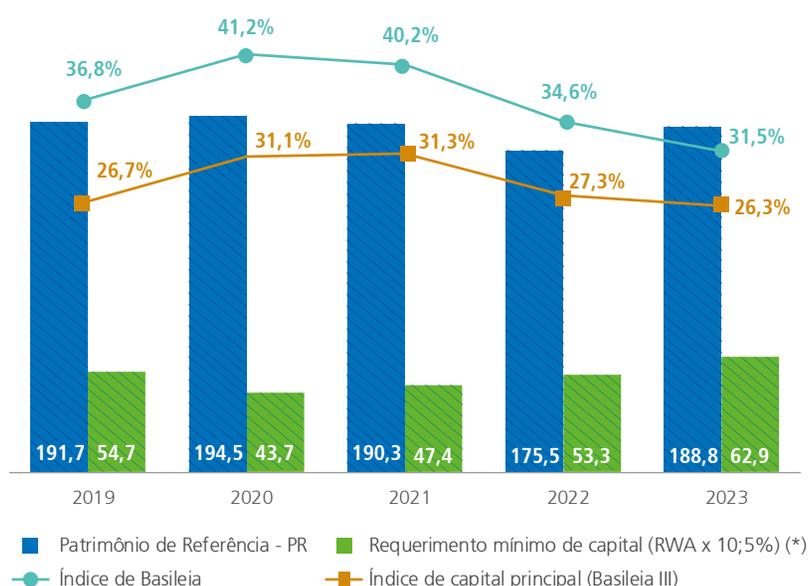


INDICADORES

| INDICADORES | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Retorno sobre Ativo Total (ROA) | 2,47% | 2,93% | 4,69% | 6,03% | 3,19% |
| Retorno sobre patrimônio (ROE) | 28,64% | 26,55% | 34,23% | 35,48% | 17,11% |
| Índice de cobertura (provisão/créditos inadimplentes)* | 1,10 | 126,83 | 14,08 | 25,85 | 158,95 |
| Provisão/carteira de crédito e repasses | 3,15% | 4,29% | 4,30% | 3,28% | 2,21% |
| Índice créditos AA-C | 95,35% | 91,94% | 91,26% | 93,58% | 96,54% |

*Inadimplência: a partir de 30 dias de atraso.

CAPITAL REGULATÓRIO



(*) De 2016 a 31/03/2020 era 10,5%. Entre 01/04/2020 e 31/03/2021 = 9,25%. Entre 01/04/2021 e 30/09/2021 = 9,625%. Entre 01/10/2021 e 31/03/22 = 10%. A partir de 01/04/2022 = 10,5%

O patrimônio de referência (PR), base para o cálculo dos limites prudenciais estabelecidos pelo BCB, totalizou R\$ 188,8 bilhões ao fim de 2023 (R\$ 175,5 bilhões em dezembro de 2022). O acréscimo reflete os impactos já citados no patrimônio líquido, atenuados pela redução de R\$ 5,268 bilhões do FAT como capital de nível 2, seguindo cronograma definido pela Resolução CMN 4.679, de 31 de julho de 2018. O Índice de Basileia manteve-se em situação confortável, oscilando de 34,6%, no fim de dezembro de 2022, para 31,5% em dezembro de 2023, acima dos 10,5% exigidos pelo BCB. A queda reflete impacto da nova metodologia implementada pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022, que entrou em vigor em 1º de julho de 2023.

RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA (2023) [GRI 201-1]

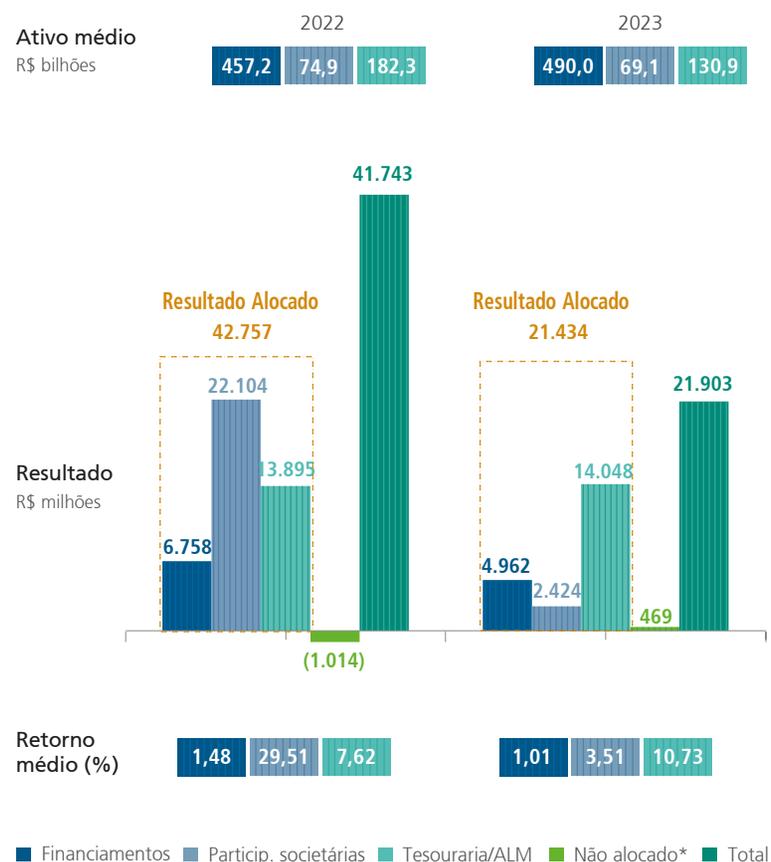
Importante indicador do papel social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da empresa na geração de riqueza para a economia na qual está inserida e sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2023 foi de R\$ 30,459 bilhões, desempenho 48% inferior ao de 2022, provocado em grande parte pelo menor resultado com alienações de participações societárias e com receita de dividendos e juros sobre capital próprio.

| R\$ MILHÕES | FINANCIAMENTOS | PARTIC. SOCIETÁRIAS | TESOURARIA/ALM | NÃO ALOCADO | TOTAL |
|---|----------------|---------------------|----------------|-------------|--------|
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 12.202 | 3.364 | 14.424 | 469 | 30.459 |
| Pessoal e encargos | 1.831 | 238 | 95 | - | 2.164 |
| Remuneração direta | 1.097 | 142 | 57 | - | 1.296 |
| Benefícios | 639 | 83 | 33 | - | 755 |
| FGTS | 90 | 12 | 5 | - | 107 |
| Outros | 5 | 1 | - | - | 6 |
| Participação dos empregados no lucro | 247 | 32 | 13 | - | 292 |
| Impostos, taxas e contribuições | 5.156 | 669 | 268 | - | 6.093 |
| Federal | 5.117 | 664 | 266 | - | 6.047 |
| Estadual | - | - | - | - | - |
| Municipal | 39 | 5 | 2 | - | 46 |
| Aluguéis | 6 | 1 | - | - | 7 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 1.178 | 576 | 3.336 | 111 | 5.202 |
| Lucros (prejuízos) retidos do período | 3.784 | 1.848 | 10.712 | 358 | 16.701 |

INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Definimos nossos segmentos com base na natureza das formas de apoio em relatórios disponibilizados à administração para análise de desempenho e tomada de decisões. A metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios retrata, ainda, a alocação dos custos de captação baseada na gestão integrada de recursos (*asset liability management* – ALM).



(*) Efeito das diferenças temporárias de IR/CSLL e alteração de alíquota.

FINANCIAMENTOS

Majoritariamente carteiras de crédito e repasses, líquidas de provisão, além de debêntures.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Engloba investimentos, quer em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa), quer em outras empresas, mensurados ao valor justo (sobre os quais não há influência significativa).

TESOURARIA/ALM

Majoritariamente, títulos públicos e aplicações em fundos DI, além da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), o que inclui atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos.

NÃO ALOCADO

Inclui os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

GESTÃO TRIBUTÁRIA

A governança sobre a questão tributária é distribuída entre nossas diferentes áreas, que ficam responsáveis por sua apuração, pagamento e registro contábil no Sistema Integrado de Tributos. No âmbito da gestão de riscos operacionais, os riscos associados ao processo de gestão tributária são identificados, avaliados e tratados pelos gestores da atividade. Nesse contexto, os controles existentes para mitigação dos riscos operacionais identificados são devidamente mapeados e considerados na avaliação do risco residual. O mecanismo para relato de preocupações em relação a comportamentos antiéticos ou ilícitos e à integridade da organização em relação a tributos é o mesmo adotado para outros relatos – não há um canal específico para o tema. Nossas despesas tributárias, devidamente auditadas, são divulgadas em nossas demonstrações financeiras trimestrais. **[GRI 207-2]**

Como só atuamos no Brasil, não há recolhimento de tributos em outras jurisdições fiscais. Os principais números relacionados a tributos para o Sistema BNDES, em 2023, foram:

- Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): R\$ 26,7 bilhões.
- Bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa: R\$ 102 milhões (composto basicamente por imobilizados de uso próprio).
- IR pessoa jurídica pago em regime de caixa: R\$ 3,1 bilhões (total do IR e CSLL).
- IR pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas: R\$ 4,6 bilhões (total da despesa com IR e CSLL, que inclui o efeito dos tributos diferidos).

Os principais fatores responsáveis pela reduzida alíquota efetiva quando se compara a despesa com IR e CSSL do exercício ao montante que seria devido se a alíquota fixada em lei fosse aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos são: (i) remuneração do acionista por meio de juros sobre o capital próprio; (ii) receita de dividendos; e (iii) receita de equivalência patrimonial. **[GRI 207-4]**

Acompanhamos diariamente as mudanças na legislação tributária, para avaliar eventuais impactos de novos normativos na apuração de tributos. O processo de monitoramento é feito com o suporte da ferramenta Legalbot – que permite desde a captura até o acompanhamento de planos de ação relativos à legislação emitida que possam impactar nossas atividades –, além de realizado de forma descentralizada pelas diversas áreas. Os novos produtos são analisados à luz da legislação tributária para que seja dado o tratamento adequado. **[GRI 207-1]**

Estamos acompanhando as discussões sobre a Reforma Tributária sobre a Renda, que podem modificar a base de cálculo e as alíquotas de IR e CSLL. No entanto, as incertezas sobre as mudanças impossibilitam que sejam apurados eventuais impactos nesse momento.

Cooperamos com a Administração Tributária com base em princípios éticos e de transparência, prestando todas as informações requeridas para o cumprimento de nossas obrigações. Desde outubro de 2021, integramos o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal (Programa Confia), que tem como principal objetivo construir um novo modelo de relacionamento do Fisco com os maiores contribuintes, com foco na cooperação, adesão voluntária e boa-fé, buscando melhorar o ambiente, aumentar a

segurança jurídica e reduzir a litigiosidade, conforme recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **[GRI 207-3]**

Estamos participando do fórum de diálogo do programa, que evidencia a necessidade de melhora da governança corporativa e tributária das empresas de forma geral, com a necessidade de estabelecer uma política fiscal e um modelo de governança tributária.

GESTÃO DE RESULTADO

Sobre a gestão do passivo focada para melhoria do resultado, em 2023, tínhamos como desafio otimizar o *funding* para se opor a uma carteira de crédito crescente e se preparar para uma eventual quitação do passivo de R\$ 22 bilhões com o Tesouro Nacional. Portanto, a primeira frente de atuação foi a de gestão interna, com as seguintes medidas:

- Direcionamento dos desembolsos para os *fundings* institucionais, como o FAT, preservando os recursos próprios.
- Redução do pagamento dos dividendos complementares.
- Revisão da metodologia de Caixa Mínimo.
- Repactuação do cronograma de amortização do passivo com o Tesouro Nacional.
- Aumento da disponibilidade para linhas em dólar, como a TFBD.
- Captação de R\$ 5,1 bilhões com fundos governamentais.

No que tange às medidas institucionais de atuação, concluímos:

- Inclusão do FAT TR para inovação.
- Retomada das captações com organismos multilaterais.
- Ampliação do Fundo Clima.

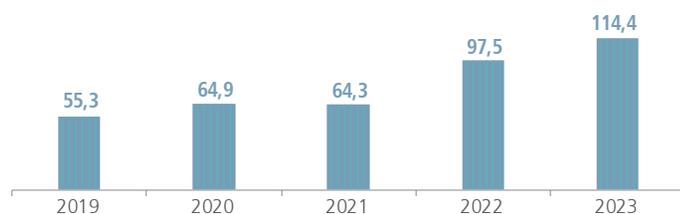


DESEMPENHO OPERACIONAL

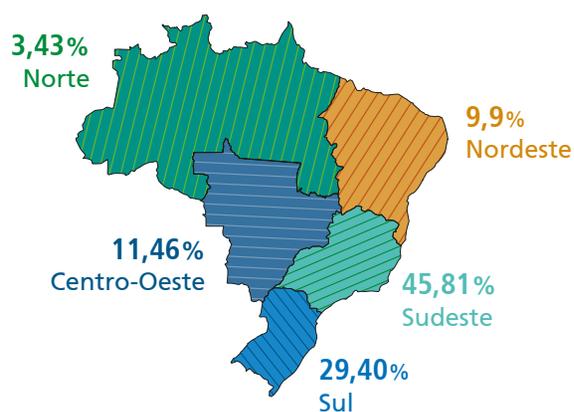
DESTAQUES 2023

Em 2023, desembolsamos R\$ 114,4 bilhões, um crescimento de mais de 17% em relação aos desembolsos de 2022.

SÉRIE HISTÓRICA DE DESEMBOLSOS TOTAIS (R\$ BILHÕES)



Desembolsos por região (% do total desembolsado)



Temas Estratégicos

Em 2023, nossos desembolsos para infraestrutura aumentaram quase 15%, e os de desenvolvimento produtivo e inovação, mais de 10%.

DESEMBOLSOS E QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POR TEMA ESTRATÉGICO * [GRI 203-1]



Nota: As somas dos desembolsos e das operações por missão não refletem o total do ano, pois uma operação pode estar associada a mais de uma missão.

* Os temas abrangem: i) Infraestrutura econômica e social: operações em setores de energia elétrica, logística e equipamentos de transporte, saneamento, telecomunicações; ii) MPME e cooperativismo: operações com MPME e com empresas associadas a cooperativas (nesse caso, independentemente do porte); iii) Desenvolvimento produtivo e inovação: operações em setores de agricultura, indústria e comércio e serviços, exceto as operações de comércio exterior e as operações de comércio e serviços já consideradas nos temas estratégicos "MPME e cooperativismo", "Social e inclusão produtiva" e "Ambiental e clima"; iv) Social e inclusão produtiva: taxonomia de desenvolvimento social; v) Ambiental e clima: taxonomia de economia verde; e vi) Comércio exterior: operações de comércio exterior do BNDES.

DESEMBOLSO
R\$ **114,4**
BILHÕES

OPERAÇÕES
223.141
1.251 DIRETAS
221.890 INDIRETAS

CLIENTES
151.184
(inclui pessoa física e pessoa jurídica)

NOVOS CLIENTES
76.924
(não receberam recursos entre 2018 e 2022)

Nota: Números de clientes e operações não incluem operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal.

Desembolsos por objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS)*

| ODS | DESEMBOLSOS (R\$ MILHÕES) | OPERAÇÕES | |
|--------|--|-----------|---------|
| ODS 1 | ERRADICAÇÃO DA POBREZA | 12.477,0 | 1.109 |
| ODS 2 | FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL | 12.347,6 | 92.285 |
| ODS 3 | SAÚDE E BEM-ESTAR | 921,3 | 999 |
| ODS 4 | EDUCAÇÃO DE QUALIDADE | 299,9 | 1.184 |
| ODS 5 | IGUALDADE DE GÊNERO | 12,2 | 182 |
| ODS 6 | ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO | 9.404,1 | 152 |
| ODS 7 | ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL | 12.274,4 | 602 |
| ODS 8 | TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO | 38.184,5 | 205.523 |
| ODS 9 | INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA | 54.354,6 | 14.935 |
| ODS 10 | REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES | 13.257,3 | 32.546 |
| ODS 11 | CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS | 17.218,1 | 1.004 |
| ODS 12 | CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS | 3.273,0 | 1.539 |
| ODS 13 | AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA | 17.379,9 | 5.158 |
| ODS 14 | VIDA NA ÁGUA | 1.499,3 | 434 |
| ODS 15 | VIDA TERRESTRE | 1.341,5 | 579 |
| ODS 16 | PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES | 223,1 | 40 |
| ODS 17 | PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO | 8.943,8 | 318 |

*A soma dos desembolsos por ODS não reflete o total de desembolsos no ano porque há sobreposições na contagem (um mesmo desembolso pode ser considerado para diferentes ODS).

Micro, pequenas e médias empresas (MPME)

As MPMEs ficaram com 39% do total desembolsado em 2023, com cerca de 52% do total de operações destinado às microempresas.

PARTICIPAÇÃO EM DESEMBOLSOS E OPERAÇÕES SEGUNDO PORTE DA EMPRESA



MICRO: receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 360 mil.

PEQUENA: receita operacional bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

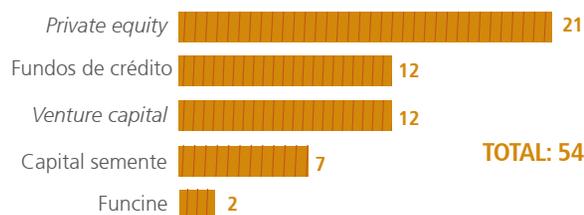
MÉDIA: receita operacional bruta anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões.

GRANDE: receita operacional bruta anual acima de R\$ 300 milhões.

Mercado de capitais

Ao fim de 2023, nosso capital comprometido em fundos de participação em empresas e de crédito totalizava aproximadamente R\$ 7,7 bilhões para 54 fundos. Junto com os recursos de outros investidores, o capital comprometido chegava a R\$ 34,2 bilhões.

FUNDOS POR CLASSE (EM 31.12.2023)



PRIVATE EQUITY: investimentos em participações societárias de empresas fechadas.

VENTURE CAPITAL: investimento em empresas de pequeno e médio portes já estabelecidas e com alto potencial de crescimento.

FUNDOS DE CRÉDITO: veículos de investimento coletivo, destinados à aplicação em direitos e títulos representativos de crédito, também denominados direitos creditórios.

CAPITAL SEMENTE: modelo de investimento destinado ao apoio de empresas e projetos em estágio inicial de operação, buscando viabilizar seu modelo de negócios.

FUNCINE: fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional.

Destques da carteira de fundos

Fundos de investimento em participações (FIP):

Taxa interna de retorno (TIR*): **R\$ 4,6 BILHÕES** em capital comprometido diversificado em **18 setores** e **16% a.a.**

Participação em + de **225 EMPRESAS** em **18 UFs** e **R\$ 28,6 BILHÕES** alavancados pelos fundos investidos pela **BNDESPAR**

*TIR nominal para a carteira de fundos liquidados, calculada pela média das TIR de cada fundo, ponderada pelo capital investido no respectivo fundo.

Fundos de crédito:

Mais de **55 OPERAÇÕES** em **13 UFs** e Mais de **16 MIL MPMEs** apoiadas

Apoio sustentável

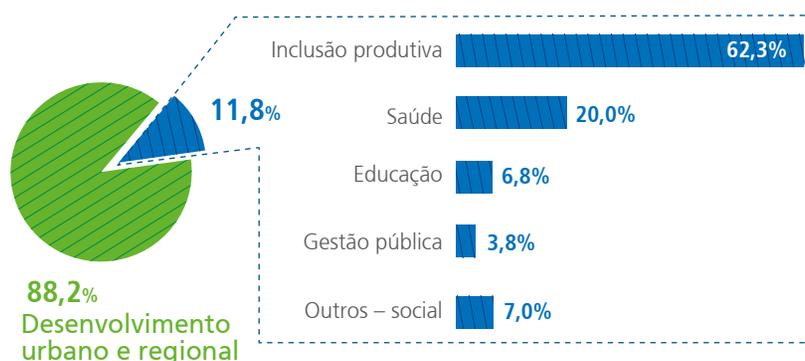
Nossa taxonomia sustentável, da qual os indicadores de economia verde e desenvolvimento social fazem parte, assim como sua governança e sistemas de gestão, estão sendo revistos de modo a fortalecer esse arcabouço, permitindo o aperfeiçoamento da identificação do nosso apoio sustentável.

Com a revisão, a acurácia da classificação será ampliada por meio de um processo individualizado de classificação para as operações diretas. Como sua implementação ocorrerá ao longo de 2024, os indicadores a seguir ainda acompanham a taxonomia anterior.

Desenvolvimento social

Desenvolvimento urbano e regional seguiu sendo o foco da maior parcela de nossos desembolsos para desenvolvimento social, respondendo por 88,2% dos recursos.

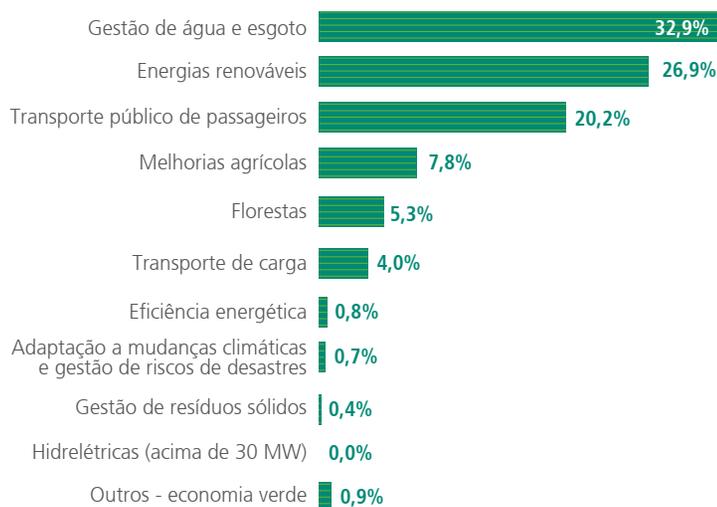
R\$ 38,8 bilhões em desembolsos

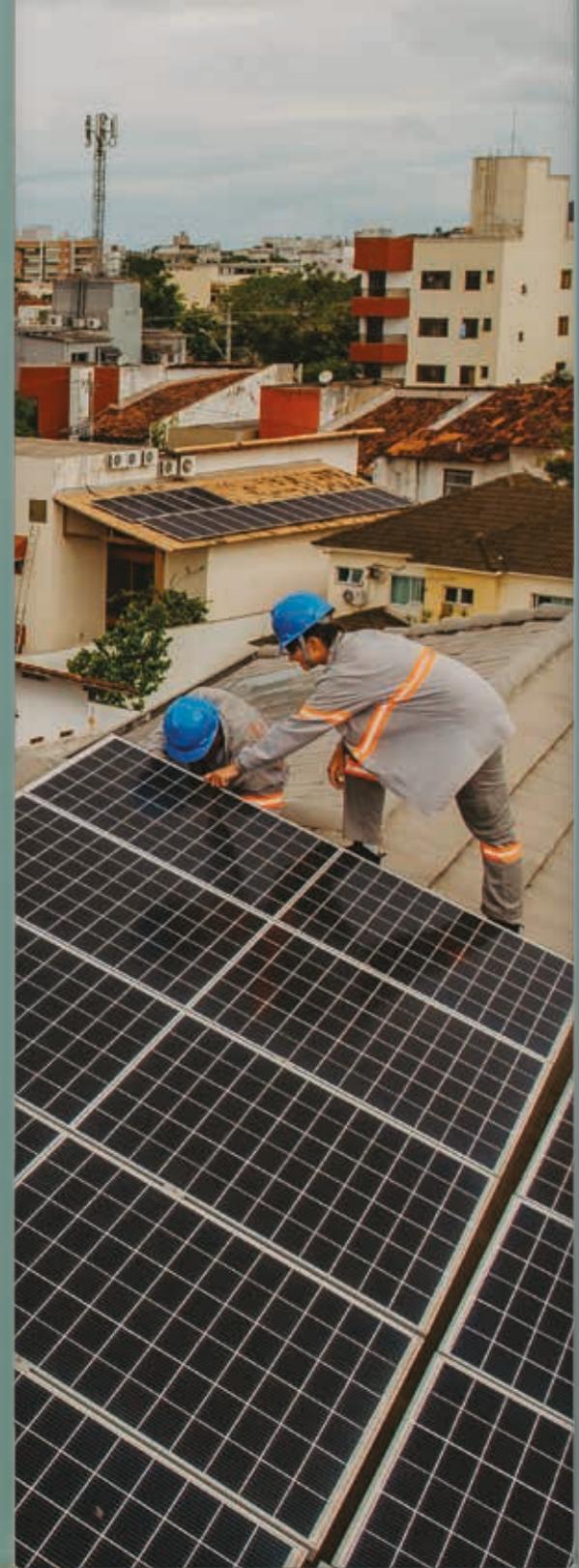


Economia verde

Em 2023, o desembolso total para economia verde cresceu cerca de 60% em relação a 2022. Destacamos o apoio para gestão de água e esgoto, que representou quase 33%.

R\$ 28,4 bilhões em desembolsos





**DESEMPENHO POR
TEMA ESTRATÉGICO**

Com nossa atuação, buscamos gerar emprego e renda no Brasil e reduzir as desigualdades sociais e territoriais. Em nossa estratégia de 2023, priorizamos sete temas estratégicos de negócios e transversais. Veja a seguir nossa atuação em cada um deles durante o ano.

Por não ser um tema operacional, o tema sustentabilidade financeira foi tratado na seção Desempenho e sustentabilidade financeira.



INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL [GRI 3-3] [GRI 203-1]



Os investimentos em infraestrutura têm grande influência no crescimento econômico, na produtividade, na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Buscamos reduzir o hiato de investimentos em infraestrutura, promovendo resiliência e adaptação climática, transição energética e ampliando o acesso a serviços de qualidade, com redução de desigualdades.

Nesse sentido, estruturamos e financiamos projetos para apoiar: (i) transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural e novas rotas tecnológicas; (ii) modernização e adaptação de ativos do setor elétrico (geração, transmissão e distribuição); (iii) logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, navegação, apoio marítimo e portuário, portos e aeroportos) e mobilidade urbana; (iv) equipamentos e estruturas de apoio de infraestrutura; (v) indústria naval; (vi) universalização do saneamento básico; (vii) gestão integrada adequada de resíduos sólidos urbanos; (viii) novas tecnologias para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa tais como, captura e armazenamento de carbono (CCUS), hidrogênio de baixo carbono, novos combustíveis e eletrificação ou hibridização de frotas; (ix) telecomunicações, com foco na banda larga; (x) infraestrutura educacional, com foco na educação básica; e (xi) infraestrutura de saúde, com foco na atenção primária e atendimento hospitalar.

6



SANEAMENTO

Fomentamos a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Estamos convictos de que a ampliação do acesso a tais serviços contribui de maneira decisiva para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, propósitos do BNDES.

Em 2023, participamos de discussões acerca de questões institucionais e regulatórias do setor, em diversos fóruns no país, como no evento *Parcerias no saneamento: fomentando a universalização com o BNDES*, organizado por nós em cooperação com o GRI Club, e que contou com sessões que versaram sobre a agenda de universalização, passando pelos desafios da estruturação de projetos, soluções de crédito, e agenda de sustentabilidade. Sentaram-se à mesa conosco, entre outros, representantes do Ministério das Cidades (MCID), da Agência Nacional de Águas (ANA), da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON) e do Instituto Trata Brasil. Também estreitamos relacionamento com as principais associações do setor, como a própria ABCON, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

Projetos apoiados

Entre os projetos apoiados que tiveram a sua execução concluída ao longo do ano, destacam-se:

- No âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna, no estado de Santa Catarina, beneficiando 820 mil pessoas com a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e 385 mil pessoas com a melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário;
- Também no âmbito do PAC, ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário à população urbana do município de Rondonópolis (MT), com mais de 100 mil pessoas beneficiadas pela construção de uma nova estação de tratamento de água (ETA) e com aumento do índice de coleta e tratamento de esgoto de 28% para 92%;

- Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água, bem como redução de perdas operacionais no município de Manaus (AM), com a instalação ou substituição de mais de 150 mil hidrômetros e o atendimento a 20 mil pessoas no Parque Riachuelo, Parque Rio Solimões e Portal Tarumã;
- Já no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Curitiba, Londrina e Maringá, no estado do Paraná, com a inclusão de mais de 25 mil novas economias à rede de coleta de esgoto; e
- Ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Araçatuba (SP), com a inclusão de mais de 7 mil pessoas nas redes de água e esgoto, bem como redução de 10 pontos percentuais nas perdas de água, cujo índice, de 29%, ficou abaixo do exigido no contrato de concessão.

Apoiamos a modernização e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Baguaçu, em Araçatuba (SP)
Foto: Acervo Samar



PROJETOS DE DESTAQUE APROVADOS EM 2023

| CLIENTE (UF) | VALOR FINANCIADO | RESULTADOS PREVISTOS |
|--|------------------|--|
| Iguá Rio de Janeiro (RJ) | R\$ 1,8 bilhão | 290 mil habitantes com novas ligações 320 mil habitantes com novas ligações |
| Águas de Niterói (RJ) | R\$ 188 milhões | 8 mil habitantes com novas ligações 8 mil habitantes com novas ligações |
| Concessionária de Saneamento do Amapá (AP) | R\$ 955 milhões | 600 mil habitantes com novas ligações 400 mil habitantes com novas ligações |
| Rio+ Saneamento (RJ) | R\$ 3,3 bilhões | 300 mil habitantes com novas ligações 370 mil habitantes com novas ligações |
| Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (PR) | R\$ 275 milhões | Aquisição de máquinas e equipamentos |

água | esgoto

Projetos estruturados

Nossa atuação na estruturação de projetos de saneamento continua expressiva, com 12 projetos na carteira em fase de preparação até o fim de 2023, além dos 12 projetos já leiloados com sucesso nos últimos quatro anos.

Em 2023, fomos mandatados por mais cinco estados para a modelagem de projetos, visando a universalização dos serviços de água e esgoto. Juntos esses novos projetos têm o potencial de beneficiar aproximadamente 19 milhões de pessoas.

ENERGIA



Nossa atuação no setor tem como foco a transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural (com viés de transição e para geração de hidrogênio e biometano e infraestrutura associada) e novas rotas tecnológicas. Além de contribuir para a neutralidade de emissões de carbono, buscamos modernizar e descentralizar a matriz energética.

Mantivemos participação ativa nas discussões e definições do setor por meio de participação nas câmaras temáticas do Programa Nacional do Hidrogênio e nos debates legislativos acerca dos temas ligados a transição energética, como hidrogênio, eólicas *offshore* e mercado de carbono.

Projetos apoiados

O Complexo Eólico Babilônia Sul entrou em operação comercial plena em abril de 2023. O financiamento de Babilônia contribuiu com a adição de 288 MW de capacidade instalada à matriz energética. O complexo está localizado na Bahia e é capaz de gerar energia limpa suficiente para evitar a emissão de 2,8 milhões de tCO₂e ao longo da vida útil do projeto. Durante sua implantação, foram criados aproximadamente 1.200 empregos.

Em 2023, também entrou em operação comercial o Complexo Solar Ciranda II. Financiamos três usinas fotovoltaicas, localizadas no município de São José de Belmonte (PE), com capacidade instalada consolidada de 96 MW, bem como sistema de

Obras de modernização do sistema viário de Campo Grande, que recebeu financiamento do BNDES | Foto: João Luiz dos Anjos



PROJETOS DE DESTAQUE APROVADOS EM 2023

| CLIENTE (UF) | VALOR FINANCIADO | RESULTADOS PREVISTOS |
|---------------------------------------|-------------------|---|
| Complexo Solar Vista Alegre (MG) | R\$ 2,180 bilhões | Construção de 18 usinas fotovoltaicas com uma capacidade total de 767 MWac |
| Essencis Biometano S.A. (SP) | R\$ 93,8 milhões | Construção de planta de purificação de biogás de aterro sanitário para produção de biometano, com capacidade de 68.000 m³/dia |
| Complexo Eólico Babilônia Centro (BA) | R\$ 3,161 bilhões | Construção de oito parques eólicos com capacidade instalada total prevista de 553,5 MW |



MOBILIDADE URBANA

Nossa atuação se concentra em projetos de transporte público que contribuam para melhorar as condições de mobilidade nas cidades brasileiras e a qualidade de vida da população. Priorizamos sistemas de alta e média capacidades e o uso de fontes de energia limpa. Buscamos promover o planejamento integrado, eliminar o hiato de investimentos e articular políticas públicas setoriais.

Em 2023, foi dada continuidade à cooperação com o KfW, banco de desenvolvimento alemão, com a conclusão ou fase final de entrega dos estudos selecionados via chamada pública, que incluíram: (i) eletrificação da frota de BRTs de Curitiba; (ii) ciclomobilidade elétrica para micrologística de cargas em Fortaleza;

(iii) VLT de Guarulhos; (iv) VLT do Recife; e (v) teleférico do subúrbio de Salvador.

Em outubro de 2023, celebramos acordo de cooperação técnica com o Ministério das Cidades e chamada para contratação de consultoria para a elaboração do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana. O trabalho, previsto para ocorrer em 2024, visa formar uma carteira de projetos, incluindo concessões e PPPs, que promovam investimentos na implantação e expansão de serviços públicos como metrô, trem urbano, VLT e BRT. Essa iniciativa prevê o financiamento e a coordenação para realização de estudos nas 21 regiões metropolitanas do país com população conurbada superior a um milhão de habitantes, gerando insumos para a elaboração de uma estratégia nacional de mobilidade urbana.

Projetos no setor

Em 2023, aprovamos os seguintes financiamentos para mobilidade urbana:

- R\$ 2,5 bilhões para a eletrificação do sistema de transporte público municipal de São Paulo (SP), primeira operação de eletrificação vultosa para um ente da federação. Atualmente, a cidade de São Paulo conta com uma frota de 13 mil ônibus, transportando uma média diária de 7,3 milhões de passageiros. Para atender às restrições de emissões determinadas pela legislação municipal, o município estabeleceu como meta substituir 2.600 ônibus a *diesel* por ônibus elétricos até 2024. Nossos recursos contribuirão para adquirir entre 1.000 e 1.300 ônibus elétricos. Este é o primeiro projeto de eletrificação de sistemas de ônibus em larga escala a ser implementado no país.
- R\$ 702,8 milhões para o município do Rio de Janeiro (RJ), para apoio à implantação do Plano de Mobilidade Urbana do bairro de Campo Grande. O projeto prevê um conjunto de intervenções para modernizar o sistema viário do bairro, com novas conexões e melhorias em entroncamentos, novas ciclovias e qualificação de calçadas. Com o projeto, haverá melhoria das vias onde passam os ônibus alimentadores do BRT Transoeste e BRT Transbrasil, além de aumento da segurança para a circulação de ciclistas e pedestres.
- R\$ 80 milhões para o BRT ABC, primeiro BRT eletrificado do país, uma concessão para implantação e operação de um novo corredor conectando São Paulo a São Bernardo do

Campo (SP). Terá 18 km de extensão entre a estação Sacomã e o terminal São Bernardo do Campo, abrangendo 20 paradas e 3 terminais. Além disso, terá integração com a Linha 2 Verde do metrô, a Linha 10 Turquesa da CPTM e os corredores de ônibus Expresso Tiradentes e Corredor ABD. Os ônibus serão articulados elétricos movidos a bateria, com recarga de oportunidade ao longo do trajeto por meio de catenárias. A demanda total estimada para o sistema é de quase 200 mil passageiros por dia útil.

- R\$ 6,4 bilhões para a realização de aportes públicos no projeto de implantação do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC Eixo Norte), uma PPP patrocinada para implantação e operação do trem de média velocidade ligando São Paulo a Campinas, com 101 km de extensão, contando com três serviços: um parador de 57 km entre São Paulo e Jundiaí, hoje operado pela CPTM (Linha 7-Rubi); um parador de 44 km entre Jundiaí e Campinas, com cinco paradas (TIM – Trem Intermetropolitano); e um serviço expresso entre São Paulo e Campinas.
- R\$ 3,6 bilhões para aquisição de 44 trens em função da necessidade operacional resultante do projeto de extensão da Linha 2 (Verde) do metrô de São Paulo. A Linha 2, que atualmente liga a Vila Madalena à Vila Prudente, será prolongada por 8,2 km e ganhará oito novas estações até a estação Penha, onde haverá integrações com a Linha 3 (Vermelha) e a Linha 11 (Coral).

Projetos estruturados

A carteira de projetos do setor de mobilidade urbana encerrou o ano de 2023 com 13 projetos em preparação, um crescimento expressivo frente a 2022, quando tivemos quatro projetos em carteira.

Os principais destaques incluem a estruturação de projetos de racionalização da Rede Integrada de Transportes (RIT) e solução de eletromobilidade para frota de ônibus de Curitiba (PR) e o estudo para implantação de veículos leves sobre trilhos sobre o corredor do eixo Boqueirão, também em Curitiba, com expansão prevista até o Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais (PR). Juntos, os projetos deverão beneficiar aproximadamente 1,5 milhões de usuários diários.



^ O corredor de exportação do Porto de Paranaguá recebeu financiamento do BNDES
Foto: Rodrigo Felix Leal/SEIL

LOGÍSTICA E TRANSPORTE



O apoio ao setor visa contribuir para a implantação de uma matriz de transporte mais integrada, sustentável e resiliente, que reduza custos logísticos, aumente a segurança dos usuários, proporcione maior qualidade nos serviços, amplie a oferta de modos de transportes mais eficientes e contribua de forma efetiva para fortalecer a competitividade das empresas.

Projetos apoiados

Destaca-se, em 2023, a subscrição, pelo BNDES, de R\$ 750 milhões, ancorando emissão sustentável da Rumo S.A. para investimentos em aumento de capacidade no transporte ferroviário e melhoria dos níveis de segurança da Malha Paulista. A emissão recebeu o selo de *Sustainability Linked Bond*, com metas de redução de emissões de gases do efeito estufa.

Também foi concedido financiamento, no valor de R\$ 496 milhões, à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) para implantação de um sistema de descarga ferroviária e alimentação de grãos e farelos aos terminais integrantes do corredor de exportação, localizados no Porto de Paranaguá (PR).

No setor rodoviário, viabilizamos a realização de investimentos em ampliação e melhorias da infraestrutura, com a aprovação de mais de R\$ 3,4 bilhões em financiamentos via Finem e instrumentos de mercado de capitais (aquisição de debêntures).

PROJETOS DE DESTAQUE APROVADOS EM 2023

| PROJETO/CLIENTE (UF) | VALOR FINANCIADO/ INVESTIDO | RESULTADOS PREVISTOS |
|--|-----------------------------|--|
| Concessionária das rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A (SP) | R\$ 300 milhões | Execução de investimentos e viabilização de aportes dos acionistas em outros projetos relevantes. |
| Eco135 Concessionária de Rodovias S/A (MG) | R\$ 312 milhões | Execução dos investimentos previstos na concessão de trechos das rodovias BR-135, MG-231 e MG-754, incluindo o contorno de Montes Claros. |
| Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A (RS) | R\$ 1,450 bilhão | Investimentos em ampliação, recuperação e manutenção previstos até o 17º ano do contrato de concessão dos trechos da BR-101/290/386/448/RS, com previsão de mais de 100 km de duplicações. |
| Estado de São Paulo – Aporte Rodoanel Norte (SP) | R\$ 1,35 bilhão | Financiamento do aporte público do estado de São Paulo para apoiar a execução das obras do Rodoanel Norte. |
| Rumo (ferrovias) | R\$ 750 milhões | Aumento estimado da capacidade de movimentação de 40 milhões de TKUs (atual) para 100 milhões de TKUs. |
| Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) | R\$ 496 milhões | Implantação de sistema de descarga ferroviária e alimentação de grãos e farelos aos terminais integrantes do corredor de exportação. |



^
Aprovamos, em 2023, financiamento para investimentos em trechos das rodovias BR-135, MG-231 e MG-754 em Minas Gerais | Foto: Divulgação Eco 135

Além disso, aprovamos a movimentação de R\$ 546 milhões das contas vinculadas das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN), relativas ao Adicional de Frete de Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), a serem aplicados em projetos de construção e reparação naval brasileira, em especial naqueles vinculados ao transporte fluvial e à cabotagem, e também, a partir das mesmas contas, apoio não reembolsável a projetos da indústria de construção e reparação naval brasileira, em especial, aos vinculados ao transporte fluvial e à cabotagem, no valor de R\$ 684 milhões.

Projetos estruturados

Em 2023 foi realizado o terceiro leilão bem-sucedido do programa de concessões do estado de Minas Gerais em parceria

com o BNDES. O Lote Varginha-Furnas (MG) abrange 432 km de extensão e investimentos de R\$ 2,6 bilhões a serem executados ao longo de 30 anos. Somado aos outros dois lotes concedidos em 2022, o programa totaliza mais de R\$ 8 bilhões de investimentos contratados para recuperação e ampliação da capacidade, cobrindo mais de 1.514 km em rodovias mineiras.

Adicionalmente, em dezembro de 2023, celebramos contrato com o Governo de Minas Gerais para realização de uma nova rodada do programa de concessões, que incluirá até 2,4 mil km adicionais a serem estudados em três regiões: Vetor Norte, Noroeste do Estado e Zona da Mata.

TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



O ano de 2023 marcou um avanço significativo nos esforços para ampliar a acessibilidade e modernizar a infraestrutura de telecomunicações, visando a massificação da conectividade e o suporte ao desenvolvimento do ecossistema de inovação dentro do setor. A consolidação de nossa operação com fundos setoriais para a implementação de políticas públicas foi um aspecto central dessa estratégia, assegurando um impacto duradouro e significativo no avanço da infraestrutura e serviços de telecomunicações em todo o país. Notavelmente, 2023 testemunhou a aprovação das primeiras operações financiadas com recursos do Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), um marco histórico após mais de duas décadas de contingenciamento desses recursos.

A captação de recursos por meio do Fust alcançou o montante de mais de R\$ 1 bilhão em 2023. Nesse ano, houve a aprovação de R\$ 227,7 milhões em novas operações, focando no desenvolvimento de infraestruturas de telecomunicações em diversas tecnologias, como fibra ótica, redes móveis e transmissões por rádio. A ênfase foi dada a projetos que visam diminuir a desigualdade de acesso à internet, conectando escolas públicas e atendendo

regiões remotas e zonas rurais. Ademais, no âmbito das operações indiretas automáticas, cabe ressaltar a plataforma operacional do Programa BNDES Finame Fust, que entrou em operação em setembro de 2023. No ano foram aprovadas dez operações com esse programa, em um total de R\$ 5,48 milhões.

Em paralelo, captamos R\$ 186,3 milhões do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) em 2023, com a aprovação de R\$ 228 milhões em novas operações. Esses investimentos são direcionados à promoção da inovação tecnológica e ao fortalecimento da cadeia produtiva de telecomunicações, refletindo um compromisso contínuo com a evolução do setor.

Projetos no setor

As duas primeiras operações aprovadas no âmbito do Fust correspondem a dois projetos que visam levar conexão de internet banda larga de qualidade a 40 escolas públicas localizadas em 20 cidades na Amazônia Legal e em Minas Gerais. O apoio ao projeto da provedora regional Aranet Comunicação foi destinado ao atendimento de 14 escolas em cinco municípios do extremo norte do Tocantins, localizados na Amazônia Legal: Wanderlândia, Riachinho, Ananás, Angico e Nazaré. Beneficiando cerca de 2,4 mil alunos, o projeto visa criar 5 mil novas conexões à internet ao longo dos 198 km de fibra ótica que serão implantados no caminho até as unidades de ensino. No projeto da Sempre Telecomunicações, 26 escolas em 15 cidades de Minas Gerais passarão a contar com internet de qualidade. A iniciativa deve impactar 4,1 mil alunos em Belo Vale,

Bonfim, Camacho, Carmópolis de Minas, Carrancas, Córrego Fundo, Crucilândia, Ingaí, Lavras, Moeda, Oliveira, Passa Tempo, Piracema, Rio Manso e Santo Antônio do Amparo. O projeto inclui a abertura de 4,5 mil novas conexões na rota de 337 km de fibra ótica que será implantada até as escolas.

Ainda no âmbito do Fust, cabe destacar também o apoio ao projeto da Unifique Telecomunicações S.A, que tem o objetivo de promover um salto qualitativo na infraestrutura de telecomunicações de 28 municípios em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a construção de mais de 614 km de redes de fibra ótica. Essa expansão resultou na ampliação do acesso à internet de banda larga de alta velocidade para 61 escolas públicas nessas localidades, beneficiando diretamente mais de 9 mil alunos. A iniciativa não se limitou apenas à construção da rede, mas também abrangeu a expansão e melhoria dos serviços de telecomunicações locais.

No âmbito das operações com recursos do Funttel, com o objetivo de ampliação da capacidade produtiva, destacam-se as operações da Unicoba e da Positivo, ambas fabricantes de equipamentos eletrônicos. A operação da Unicoba tem como objetivo a modernização e automatização de linha de produção de baterias para celulares da Lenovo/Motorola. O projeto da Positivo envolve a ampliação, modernização e atualização tecnológica de suas unidades produtivas localizadas em Manaus (AM), Ilhéus (BA) e Curitiba (PR) com o objetivo de comportar novos produtos e atender às demandas 5G. Ademais, no apoio ao financiamento à aquisição de equipamentos de telecomunicação e fibra ótica desenvolvidos ou produzidos no Brasil, destaca-se a operação da Desktop, um dos maiores provedores de serviços de internet do Brasil. A estimativa da empresa é de que 150 mil novos clientes sejam conectados a sua rede, em mais de 5 mil km de fibra instalada, compreendendo 80 municípios atendidos.

Em 2023, voltamos a aprovar operações com recursos do Fust, com ênfase em projetos que visam diminuir a desigualdade de acesso à internet



DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO

[GRI 3-3] [GRI 203-2]



Nossa atuação tem como diretriz estratégica promover uma nova industrialização da economia brasileira, tornando-a mais verde, inovadora, inclusiva e digital e ampliando a complexidade do setor industrial, de modo a viabilizar a produção de bens e serviços de maior valor agregado.

Para isso, temos trabalhado em sintonia com o Governo Federal, que está construindo uma política industrial moderna, com uma abordagem por missões, conforme definido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

Tendo como elementos transversais a inovação e a digitalização, a busca por soluções adequadas à transição ecológica, o aumento de produtividade e de exportações, buscamos estruturar e financiar projetos para promoção de: (i) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; (ii) complexo econômico-industrial da saúde resiliente para reduzir vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso da população a seus serviços; (iii) infraestrutura, saneamento e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; (iv) transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; (v) bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir recursos às gerações futuras; e (vi) tecnologias de interesse para a soberania nacional.



BENS DE CAPITAL, AUTOMOTIVO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Nosso apoio à indústria de média-alta e alta tecnologia visa fomentar e difundir tecnologias habilitadoras, estimular a indústria 4.0 e a eficiência no uso de recursos, apoiar a modernização e a

competitividade, bem como apoiar a cadeia de produção de veículos bioeletrificados.

Com relação ao setor automotivo, fomos selecionados em 2023 como instituição coordenadora da linha temática “Estímulo à descarbonização da mobilidade e da logística” do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, regime automotivo brasileiro que destina recursos para o desenvolvimento industrial e tecnológico do setor e de sua cadeia produtiva. Apoiaremos, com recursos não reembolsáveis do programa, projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) do setor automotivo, com foco em tecnologias que estimulem a descarbonização da mobilidade. São elegíveis projetos de instituições de pesquisa públicas e privadas sem fins lucrativos, em parceria com empresas. Já foram captados recursos da ordem de R\$ 41 milhões para aplicação em projetos que serão recebidos pelo BNDES em 2024.

Projetos no setor

Na agenda de operações de inovação estruturadas em parcerias, cabem destacar as iniciativas com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). A primeira delas, aprovada em 2022 e acompanhada ao longo de 2023, abrange uma parceria com o Senai no âmbito do programa Brasil Mais Produtivo – Smart Factory, liderado pelo MDIC, e tem o objetivo de apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções da indústria 4.0 que serão posteriormente difundidas em MPMEs. O Smart Factory conta com uma carteira de 69 projetos de PD&I em execução ao fim das quatro chamadas de projetos realizadas em 2023 e um volume total de investimentos em inovação de R\$ 40,7 milhões, dos quais R\$ 20 milhões em recursos do BNDES. Esses projetos poderão beneficiar até 1.253 MPMEs industriais ao fim da fase de implementação.

Aprovada em 2021, a parceria com a Embrapii para apoio a projetos de inovação realizados em cooperação entre universidades e empresas industriais, entrou em operação em 2022. Até sua conclusão, em dezembro de 2025,



Em 2023, fomos selecionados como instituição coordenadora da linha para descarbonização da mobilidade e da logística, do Programa Rota 2030

essa parceria poderá alavancar investimentos de até R\$ 510 milhões em projetos inovadores relacionados a transformação digital, bioeconomia florestal, economia circular, tecnologias estratégicas da saúde, materiais avançados, novos biocombustíveis e defesa. Desse montante, R\$ 170 milhões são recursos não reembolsáveis do BNDES Funtec. Até o fim de 2023, foram contratados 74 projetos no âmbito dessa parceria, envolvendo 26 instituições de pesquisa e 78 empresas, com um investimento de cerca de R\$ 256 milhões, dos quais R\$ 80 milhões são recursos do fundo tecnológico do Banco. Desses, 30 projetos estavam relacionados a transformação digital/soluções digitais, com investimentos totais de R\$ 77 milhões e recursos do BNDES Funtec da ordem de R\$ 28 milhões.



Saiba mais na seção
O que fazemos?

No âmbito do programa BNDES Mais Inovação, vale destacar as operações aprovadas em 2023 para crédito a Embraer, WEG Equipamentos Elétricos e Volkswagen do Brasil, que totalizaram R\$ 1,1 bilhão. Aprovamos financiamento de R\$ 500 milhões para plano de investimentos em inovação da Embraer, que considera um investimento total de R\$ 650 milhões no período de 2023 a 2027. As iniciativas, que serão implementadas no Brasil, se concentram em quatro temas prioritários: emissão zero de gases de efeito estufa; inteligência artificial e ciência de dados; indústria 4.0; e competitividade da fuselagem. Para a WEG, aprovamos financiamento de R\$ 119 milhões para apoiar o desenvolvimento de produtos e processos mais eficientes, sustentáveis e digitais. Já para a Volkswagen, aprovamos R\$ 500 milhões para apoiar o plano de P&D da empresa em tecnologias

para veículos híbridos/*flex* e eletrificados, visando a descarbonização, a mobilidade sustentável e a transição energética.

INDÚSTRIAS DE BASE

Nossa atuação no setor busca apoiar cadeias estratégicas para a economia brasileira, de maneira a garantir uma nova onda de industrialização em bases mais verdes e inovadoras. Buscamos promover o desenvolvimento sustentável de diversos setores, como química, indústria de base florestal, mineração e transformação mineral, com atenção aos papéis que desempenharão na transição energética. Assim, figuram entre nossas prioridades o apoio à química verde, à bioeconomia, à expansão da produção de minerais críticos ou estratégicos, inclusive fertilizantes, e ao desenvolvimento e introdução de tecnologias para a descarbonização da indústria.

Ao longo de 2023, realizamos um ciclo de seminários sobre rotas e investimentos para descarbonização das indústrias de base em setores *hard-to-abate*, incluindo cimento, fertilizantes, siderurgia, química, mineração, metalurgia e papel e celulose. Esses eventos contaram com a participação de importantes executivos e *stakeholders* desses setores e de instituições ligadas ao tema.

Projetos no setor

Em 2023, celebramos contrato de R\$ 191 milhões com a Cimento Itambé, visando a modernização e ampliação de sua capacidade produtiva, além da expansão do uso de combustível alternativo em suas instalações industriais, localizadas em Balsa Nova (PR). Além desse projeto, ao longo do ano, financiamos com R\$ 42,5 milhões a aquisição de máquinas e equipamentos pela companhia, resultando em um apoio total superior a R\$ 230 milhões.

Também contratamos operação no âmbito do Fundo Clima com a Vallourec Tubos do Brasil, no valor de R\$ 54,5 milhões, visando a implantação, em uma de suas unidades em Minas Gerais, de três reatores verticais contínuos para a produção de carvão vegetal de alto rendimento.



Setores com abatimento de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) de particular dificuldade.



^
Apoiamos a Vallourec Tubos na implantação de tecnologia que permite a produção de carvão vegetal de alto rendimento, o que significa menor consumo de madeira e menores níveis de emissões | Foto: Acervo Vallourec Tubos do Brasil

A tecnologia, desenvolvida e patenteada pela própria empresa, busca produzir carvão vegetal de melhor qualidade e com benefícios ao meio ambiente, como o menor consumo de madeira e menores níveis de emissões. O projeto representa um dos eixos reconhecidos para o avanço da descarbonização na siderurgia.

No ano, foi aprovado ainda financiamento de R\$ 2,6 bilhões à Suzano para apoiar seu programa florestal com plantio e manutenção de até 435 mil hectares de fazendas de eucalipto no Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará e São Paulo. A iniciativa permitirá a captação de dióxido de carbono da atmosfera pelo crescimento das árvores, com aumento de produtividade e competitividade da empresa pertencente a um dos setores de maior potencial exportador do Brasil.



8 BENS DE CONSUMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Temos um histórico de apoio contínuo às indústrias de bens de consumo, bem como a comércio e serviços. Esses setores são os maiores empregadores formais do país, além de serem grandes difusores de tecnologias de propósito genérico. Em 2023, aprovamos operações de financiamento a empresas desses segmentos no valor total de R\$ 561 milhões.

Projetos no setor

Entre os financiamentos aprovados, destacam-se três operações de crédito, por meio do BNDES Finame Direto, para o grupo Tramontina, que está presente em 17 países, além do Brasil. Tais operações envolvem

empresas que fabricam: (i) utilidades domésticas e profissionais de aço inoxidável e eletroportáteis; (ii) móveis, acessórios e caixas de plástico, louças e itens de alumínio na linha lazer/praias; e (iii) materiais elétricos para instalações residenciais, comerciais e industriais. Os financiamentos aprovados somam R\$ 170 milhões e são destinados a unidades do grupo em Carlos Barbosa e Farroupilha, no Rio Grande do Sul, bem como em Recife e Moreno, em Pernambuco.

COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

Nossa atuação busca contribuir para a resiliência do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), de modo a reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde, conforme definido pela missão do CNDI. Para isso, adotamos a abordagem integrada e sistêmica do Ceis, contemplando o financiamento a projetos tanto dos serviços de saúde quanto das indústrias farmacêutica e de dispositivos para saúde.

O ano de 2023 marcou uma forte retomada do crédito para projetos de inovação na indústria farmacêutica, especialmente tendo em vista a aprovação do Programa Mais Inovação. Foram aprovados três novos projetos, totalizando R\$ 581 milhões, com as farmacêuticas Hypofarma (R\$ 11 milhões), Althaia (R\$ 70 milhões) e Hypera (R\$ 500 milhões). A ampliação dos investimentos em inovação fortalece não apenas a capacidade competitiva das empresas, mas também mobiliza o ecossistema científico e tecnológico em saúde, empregando pesquisadores e gerando novos produtos adaptados à realidade brasileira.

Entre os projetos concluídos, destaca-se a finalização do desenvolvimento de canabidiol sintético, obtido por meio de síntese química, sem utilização de cultivo vegetal. O projeto foi realizado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a farmacêutica Prati Donaduzzi. Contratado em 2017 no valor de R\$ 4 milhões, os recursos não reembolsáveis do BNDES Funtec foram destinados aos ensaios necessários para demonstrar que o canabidiol



Saiba mais sobre nossa atuação no setor de saúde na seção Social e inclusão produtiva deste capítulo

obtido por rota sintética possui propriedades terapêuticas equivalentes às da substância obtida naturalmente. Entre as vantagens da rota sintética para a obtenção do canabidiol está a alta pureza na produção, sendo o produto final livre do componente psicoativo (tetrahydrocannabinol).

Alinhado às necessidades do SUS, também apoiamos com recursos não reembolsáveis do Fundo Tecnológico o desenvolvimento, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de uma nova geração de vacina contra Covid-19 com base na tecnologia do RNA mensageiro. Na primeira fase da iniciativa, é previsto um investimento de R\$ 51 milhões, sendo R\$ 30 milhões do BNDES e R\$ 21 milhões de parceiros privados. Nosso apoio abrange a conclusão do desenvolvimento experimental do imunizante, a produção de lotes piloto para ensaios clínicos e a realização dos estudos clínicos de fase I, que buscam demonstrar a segurança do uso em humanos. A expectativa da Fiocruz é de que o domínio dessa nova plataforma tecnológica viabilize o desenvolvimento mais rápido de novas vacinas contra outras doenças, aumentando a autonomia estratégica do país para enfrentar futuras emergências de saúde pública.



COMÉRCIO EXTERIOR

Nossa atuação em comércio exterior visa assegurar às empresas brasileiras a capacidade de competir em diferentes mercados internacionais, oferecendo soluções financeiras para as exportações nacionais em condições compatíveis com as de seus concorrentes. Contribuímos, assim, para o aumento da participação de itens de média e alta intensidade tecnológica da pauta exportadora brasileira e para o adensamento da cadeia de produção nacional, gerando divisas e empregos e renda no Brasil.

Em 2023, aprovamos R\$ 13,5 bilhões em operações de financiamento a exportações brasileiras, o que representou um aumento de 180% em relação ao ano anterior e marcou o início da retomada de nosso apoio à exportação.

Com o objetivo de preservar os interesses do BNDES e mantê-lo atualizado em relação às práticas do mercado internacional, temos participado sistematicamente, em conjunto com outros órgãos e ministérios brasileiros, de diversas reuniões e grupos de trabalho internacionais sobre exportação – como as reuniões do grupo de trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre créditos e garantias à exportação, que tem o objetivo de negociar as diretrizes dos países da OCDE para o apoio público às exportações.

Acompanhamos também as reuniões do grupo de países da OCDE aderentes à convenção e às recomendações de combate

RETOMADA DAS EXPORTAÇÕES

Em 2023, participamos da elaboração do Projeto de Lei 5.719/2023, iniciativa que integra um esforço para retomada da indústria brasileira, sendo fundamental para isso que o Brasil tenha instrumentos eficientes de apoio público às exportações.

Criação do Exim Brasil

O ambiente externo é fortemente competitivo e a realização de vendas para compradores internacionais sem a oferta de financiamento em condições adequadas torna-se inviável, principalmente em setores de maior conteúdo tecnológico e/ou que precisam de grandes volumes de recursos e maior prazo de pagamento. O financiamento em condições equânimes em relação aos concorrentes internacionais é um fator tão essencial para a decisão de compra pelo importador quanto a qualidade do bem embarcado ou serviço prestado.

Nesse contexto, o projeto de lei é bastante positivo, pois permite a criação de uma subsidiária do BNDES dedicada ao financiamento às exportações, como as agências de crédito a exportação, que existem em mais de 90 países. Essa nova estrutura buscaria aumentar a competitividade das empresas brasileiras, ao permitir a disputa em condições de igualdade com seus concorrentes no mercado internacional.

Exportações de serviços

O projeto de lei busca também estabelecer na legislação parâmetros alinhados com as melhores práticas internacionais para exportação de serviços, já praticadas pelo BNDES, fortalecendo a legitimidade do apoio público e permitindo a retomada de operações de crédito dessa natureza. A proposta de texto legal: (i) estabelece a caracterização das exportações de serviços no que diz respeito a elegibilidade, reconhecimento e comprovação; (ii) confere segurança jurídica para novas operações; (iii) veda novas operações com países inadimplentes com o Brasil como destino; e (iv) estabelece compromisso de acesso às informações no site do BNDES e prestação de contas ao Senado. Para o BNDES, isso vem ao encontro da importância da concessão de crédito a exportações de serviços, setor responsável pela geração de divisas, pela ampliação de mercados para empresas brasileiras, pela criação e manutenção de empregos altamente qualificados e pela aquisição, no Brasil, de uma série de bens e serviços utilizados na exportação de serviços, contribuindo assim com o adensamento da cadeia de fornecedores da empresa brasileira exportadora.

à corrupção em transações internacionais e do grupo de especialistas das agências de crédito à exportação que discute políticas, práticas e experiências relativas ao tratamento das questões sociais e ambientais.

Temos sido um partícipe de primeira ordem das iniciativas do Governo Federal para promoção da internacionalização das MPMEs. Em especial, no âmbito da Política Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), temos divulgado e disponibilizado nossos produtos e instrumentos financeiros como forma de qualificar e robustecer a capacidade de atuação de empresas desse segmento no mercado internacional.

Projetos no setor

Exportações de aeronaves

Em 2023, aprovamos a comercialização de 67 aeronaves da Embraer (foram nove em 2022), a maior quantidade nos últimos dez anos. As aprovações de crédito superaram US\$ 2 bilhões, o que denota nosso comprometimento com o apoio ao setor, nos posicionando como um dos principais parceiros da Embraer para sua retomada pós-Covid.

Destaca-se a estruturação da primeira operação de financiamento com o African Export-Import Bank (Afrexim), instituição multilateral africana sediada no Cairo, no valor de cerca de R\$ 250 milhões para exportação de três aeronaves. Nossa parceria estratégica com o Afrexim é fundamental para impulsionar as exportações de aeronaves e outros produtos brasileiros, destacando-se como um canal de grande importância para alavancar negócios no continente africano. Além dessa operação, cabe mencionar duas outras que viabilizaram exportações da Embraer para novos clientes, com a empresa norte-americana Alaska e a empresa de arrendamento de aeronaves Azorra. Para a primeira, o financiamento da ordem de R\$ 1,3 bilhão cobrirá parte do investimento total da companhia na compra de aviões, enquanto para a segunda, o financiamento de cerca de R\$ 2,8 bilhões possibilitará a compra de até 18 jatos dos modelos E-195-E2 e E-190-E2 da Embraer, que serão arrendados para diversas empresas aéreas pelo mundo.

No ano, recebemos ainda o prêmio Airline Restructuring Deal of the Year do Airfinance Journal, publicação internacional especializada no setor de aviação. A premiação foi concedida em reconhecimento ao esforço da instituição para recuperar crédito referente ao financiamento à exportação de dez aeronaves ERJ-190-100-LR, da Embraer, para a empresa Aeromexico. Esse foi o terceiro ano consecutivo em que o BNDES é premiado por operações do setor aeronáutico.

Exportações de bens

Também em 2023, foram estabelecidas condições especiais para o produto BNDES Pré-embarque, nosso capital de giro qualificado para empresas exportadoras de média e alta tecnologia, de forma a permitir a realização de operações de crédito e desembolsos em valor superior ao total dos cinco anos anteriores. No ano, foram desembolsados R\$ 5,9 bilhões, valor 79% superior ao total realizado entre 2019 e 2022. Ao todo, foram apoiados 51 grupos econômicos, que representam cinco das seis missões industriais do CNDI. Desses grupos, 18 tiveram suas exportações financiadas na linha pela primeira vez.

Já por meio da linha BNDES Pós-embarque Exim Automático, produto em que são descontadas cartas de crédito emitidas por mais de trinta bancos no exterior credenciados para operar com o BNDES, foram apoiados 37 grupos econômicos nacionais com US\$ 60 milhões – com destaque para exportações de implementos, máquinas e equipamentos agrícolas, ônibus, caminhões e outros bens de capital para a América do Sul.

AGROPECUÁRIA [GRI 3-3] [GRI 203-2]

Nosso apoio ao setor visa promover a sustentabilidade e a competitividade da produção de biocombustíveis e de alimentos, incentivando e apoiando a disseminação de técnicas como agropecuária de baixo carbono e de precisão. Nossas soluções financeiras estão disponíveis para produtores e empresas de todos os portes, desde o agricultor familiar até as grandes cooperativas e empresas do agronegócio.



Somos um dos principais repassadores dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF) no âmbito dos Planos Safra. Em 2023, aprovamos R\$ 30,4 bilhões em operações de crédito com recursos desses programas, sendo R\$ 7,1 bilhões referentes ao Plano Agrícola e Pecuário – PAP 2022-2023 (janeiro a junho), e R\$ 23,3 bilhões ao PAP 2023-2024 (julho a dezembro). O valor repassado no segundo semestre correspondeu a cerca de 88% dos recursos disponibilizados ao Banco para o PAP 2023-2024. Do total repassado em 2023, R\$ 21,3 bilhões foram destinados a programas da agricultura empresarial – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária (Prodecoop), entre outros – e R\$ 9,1 bilhões a programas da agricultura familiar – como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Foram relevantes para esse desempenho os repasses realizados por bancos cooperativos e pelo sistema de cooperativas de crédito, que viabilizaram a concessão de cerca de 50% dos recursos totais.

Destacamos também nosso produto BNDES Crédito Rural, que tem o objetivo de manter uma oferta de crédito contínua ao setor, independentemente do orçamento dos PAGFs, garantindo uma fonte perene de recursos à agropecuária. Em 2023, os financiamentos aprovados no âmbito do produto alcançaram R\$ 9 bilhões. Desde seu lançamento, em 2020, já são mais de R\$ 20,2 bilhões financiados em 37 mil operações.

Uma das iniciativas que contribuíram para o desempenho do BNDES Crédito Rural foi a criação, em abril de 2023, de mais uma alternativa de financiamento ao setor do agronegócio, que é intensivamente exportador, com custo fixo em dólares americanos. Foram disponibilizados R\$ 4 bilhões para operações de investimento

ACOMPANHAMENTO E MAPBIOMAS

Atuamos de forma preventiva, avaliando, por meio de serviços informatizados, todas as operações de financiamento indiretas automáticas – isto é, realizadas por meio de instituições repassadoras sem análise do BNDES – para as quais existam alertas ou exigências relativas aos solicitantes de crédito e bloqueando automaticamente a contratação de novas operações.

Nas operações indiretas automáticas de crédito rural, monitoramos ainda a existência de áreas embargadas ou sobrepostas a áreas vedadas nos projetos, visando acompanhar de forma mais efetiva financiamentos que potencialmente possam descumprir as normas socioambientais vigentes, como os embargos do Ibama.

Desde fevereiro de 2023, também fazemos uso do MapBiomas, ferramenta tecnológica que monitora, por meio de satélites, indícios de desmatamento em imóveis rurais que são objeto de operações de crédito. Com isso, na hipótese de ser identificado desmatamento sem documentos aptos que comprovem a regularidade da situação, podemos vedar a solicitação de crédito ou, em operações já contratadas, suspender a liberação de recursos. Caso a comprovação de regularidade não ocorra em até 12 meses a contar da data de notificação pelo BNDES, a instituição financeira credenciada deverá liquidar antecipadamente a operação perante o Banco. Com isso, em 2023, recebemos o Prêmio MapBiomas na categoria Aplicação em Negócios, pelo desenvolvimento dessa plataforma, que possibilita um olhar mais acurado sobre os impactos territoriais do apoio financeiro, qualificando a sustentabilidade das nossas ações.

De forma adicional, ampliamos recentemente a vedação de crédito a clientes com embargo por desmatamento ilegal, mesmo que em imóveis não diretamente associados aos financiamentos. Expandimos, assim, o controle sobre operações com risco de danos ambientais para além das exigências estabelecidas pela legislação brasileira de crédito rural emitida pelo Banco Central.

 Saiba mais na seção Impacto da nossa atuação

APOIO DO BNDES AOS PRODUTORES RURAIS IMPACTADOS PELAS ENCHENTES DE 2023

Aprovamos no ano a criação de duas soluções visando apoiar produtores rurais cooperados de todo o país impactados pelas cheias ocorridas em 2023. A primeira delas foi uma nova linha de capital de giro para cooperativas agropecuárias no âmbito do produto BNDES Crédito Rural. A solução buscou ampliar as opções de crédito para o setor, complementando os recursos disponibilizados via Plano Safra.

Além disso, com base na Medida Provisória 1.189/2023, de 27 de setembro de 2023, instituímos o FGI Peac Crédito Solidário RS, específico para o atendimento de empresas de menor porte impactadas pelos eventos climáticos e em estado de calamidade pública, localizadas nos municípios do Rio Grande do Sul. Foram garantidos R\$ 490,5 milhões para essas empresas por meio do produto.

Cooperativa Dália Alimentos Ltda

Localizada no município de Encantado (RS), a empresa atua nos segmentos industriais de frigorífico de suínos e aves, com vendas no mercado nacional e internacional. Com o objetivo de auxiliar cooperativas e produtores rurais que sofreram com as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2023, a empresa obteve capital de giro pela linha em dólar do BNDES Crédito Rural por meio da instituição parceira Sicredi.

em máquinas, equipamentos e projetos e de custeio dos produtores rurais e suas cooperativas. No ano, aprovamos a concessão de cerca de R\$ 3,5 bilhões em aproximadamente 2,2 mil operações, das quais 99% destinaram-se à aquisição de máquinas e equipamentos. Diante do potencial de demanda, no início de 2024, a Diretoria do BNDES elevou a dotação de recursos do programa em R\$ 4 bilhões, totalizando R\$ 8 bilhões disponíveis.

Nossos financiamentos ao setor agropecuário são realizados de forma preponderante por meio dos agentes financeiros repassadores. Essas instituições são responsáveis por analisar os aspectos socioambientais dos empreendimentos, com base em critérios definidos por normativos internos do Banco e normativos externos aplicáveis, e por avaliar os riscos, bem como por realizar o acompanhamento dos financiamentos. O Banco, por sua vez, avalia a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Projetos no agronegócio

O ano de 2023 foi marcado pelo aumento da demanda de crédito por projetos para produção de biogás e biometano, combustíveis de origem biológica com potencial tanto para aumentar a capacidade de geração de eletricidade renovável quanto para substituir o consumo de *diesel*, contribuindo assim para as metas de redução de emissões de carbono do Brasil.

Foram aprovadas três operações de crédito que totalizaram mais de R\$ 500 milhões em investimentos, dos quais R\$ 227 milhões foram financiados pelo BNDES por meio de recursos do Fundo Clima. Localizados em Goianésia (GO), Nova Olímpia (MT) e Paraguaçu Paulista (SP), os projetos têm como objetivo tanto a geração elétrica como a oferta de biometano. Ao longo de suas vidas úteis, terão a capacidade de evitar a emissão de mais de 20 milhões de toneladas de carbono na atmosfera, o que equivale ao plantio de aproximadamente 140 milhões de árvores.

Em 2023, foram aprovadas ainda operações de financiamento a outras oito usinas, que totalizaram cerca de R\$ 650 milhões em crédito do BNDES RenovaBio. Com o aumento de eficiência ambiental previsto, as usinas apoiadas serão capazes de evitar emissões de mais de 2,2 milhões de toneladas de CO₂e por ano.

AGRICULTURA FAMILIAR

Em relação a inclusão social e produtiva, com foco na agricultura familiar, atuamos com recursos não reembolsáveis, buscando incentivar a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, contribuindo para adaptação às mudanças climáticas, aumento da produtividade, aumento e estabilização da renda familiar, maior segurança alimentar e manutenção de jovens em atividade nas áreas rurais. Em 2023, esses investimentos somaram R\$ 101,4 milhões, com 50% de participação do BNDES, por meio de recursos do Fundo Socioambiental do Banco.

Projetos no setor

Destacamos nossa participação no programa Cisternas, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A parceria foi reformulada em 2023 para prever foco na promoção de segurança alimentar e geração de renda com o intuito de apoiar a implantação de cisternas para produção de alimentos para consumo próprio e comercialização de excedentes em feiras e no comércio local, além de oferecer serviço de



Produção de biocombustíveis é um dos focos de nossa atuação no setor de agronegócio



acompanhamento familiar. A partir dessa reformulação, a estimativa é beneficiar 1,4 mil famílias rurais de baixa renda de 17 municípios do semiárido brasileiro. Os investimentos somam R\$ 40 milhões, sendo 50% desses recursos oriundos do BNDES.

Outra iniciativa a destacar é o Sanear Marajó Socioambiental, desenvolvida pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e apoiada pelo BNDES, pelo Fundo Amazônia e pela FBB. O projeto visa promover a inclusão socioprodutiva de cerca de 200 famílias ribeirinhas de assentamentos e de reservas agroextrativistas no Arquipélago do Marajó, tendo como base a melhoria da qualidade da água para consumo humano e para produção de alimentos. Prevê também a implementação de quintais agroecológicos, cozinhas agroextrativistas e a estruturação da cadeia produtiva do açaí na região, contribuindo para aumento da capacidade produtiva e da renda familiar. A iniciativa tem duração prevista de dois anos e, em 2023, foram realizados a seleção e o diagnóstico das comunidades atendidas e iniciada a implantação das tecnologias sociais de acesso a água e saneamento e dos quintais agroecológicos. Os investimentos totalizam R\$ 9,6 milhões, com participação de 50% (R\$ 4,8 milhões) do Fundo Amazônia e de 20% (R\$ 1,9 milhão) do Fundo Socioambiental do BNDES.

Também apoiamos com R\$ 4 milhões não reembolsáveis – cerca de 50% dos recursos totais – as chamadas de Empreendedorismo Urbano Periférico e Negócios Rurais Inclusivos, da Aliança pela Inclusão Produtiva (Aipê), fruto de uma parceria com o Instituto Votorantim.



<
O programa Cisternas foi reformulado para prever foco na promoção de segurança alimentar e geração de renda
Foto: Acervo BNDES/André Telles Fotografia – Fabio Chieppe

Lançadas em janeiro de 2023, as chamadas selecionaram 18 iniciativas de 16 estados e vão beneficiar aproximadamente 2,4 mil integrantes de associações e cooperativas rurais e nano e microempreendedores. Outros parceiros são Fundação Arymax, Fundação Tide Setúbal, Instituto Humanize, Instituto Heineken, Instituto Votorantim, Santander, Ambev e B3 Social.

Outro projeto apoiado em 2023 foi o Segurança Alimentar, em parceria com a Fundação Vale, com foco na estruturação de arranjos produtivos rurais sustentáveis de agricultores familiares para melhoria da segurança alimentar e geração de renda. Serão beneficiados cerca de 20 grupos produtivos (associações ou cooperativas) e 400 agricultores nos estados de Minas Gerais e Maranhão com investimentos que somam R\$ 6,1 milhões, dos quais 50% em recursos do BNDES.

Por fim, no âmbito de nossa parceria com o Instituto Meio para promoção da inclusão produtiva de 1,5 mil agricultores familiares do Tocantins, incluindo comunidades tradicionais e extrativistas, por meio do fortalecimento de arranjos produtivos prioritários e de empreendedorismo, foi realizado, em 2023, diagnóstico para atuação no território do Bico do Papagaio, com priorização das cadeias de fruticultura, mandiocultura e apicultura/ meliponicultura. Estão previstos R\$ 5,7 milhões em investimentos totais, sendo metade desses recursos do BNDES. Participam ainda da iniciativa o Governo do Tocantins e a Suzano.

O projeto Sanear Marajó Socioambiental prevê a implementação de quintais agroecológicos, cozinhas agroextrativistas e estruturação da cadeia produtiva do açaí na região
Foto: Acervo BNDES/
Luciana Chaves
v



TEMA
MATERIAL

MPME E COOPERATIVISMO

[GRI 3-3] [GRI 203-2]



As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são um segmento-chave para o desenvolvimento da economia nacional. Elas representam a maioria dos estabelecimentos formais e respondem por parcela significativa dos empregos. Apesar de seu papel na dinâmica econômica, essas empresas ainda enfrentam restrições de acesso ao crédito devido a fatores como mercado de crédito concentrado e pouco disposto ao risco; assimetria de informações entre instituições financeiras e os clientes; dificuldade de constituição de garantias; e baixo conhecimento de gestão financeira.

Nosso apoio às MPMEs tem como diretrizes estratégicas a ampliação do acesso a crédito, estimulando o cooperativismo e expandindo a atuação no microcrédito, bem como a oferta de soluções financeiras e não financeiras dedicadas ao segmento, inclusive via mercado de capitais, com foco na ampliação do número de MPMEs atendidas. Buscamos promover a ampliação, a eficiência e a diversificação dos canais de distribuição, contribuindo para a desconcentração bancária. Além disso, apoiamos a atuação sustentável das MPMEs, com foco na transição ecológica justa e em soluções sociais, contribuindo para o aumento da produtividade, da inovação e da geração de valor dessas empresas por toda sua cadeia produtiva, incluindo a capacidade de exportação.

Atuamos, como importante instrumento do Governo Federal na execução de políticas públicas para o segmento, com o intuito de expandir o acesso das MPMEs a crédito e garantia por meio de [instrumentos financeiros diretos e indiretos](#) – os últimos representando a principal forma de apoio a essas empresas.

Por meio de nosso apoio, contribuimos para aumentar a produtividade das MPMEs e [impactamos positivamente](#) as variáveis que evidenciam o crescimento dessas empresas, como investimento, emprego e faturamento. Além dos efeitos sobre as empresas apoiadas, verifica-se resultados positivos para a economia local.



Saiba mais na seção
O que fazemos?



Saiba mais na seção
Impacto da nossa atuação

SOLUÇÕES FINANCEIRAS PARA MPMEs

Modelamos, continuamente, novas soluções financeiras para MPMEs e revisamos as existentes – incluindo produtos de garantias, que buscam facilitar e melhorar as condições de obtenção de crédito por essas empresas. Buscamos, sempre que possível, incorporar as necessidades desse público por meio de condições financeiras diferenciadas ou de instrumentos desenhados sob medida. Trabalhamos, ainda, para simplificar nossos processos de modo a facilitar o acesso das MPMEs a crédito – nosso ou de outros agentes financeiros. Atualmente, o apoio é realizado principalmente por meio dos seguintes instrumentos financeiros, que fazem parte de nosso [portfólio](#) na modalidade indireta:

- **BNDES Finame:** financia a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais previamente credenciados, incluindo produtos com eficiência energética e tecnologia 4.0, equipamentos agrícolas, ônibus e caminhões e materiais industrializados.
- **BNDES Automático:** inclui linhas específicas para MPMEs, como o BNDES Crédito Pequenas e Médias Empresas, que atendem às necessidades do dia a dia das empresas, e a linha de projeto de investimentos que apoia a modernização e ampliação da estrutura produtiva.
- **BNDES Crédito Serviços 4.0:** oferece financiamento para contratação de serviços tecnológicos, previamente credenciados, voltados a otimizar a produção, viabilizar projetos de manufatura avançada e implantar soluções de cidades inteligentes e similares.
- **Crédito Rural:** inclui os Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), que financiam investimentos e despesas de custeio de produtores rurais, agricultores familiares e cooperativas, e linhas próprias, como o BNDES Crédito Rural.
- **Garantia (BNDES FGI e FGI PEAC):** estimula as instituições financeiras a aprovarem financiamento em melhores condições para empresas e empreendedores de menor porte, além de transportadores de carga autônomos.
- **Cartão BNDES:** crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de bens, insumos e serviços que tenham fabricação total ou parcial no Brasil e que sejam previamente credenciados pelo Banco.



Conheça o portfólio completo em www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador?mpme=s#/

- **BNDES Microcrédito:** direcionado a microempresas ou microempreendedores individuais, formais e informais, financia capital de giro e investimentos produtivos de atividades de pequeno porte. As operações são feitas de acordo com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e limitadas ao valor máximo de R\$ 21 mil.

As condições e regras das diferentes soluções que oferecemos às MPMEs são estabelecidas em nossas Políticas Operacionais e comunicadas aos agentes financeiros credenciados por meio de avisos e circulares.

Garantias

Em 2023, o Fundo Garantidor para Investimentos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac), passou a ter prazo de vigência indeterminado a partir da edição da Medida Provisória 1.139/2022, de 1º de junho de 2020, convertida na Lei 14.554/2023, de 19 de agosto de 2020. O programa tem o objetivo de ampliar o acesso a crédito para microempresários individuais (MEI) e MPMEs, permitindo a manutenção do emprego e da renda, por meio da concessão de garantias em financiamentos para esse público.

Ao longo de 2023, apoiamos por meio do FGI Peac cerca de 128 mil operações, possibilitando a concessão de R\$ 41,8 bilhões em crédito a MPMEs.

REDE DE PARCEIROS DE CRÉDITO E DESCONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Acreditamos que a desconcentração bancária contribui para a democratização do crédito no país e, por essa razão, temos atuado para ampliar ainda mais nossa rede de parceiros de crédito.

Para viabilizar nossas operações indiretas, contamos com uma rede de agentes financeiros credenciados, como agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito e bancos cooperativos, bancos privados e públicos, que operam com nossos recursos em grande parte do território nacional. Este modelo de atuação, também utilizado por bancos de desenvolvimento internacionais

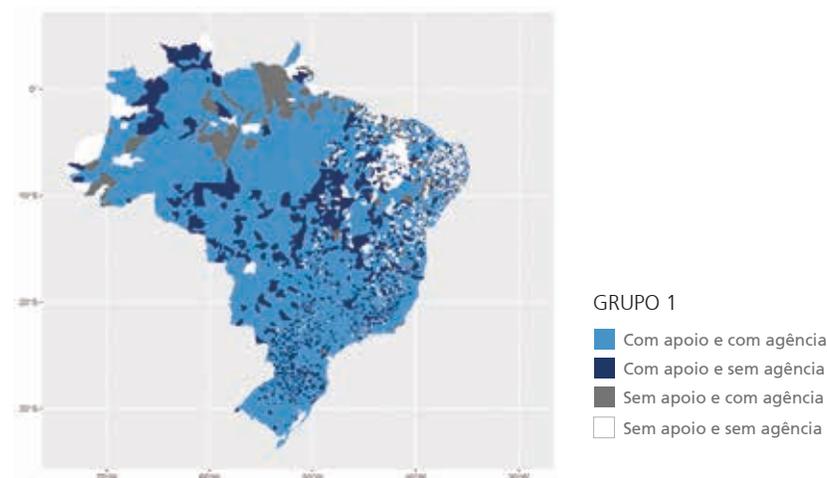
como KfW e British Bank, permite uma maior capilaridade do crédito em todo o território nacional e contribui para ampliar a concorrência no setor bancário brasileiro. Nos últimos cinco anos, alcançamos mais de 95% dos municípios brasileiros. Ao fim de 2023, havia cerca de 80 instituições financeiras aptas a operar com o Banco.

A modalidade de apoio indireto é regulamentada por meio de diversos normativos internos expedidos pelo BNDES aos agentes financeiros, que estabelecem regras e procedimentos a serem seguidos pelas empresas e pelas instituições financeiras. Realizamos acompanhamentos de forma amostral e monitoramentos para identificar clientes que tenham sido incluídos, por exemplo, na lista de trabalho escravo emitida pelo Governo Federal.

Na figura a seguir, nota-se a ampla cobertura de nosso apoio no território nacional, explicada principalmente pelo apoio indireto.

Adicionalmente, verifica-se que, nas cinco regiões do país, há um número significativo de municípios que não têm agência bancária, mas receberam apoio indireto do BNDES (municípios em azul-escuro no mapa).

EXISTÊNCIA DE AGÊNCIA BANCÁRIA E DE APOIO DO BNDES POR MUNICÍPIO EM 2023



Na próxima figura, apresentamos nosso apoio em municípios com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM 2010) abaixo da média nacional. Observa-se menor presença de apoio em municípios de baixo IDHM do semiárido da região Nordeste.

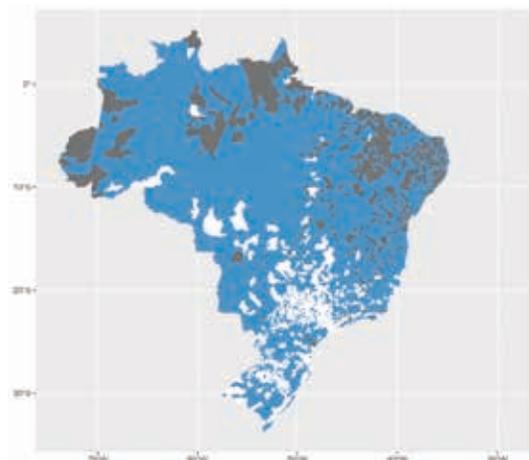


Saiba mais em www.bndes.gov.br/normas-operacoes-indiretas

APOIO DO BNDES EM 2023 E MUNICÍPIOS COM IDHM ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL.

NIVEL

- IDHM baixo e com apoio
- IDHM baixo e sem apoio
- IDHM alto



Para estimar a participação do município no crédito, foi utilizado o verbete 160 da estatística bancária mensal por município do Banco Central do Brasil (ESTBAN, de setembro de 2022), que corresponde ao ativo, por agência, relativo às operações de crédito.

Ainda assim, em nosso apoio, a participação desses municípios foi superior à verificada no estoque de crédito – cerca de 33% do total do apoio, embora sua atuação no crédito tenha sido de cerca de 9%. Essa diferença é mais significativa para operações indiretas, mas o apoio via BNDES FGI também tem maior concentração nesses municípios do que o total do crédito.

COOPERATIVISMO

Nos últimos anos, tivemos um forte crescimento da parceria com bancos cooperativos e cooperativas de crédito, contando, atualmente, com nove instituições credenciadas a repassar nossas linhas de crédito. São elas: Sicredi, Sicoob, Cresol, Ailos, Credicoamo, Uniprime, Primacredi, Credisis e Credicoopavel.

Em 2023, essas instituições foram responsáveis por realizar 182 mil operações de crédito, o que corresponde a 68% do número de operações aprovadas por meio de nossa rede de parceiros financeiros. Em valor, bancos cooperativos e cooperativas de crédito aprovaram um total de R\$ 23,8 bilhões, viabilizando a concretização de projetos de micro e pequenas empresas e produtores rurais em todo o Brasil, indo muito além das capitais e de grandes centros urbanos, permitindo que o crédito chegue a cidades do interior.

Entre as soluções financeiras voltadas exclusivamente para o desenvolvimento do segmento, destacamos o Programa BNDES Procapcred, que tem como objetivo fortalecer a estrutura patrimonial das cooperativas

de crédito por meio da concessão de financiamentos aos cooperados. Desde 2015, ano em que passou a ser regulamentado pelo próprio BNDES e não pelo CMN, já aprovamos R\$ 1,6 bilhão em mais de 170 mil operações.

CANAL MPME

Para facilitar o acesso ao crédito, passamos por um processo de transformação digital nos últimos anos, buscando oferecer uma melhor experiência ao nosso cliente final. Por meio da plataforma Canal MPME, oferecemos soluções financeiras e não financeiras às MPMEs, com o objetivo de apoiá-las no desenvolvimento de seus negócios. Para isso, traçamos uma identificação entre os interesses do cliente – micro, pequena ou média empresa, microempreendedor individual (MEI), ou empreendedor pessoa física – e dos parceiros que concedem crédito e oferecem serviços no canal. Chegamos, em 2023, a um total de 16 *fintechs* de crédito e de seis de eficiência financeira credenciadas na plataforma, além de 35 bancos comerciais, bancos de cooperativas, de desenvolvimento regional e instituições repassadoras de microcrédito. Aprimoramos, no ano, o acompanhamento das métricas para avaliar o desempenho dos parceiros do Canal MPME, introduzindo um indicador de efetividade que busca garantir um mínimo de conversões para parceiros que recebam um determinado volume de *leads*.



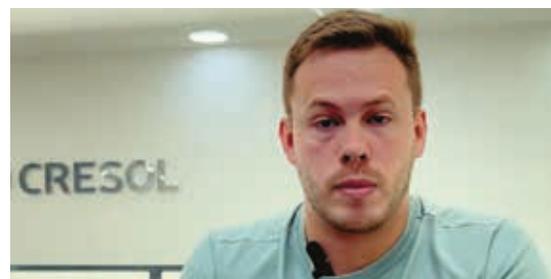
Acesse www.bndes.gov.br/canal-mpme



Saiba mais na seção **Nossos relacionamentos**

MICROEMPREENDEDOR DO PARANÁ UTILIZA RECURSOS DO PROCAPCRED

João Felipe Bassanezi é sócio da BSW, empresa que atua no setor de terraplanagem e execução de obras, localizada no município de Dois Vizinhos (PR). Como cooperado da instituição financeira Cresol, obteve recursos do Programa Procapcred para adquirir novas cotas de capital da cooperativa. A operação contribuiu para a capitalização da cooperativa de crédito e, ao mesmo tempo, incrementou o potencial de captação de crédito do microempreendedor cooperado para investimento em seu negócio.



João Felipe Bassanezi, sócio da BSW, obteve recursos do Programa Procapcred para adquirir novas cotas de capital da Cresol

Desde seu lançamento, em 2017, a plataforma já acumula R\$ 3,5 bilhões em créditos contratados, 22 mil propostas aprovadas e 12 mil empresas que contrataram sistemas de gestão disponibilizados pelo canal. Além disso, o Canal MPME já foi utilizado por empreendedores de 5.541 municípios diferentes, com contratações registradas em todos os estados do Brasil, sendo que 60% das operações de crédito foram efetuadas fora de capitais, o que demonstra o poder de alcance regional da ferramenta.



TEMA MATERIAL



AMBIENTAL E CLIMA [GRI 3-3]

Nossa atuação no tema ambiental tem como diretriz estratégica promover a transição justa para uma economia neutra em carbono, resiliente e adaptada ao clima. A contribuição para a descarbonização da economia brasileira engloba o estímulo a projetos de:

- (i) prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como a conservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia e dos demais biomas brasileiros, incluindo a Amazônia Azul;
- (ii) projetos de eficiência energética e outras formas de redução de emissões de gases de efeito estufa;
- (iii) bioeconomia;
- (iv) soluções baseadas na natureza;
- (v) turismo sustentável, principalmente em áreas públicas.

Em 2023, realizamos alguns eventos relacionados ao tema. No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, organizamos, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas e a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), o seminário “Financiamento para o Grande Impulso para a Sustentabilidade”, com objetivo de discutir os caminhos e as estratégias para financiar investimentos sustentáveis que possam impulsionar a construção de um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável no Brasil e na América Latina.



Acesse em https://www.youtube.com/watch?v=nkAp_towH4



Acesse em <https://www.youtube.com/watch?v=n9zKkpn5VVA>

Em julho, realizamos a conferência “Ambição Brasileira: Infraestrutura e Transição Climática”, com objetivo de promover discussão sobre temas como investimentos sustentáveis em infraestrutura, transição energética justa e PPPs em saneamento, mobilidade urbana e concessões florestais.

FLORESTAS

15

A atuação com foco em florestas visa desenvolver e promover ações voltadas para a conservação, preservação, redução do desmatamento e valorização das florestas nativas.

De 2008 a 2023, o Fundo Amazônia apoiou atividades de manejo sustentável em 75 milhões de hectares de área de floresta. Já o apoio a atividades de restauração ecológica, somando-se as diversas iniciativas realizadas desde 2010, totaliza US\$ 29,4 milhões e resultou em 21,6 mil hectares restaurados. [GRI 304-2]

Lançada em 2022, a iniciativa Floresta Viva conta com diversos parceiros para a implementação de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros, com uma meta de investimento de R\$ 700 milhões em sete anos. Além da restauração florestal propriamente dita, a iniciativa está focada no fortalecimento da estrutura técnica e de gestão da cadeia produtiva do setor de restauração.

Em 2023, lançamos três editais para seleção de projetos de restauração ecológica no âmbito da iniciativa. O primeiro, em parceria com a Eneva, contempla projetos para unidades de conservação no Amazonas; o segundo, em parceria com a Energisa, Fundo Vale e Norte Energia, destina recursos para a bacia do Rio Xingu; e o terceiro, em parceria com a Petrobras, destina-se aos Corredores de



Acessa www.bndes.gov.br/florestaviva

BNDES NA COP-28

Durante nossa participação na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-28) firmamos acordos com parceiros globais e ratificamos nossos compromissos rumo à transição energética justa para uma economia de baixo carbono. Entre eles, destacam-se: formalização de doação de R\$ 500 milhões do Reino Unido ao Fundo Amazônia e, anúncio, por este país de mais R\$ 215 milhões; divulgação do resultado do edital Floresta Viva; anúncio de R\$ 6,5 bilhões em investimentos verdes viabilizados por acordos com Banco Mundial e Banco Europeu de Investimentos; assinatura de memorando de entendimento com Eurasian Development Bank; destinação de R\$ 75 milhões em fundo para pequenas e médias empresas na Amazônia; mobilização de até US\$ 20 bilhões para a Amazônia pela Coalizão Verde, agora presidida pelo BNDES; investimentos de R\$ 12 milhões para planejamento espacial marinho no Sudeste; e investimento de R\$ 450 milhões para a iniciativa Restaura Amazônia, primeiro passo da estratégia do Arco da Restauração. Participamos ainda de diversas sessões e eventos paralelos, como a organização de painéis sobre transição energética, mercado de carbono, reflorestamento, bioeconomia e Amazônia.

Biodiversidade no Cerrado e Pantanal. Juntos, os editais totalizam investimentos de R\$ 77,5 milhões em projetos de restauração.

Lançamos no ano, também, a iniciativa Arco da Restauração na Amazônia, construída em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e anunciada na COP-28. A restauração de florestas está entre as medidas mais rápidas e baratas de remoção de CO₂ da atmosfera, condição para a meta de 1,5° C de limite para o aquecimento global. No total, estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 200 bilhões até 2050, com o objetivo de restaurar 24 milhões de hectares na Amazônia. A previsão é de que a iniciativa poderá gerar até 10 milhões de empregos na região.

Como primeira ação da iniciativa, foi lançado na COP-28 o edital Restaura Amazônia, que irá selecionar três parceiros para gerir R\$ 450 milhões não reembolsáveis em recursos do Fundo Amazônia para projetos de restauração ecológica com espécies nativas ou sistemas

agroflorestais em sete estados da Amazônia Legal. Espera-se que esses recursos alavanquem recursos públicos e privados para a restauração ecológica da região. Como segundo passo, recursos do Fundo Clima no valor de R\$ 550 milhões estão sendo disponibilizados para financiamento no âmbito da iniciativa. A primeira operação de crédito do Arco da Restauração, no valor de R\$ 186,77 milhões (R\$ 80 milhões do Fundo Clima e R\$ 106,7 milhões da linha BNDES Finem) foi contratada no início de 2024 com a empresa Re.green, tendo a previsão de restaurar 15 mil hectares de florestas na Amazônia e na Mata Atlântica baiana.

Do ponto de vista institucional, no âmbito do projeto corporativo que tem por objetivo o fortalecimento da Gestão Social Ambiental e Climática (SAC) do BNDES, um grupo de trabalho está elaborando a proposta da nossa atuação em biodiversidade, com expectativa de conclusão ainda em 2024.



Saiba mais na seção
Nossa estratégia

RETOMADA DO FUNDO AMAZÔNIA

Nossa experiência como gestor do Fundo Amazônia é considerada referência em financiamento climático.

Em 2023, com o reestabelecimento da governança do fundo e a retomada da análise de propostas, contratamos cinco novos projetos. Anunciamos, também, duas chamadas públicas que totalizam mais de R\$ 780 milhões. Além do Restaura Amazônia, a iniciativa Amazônia na Escola irá destinar R\$ 336 milhões para projetos que visam o fortalecimento da capacidade de produção de agricultores familiares e aquisição de alimentos produzidos de forma sustentável para alimentação escolar nas redes públicas de ensino na Amazônia Legal.

O reestabelecimento da governança do Fundo Amazônia foi essencial também para a adesão de novos doadores. O governo da Alemanha fez nova doação de EUR 35 milhões. Além disso, foram assinados contratos com o governo da Suíça (CHF 5 milhões), Estados Unidos (USD 3 milhões) e Reino Unido (GBP 80 milhões), enquanto Dinamarca, União Europeia e Noruega anunciaram novas doações ao fundo. Esses movimentos reforçam a confiança da comunidade internacional na política de combate ao desmatamento do governo brasileiro e na nossa gestão do Fundo Amazônia.

Criado em 2008, o fundo apoiou 107 projetos até 2023, com desembolsos da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Entre outros resultados desse apoio, vale destacar a realização de 1.896 missões de fiscalização, o combate a 32.837 focos de incêndio e o apoio a atividades produtivas sustentáveis que beneficiaram 233 mil pessoas. O apoio do fundo já contemplou 196 unidades de conservação e 101 terras indígenas, além de ter contribuído para fortalecer a gestão de 52 milhões de hectares. No ano de 2023, foram desembolsados cerca de R\$ 48 milhões para projetos em andamento e concluídos sete projetos, que finalizaram os processos de prestação de contas das atividades realizadas.

Saiba mais em www.fundoamazonia.gov.br

Estruturação de ativos ambientais

Nossa carteira de parcerias contava com 65 ativos ambientais em estruturação ao fim de 2023, somando mais de 12 milhões de hectares entre parques e florestas. Leiloamos os primeiros projetos de concessão florestal no sul do Brasil, nas Florestas Nacionais de Chapecó (SC), Irati (SC) e Três Barras (PR), com outorgas para o poder público estimadas em R\$ 127 milhões ao longo da concessão. Além disso, estes são os primeiros projetos que contemplam obrigações de restauração ecológica em áreas da concessão. Foram também lançados em 2023 os editais do Parque Nacional de Jericoacoara e do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, cujos leilões ocorreram no início de 2024.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS [GRI 3-3]

Clima é um elemento central em nossa visão de desenvolvimento. Por isso, atuamos tanto na mitigação das mudanças climáticas, com resultado nos mais diversos setores – energia, logística e mobilidade urbana, mudanças de uso da terra e florestas (MUTF), agropecuária, indústria e saneamento – quanto na agenda de adaptação climática.



Em 2023, revisamos nosso organograma institucional, fortalecendo estruturas dedicadas ao tratamento dos temas social, ambiental e climático. Foi criado o Departamento de Clima (DCLIMA), da Área de Transição Energética e Clima (AEC) que, atuando de forma transversal a toda a instituição, responde pela governança da agenda de mudanças climáticas.

Aprovamos no ano nosso compromisso climático e diretrizes no CRSAC, reafirmando nossa contribuição para uma transição justa em direção a uma economia de baixo carbono. O documento *Diretrizes do BNDES para mudança climática: compromissos e desafios para uma transição justa* apresenta este compromisso, nossas frentes de atuação, oportunidades de investimentos e diretrizes transversais e

setoriais de nossa rota para transição justa. Além disso, destaca nossas ações climáticas e histórico do seu impacto positivo, bem como a agenda em implementação.

Veja a seguir nosso compromisso climático e as frentes de atuação para o seu cumprimento. A partir das discussões estratégicas, para cada uma dessas frentes de atuação foi definida agenda, abrangendo, entre outras, entregas relacionadas à ampliação do apoio a projetos com foco climático e novas captações para o Fundo Amazônia e o Fundo Clima. À luz das principais condicionantes do contexto nacional e mundial, identificamos oportunidades de investimentos alinhados ao Acordo de Paris em mitigação climática, adaptação climática, perdas e danos e biodiversidade.



Accesse www.bndes.gov.br/diretrizes-do-bndes-para-mudanca-climatica

COMPROMISSO CLIMÁTICO DO BNDES

Nosso compromisso é o alinhamento contínuo ao Acordo de Paris, para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, contribuindo para a neutralidade do Brasil em 2050 e potencializando investimentos para a transição climática justa no país.

Frentes de atuação

1

AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO E DO ENGAJAMENTO DE CLIENTES

Ampliar o financiamento e o engajamento de clientes (e suas cadeias produtivas) para transição climática justa, contribuindo para evitar emissões e reduzir emissões de nossa carteira. Nesse sentido, atuaremos por meio de nossos produtos, tais como crédito e financiamento, estruturação financeira e de projetos, participações e títulos, garantias e apoio não reembolsável.

2

ALINHAMENTO DE NOSSAS ATIVIDADES AO ACORDO DE PARIS

Implementar aprimoramentos de gestão para nosso alinhamento às boas práticas internacionais e melhoria na gestão da carteira: classificação dos projetos com base na nossa taxonomia verde; escopo do inventário de carbono ampliado; aprimoramento da calculadora de emissões evitadas; gestão de risco climático; e atualização de políticas e estratégias.

3

ARTICULAÇÃO COM DIVERSOS ATORES E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Aumentar a articulação nacional e no exterior, por meio do relacionamento com partes interessadas estratégicas e da participação em eventos nacionais e internacionais, como os da ONU e do G20, condizente com um papel de liderança do Brasil no que se refere à transição climática justa. Dar continuidade à produção de conhecimento, considerando a elaboração de publicações e a realização de seminários e eventos.

4

VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Atrair recursos concessionais e privados para o interesse público e diversificar nossas fontes de recursos nacionais e internacionais, com foco na redução do custo de captação e das taxas aos clientes, por meio de parcerias, captação e gestão de recursos e instrumentos como títulos verdes e sustentáveis.



Saiba mais na seção
Impacto do nosso apoio

Empreendimentos não apoiáveis e apoio condicionado

Nossa lista de exclusão e de apoio condicionado passa por aprimoramento contínuo para reforçar nosso pioneirismo no tema clima.

Não apoiamos, entre outros projetos, a geração de energia termelétrica exclusivamente a carvão mineral ou a óleo derivado de petróleo, bem como investimentos relacionados ao uso de óleo derivado de petróleo, seja em projetos híbridos no âmbito do Sistema Integrado Nacional (SIN) ou em sistemas isolados.

Empreendimentos que dependem da madeira como principal matéria-prima podem ser apoiados quando a madeira for proveniente de floresta plantada. Nos casos em que a madeira é derivada de mata nativa ou de empreendimentos associados à exploração de vegetação primária ou de espécies nativas, o apoio é condicionado à existência de um plano de manejo florestal sustentável.

Contamos com diretrizes consolidadas para o apoio financeiro a frigoríficos, com exigências de rastreabilidade socioambiental da cadeia de fornecimento.

Riscos climáticos

Atuamos em diversas áreas, entre elas, algumas suscetíveis a riscos climáticos físicos e de transição, como os setores de agropecuária e energia. A adequada identificação dos riscos climáticos que impactarão os projetos apoiados atende não só à atual regulação aplicada ao Banco, mas permite uma gestão de riscos mais eficaz. Os riscos climáticos físicos se referem à possibilidade de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais de longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos, podendo ser classificados como agudos, quando ocorrem com alta intensidade em um curto período, ou crônicos, quando surgem em menor intensidade ao longo do tempo. Os eventos climáticos físicos incluem enchentes, tempestades, elevação do nível

do mar, secas, temperaturas extremas, deslizamentos e incêndios.

Já os riscos de transição derivam da necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono e podem se materializar na forma de alterações regulatórias ou legislativas, surgimento de novas tecnologias, mudanças de mercado e questões reputacionais.

Integramos aspectos relacionados a riscos climáticos em nossas avaliações de riscos de crédito, em complemento à avaliação de riscos socioambientais realizadas para todos os nossos financiamentos, com o objetivo de melhorar o tratamento dos aspectos ASG em nossa política de crédito.

Além disso, desenvolvemos uma metodologia proprietária para a classificação de riscos climáticos físicos e de transição, que serão avaliados individualmente para cada operação de crédito. A metodologia se encontra em fase de implementação em sistema e entrará em produção em 2024.

Mitigação

Temos usado todos os nossos instrumentos para cooperar com a mitigação das mudanças climáticas, o que implica minimizar ou pelo menos diminuir o fluxo de GEE na atmosfera. Nossos esforços contribuem para expansão de energias renováveis, aumento da eficiência energética, descarbonização da indústria e do transporte, entre outras frentes. Essa agenda de descarbonização inclui, ainda, incentivos para o desenvolvimento de máquinas e equipamentos mais eficientes que contribuam para o processo de transição energética.

Entre os diversos produtos e iniciativas de mitigação de que dispomos, podemos destacar o Fundo Amazônia, Fundo Clima, Floresta Viva, BNDES Crédito ASG, BNDES RenovaBio e Programa ABC+. Vale mencionar também nossa atuação na produção de estudos, realização de seminários setoriais com diferentes atores do mercado e a contribuição com o poder público para formulação e implementação de políticas públicas que contemplem a agenda de descarbonização.



Saiba mais na seção
Gestão de riscos



Saiba mais e www.bndes.gov.br/producao-e-solucoes-financeiras

Adaptação

As mudanças do clima já produzem diferentes impactos socioeconômicos, e os esforços para sua mitigação podem exigir tempo para gerar resultados. Isso torna os temas adaptação e aumento de resiliência às mudanças climáticas cada vez mais relevantes.

Os compromissos assumidos por nós na temática de adaptação preveem a atuação em linha com o Plano Nacional de Adaptação (PNA), com o direcionamento de capital para setores e tecnologias de adaptação prioritários, incluindo ações com municípios e estados em projetos de infraestrutura, em especial nas áreas urbanas mais vulneráveis, e na promoção do desenvolvimento urbano resiliente, com foco em soluções baseadas na natureza. Estamos trabalhando ainda para a inclusão de mitigantes de riscos climáticos nas modelagens de projetos de infraestrutura, sobretudo para os riscos físicos relacionados a enchentes, inundações e deslizamentos.

Entre as operações aprovadas em 2023, cabe destacar a de financiamento de R\$ 503,6 milhões para o município de Campinas (SP), sendo R\$ 80 milhões provenientes do Fundo Clima, destinado à prevenção de enchentes e enxurradas na região central da cidade. O projeto integra soluções tradicionais de engenharia com soluções baseadas na natureza, incorporando ao sistema de drenagem local três reservatórios de retenção e galerias de derivação, além da implantação de três parques lineares nas margens de córregos da cidade.

FUNDO CLIMA

Somos gestores da parcela reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), mais conhecido como Fundo Clima – a parcela não reembolsável é de responsabilidade do MMA. Por meio dele, apoiamos projetos nas mais diversas áreas, como cidades sustentáveis e mudança do clima, máquinas e equipamentos eficientes e resíduos sólidos.

 Saiba mais na seção Desempenho e sustentabilidade financeira

Em 2023, aprovamos R\$ 883,4 milhões em 25 operações do Fundo Clima, contemplando projetos de energia solar, mobilidade urbana, biometano, carvão vegetal, restauração florestal e de resiliência climática. É o segundo ano consecutivo em que aprovamos financiamento não só para projetos que visam evitar a emissão de gases de efeito estufa, mas também de adaptação aos efeitos extremos causados pela mudança climática.

 Acesse www.bndes.gov.br/fundoclima

GHG PROTOCOL

Escopos 1, 2 e 3 são parâmetros usados pelo GHG Protocol:

- Emissões de escopo 1 são decorrentes de fontes que pertencem ou são controladas pela empresa, ou seja, emissões resultantes da operação direta da instituição.
- Emissões de escopo 2 são indiretas, derivadas da energia elétrica comprada para uso na operação direta da empresa.
- Emissões de escopo 3 são todas as demais emissões indiretas.

 Saiba mais em <https://ghgprotocol.org/sites/default/files/standards/ghg-protocol-revised.pdf>

Emissões [GRI 305-1] [GRI 305-2] [GRI 305-3]

Em 2023, publicamos no GHG Protocol, segundo metodologia da plataforma, nossas emissões administrativas (escopo 1, 2 e parte do 3). Esta informação está disponível em: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/1119>



Conheça em <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>

As emissões são detalhadas a seguir (em tCO₂e):

| ESCOPO | 2020 | 2021 | 2022* | 2023 |
|--|----------------|--------------|-----------------|----------------|
| Emissões diretas (escopo 1) de GEE (incluindo todos os GEE) | 55,4 | 54,8 | 59,66 | 83,5 |
| Emissões indiretas (escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia (incluindo todos os GEE) | 795,7 | 73,8 | 557,58 | 476,4 |
| Emissões indiretas (escopo 3) de GEE (considera apenas deslocamentos casa-trabalho e viagens a trabalho) | 260,2 | 291,8 | 2.005,54 | 2.098,9 |
| Total | 1.111,3 | 420,4 | 2.662,78 | 2.658,8 |

*Publicamos, no relatório do ano passado, o inventário administrativo do ano-base de 2022 antes da certificação do Organismo de Verificação de Inventários de Gases de Efeito Estufa (OVV), o que gerou diferenças em relação aos números publicados neste relatório.

Do total de 2.658,8 tCO₂e emitidos pelo BNDES em 2023, cerca de 79% foram geradas por aquelas do escopo 3, sendo que os deslocamentos casa-trabalho dos usuários responderam por emissões de 1.644,1 tCO₂e (62% do total).

Em seguida, as emissões relacionadas ao consumo de energia elétrica (calculadas pelo método GHG Protocol – localização, que considera o fator de emissão do Sistema Interligado Nacional), apuradas no escopo 2, responderam por cerca de 18% das emissões totais de GEE. Foi estimado o consumo de 13.500 MWh para o ano de 2023, com margem de variação de 10% para mais ou menos, resultando em aquisição de IREC referente a 12.150 MWh, sendo que o consumo do ano foi de 12.089 MWh,

O condomínio do Edserj (Cedserj) tem contrato para aquisição de IREC (International Renewable Energy Council Standard) referente ao consumo de energia elétrica do edifício. O IREC é uma certificação internacional que comprova a rastreabilidade da energia renovável consumida.

aproximadamente 1% menor que o limite inferior da margem. A compra dos certificados de energia renovável gera uma emissão de escopo 2 de 13,7 tCO₂e, resultando em emissões totais de 2.196,2 tCO₂e.

Por último, as emissões do escopo 1 corresponderam a cerca de 3% das emissões totais.

Comparando-se o inventário de 2023 com o do ano anterior, é importante destacar a compensação das emissões referentes ao consumo de combustível nos deslocamentos realizados por meio de veículos locados em viagens a trabalho e a realização de extrapolação dos dados da pesquisa de deslocamento casa-trabalho realizada pelo Cedserj para estimar as emissões de GEE. No ano anterior, a consultoria Way Carbon, contratada para calcular nosso inventário, não realizou nenhum tipo de extrapolação, portanto, o escopo foi menor em relação ao cálculo deste ano, o que poderia explicar a variação do valor. Além disso, também foram incluídas as emissões dos processos de soldagem e da manutenção dos purificadores e bebedouros. Ressalta-se, ainda, que o inventário de GEE do escopo administrativo do BNDES foi certificado por organismo de verificação cadastrado no Inmetro, permitindo a manutenção do Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol.

INTENSIDADE DE EMISSÕES [GRI 305-4]

Em tCO₂e por pessoa

| ESCOPO | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------|------|------|------|------|
| Escopo 1 | 0,02 | 0,02 | 0,03 | 0,02 |
| Escopo 2 | 0,32 | 0,03 | 0,25 | 0,12 |
| Escopo 3 | 0,10 | 0,12 | 0,67 | 0,55 |

Nota: considerando o total de empregados ao fim de cada ano. Em 2023, foram considerados 3.820 usuários (empregados, estagiários e terceirizados do BNDES, Fapes e Cedserj lotados nas unidades do BNDES).

Inventário de emissões financiadas, emissões evitadas e removidas de GEE

Com o objetivo de avançar em nossa agenda de ação climática, contratamos a consultoria WayCarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono S.A para realizar o inventário de emissões de GEE das nossas operações de crédito e de investimento, além de quantificar as emissões de GEE evitadas e removidas dos projetos de mitigação climática

apoiados pelo BNDES. O foco dessa iniciativa foi compreender o atual perfil de emissões do portfólio financeiro e, desta forma, identificar rotas de descarbonização setoriais em que o Banco poderá ser mais efetivo.

Adotamos a metodologia da *Partnership for Global Carbon Accounting Financials* (PCAF), reforçando nosso compromisso com as melhores práticas globais de contabilização e gestão de emissões de GEE. A PCAF é reconhecida globalmente e é aplicável a diferentes setores, inclusive ao setor financeiro. Essa abordagem permite maior transparência e comparabilidade dos dados reportados, uma vez que as demais instituições financeiras do Brasil e do mundo também utilizam esta metodologia.

O cálculo das emissões de GEE financiadas levou em consideração análise de materialidade para a seleção dos setores a serem inseridos no inventário, a partir da exposição financeira e das emissões de GEE associadas a cada setor. Essa análise permitiu identificar os setores com maior potencial de impacto em termos de emissões de GEE e alcançar a maior abrangência possível da carteira de crédito e de investimento. O inventário de emissões de GEE nos permite direcionar nossos esforços na gestão de riscos climáticos e nas oportunidades de investimento sustentável. Os setores selecionados refletem uma compreensão das áreas prioritárias para ação climática dentro do portfólio do Banco.

A iniciativa é importante para a gestão dos nossos compromissos climáticos, para a avaliação do alinhamento da carteira com metas climáticas e a definição de estratégias de alocação de recursos. Além disso, marca um passo importante rumo à transparência, à responsabilidade climática e ao alinhamento com os ODS e à redução de emissões de GEE.

As emissões de GEE financiadas, evitadas e removidas para o ano-base 2023 ainda estão sendo calculadas e serão publicadas em nosso *site*.

Emissões de GEE financiadas – carteira de crédito não automática (2022)

A cobertura do cálculo das emissões de GEE para a carteira de crédito não automática atingiu 75,1%, somando 12,69 MtCO₂e,



Conheça em <https://carbonaccountingfinancials.com/files/downloads/PCAF-Global-GHG-Standard.pdf>

Acompanhe em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/clima/emissoes-de-gee>.

com foco nos setores mais impactantes em termos de emissões.

| SETORES | % DA CARTEIRA ESTIMADA | EMISSIONES FINANCIADAS (MM tCO ₂ e) | INTENSIDADE (tCO ₂ e/R\$MI) | SCORE |
|------------------------------------|------------------------|--|--|------------|
| Energia | 46,40% | 1,11 | 5,79 | 2,89 |
| Transporte terrestre | 5,70% | 0,31 | 15,58 | 2,84 |
| Embarcações | 5,60% | 0,89 | 34,67 | 1,97 |
| Aeronaves | 6,90% | 1,79 | 78,92 | 1 |
| Agropecuária e alimentos | 2,90% | 5,95 | 290,43 | 2,98 |
| Rodovias | 3,10% | 0,06 | 2,06 | 2,03 |
| Papel e celulose | 1,80% | 0,27 | 42,93 | 2,67 |
| Saneamento | 1,60% | 0,55 | 104,95 | 2,65 |
| Mineração, siderurgia e metalurgia | 1,30% | 1,76 | 396,53 | 2,76 |
| Total | 75,10% | 12,69 | 38,84 | 2,6 |

Emissões de GEE financiadas – carteira de ações listadas e não listadas (2022)

A cobertura do cálculo das emissões de GEE para a carteira de ações listadas e não listadas atingiu 100%, somando 17,37 MtCO₂e, com Score PCAF de 1,31.

Emissões de GEE evitadas e removidas

As metodologias de cálculo utilizadas para o cálculo das emissões são baseadas nas metodologias aprovadas e utilizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima para aprovação de projetos vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que foram incorporadas na calculadora do Fundo Clima, publicada pela primeira vez em agosto de 2016. Desde então, a calculadora vem sendo aperfeiçoada.

Em 2023, com apoio da consultoria WayCarbon, atualizamos e ampliamos esta ferramenta para novos setores: plantio florestal com espécies comerciais, produção de biocombustível para uso em aplicações de transporte, aquisição de ônibus e caminhões elétricos, transporte de carga ferroviário e hidroviário e projetos de armazenamento de energia (baterias). A ferramenta passou a ser chamada de *Calculadora de emissões evitadas e removidas* e será utilizada para todos os projetos abarcados no seu escopo.

Atualizamos também todos os fatores de emissão e passamos a considerar o período de um ano de projeto para o cálculo, permitindo o reporte das emissões anualizado.

As emissões de GEE evitadas e removidas da carteira dos projetos de mitigação climática, cujas atividades estão contempladas na ferramenta, foram calculadas para o ano de 2022, com o apoio da Way Carbon. Ressalta-se que as emissões evitadas e removidas do BNDES foram corrigidas por um fator de atribuição que representa a participação do financiamento do Banco no investimento total.

EMISSIONES EVITADAS (2022)

| SETOR | ATIVIDADE | EMISSIONES EVITADAS (tCO ₂ e) |
|-----------------------|--|--|
| Administração pública | Eficiência energética em iluminação pública | 5 |
| Agropecuária | Aquisição de módulos de células fotovoltaicas, aerogeradores de pequeno porte e motores a biogás | 251 |
| Energia | Captura de biogás e aproveitamento energético | 4.035.781 |
| | Implantação e operação de planta de geração de energia elétrica, a partir de fonte solar, energia dos oceanos, eólica ou microgeração hidráulica | 8.465.053 |
| | Produção de biocombustível para uso em aplicações de transporte | 2.829.889 |
| Transporte terrestre | Transporte urbano de passageiros sobre trilhos | 128.065 |
| | Aquisição de ônibus elétricos, híbridos, outros modelos com tração elétrica ou movidos a biocombustíveis | 16.822 |
| | Apoio a módulos de projetos de Bus Rapid Transit (BRT) | 5.043 |
| | Transporte de carga ferroviário e hidroviário | 272.137 |
| Total | | 15.753.046 |

EMISSIONES REMOVIDAS (2022)

| SETOR | ATIVIDADE | EMISSIONES REMOVIDAS (tCO ₂ e) |
|---------------------|---|---|
| Florestas nativas | Restauração de biomas | 113.822 |
| Florestas plantadas | Plantio florestal com espécies comerciais | 10.181.426 |
| Total | | 10.295.258 |

SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA

Nossa atuação na agenda social tem como diretriz estratégica desenvolver e estruturar iniciativas sociais de impacto, estimulando a inclusão, a redução de desigualdades e o desenvolvimento social e regional. Essa atuação focaliza as áreas de (i) desenvolvimento e requalificação urbana e preservação do patrimônio cultural e cultura;



Acesse <https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/clima/emissoes-emitadas-e-removidas>

(ii) modernização da administração pública municipal e estadual; (iii) investimentos em saúde e educação; (iv) defesa e segurança pública, em especial para melhoria de gestão e prevenção; (v) inclusão produtiva, rural e urbana, focados em populações vulneráveis; (vi) segurança alimentar e transição de sistemas alimentares sustentáveis; (vii) aplicação de tecnologias sociais; (viii) desenvolvimento urbano, com foco em favelas e periferias; (ix) capacitação de mão de obra em função das novas tecnologias; (x) economia do cuidado; e (xi) investimentos em cultura e entretenimento, incluindo o setor audiovisual.

Em 2023, recriamos a Área de Desenvolvimento Social e Gestão Pública (AS), com o objetivo de fortalecer nosso compromisso com as agendas de impacto social e regional e, assim, retomar o apoio aos investimentos dos entes subnacionais para impulsionar iniciativas voltadas para inclusão produtiva com geração de emprego e renda no campo e na cidade.

Dessa forma, contribuímos para a melhoria da qualidade de vida da população, financiando projetos que promovem a modernização das capacidades estatais, a ampliação da oferta de serviços públicos geradores de bem-estar, a transformação urbana e a resiliência climática, além de fomentar o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento local. Cabe destacar ainda que o impulso à agenda social e regional passou a contar também com a criação de uma unidade de inteligência e articulação, com atribuição de formular estratégias e soluções, viabilizar a captação de novas fontes de recursos e ativar parcerias com instituições e bancos regionais sinérgicas para a redução de desigualdades sociais e regionais.



EDUCAÇÃO

Atuamos prioritariamente na educação básica, com foco na qualidade do ensino e na redução das desigualdades nas redes. Nosso apoio à educação é alinhado às políticas públicas para o setor e ocorre por meio de chamadas e seleção pública com recursos não

reembolsáveis do Fundo Socioambiental, sempre alavancando parcerias privadas.

Projetos apoiados

Em 2023, uma série de projetos se desenvolveram, tendo três atuações principais:

Conectividade nas escolas públicas

Os projetos apoiados pela Iniciativa BNDES Educação Conectada (IEC) caminharam para suas etapas de conclusão em 2023. A iniciativa é uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) no âmbito da Política de Inovação Educação Conectada que tem como finalidade a implementação física de conectividade e a promoção do uso de tecnologias digitais nas redes públicas estaduais e municipais de ensino. Quase 400 escolas de Sergipe, Rio Grande do Sul, Bahia, Tocantis, Paraíba e Paraná foram providas com equipamentos de conectividade e dispositivos, como roteadores, *chromebooks* e laptops, para a utilização por alunos e educadores.

No ano também foram lançados, em parceria com a FGV, os relatórios de avaliação qualitativa de efetividade da iniciativa e o relatório final das atividades de monitoramento e avaliação, além da realização do evento “aprendizados da iniciativa BNDES Educação Conectada”.

Outra atuação importante em conectividade se dá pela Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), lançada em setembro de 2023 pelo Governo Federal, que estabeleceu o compromisso de universalizar a conectividade para fins pedagógicos em todas as escolas públicas de educação básica até 2026. Participamos da execução da estratégia, na condição de membro do seu Comitê Executivo e de agente financeiro do Fust, uma das principais fontes de recursos disponíveis para a implementação da política. Ademais, contribuímos com a Enec por meio do compartilhamento de conhecimento e experiências obtidas com a IEC.

Redes de ensino na Amazônia Legal

Em 2023, foi lançado o programa Itinerários Amazônicos, desenvolvido pelo Instituto Iungo, com o nosso apoio, junto com outros parceiros



Saiba mais em <https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/educacao/parcerias-editais/educacao-conectada/>

privados. O programa tem como objetivo o desenvolvimento de conteúdo didático específico por meio de unidades curriculares que visem a sustentabilidade da Amazônia para os itinerários formativos do Ensino Médio, e oferece formação continuada às secretarias estaduais de educação parceiras para implementação desses itinerários nas escolas da região da Amazônia Legal.

Outro marco nessa frente de apoio foi a nossa participação no fórum “Uma Agenda Comum pela Transformação do Marajó”, organizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará e pelo Instituto Articule, no âmbito do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política Educacional. O fórum reuniu ministérios e secretarias, entre outros atores, para debater a coordenação de políticas federais e estaduais que envolvem a formação de professores, alimentação e transporte escolar, e a instalação de tecnologias sociais de energia, conectividade e saneamento. No evento, apresentamos os resultados preliminares do diagnóstico de infraestrutura básica das escolas municipais da mesorregião do Marajó, realizado pela Fundação Habitat para a Humanidade como parte do projeto “Saneamento nas Escolas – Piloto Marajó (PA)”, cujo objetivo é a implantação de tecnologias sociais de saneamento em unidades de ensino municipais com déficit de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário.

Outro projeto que apresentou avanços em 2023 foi o Trilhos da Alfabetização, realizado em parceria com a Fundação Vale, no valor total de R\$ 26,4 milhões, metade dos quais do nosso Fundo Socioambiental. A iniciativa oferece formação continuada para educadores e gestores da rede pública de ensino de oito municípios do sudeste do Pará, além de material didático que dialoga com aspectos culturais locais. Nesse ano foram capacitados mais de 2 mil profissionais, produzidos e entregues 4.093 cadernos de educadores, além de 36.989 almanaques e 1.912 kits de jogos pedagógicos para as turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

CAMINHO DA ESCOLA

Em novembro de 2023, aprovamos nova edição do Programa BNDES Caminho da Escola, que visa financiar a compra de veículos e embarcações escolares. O objetivo é renovar e padronizar as frotas, a fim de garantir segurança e qualidade, além de contribuir para o acesso e permanência dos alunos nas escolas da rede pública da educação básica, prioritariamente em áreas rurais. Esse apoio se dá no âmbito do Programa Caminho da Escola, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC.

O programa é orientado a entes da federação que aderem ao pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE, permitindo o acesso a veículos com custo mais competitivo. Entre os anos de 2008 e 2014, quando a primeira versão do programa foi realizada, financiamos a aquisição de mais de 3 mil veículos.

Além do Programa BNDES Caminho da Escola, que se dá via apoio indireto, realizado por agentes financeiros credenciados, também aprovamos a inclusão dos mesmos veículos e embarcações escolares na lista de itens financiáveis do produto BNDES Finame Direto. Essa alternativa será provavelmente acessada por estados, Distrito Federal e municípios de maior porte, enquanto o apoio indireto estará mais voltado a municípios de pequeno e médio porte.

Por fim, no âmbito do apoio à educação nos estados da Amazônia Legal, em outubro de 2023, foi realizado evento de lançamento do Estudo para Implementação de Cursos Técnicos em Bioeconomia, em parceria com MEC, Senai e Instituto Amazônia+21 com previsão de entrega em 2025. O apoio total do projeto tem o valor de R\$ 7,4 milhões.

Formação e tecnologias sociais em educação pública

Em 2023, foram iniciados três projetos com foco na formação de colaboradores das secretarias estaduais e municipais de educação, todas com 50% do valor total financiados com recursos do Fundo Socioambiental. O projeto “Alavancas para uma educação inclusiva de qualidade”, realizado pelo Instituto Rodrigo Mendes, selecionou dez municípios de todas as regiões do país para receber a formação de professores e gestores no tema educação inclusiva nas redes públicas de ensino, capacitando no período mais de 380 pessoas (gestores escolares e professores) e beneficiando 13 mil alunos das redes públicas municipais. Seu valor total foi de R\$ 5,9 milhões.

Já o projeto de educação em parceria com o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e

Inovação (IPTI) tem valor total de R\$ 9,9 milhões. Seu objetivo é contribuir para a consolidação e replicação de tecnologias sociais pedagógicas e de apoio à gestão escolar em 58 redes públicas de ensino, beneficiando mais de 70 mil alunos. Em 2023, foram realizadas atividades em 40 municípios (sendo 13 novos), alcançando mais de 11 mil alunos e 556 professores.

Por último, o programa Parceria pela Valorização da Educação (PVE), realizado pelo Instituto Votorantim, lançou, em 2023, edital para a seleção de 33 municípios com objetivo de desenvolver gestores das secretarias de educação, diretores escolares e coordenadores pedagógicos, bem como mobilizar pais, alunos e profissionais em prol da educação. Outros 33 municípios já haviam iniciado as atividades do projeto em 2022, totalizando 66 municípios, distribuídos pelas cinco regiões do país, e mais de 1.700 escolas beneficiadas pelo projeto. A iniciativa tem valor total de R\$ 47 milhões.



INCLUSÃO PRODUTIVA

As iniciativas de inclusão produtiva e social visam beneficiar a população de baixa renda e/ou vulnerável por meio de parcerias que fortaleçam aglomerações produtivas, rurais e urbanas, a partir da estruturação de empreendimentos coletivos e individuais para geração de trabalho e renda.

Em 2023, apoiamos uma série de projetos, por meio de chamadas e seleção pública, com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental, sempre alavancando parcerias privadas, visando a inclusão tanto no campo quanto nas periferias das cidades. Vale destacar o retorno do apoio ao tema catadoras e catadores de materiais recicláveis a nossa agenda e do Governo Federal, com a aprovação do Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular, instituído pelo Decreto 11.414/2023. Este normativo também institui o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e

Recicláveis (CIISC), no qual participamos ativamente enquanto membro convidado.

Nesse contexto, realizamos um amplo diagnóstico sobre nossas iniciativas no tema Catadoras e Catadores ao longo dos últimos vinte anos, bem como pesquisa sobre as inovações do setor. As principais conclusões apontam para a necessidade de retomar o apoio – que teve sua última operação contratada em 2015 – a cooperativas de catadores, tanto por meio de parcerias, que se mostraram bastante eficientes, como por outros formatos a serem estudados.

Outra iniciativa potencial identificada, atualmente em estudo, é o fortalecimento da economia circular e o uso dos instrumentos do crédito da logística reversa (CLR). O propósito seria mobilizar recursos públicos e privados para a melhoria das condições econômicas e de produção das cooperativas, habilitando-as a acessar novos mercados, como crédito de logística reversa, e serem remuneradas pelos serviços ambientais prestados.

Projetos apoiados

Além dos projetos de agricultura familiar apresentados na seção “Agropecuária” deste capítulo, aprovamos em 2023 projeto do Instituto Recicleiros que tem por objetivo a inclusão socioprodutiva de catadoras/es de materiais recicláveis, por meio de estruturação de cooperativas em 15 municípios, abrangendo todas as regiões do país, com investimentos que somam R\$ 19 milhões, sendo a nossa participação de 50%.

Nosso apoio ao projeto Quebradeiras de coco babaçu irá contribuir para inclusão produtiva de 450 famílias | Foto: Flávia Felix Machado de Araujo



Também aprovamos no ano o projeto Quebradeiras de coco babaçu, em parceria com a Fundação Vale, que tem o objetivo de apoiar a inclusão socioprodutiva de 450 unidades familiares de quebradeiras de coco babaçu e o fortalecimento da Rede de Mulheres do Maranhão, que concentra cerca de 15 negócios sociais de base comunitária, com investimentos que somam R\$ 6,4 milhões, dos quais participamos com 50%.

Por último, apoiamos a Iniciativa Pra>Frente, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), que oferece capacitação e mentoria de forma digital para empreendedores de baixa renda. Em 2023, a FDC celebrou parceria com a Central Única das Favelas (Cufa) para capacitar empreendedores de favelas e periferias, atuando também na Expo Favela 2023. O projeto conta com investimentos que somam R\$ 12,7 milhões, sendo a nossa participação de 50%.



SAÚDE

Além da atuação no [Complexo Econômico-Industrial da Saúde](#), apoiamos projetos estratégicos, com recursos não reembolsáveis de nossos fundos estatutários.

Projetos apoiados

Um projeto de destaque, destinado a fortalecer o SUS nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, é o Juntos pela Saúde, que segue modelo de *matchfunding*, em que, para cada real doado por parceiros, nós colocamos mais um real não reembolsável do Fundo Socioambiental. A iniciativa é gerida pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis). Em 2023, cinco novos apoiadores se uniram ao Juntos pela Saúde: Fundação Vale, Wheaton Precious Metals, Instituto Dynamo, Umane e Grupo RD (RaiaDrogasil), compondo R\$ 48 milhões em doações, que multiplicadas com nossos recursos, totalizam R\$ 96 milhões. Os valores serão destinados a um edital que selecionará projetos em 2024 e a três novos projetos de amplo alcance, atingindo ao todo cerca de



Projeto arquitetônico do novo Hospital Infantojuvenil de Guarulhos

300 municípios, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento de processos de gestão e atendimento do SUS em suas Unidades Básicas de Saúde, por meio do acesso a ferramentas tecnológicas, infraestrutura e formação de profissionais.

Projetos estruturados

Em outubro de 2023, foi assinado o contrato de PPP, estruturada pelo BNDES, para construção e operação do novo Hospital Infantojuvenil de Guarulhos. São estimados investimentos de R\$ 190 milhões para instalação da infraestrutura e R\$ 2 bilhões para operação do hospital. A parceria de 30 anos vai aumentar o número de leitos em 62% e as consultas especializadas por mês chegarão a 4,7 mil. Trata-se do primeiro leilão de um projeto estruturado diretamente pelo BNDES no setor de saúde.

Ainda no setor, em 2023 foram concluídos e entregues os estudos para os primeiros projetos de PPPs voltadas à infraestrutura de Atenção Primária de Saúde, estruturados pelo BNDES, em parceria com a International Finance Corporation (IFC) e o BID.

Os projetos estão localizados nos municípios de Aracaju (SE), Recife e Jaboatão dos Guararapes (PE). Somadas, as iniciativas têm capacidade projetada para viabilizar a atuação de 200 equipes de saúde da família, podendo beneficiar cerca de 720 mil habitantes nos municípios citados.

Saiba mais na seção Complexo Econômico-Industrial da Saúde



DESENVOLVIMENTO URBANO

A agenda de desenvolvimento urbano sustentável concentra desafios sociais, econômicos, ambientais, culturais e humanitários, demandando abordagem integrada de ações. Com o objetivo de enfrentar tais desafios e promover a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, trabalhamos com diversas formas de apoio aos estados, municípios e concessões públicas.

Além das soluções de financiamento tradicionais, destacam-se as ações de suporte técnico e estruturação de projetos para entes federativos subnacionais e a promoção de arranjos que aprimorem dimensões de planejamento, governança e gestão pública, inclusive por intermédio da articulação dos diversos atores envolvidos com a temática urbana.

Nossa atuação está centrada em três grandes eixos: i) sustentabilidade ambiental, com foco na estratégia de adaptação de áreas urbanas vulneráveis aos eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas; ii) transformação urbano-social das favelas e periferias das cidades brasileiras, integrando ações de melhoria da infraestrutura local com a promoção do emprego e renda, da inclusão social, da diversidade, da convivência e do sentimento de pertencimento da população residente; e iii) revitalização dos centros urbanos e do patrimônio histórico existente, incentivando atração de moradores para recortes territoriais já dotados de infraestrutura urbana, assim como o fortalecimento das vocações econômicas e da cultura local.

Com o intuito de ampliar o impacto das ações na temática urbana, firmamos parcerias e participamos de evento e troca de conhecimento com um grande número de *stakeholders* do setor. Um exemplo é o Acordo de Cooperação Técnica com o BID, que tem como finalidade o desenho e a

formulação de mecanismos financeiros de apoio conjunto a intervenções urbanas de grande impacto, abarcando a assistência técnica e a captação de recursos destinados a municípios de médio porte durante a elaboração de propostas, inclusive por intermédio da mobilização de conhecimentos e de capital privado. Com isso, esperamos aprimorar nossa gestão de operações financeiras com entes subnacionais em projetos de infraestrutura urbana, bem como a elaboração dos procedimentos necessários para operação de crédito conjunta.

Também participamos ativamente de reuniões, simpósios e eventos da Rede para Financiamento em Infraestrutura Sustentável em Cidades (Rede Fisc), cujo objetivo é fomentar o investimento sustentável nas cidades brasileiras e que tem como participantes diversas instituições financeiras, setor público federal e outras instituições atuantes na área de investimento de infraestrutura urbana.

Além disso, apoiamos o Governo Federal na elaboração de seu Plano Plurianual para o quadriênio de 2024-2027, participando de oficinas promovidas por diversos ministérios e secretarias federais, dentre as quais a Oficina Periferia Viva e a Oficina Moradia Digna.

Projetos apoiados

Em 2023, foi destaque a implantação de infraestrutura urbana integrada em bairros periféricos do município de Tangará da Serra (MT), contemplando intervenções de drenagem urbana, saneamento básico e pavimentação asfáltica, além da construção de ciclovias e de parque municipal, com apoio de R\$ 46 milhões.

No ano foram liberados, ainda, aproximadamente R\$ 114 milhões ao projeto de requalificação dos parques urbanos do Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas



^ Projeto arquitetônico de novo equipamento cultural que substituirá o antigo Canecão

Especiais de Interesse de Proteção Ambiental (Zepam) do município de São Paulo (SP) e que foram concedidas pela prefeitura. Trata-se de nosso primeiro financiamento à concessão de parques urbanos que, nesse caso, são importantes ativos prestadores de serviços ambientais e ecossistêmicos, como a captação das águas pluviais, a regulação microclimática, a captação de gás carbônico e a preservação da fauna e da flora da região. Do ponto de vista sociocultural, o projeto contempla ainda a restauração e a modernização dos equipamentos existentes nos parques, dentre eles as edificações projetadas por Oscar Niemeyer no Ibirapuera, que são tombadas pelos órgãos de patrimônio.

Projetos estruturados

Em 2023, por meio de recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro e com a Companhia Carioca de Participações (CCPAR), entregamos os estudos referentes ao *Masterplan* da região central da cidade. O *Masterplan* foi inspirado em experiências internacionais e tem o objetivo de redefinir o cenário urbano e reverter a tendência de esvaziamento populacional e de degradação da região. O trabalho buscou responder à seguinte

pergunta: “Como os ativos imobiliários públicos podem catalisar a visão de futuro da região central da cidade?”. O resultado foi um conjunto de estudos que analisaram 75 imóveis de interesse público. Dentre eles, 46 imóveis tiveram projetos arquitetônicos e análises de pré-viabilidade jurídica e financeira elaboradas. Ainda foram propostas intervenções no espaço público, na mobilidade e na regulação. Todos os estudos são públicos e estão disponíveis em [nosso site](#).

Em junho de 2023 foi assinado o contrato de concessão do novo equipamento cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no campus da Praia Vermelha, na capital fluminense. O equipamento substituirá o antigo Canecão, tradicional casa de espetáculos, que há mais de 10 anos encontra-se desativada. O leilão ocorreu em fevereiro de 2023. São previstos investimentos obrigatórios na ordem de R\$ 180 milhões, nos quais estão incluídas melhorias na infraestrutura acadêmica da UFRJ, tais como um novo prédio de sala de aula e um refeitório, bem como a construção do equipamento multiuso. O equipamento será erguido e explorado por 30 anos por um parceiro privado. A UFRJ, além de ter direito a utilização do equipamento cultural em diversas datas ao longo do ano, ainda receberá, como contrapartida pela concessão, um novo prédio de salas de aula e um refeitório com capacidade para 2 mil refeições por dia. O modelo de concessão com contrapartida *in natura* (não pecuniária) é inovador e se mostrou uma boa oportunidade para a universidade.

Ao longo de 2023, também apoiamos o estado do Rio Grande do Sul na estruturação do projeto de revitalização e concessão do Cais Mauá, em Porto Alegre. Trata-se da maior intervenção urbanística no país que será viabilizada por meio de uma PPP com contraprestação imobiliária.



Acesse www.bndes.gov.br/masterplan-do-centro-do-rio-de-janeiro

É um modelo que eleva o grau de complexidade da estruturação realizada, na comparação com o projeto da UFRJ, ao incluir o pagamento *in natura* na figura da contraprestação de uma PPP. Ainda que tenha sido realizado anteriormente, é a primeira modelagem que propõe esse pagamento de maneira integral por meio de imóveis.

Patrimônio cultural e cultura

Somos um dos maiores e mais consistentes apoiadores do patrimônio cultural brasileiro com atuação ininterrupta ao longo dos últimos 25 anos e contribuição a mais de 400 patrimônios e acervos memoriais brasileiros localizados nas diversas regiões do país. Apoiamos projetos tanto por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) como com recursos não reembolsáveis próprios, por meio do Fundo Cultural.

Em 2023, contratamos a carteira de projetos do Instituto Museu da Pessoa, “Memória, Território e Patrimônios Imateriais”, com quatro projetos a serem realizados em três comunidades indígenas detentoras de bens culturais registrados como patrimônios imateriais. Tendo como foco a comunidade na qual o patrimônio está inserido, serão realizadas atividades de formação, mobilização, registro, preservação e disseminação de histórias de vida e dos patrimônios imateriais. O projeto será realizado em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O valor total da carteira é de R\$ 7,13 milhões, sendo a nossa participação de R\$ 5,47 milhões por meio do Fundo Cultural.

Foram aprovados em 2023 mais seis projetos no âmbito da chamada de 2021 da iniciativa “Resgatando a História”, realizada em parceria com Instituto Cultural Vale, Instituto Neoenergia, EDP Brasil, MRS Logística e AMBEV. Serão apoiados com



Accesse www.bndes.gov.br/resgatandohistoria

VIVA PEQUENA ÁFRICA

Em 2023, lançamos o edital Viva Pequena África, para a seleção de um parceiro gestor para atuar no fortalecimento de instituições culturais no território da Pequena África, localizado na região portuária da cidade do Rio de Janeiro (RJ), por meio do apoio a projetos culturais e da estruturação de uma rede de instituições da região e de territórios representantes da memória e herança africana no país. A iniciativa prevê um investimento de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 10 milhões do BNDES Fundo Cultural e R\$ 10 milhões de recursos captados com as instituições apoiadoras.

A iniciativa está inserida em um plano de ação coordenado pelo BNDES, motivado pelo reconhecimento do Sítio Arqueológico Cais do Valongo como Patrimônio Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O plano de ação tem por objetivo promover esse patrimônio mundial, a região do seu entorno (Pequena África), e territórios culturais que guardam a memória e a herança africanas.

Além dos critérios classificatórios usuais, incluímos critérios de equidade racial para a avaliação das propostas, com destaque para o estabelecimento de percentual mínimo de 30% de pessoas autodeclaradas negras na equipe alocada pelo candidato para a realização da iniciativa. A instituição vencedora foi o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), em proposta conjunta com as instituições Diáspora Experience Turismo Ltda. e Instituto Feira Preta.



^
A região da Pequena África, no centro do Rio de Janeiro, receberá investimentos do BNDES por meio do fortalecimento de instituições culturais do território | Foto: Acervo BNDES/Partners - May Bandeira de Mello

R\$ 78,9 milhões por meio da Lei Rouanet:

- (i) Conjunto Mercedários de Belém (PA);
- (ii) Centro do Patrimônio Cultural de Minas Gerais; (iii) Museu Histórico Nacional (RJ);
- (iv) Estação Criativa de Caruaru (PE); (v) acervo histórico da biblioteca do Itamaraty (RJ); e
- (vi) projeto de restauração do Solar do Barão de Saí, em Mangaratiba (RJ).

Em setembro de 2023, foi inaugurado o Museu de Mariana (MG), instalado em



duas edificações históricas da cidade: a Igreja de São Francisco de Assis e a Casa do Conde de Assumar. O projeto, viabilizado com apoio de R\$ 14,2 milhões não reembolsáveis do BNDES, envolveu a restauração arquitetônica das duas construções que se encontravam em risco de desabamento, a concepção do projeto museográfico e a realização de atividades de educação patrimonial. A igreja, um dos monumentos mais visitados de Mariana, foi reaberta ao público depois de dez anos fechada.

Já em novembro, foi inaugurado o novo Cine Penedo, na cidade de Penedo (AL), apoiado com recursos não reembolsáveis de R\$ 4,46 milhões que se destinaram à restauração do edifício histórico e à aquisição de mobiliário e de equipamentos para seu funcionamento.

No mesmo mês, foi concluído e entregue o projeto de sinalização educativa do sítio arqueológico do Cais do Valongo, financiado por meio da linha de Investimento Social de Empresas (Linha ISE), em parceria com o grupo State Grid Brazil e o Iphan, com valor total de R\$ 2,1 milhões.



SETOR AUDIOVISUAL

Em 2023, foi aprovada nova medida emergencial para o setor audiovisual, frente ao quadro persistente e prolongado de dificuldades enfrentado pelo setor em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19. Essa consistiu na quinta ação de renegociação das dívidas dessas empresas, permitindo o alongamento do termo final da dívida dos contratos com o setor em até 36 meses. As cinco ações emergenciais que editamos possibilitaram que os contratos celebrados com o setor audiovisual tivessem suas prestações suspensas por um período de até 36 meses e o prazo final da dívida postergado em até 66 meses, garantindo a continuidade das atividades dessas empresas.

RETOMADA QUALIFICADA DO INVESTIMENTO PÚBLICO [GRI 3-3] [GRI 203-1]

O ano de 2023 foi marcado pela ampliação do nosso apoio a estados e municípios. O redirecionamento condiz com a estratégia atualizada de desenvolvimento do Governo Federal, mediante o alinhamento a políticas públicas federais prioritárias, merecendo destaque no ciclo atual o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o Plano de Transição Ecológica e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Em complementaridade a setores tradicionalmente apoiados, como modernização da gestão pública, infraestrutura e serviços essenciais, com contribuições para a eliminação de gargalos

DESENVOLVIMENTO URBANO NA AMAZÔNIA: O CASO DO PARÁ – COP 30

Do total aprovado para o plano de investimentos multissetorial do governo do Pará, no valor de R\$ 3 bilhões, uma parcela de R\$ 992 milhões se destina à infraestrutura urbana e à ampliação do acesso a equipamentos turísticos e culturais, R\$ 314 milhões ao setor de saneamento e R\$ 1,69 bilhão a ações de redução de vulnerabilidades socioeconômicas e adaptação climática. O apoio ocorre no contexto da 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP-30), que acontecerá em novembro de 2025, em Belém, e busca contribuir para que o evento deixe um legado para a cidade. É o caso da reforma e revitalização do Hangar Convenções & Feiras da Amazônia e da sede da Fundação Cultural do Pará, dois importantes centros culturais. Também é o caso da expansão da internet banda larga na região, por meio do projeto Pará Mais Conectado. O plano de investimentos abrange ainda projetos estruturantes que visam um modelo de urbanização mais justo e sustentável. Estão previstas intervenções em zonas sujeitas a alagamentos recorrentes e a reforma da principal unidade de produção de água tratada da região metropolitana de Belém, além de um conjunto de medidas para reduzir a intermitência do abastecimento.

de infraestrutura e para a redução de desigualdades sociais e regionais, no ciclo atual, os investimentos objetivam expandir o escopo da parceria com governos estaduais e municipais, focando especialmente em contribuir para a retomada qualificada do investimento público como indutor de crescimento e desenvolvimento por meio da priorização de investimentos voltados para a redução de vulnerabilidades socioeconômicas e adaptação e/ou mitigação das mudanças climáticas.

Objetiva-se também enfrentar o desafio de incentivar o direcionamento de investimentos públicos para solução de problemas multicausais e com impacto intergeracional, entre os quais se destacam a atuação em favelas e periferias e a viabilização de novas rotas de desenvolvimento econômico e produtivo, em bases sustentáveis.

Nesse contexto, merece destaque a criação, em 2023, do Programa BNDES Investimentos Estaduais de Impacto (BNDES Invest Impacto), com o objetivo de contribuir para a retomada qualificada do investimento público dos estados. Por meio de condições financeiras favoráveis (taxa de juros mais baixa, prazo de pagamento mais longo e maior participação do BNDES), o programa prioriza ações voltadas para a redução de vulnerabilidades socioeconômicas e para a adaptação e/ou mitigação das mudanças climáticas.

O BNDES Invest Impacto prevê a apresentação, pelo cliente, de um plano de investimento setorial ou multissetorial. Nessa modalidade de apoio, os governos apresentam inicialmente um conjunto de investimentos, seus méritos, riscos e tese de investimento associada, e, após a contratação da operação, submetem o detalhamento técnico dos projetos individuais para nossa aprovação.

Esse desenho em duas etapas torna a contratação mais ágil, ao mesmo tempo em que permite que os projetos sejam adequadamente estruturados. Além disso, ao dar maior previsibilidade ao processo de planejamento, o programa contribui para a melhoria da qualidade das políticas públicas estaduais.

Ao todo, foram aprovados R\$ 7,5 bilhões no âmbito do programa para seis planos de investimento: Ceará (R\$ 1 bilhão), Espírito Santo (R\$ 630 milhões), Maranhão (R\$ 350 milhões), Mato Grosso do Sul (R\$ 2,3 bilhões), Pará (R\$ 3 bilhões) e Sergipe (R\$ 180 milhões). Os recursos se destinam a projetos de urbanização e adaptação climática, à melhoria da infraestrutura rodoviária dos estados, ao incentivo à economia da cultura e do turismo, ao desenvolvimento de cadeias produtivas de base comunitária, ao setor de saneamento e recursos hídricos e à modernizada gestão.

Governo Digital

A Estratégia de Governo Digital é uma política do Governo Federal que visa, por meio da transformação digital do setor público, oferecer à população serviços públicos com mais qualidade e eficiência, fortalecer a participação cidadã, a inclusão digital e impulsionar a inovação tecnológica.

Ao longo do tempo e com a maturidade dos clientes, o escopo das propostas de gestão municipal que recebemos tem se expandido. Assim, além do foco tradicional em modernização dos serviços sociais básicos e gestão administrativa, tributária e fiscal, os projetos têm incluído frentes como cidades inteligentes, segurança pública, desenvolvimento urbano integrado, eficiência energética (tanto imóveis públicos quanto iluminação pública), gestão de riscos de desastres e mitigação de eventos climáticos, bem como ações para a ampliação, adaptação e modernização da infraestrutura de serviços públicos, para

aumento da resiliência das cidades e para o desenvolvimento de processos sustentáveis de urbanização.

Nesse contexto, desenvolvemos, em parceria com o BID, o programa Prodigital, com o objetivo de ampliar o investimento na transformação digital de estados e municípios. A parceria incluiu o desenvolvimento de uma plataforma digital para autodiagnóstico do ente público, apoio à constituição de planos de ação em governo digital, assessoria técnica para a estruturação de projetos, além da disponibilização de nossas linhas para apoio ao desenvolvimento sustentável do ente público.

Em relação ao BNDES PMAT, nossa tradicional linha de financiamento a municípios, diversos estudos internos e externos enfatizam seu papel estruturante, desde a sua criação, em 1997, com destaque para [análise sobre o impacto do PMAT](#) realizada pela nossa Área de Planejamento. De modo geral, o estudo mostra que o programa teve efeitos positivos na ampliação da arrecadação fiscal e nos investimentos em infraestrutura social dos municípios, em áreas como educação e saúde.

No âmbito do PMAT foram aprovadas três operações em 2023. Para Atibaia (SP), aprovamos R\$ 64 milhões para mapeamento, redesenho e integração de processos e sistemas, implementação de tecnologias para a gestão de riscos e desastres e ações de apoio ao turismo e à eficiência energética dos imóveis municipais. Já para Campinas (SP), aprovamos R\$ 66 milhões para modernização do Paço Municipal, da gestão administrativa e tributária, da Central de Monitoramento de Campinas e do sistema de gestão de tráfego, com uso de sensores e da telegestão semafórica. Por último, para Contagem (MG), aprovamos

R\$ 49,5 milhões para modernização da gestão e da infraestrutura digital do município, implantação de sensores para prevenção de desastres climáticos e desenvolvimento de um portal de serviços ao cidadão, de um aplicativo da prefeitura, de um sistema para controle de zoonoses e da plataforma do Museu Digital de Contagem.

MERCADO DE CAPITAIS

A atuação em renda variável por meio da realização de investimentos diretos em valores mobiliários voltou a fazer parte da nossa estratégia, dentro do contexto de retomada do financiamento dos principais projetos estruturantes do país e do fomento ao mercado de capitais e às agendas alinhadas com as políticas públicas vigentes. Com isso, o fomento ao mercado de capitais foi alçado à qualidade de tema estratégico transversal, no âmbito do nosso [planejamento de longo prazo](#). Além disso, foi recriado o departamento de investimentos da Área de Mercado de Capitais. Entre suas atribuições está a definição de diretrizes para uma nova política de investimentos.

Em 2023, após mais de uma década, a BNDESPAR voltou a incentivar o mercado brasileiro de ETFs, com foco em diversidade, e deu o primeiro passo na retomada da nossa atuação no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Em dezembro, após estudos e mapeamento do mercado, foi aprovado o investimento de até R\$ 100 milhões no BB ETF IDIVERSA B3 IS (DVER11), que é atrelado ao IDiversa B3 (índice composto de ações de empresas que adotam boas práticas em diversidade de raça e gênero). Com a aprovação, a BNDESPAR espera servir como catalisador, atraindo outros investidores para a iniciativa, que contempla, além do retorno financeiro, a contribuição para o ecossistema dos ETFs e o fomento a uma tese de investimentos



Saiba mais na seção
Impacto da nossa atuação



Saiba mais na seção
Nossa estratégia

baseada em empresas mais diversas, com maior nível de participação de grupos sub-representados em seus quadros diretivos, fortalecendo a pauta da diversidade no mercado de capitais.

ATUAÇÃO VIA FUNDOS

[GRI 3-3] [GRI 203-1] [GRI 203-2]

Em nossa atuação via mercado de capitais, buscamos construir portfólios que contribuam para nossa sustentabilidade financeira, mas que também apresentem alinhamento com as políticas públicas e os ODS, de forma complementar à nossa atuação via instrumentos de crédito.

Nesse contexto, em 2023, contratamos seis novos fundos de investimento, nos quais comprometemos valor de até R\$ 1,1 bilhão, alavancando R\$ 3,9 bilhões de outros investidores privados e institucionais. Esses fundos irão apoiar os seguintes temas estratégicos, proporcionando maior capilaridade à nossa atuação:

- **Infraestrutura econômica e social:** dois fundos com potencial para investir mais de R\$ 2 bilhões em projetos sustentáveis no setor, contribuindo para a transição energética e para obras do Novo PAC, sendo um fundo de investimento em participações selecionado por meio da Chamada Pública para a Seleção de Fundos de Investimento em Infraestrutura e um fundo de crédito voltado especificamente para projetos de telecomunicações.
- **Desenvolvimento produtivo e inovação:** um fundo da série Criatec, com capital comprometido total de aproximadamente R\$ 200 milhões. A quarta edição da iniciativa é a primeira a ter como foco o compromisso socioambiental das empresas *startups* investidas, além do desenvolvimento de práticas de governança. O fundo irá atuar no estágio inicial, fornecendo capital semente a empresas de base tecnológica e crescimento acelerado.
- **Agropecuária:** investimento de até R\$ 175 milhões na subscrição de cotas sêniores de um fundo voltado para a compra

e a instalação de sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, com capital comprometido total de R\$ 250 milhões.

- **Ambiental e clima e Social e inclusão produtiva:** firmamos o compromisso de investir em dois fundos de impacto social e ambiental. O primeiro deles foi selecionado por meio da Chamada Pública para a Seleção de Fundos de Investimento de Impacto e tem como tese investir em projetos que promovam impacto positivo na biodiversidade e comunidades da região da Amazônia Legal. O segundo busca promover eficiência na utilização de energia e outros recursos, contribuindo para atenuar efeitos associados a mudanças climáticas. O capital total desses fundos supera R\$ 1,3 bilhão.

Em 2023, realizamos ainda a Chamada Pública para Seleção de Fundos de Investimento em Participações – Capital Semente e *Venture Capital*, por meio da qual recebemos 38 propostas de Fundos de Investimento em Participações, sendo 13 para Capital Semente e 25 para *Venture Capital*. Ao todo, seis foram selecionados e encontram-se em diligência. Esses fundos têm como finalidade apoiar pequenas e médias empresas que buscam acesso a capital de risco, suprimindo uma lacuna de mercado para esse tipo de companhia. O total investido na estratégia será de R\$ 640 milhões, viabilizando investimentos de até R\$ 2,1 bilhões em até 150 *startups*.

BNDES GARAGEM

Por fim, em 2023, concluímos a 2ª edição do BNDES Garagem, programa que ajudou a acelerar 135 *startups* de diferentes setores ao longo de três anos, com destaque para saúde, educação, meio ambiente/economia circular, soluções financeiras e cidades sustentáveis. Entre as 45 *startups* selecionadas e aceleradas em 2023, 91% têm diversidade em critérios de gênero, raça ou região. Ao longo de toda a 2ª edição, foram geradas mais de

540 conexões com empresas, governo, investidores e fundações, levantando mais de R\$ 23 milhões em investimento e captação, contribuindo para a geração de mais de 900 empregos em áreas como meio ambiente, economia circular, educação e empregabilidade, cidades sustentáveis, saúde e bem-estar.

Também lançamos a 3ª edição do programa, com foco em impulsionar negócios de impacto que queiram contribuir para a resolução de desafios sociais ou ambientais. A edição prevê a aceleração de 400 *startups* de impacto até 2028, que serão selecionadas com base nas soluções desenvolvidas pelas companhias, bem como em critérios de diversidade regional, racial e de gênero.

COORDENAÇÃO DE OFERTAS PÚBLICAS DE RENDA FIXA

[GRI 3-3] [GRI 203-1]

Em 2023, consolidamos nossa posição como agente fundamental no mercado de capitais de dívidas, coordenando ofertas públicas de debêntures de infraestrutura, que totalizaram aproximadamente R\$ 18 bilhões. Essa atuação marcou uma expansão significativa da atividade (quase triplicamos o volume em reais de debêntures coordenadas de 2022 para 2023), refletindo nosso compromisso em promover o desenvolvimento do mercado de capitais de renda fixa e atuar de forma complementar ao mercado privado, canalizando recursos privados para elevar o investimento no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, mobilidade urbana e saneamento básico.

Atuamos coordenando operações significativas em todas as cinco regiões do país ao longo do ano, o que sublinha nosso papel crucial no fomento ao desenvolvimento regional brasileiro também para infraestrutura. Conseguimos não apenas mobilizar um volume

expressivo de recursos, mas também transmitir a investidores privados uma segurança adicional para investimentos em títulos de renda fixa em meio a um panorama de cautela no mercado de crédito privado.

Mais da metade do volume das operações que coordenamos em 2023 foi para o setor de saneamento. Dentre elas, uma oferta de debêntures da Águas do Rio, no valor de R\$ 5,5 bilhões, se destacou como a maior oferta de debêntures de infraestrutura da história do país. Coordenada em conjunto com seis outros bancos, a oferta se mostrou um sucesso também por atrair mais de 10.000 investidores diferentes para uma debênture cuja série mais longa tinha aproximadamente 18 anos de prazo – considerado muito longo para os padrões de mercado até então vigentes.

Nossa atuação ao longo de 2023 também incluiu projetos importantes nos setores de ferrovias, transporte aéreo e rodoviário, como os Blocos Sul e Central de aeroportos, e projetos em rodovias como as debêntures da ViaSul e da Eco135, entre outros. Das 11 debêntures que coordenamos, sete contaram com certificação sustentável, refletindo nosso objetivo de promover boas práticas de finanças sustentáveis e nossa preocupação com o desenvolvimento responsável da infraestrutura do país.

| SETOR | VOLUME TOTAL DAS OFERTAS COORDENADAS (R\$) |
|--------------|--|
| Aeroportos | 4 bilhões |
| Ferrovias | 1,5 bilhão |
| Rodovias | 1,4 bilhão |
| Saneamento | 11 bilhões |
| Total | 18 bilhões |

GOVERNANÇA



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA [GRI 2-9]



Saiba mais em www.bndes.gov.br/colégiados-bndes

Nossa estrutura de governança tem como objetivo fortalecer nossa gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão. Essa estrutura engloba a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (Cofis), o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Riscos (CRI), o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Cope) e o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC), entre outros comitês de diretores e superintendentes, responsáveis por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores do Sistema BNDES.

Além desses órgãos, o estatuto social do BNDES inclui, entre as unidades internas de governança, a Auditoria Interna, a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) e a Ouvidoria. A unidade de Corregedoria encontra-se vinculada à AIC, área liderada por diretor estatutário e responsável pela gestão de riscos e controles internos.

Os estatutos sociais das empresas do Sistema BNDES definem as competências do CA, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos estatutários. Algumas delas podem ser delegadas pelas alçadas originárias por meio de atos normativos relativos ao assunto específico. Há possibilidade, ainda, de subdelegação por diretores, superintendentes e chefes de departamentos. Os aspectos econômicos, sociais e ambientais são tratados em todas as esferas de nossa governança, sendo também atribuídos a superintendentes e chefes de departamento, conforme previsto em nossa Organização Interna Básica (OIB). [GRI 2-13]

O CA acompanha, diretamente ou por meio de seus comitês de assessoramento, o andamento da gestão de impactos dentro do BNDES. [GRI 2-13]

As três empresas que compõem o Sistema BNDES têm CA, Cofis e Diretorias próprios, porém com os mesmos membros, conforme previsão estatutária. Isto é, os membros do CA do BNDES são os mesmos do CA da BNDESPAR e do CA da FINAME, e assim por diante. Quando tais colegiados são mencionados neste Relatório, estamos sempre considerando os três, a não ser que especificado de outra forma. Os outros colegiados mencionados nesta seção fazem parte da estrutura do BNDES.

O relacionamento com *stakeholders* também é realizado por nossas diversas equipes, que reportam e recebem orientações do CA. [GRI 2-12]

COMUNICAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES CRUCIAIS

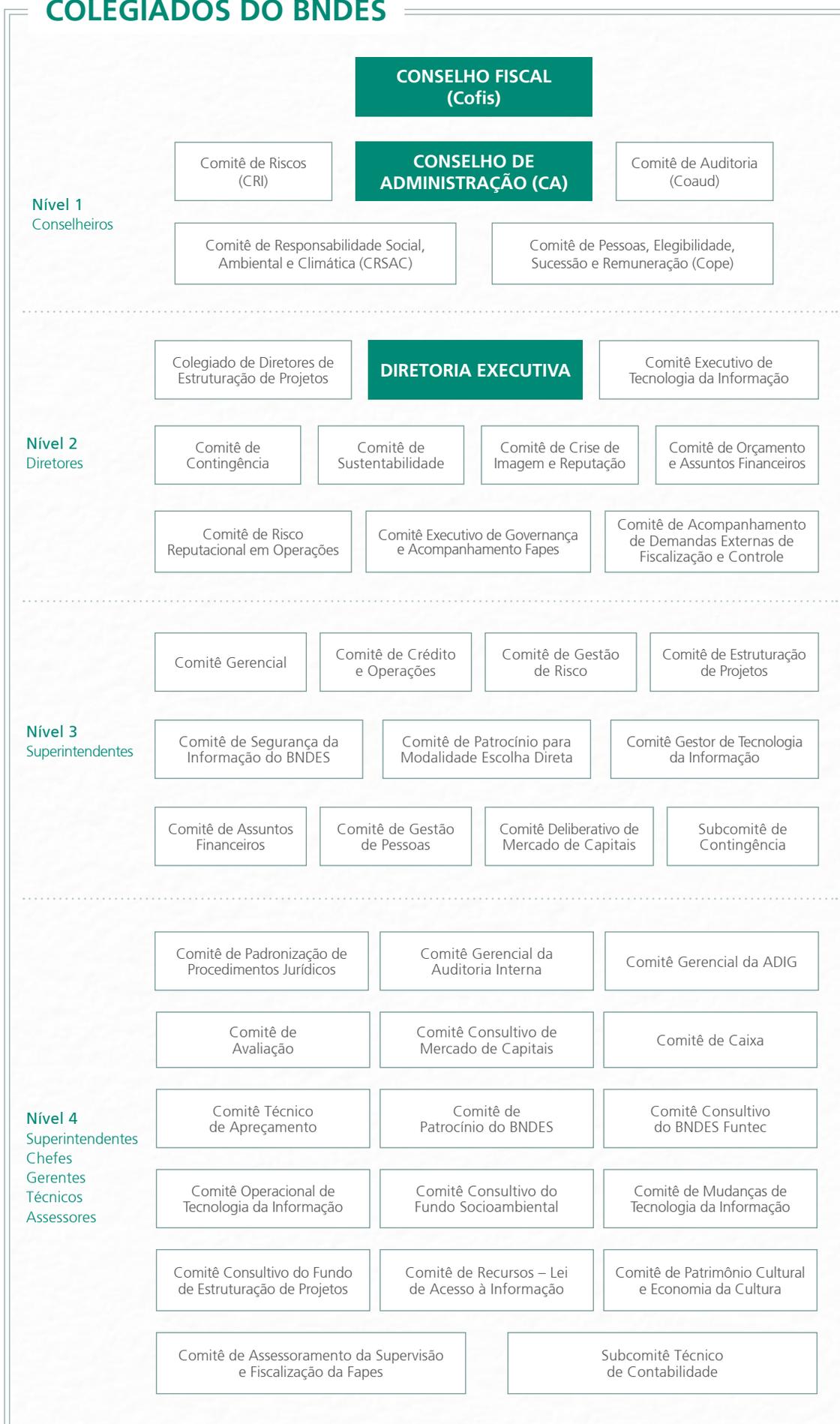
O CA segue um plano de trabalho anual, atualizado sempre que necessário, com reuniões ordinárias mensais. Participam periodicamente dessas reuniões membros de seus comitês de assessoramento (CRI, Coaud, Cope e CRSAC), com relatos sobre os aspectos e preocupações mais relevantes em sua esfera de atuação. [GRI 2-13]

Como previsto nos estatutos sociais, a Diretoria Executiva deve submeter e instruir os assuntos que dependam de deliberação do CA, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse. Os diretores executivos, como regra geral, são os responsáveis por relatar as matérias perante o colegiado. [GRI 2-16]

A comunicação de preocupações cruciais ao CA é feita, ordinariamente, por meio de relatos, apresentações ou envio de documentos por parte de integrantes da própria administração e seus comitês de assessoramento. Nesses documentos, frequentemente são feitas recomendações à Diretoria Executiva e ao CA sobre temas afetos a suas atribuições, como plano de saúde, previdência complementar, devolução de recursos ao Tesouro Nacional, desinvestimentos, controles internos, entre outros. O CA também verifica o cumprimento dessas recomendações. [GRI 2-16]

Em 2023, mais de 50 preocupações cruciais foram levadas ao conhecimento de nosso CA por meio de relatórios de auditoria, documentos de prestação de contas e apresentações sobre estratégia, desempenho e riscos, entre outros.

COLEGIADOS DO BNDES



ALTERAÇÕES NOS COLEGIADOS

Ao fim de 2023, os subcomitês temáticos, de caráter não estatutário, foram extintos por deliberação do CA, visando maior racionalização dos trabalhos, haja vista que grande parte de suas atribuições já era de responsabilidade dos demais comitês de assessoramento ao Conselho.

Em relação ao nível 2, de Diretoria, o Comitê de Cofinanciamento foi encerrado, visto que o tema deixou de figurar em destaque em nossa estratégia. Além disso, as operações elegíveis ao Comitê de Cofinanciamento obrigatoriamente passavam pela avaliação de elegibilidade no Comitê de Crédito e Operações e, em seguida, pela deliberação final na Diretoria. Dessa forma, associada à perspectiva de racionalização dos comitês e de celeridade na tomada de decisões, entendeu-se que eventuais necessidades de debates acerca da estruturação de uma operação cofinanciada poderiam ser acomodadas na governança já existente.

Foi criado o Comitê de Orçamento e Assuntos Financeiros, com as funções de: apreciar temas relativos a gestão financeira do Sistema BNDES; monitorar e avaliar periodicamente os indicadores e metas de rentabilidade, liquidez, capital, risco e outros indicadores financeiros; apreciar medidas com relevante potencial de impacto financeiro e de capital no Sistema BNDES; e zelar pela consistência entre as políticas operacionais, a política financeira e a política de crédito, visando o cumprimento dos objetivos da política financeira do Sistema BNDES.

Já no nível 3, de superintendentes, após quase cinco anos de operação com três comitês (Comitê de Gestão de Riscos de Crédito, Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Comitê de Gestão de Risco

Em atendimento à Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020, é possível acessar o histórico da composição dos colegiados estatutários desde 2020 no site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/quem-e-quem>

Operacional, Controle Interno e Integridade), foi criado um comitê integrado de riscos, visando o aumento da eficiência de nossa gestão de riscos e melhor gerenciamento integrado dos riscos, com maior aderência à Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. O novo Comitê de Gestão de Risco é um fórum permanente de caráter deliberativo e consultivo para avaliar e acompanhar os assuntos relacionados a gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Com a retomada das ações de patrocínio pelo Banco, também foi criado o Comitê de Patrocínio para Modalidade Escolha Direta, que emite, a qualquer tempo, recomendação de prosseguimento ou interrupção dos pleitos de patrocínio que lhe são encaminhados pelo Gabinete da Presidência, tendo em vista seu acolhimento na modalidade Escolha Direta, e aprova, em primeira instância, o calendário anual de ações proposto pelo Departamento de Marketing.



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos

Saiba mais sobre a composição do CA, os currículos de seus membros, e as atribuições dos comitês de níveis 2 e 3 em www.bndes.gov.br/ra2023



A seguir, são apresentadas as principais atribuições dos comitês de nível 1 (conselheiros):

ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO EM 31.12.2023 [GRI 405-1] [GRI 2-9]

Conselho de Administração: representa nosso mais alto grau de governança. Opina sobre questões relevantes do desenvolvimento econômico e social do país relacionadas a nossas ações; aconselha o presidente do Banco sobre as linhas gerais orientadoras de suas ações; aprova as políticas gerais e programas de atuação de longo prazo; manifesta-se sobre as demonstrações financeiras da instituição; e aprova a estratégia corporativa e o plano de negócios anual, entre outras atribuições. O presidente do CA não acumula outra função executiva no Banco. [GRI 2-11]

Entre seus membros, o CA conta com três mulheres, em linha com a Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES, que tem como diretriz, explicitada em seu art. 4º, que "a atuação do Sistema BNDES em seu ambiente corporativo e em suas relações com a sociedade orienta-se pelas seguintes diretrizes no tocante à temática da equidade de gênero e da valorização da diversidade: [...] IV. buscar o equilíbrio de gênero na composição do quadro de executivos; V. buscar a diversidade de gênero na composição dos órgãos estatutários".

| GÊNERO | | FAIXA ETÁRIA | | RAÇA/COR | | | |
|----------------------|---------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------------|
| 8 (73%) masculino | 3 (27%) feminino | 4 (36%) de 30 a 50 anos | 7 (64%) + de 50 anos | 1 (9%) amarelo | 1 (9%) pardo | 8 (73%) branca | 1 (9%) não informado |

Conselho Fiscal: fiscaliza os atos dos administradores e verifica o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; analisa as demonstrações contábeis trimestrais do BNDES; examina e emite parecer sobre as demonstrações financeiras semestrais da instituição, entre outras atribuições.

| GÊNERO | | FAIXA ETÁRIA | | RAÇA/COR |
|----------------------|---------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------|
| 4 (80%) masculino | 1 (20%) feminino | 3 (60%) de 30 a 50 anos | 2 (40%) + de 50 anos | 5 (100%) branca |

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: órgão de caráter opinativo e de assessoramento ao acionista controlador e ao CA nos processos de indicação, avaliação, sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

| GÊNERO | | FAIXA ETÁRIA | RAÇA/COR |
|----------------------|---------------------|--------------------------|--------------------|
| 2 (67%) masculino | 1 (33%) feminino | 3 (100%) + de 50 anos | 3 (100%) branca |

Comitê de Riscos: propõe recomendações ao CA sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de gestão de continuidade de negócios e plano de contingência de liquidez e capital; avalia os níveis de apetite por riscos; analisa o ambiente de risco do BNDES, entre outras atribuições.

| GÊNERO | FAIXA ETÁRIA | | RAÇA/COR |
|-----------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------|
| 3 (100%) masculino | 2 (67%) de 30 a 50 anos | 1 (33%) + de 50 anos | 3 (100%) branca |

Comitê de Auditoria (Coaud): opina sobre a contratação e destituição do auditor independente; revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; avalia a efetividade e supervisiona as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna; monitora a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações divulgadas pelo BNDES; e avalia e monitora exposições de riscos do Banco.

| GÊNERO | | FAIXA ETÁRIA | RAÇA/COR | |
|----------------------|---------------------|--------------------------|-------------------|------------------|
| 3 (75%) masculino | 1 (25%) feminino | 4 (100%) + de 50 anos | 3 (75%) branca | 1 (25%) negra |

Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática do BNDES: propõe recomendações sobre o estabelecimento e a revisão da PRSAC; avalia o grau de aderência das ações implementadas à política e, quando necessário, propõe recomendações de aperfeiçoamento; e supervisiona os trabalhos relativos a sustentabilidade e ações derivadas da PRSAC, especialmente do Comitê de Sustentabilidade, da Diretoria Executiva e do diretor executivo responsável por ela.

| GÊNERO | | FAIXA ETÁRIA | RAÇA/COR |
|----------------------|---------------------|--------------------------|--------------------|
| 1 (25%) masculino | 3 (75%) feminino | 4 (100%) + de 50 anos | 4 (100%) branca |

GOVERNANÇA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA [GRI 2-9] [GRI 2-12]

Desde abril de 2023, o CRSAC é composto por dois membros do CA e dois membros da Diretoria Executiva, e se reúne ordinariamente, de forma bimestral, com previsão de reporte anual ao CA. O Comitê deve coordenar suas atividades junto com o CRI, que também assessora o CA em aspectos relacionados aos riscos sociais, ambientais e climáticos.

O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos é responsável pela PRSAC perante o Banco Central do Brasil, em cumprimento à Resolução CMN 4.945, de 15 de setembro de 2021. Ademais, o diretor de *Compliance* e Riscos foi designado como *chief risk officer* (CRO) do BNDES, conforme Resolução CMN 4.557/2017, sendo responsável pelo gerenciamento de riscos no Sistema BNDES, o que inclui os riscos sociais, ambientais e climáticos.

Dessa forma, o CA conta com o apoio de seu comitê de assessoramento – o CRSAC –, do diretor responsável pela PRSAC, do CRO e do CRI no que diz respeito a responsabilidade social, ambiental e climática, tema refletido em nosso [planejamento estratégico 2024-2028](#).

 Saiba mais na seção Nossa Estratégia

SELEÇÃO DE CONSELHEIROS E DIRETORES

COMO SÃO SELECIONADOS OS MEMBROS DO CA?

[GRI 2-9] [GRI 2-10]

O CA é composto por 11 membros, todos eleitos pela Assembleia Geral: três indicados pelo Ministério da Fazenda; um pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; um pelo Ministério das Relações Exteriores; cinco pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, pelo qual o BNDES é supervisionado; além de um representante eleito pelos empregados do BNDES, conforme o disposto na Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010. As indicações ministeriais devem observar o disposto no art. 33 do Estatuto Social do BNDES, com, pelo menos, três dos membros indicados sendo conselheiros independentes. Atualmente, o CA tem cinco conselheiros independentes, mais do que o mínimo necessário.

Em 31 de dezembro de 2023, todas as vagas do CA estavam preenchidas. Os membros têm prazo de gestão unificado de dois anos, contados a partir da data da posse, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. [GRI 2-9]

Os indicados ao CA devem cumprir requisitos específicos, como ter notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo. A nomeação dos membros é precedida de processo de *background check*, executado por equipe de *compliance*, com suporte jurídico e parecer final do diretor de *compliance* acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação, notadamente a Lei das Estatais (Lei 13.303, de 30 de junho de 2016). O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, órgão estatutário responsável pela opinião à Assembleia-Geral acerca da eleição do indicado.

ASSEMBLEIA GERAL

É convocada pelo CA, em casos previstos em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Cofis ou pelo acionista único. Ordinariamente, deve ser realizada uma vez por ano, ou mediante convocação, em casos extraordinários. Entre suas competências, estão: aprovação do relatório anual da administração; alteração do capital social e do estatuto social; eleição e destituição de membros do CA e do Cofis; e fixação da remuneração dos administradores e membros do Cofis, do Coaud e do CRI. Os trabalhos da assembleia são liderados, por delegação, pelo diretor responsável pelas áreas jurídicas. Ao menos um membro do Cofis deve comparecer à assembleia, a depender da matéria. Ainda, o presidente do Cofis ou um de seus membros deve estar presente em todas as assembleias gerais ordinárias, conforme previsto no regimento interno do colegiado.

As assembleias gerais da BNDESPAR e da FINAME são reguladas por seus respectivos estatutos sociais, que podem ser acessados em nosso [site](#).

Acesse www.bndes.gov.br/legislacao-do-sistema-bndes



No caso dos comitês de assessoramento do CA, os membros são indicados formalmente pelo presidente do Conselho à Secretaria Geral do Gabinete da Presidência. Assim como os membros do CA, a nomeação é precedida pelo processo de *background check*, também executado por equipe de *compliance*, com suporte jurídico e parecer final do diretor de *compliance* acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação e normativos internos pertinentes. O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, que envia sua opinião final acerca da nomeação do indicado para deliberação do CA.

Avaliação do CA [GRI 2-18]

O CA realiza, anualmente, uma autoavaliação coletiva e individual de seu desempenho, por meio de questionário desenvolvido internamente e previamente aprovado pelos membros do Cope. Na autoavaliação referente ao ciclo de 2023, os conselheiros responderam sobre temas como alinhamento ao propósito, práticas ASG (ambiental, social e governança), consecução dos objetivos estratégicos e gerenciamento de riscos corporativos.

Essa avaliação permite que sejam identificadas oportunidades de melhoria, de modo que o progresso do desempenho do colegiado seja contínuo, inclusive em aspectos econômicos, ambientais e sociais. Como previsto no regimento interno, a referida autoavaliação anual do Conselho deve ser encaminhada ao ministério supervisor do BNDES.

Em cumprimento ao previsto na Lei das Estatais, são disponibilizados, aos membros de nossos órgãos estatutários, diversos treinamentos obrigatórios sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, gestão de risco e controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção, entre outros temas. [GRI 2-17]

COMO SÃO SELECIONADOS OS MEMBROS DA DIRETORIA?

Assim como no CA, os membros da Diretoria Executiva têm prazo unificado de gestão de dois anos, contados a partir da data da posse,

sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

A Diretoria Executiva do Sistema BNDES é composta pelo presidente e por nove diretores executivos, todos eleitos pelo CA e demissíveis *ad nutum*, isto é, destituíveis a qualquer tempo e sem justificativa. Para a investidura, assumem compromissos com metas e resultados específicos aprovados pelo CA, a quem cabe fiscalizar seu cumprimento.

INDICAÇÃO DE MEMBROS SUCESSORES PARA O CA E A DIRETORIA EXECUTIVA

Com base no Regulamento de Indicação de Membros Sucessores para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva, a cada dois anos ou menos, o CA e a Diretoria, com apoio do Cope, devem mapear as competências esperadas de executivos que possam vir a compor ambos os órgãos, considerando a conveniência de diversidade de formações e experiências, a complementaridade de competências entre seus membros, as perspectivas de negócios e os temas-chave estabelecidos no planejamento estratégico plurianual do Banco.

Em caso de vacância ou previsão de vacância em assento do CA, cabe ao próprio Conselho indicar potencial sucessor ao Ministério responsável, tomando como base o rol de competências esperadas para a vaga que se pretende preencher.

No caso de membro da Diretoria Executiva, fica a cargo do presidente do BNDES avaliar preliminarmente, com o auxílio dos demais diretores executivos, potenciais sucessores, podendo indicar membros externos ou empregados do Banco.

A indicação de sucessores, não vinculante, deve ser orientada por notória experiência profissional, capacidade técnica e gerencial, habilidades interpessoais e amplo conhecimento sobre as atividades do BNDES e a legislação e a regulamentação relativas à responsabilização de qualquer natureza por sua atuação. Deve-se observar, ainda, aspectos de diversidade.

Oficializada a indicação pelo Ministério responsável, acompanhada dos documentos comprobatórios e de sua análise prévia de compatibilidade, bem como da aprovação da Casa Civil da Presidência da República, conforme o disposto no art. 22 do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Cope iniciará seu processo de análise, o qual também contará com subsídio da equipe do BNDES responsável pelo processo de *background check*.

Após a confirmação, pelo comitê, da presença de todos os requisitos e da ausência de vedações, em se tratando de indicação de membro do CA, a análise do Cope será remetida ao ministério responsável, que confirmará ou não a indicação. Se confirmada, haverá manifestações do CA sobre o preenchimento de requisitos legais e infralegais, bem como sobre a ausência de vedações, sendo a eleição deliberada, posteriormente, na Assembleia Geral.

Em se tratando de indicação de membro da Diretoria Executiva, após a análise do Cope, a matéria é encaminhada diretamente ao CA, que delibera sobre a eleição do indicado.

PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES [GRI 2-15]

Nossa Área de Integridade e *Compliance* realiza trabalhos de avaliação do sistema de controle interno do Banco, dos controles de processos, de potenciais conflitos de segregação de funções e de conflitos de

interesses institucionais – estes relacionados a nossas atividades finalísticas. Ao identificar potenciais conflitos de interesse, a área propõe ações para sua adequada prevenção.

Em relação aos membros de órgãos estatutários, a análise ocorre no momento da indicação para o cargo, por meio do processo de *background check*, e, anualmente, nas avaliações periódicas ou em eventuais reconduções. É também realizado monitoramento contínuo de participações societárias desses membros. Conflitos de interesse também constam das atas do Cope, que, quando necessário, recomenda ao indicado a assinatura de um termo de compromisso. Essas atas são enviadas ao CA e ao Ministério responsável pela indicação, no caso de indicações de membros do CA e do Cofis.

O regimento interno do CA estabelece, ainda, que os membros devem se declarar impedidos nas reuniões do Conselho, de forma natural e voluntária, retirando-se da reunião em caso de apreciação de matérias nas quais haja conflito de interesses ou os conselheiros tenham interesse particular, sendo tal fato consignado em ata.

As matérias que configurem conflito de interesses serão deliberadas sem a presença do membro impedido, sendo-lhe assegurado o acesso à ata da reunião e aos documentos referentes às deliberações tomadas, no prazo de trinta dias. Caso o membro do CA não se declare impedido, qualquer outra pessoa poderá fazê-lo se tiver ciência do conflito, devendo o colegiado deliberar sobre o fato. Uma vez que o colegiado delibere a existência do conflito, a Secretaria Geral não concederá ou retirará o acesso do conselheiro à matéria em questão.

O conselheiro representante de empregados não poderá participar de discussões e deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, restando configurado seu conflito de interesse sobre elas. Nesses casos, haverá uma reunião especial sem sua presença.

BACKGROUND CHECK

Conforme resolução interna do BNDES, os membros indicados aos órgãos estatutários são submetidos a *background check* para verificar seu atendimento aos requisitos previstos na legislação e normativos aplicáveis. Tal processo visa subsidiar a tomada de decisão relativa a sua eleição, nomeação e permanência no órgão. Além disso, o procedimento é renovado anualmente, assim como pode ser realizado a qualquer tempo, extraordinariamente, por iniciativa da Área de Integridade e *Compliance* ou seu diretor responsável, em caso de ciência de qualquer situação que possa alterar a tomada de decisão quanto à manutenção do membro de órgão estatutário em seu cargo.

Essa verificação abrange: (i) pesquisa sobre os indicados, incluindo mídia negativa, listas restritivas, processos administrativos e judiciais e vínculos, assim como eventuais diligências; (ii) manifestação jurídica; e (iii) manifestação emitida pelo diretor responsável pela unidade de integridade e *compliance*.

Em abril de 2022, decisão da Comissão de Ética Pública passou a reconhecer competência da própria Comissão para analisar condutas de conselheiros de administração do Poder Executivo Federal no que tange a questões relativas a conflitos de interesses.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

[GRI 2-19] [GRI 2-20]

A política global de remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e CA) e dos demais membros estatutários (Coaud, Cofis, CRI e Cope) é elaborada e analisada pelo Cope do BNDES, com apoio da área responsável pela gestão de pessoas, seguindo as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Posteriormente, é enviada para aprovação do CA e deliberação da Assembleia Geral.

A política disciplina o processo de remuneração dos membros desses colegiados e considera: a adequação às melhores práticas de mercado e às disposições legais; o reconhecimento da responsabilidade, do tempo dedicado à função, da competência e da reputação profissional dos administradores; o incentivo a comportamentos que não elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo; e a observância às metas e à situação financeira atual e esperada da instituição. A remuneração e os benefícios concedidos a nossos dirigentes podem ser encontrados em nosso *site*.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

A remuneração dos membros dos conselhos e comitês tem como base de cálculo a remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. Os membros de nossos conselhos (Cofis e CA) fazem jus a remuneração mensal equivalente a 10% da base de cálculo. É, ainda, vedado o pagamento de participação

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são submetidas às regras e aos procedimentos estabelecidos em política específica, aprovada e revisada anualmente pelo CA, que visa assegurar competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade dessas transações. O processo de captura das transações com partes relacionadas tem sido aprimorado ao longo dos anos. Em 2023, foi implementado o sistema da Declaração Eletrônica de Parentesco, para preenchimento pela alta administração e superintendentes, gerando automaticamente alertas restritivos e informativos nos sistemas operacionais do Banco.

nos lucros da empresa, de qualquer espécie, aos conselheiros e o plano de benefícios previdenciários patrocinado pelo BNDES não é extensível a eles.

REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES

A remuneração fixa mensal dos membros de nossa Diretoria Executiva é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. Os diretores têm direito a remuneração variável anual (RVA), condicionada ao alcance de metas e indicadores de desempenho previamente estabelecidos no programa, não sendo inclusos bônus, gratificações e ganhos baseados em ações. Ressalvando-se eventual deliberação contrária na Assembleia Geral, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a auxílio-refeição e auxílio-alimentação; auxílio-moradia; férias anuais de trinta dias, remuneradas com um terço da remuneração fixa mensal; plano de assistência a saúde ou benefício de assistência a saúde; ajuda de custo; recolhimento de contribuição previdenciária patronal; recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); remuneração compensatória (quarentena); e gratificação natalina (13º salário). Os integrantes da Diretoria Executiva não contam com assistência educacional, multa rescisória de FGTS (40%), abono pecuniário de férias (venda de um terço de férias), aviso prévio indenizado e auxílio-transporte.

Ao promover a distribuição dos resultados, na forma da lei e do programa de RVA, buscamos incentivar a contribuição dos dirigentes aos nossos objetivos, em especial ao cumprimento de nossa missão e de metas que orientam nossa sustentabilidade

financeira. Na RVA 2023, foram considerados mais quatro indicadores, além dos indicadores estratégicos, conforme figura abaixo.

| INDICADORES, METAS E RESULTADOS – RVA 2023 | | | | |
|---|---|-------|-------------------------------|-------------------------------|
| DIMENSÕES | INDICADOR | META | RESULTADO | DESEMPENHO |
| Exclusivos da Diretoria de Risco e Compliance | Aderência do modelo gerencial de risco de mercado (VaR) | 5 | 3 | 140,00% |
| | Tratamento de eventos de segurança da informação | 100 | 100 | 100,00% |
| Governança, conformidade e transparência | Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest) | 1.000 | 908 | 90,80% |
| | Indicador de avaliação individual | 100 | Variou entre 94,64% e 100,00% | Variou entre 94,64% e 100,00% |

REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS MEMBROS ESTATUTÁRIOS

A remuneração fixa mensal dos membros do Coaud equivale a 50% (para o coordenador) ou 40% (demais membros) da base de cálculo, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. A remuneração dos membros do CRI, por sua vez, equivale a 10% da base de cálculo, também sendo vedado pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. Já o Cope, que até o ano de 2023 tinha apenas membros que também integravam o CA ou o Coaud, sem remuneração adicional, passou a ter, após atualização estatutária, membros externos remunerados, para os quais se pratica a remuneração de 13% (coordenador) ou 10% (demais membros). Os membros do CRSAC que não são integrantes de outros colegiados, empregados ou administradores do BNDES podem ser remunerados, conforme avaliação do CA, desde que observadas as aprovações legais e societárias necessárias.

RESCISÃO

Não há aviso prévio para diretores ou conselheiros. Quando há rescisão, o membro da Diretoria Executiva tem direito a receber o saldo de dias trabalhados e os valores proporcionais relativos ao 13º salário. Os membros de outros órgãos estatutários têm direito a receber o saldo de dias até a data da exoneração. Conforme legislação

pertinente, os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, nos seis meses posteriores à rescisão, de exercer atividades ou prestar quaisquer serviços relacionados à área de competência do cargo ocupado, contados a partir da data da exoneração. Para isso, é paga pelo BNDES – exclusivamente durante o período de impedimento após o término do mandato do membro da Diretoria Executiva – uma remuneração compensatória referente ao cargo que era ocupado, desde que aprovada pela Comissão de Ética Pública (CEP).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estamos organizados em diretorias específicas, compostas por áreas. Cada área é de responsabilidade de um superintendente.

Em 26 de janeiro de 2023, com a eleição de um novo governo, Aloizio Mercadante Oliva tomou posse, passando a exercer o cargo de presidente do BNDES. A Diretoria Executiva foi totalmente renovada, e sua estrutura organizacional, ajustada, sendo nomeados os diretores: Helena Tenório (Pessoas, Tecnologia da Informação e Operações), Tereza Campello (Socioambiental), Alexandre Abreu (Financeira e Crédito Digital para MPMEs), Natália Dias (Mercado de Capitais e Finanças Sustentáveis), Luciana Costa (Infraestrutura e Mudança Climática), Walter Baère (Jurídica), José Luis Gordon (Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior), Nelson Barbosa (Planejamento e Estruturação de Projetos) e Luiz Augusto Navarro (Risco e Compliance).

Para refletir as novas prioridades e estratégia, foram feitos ajustes no organograma do Banco. A antiga Área de Gestão Pública e Socioambiental foi dividida em duas: Área de Meio Ambiente e Área de Desenvolvimento Social e Gestão Pública. A Área de Energia se tornou Área de Transição Energética e Clima. Já as áreas relacionadas a concessões e privatizações foram reunidas em uma só: Área de Estruturação de Projetos, enquanto a unidade de mercado de capitais foi dividida em duas novas áreas (AMC1 e AMC2).



Conheça nosso organograma de 2023 no verso da capa deste relatório



Saiba mais em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/quem-e-quem>

DIRETORIA EXECUTIVA EM 31.12.2023:

[GRI 405-1]

GÊNERO

6 (60%) masculino
4 (40%) feminino

FAIXA ETÁRIA

3 (30%) de 30 a 50 anos
7 (70%) + de 50 anos

RAÇA/COR

10 (100%) branca

AUDITORIA INTERNA

Nossa unidade de Auditoria Interna é vinculada diretamente ao CA e tem como missão fortalecer a governança corporativa, a gestão de riscos e o sistema de controle interno, por meio de avaliações e consultorias objetivas e da interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização (OEC): Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e Banco Central do Brasil (BCB). No exercício de 2023, foram acompanhados 144 processos no TCU dos quais o BNDES é parte, sete auditorias da CGU e 31 fiscalizações, verificações e auditorias provenientes do BCB. No mesmo período, foram recebidos 189 demandas e 25 novos apontamentos, recomendações e/ou determinações, e foram monitorados 69 apontamentos, recomendações e/ou determinações (incluindo os novos) provenientes dos referidos OEC.

Em decorrência dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2023, foram emitidas 116 novas recomendações aos gestores de processo, resultando na implementação de ações mitigadoras de risco. Ao longo do ano, foram atendidas 204 recomendações, de 2023 e anos anteriores. A implementação das ações mitigadoras de risco pelas unidades auditadas é acompanhada pela Auditoria Interna, que reporta trimestralmente a situação ao Coaud, ao CA e ao Cofis, bem como ao CRI. As principais atividades de controle realizadas pela unidade são divulgadas anualmente no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint).

Os resultados das auditorias anuais de contas conduzidas pela CGU, das inspeções e auditorias realizadas pelo TCU e os acompanhamentos das providências das respectivas recomendações ou determinações proferidas por esses órgãos de controle, assim como o Raint, são disponibilizados em nosso [site](#).



Acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance/conformidade/auditoria-interna>

REVISÃO E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Sempre que necessário, atualizamos as cláusulas de nossos contratos para se adequarem a alterações normativas e à revisão de processos e políticas operacionais. Entre as principais alterações ocorridas, em 2023, nas minutas de

instrumentos contratuais padronizados de nossas operações diretas, destacamos:

- Ampliação do mapeamento de processos administrativos e judiciais para abranger as temáticas de assédio, discriminação ou preconceito com base em atributos pessoais e de prática relacionada ao tráfico de pessoas, à exploração sexual ou ao proveito criminoso da prostituição;
- Aprimoramento de cláusulas contratuais na hipótese de garantia evolutiva de bens imóveis;
- Aperfeiçoamento de dispositivos relacionados à contagem de prazos, na hipótese de equalização de recursos pelo Tesouro Nacional;
- Adequação das minutas contratuais para possibilitar sua formalização por instrumento nato-digital, com a utilização de certificados gov.br com identidade prata ou ouro;
- Revisão das cláusulas de juros referentes aos seguintes custos: IPCA, Taxa Selic, Taxa Fixa BNDES e equivalência em dólares norte-americanos (taxa de juros fixa);
- Aprimoramento dos termos de confidencialidade;
- Exclusão de exigências para análise do apoio financeiro e liberação de recursos, na hipótese de operações não reembolsáveis;
- Alteração de dispositivo contratual para conferir uniformidade de tratamento, no caso de empresa sob controle de capital nacional ou estrangeiro;
- Revisão da minuta do produto BNDES Garantia para alinhá-la à nova metodologia de cálculo dos juros remuneratórios aplicáveis ao crédito constituído por eventual honra da garantia;
- Atualização das minutas relativas ao Fundo da Marinha Mercante;
- Reavaliação sobre o momento de solicitação da prova de quitação do Imposto Territorial Rural (ITR), da comprovação de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da certidão negativa de embargos emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama);
- Adequação da minuta do produto BNDES Microcrédito ao novo Regulamento de Procedimento;
- Revisão da orientação a respeito da exigência de certidão negativa de débito previdenciária nas renegociações de crédito; e
- Criação de cláusulas contratuais para permitir a operacionalização do subcrédito *backstop*.

Além dessas alterações pontuais, foram criadas quatro minutas para permitir a operacionalização dos programas/produtos: BNDES Bens e Serviços, com cláusulas especiais que regulam o crédito solidário entre BNDES e FINAME e o compartilhamento de garantia entre os credores (aguardando o implemento de condição de eficácia); Fundo Cultural, com cláusulas específicas para operações apoiadas com utilização do benefício fiscal previsto no art. 18 da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991; e Fust e BNDES Mais Inovação (aguardando o implemento de condição de eficácia), ambas com condições financeiras específicas.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS [GRI 2-6]

Para realizar nossas atividades, utilizamos insumos e serviços adquiridos por meio de diferentes processos de contratação direta ou licitação, nas modalidades descritas na Lei 13.303/2016. As contratações administrativas são regulamentadas internamente pela Resolução CA 1/2021, de 22 de janeiro de 2021.

Nossos contratos administrativos são públicos e podem ser acessados em nosso [site](#). Foram assinados 326 contratos em 2023. O detalhamento das contratações, as alterações contratuais e os procedimentos punitivos realizados no período constam no quadro a seguir.



Acesse www.bndes.gov.br/licitacoes

| CONTRATAÇÕES (POR PROCESSO DE ORIGEM) | |
|--|------------|
| Alienação de bens | 2 |
| Concurso | 25 |
| Pregão eletrônico | 21 |
| Inexigibilidade de licitação | 71 |
| Dispensa de licitação por valor | 188 |
| Dispensa de licitação (demais hipóteses) | 3 |
| RFP (consultorias para desestatizações) | 16 |
| Total de contratos | 326 |
| ADITIVOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS (PAP) | |
| Número de PAPs | 3 |
| Aditivos contratuais | 88 |
| Aditivos epistolares | 120 |
| Encerramentos extraordinários | 14 |
| Reequilíbrios econômico-financeiros | 137 |
| Total de aditivos e PAPs | 362 |

CONTRATOS COM FORNECEDORES [GRI 2-6]

Somos uma instituição bancária de natureza pública, que tem suas atividades-fim realizadas, geralmente, por equipes concursadas. Assim, a contratação de fornecedores está limitada principalmente à compra de insumos ou à prestação de serviços acessórios à atividade-fim do Banco, de acordo com condições estipuladas pela Lei das Estatais e por resolução de nosso CA. Em relação a fornecedores de serviços, as atividades executadas de forma indireta incluem, preponderantemente: (i) atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, como serviços gerais e de tecnologia da informação; (ii) prestação de serviços técnicos e especializados de natureza intelectual; e (iii) aquelas de apoio às atividades finalísticas do Banco, como serviços relacionados aos projetos de desestatização. Contamos também com fornecedores de materiais e equipamentos para suprir nossas necessidades operacionais. Em 2023, mantivemos 779 contratos ativos com 589 fornecedores, cujas localizações geográficas são apresentadas na tabela a seguir, com destaque para os locais de nossos escritórios.

O somatório dos pagamentos realizados a fornecedores totalizou R\$ 401 milhões no ano. Considerando nossa base de contratos, não foram identificadas, em 2023, mudanças relevantes na cadeia de fornecedores que pudessem impactar nossas operações.

CONTRATOS ATIVOS E FORNECEDORES

| CONTRATAÇÕES NAS REPRESENTAÇÕES | NÚMERO DE CONTRATOS | NÚMERO DE FORNECEDORES | PORCENTAGEM DE FORNECEDORES POR LOCALIZAÇÃO |
|--|---------------------|------------------------|---|
| Rio de Janeiro (RJ) | 198 | 136 | 23% |
| São Paulo (SP) | 230 | 175 | 30% |
| Brasília (DF) | 62 | 52 | 9% |
| Recife (PE) | 11 | 11 | 2% |
| Outras cidades | 278 | 215 | 37% |
| Número total de contratos ativos/fornecedores | 779 | 589 | 100% |

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Nossas licitações e contratos devem seguir parâmetros sustentáveis, levando em conta os diversos aspectos relacionados à execução do objeto contratual, como: não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; priorização do uso de produtos reciclados e/ou recicláveis; maior eficiência na utilização de recursos naturais; e análise dos impactos sociais decorrentes da execução, entre outros critérios. A adoção ou não de critérios de sustentabilidade deve, ainda, ser justificada nas contratações, com base nos custos e benefícios associados, além da realidade do mercado fornecedor. Nos casos em que forem aplicáveis, as exigências de caráter socioambiental devem estar fundamentadas objetivamente nas especificações técnicas.

No âmbito das contratações administrativas decorrentes de licitação e contratação direta (dispensa ou inexigibilidade de licitação), realiza-se a verificação de condições de participação na licitação, se for o caso, e de contratação para todos os nossos fornecedores. Isso inclui a verificação de alertas quanto à presença em listas restritivas ou impeditivas em âmbito nacional, inclusive no que diz respeito a casos de trabalho análogo à escravidão. Além disso, verificamos mensalmente tais informações por meio de sistemas informatizados para fornecedores com contratos ativos. **[GRI 408-1] [GRI 409-1]**

Desde 2021, a cláusula social – adotada em todos os nossos contratos de financiamento, com menção explícita ao combate à discriminação de raça e gênero, à exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil e à prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil – está presente também nos contratos com fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando a rescisão contratual em casos de descumprimento. **[GRI 408-1] [GRI 409-1]**

GOVERNANÇA NO MERCADO DE CAPITALIS

REFORÇO DA GOVERNANÇA INTERNA PARA ATUAÇÃO EM MERCADO DE CAPITALIS

A partir de 2023, nosso papel como indutor do desenvolvimento e democratização do mercado de capitais brasileiro voltou a ser reconhecido como ferramenta transversal dentro de nossa estratégia de longo prazo. Nesse sentido, para viabilizar essa forma de atuação e recuperar o papel histórico da BNDESPAR de induzir, desenvolver e promover novos investimentos e as melhores práticas no mercado de capitais brasileiro, estão sendo implementadas medidas de reforço à governança interna da Área de Mercado de Capitais, por meio de: revisão normativa e aprimoramento de processos e sistemas, tendo como paradigma as lições aprendidas em nosso histórico de atuação; *benchmark* com outros investidores e instituições congêneres; e incorporação dos apontamentos e recomendações de órgãos



Saiba mais na seção
Nossa estratégia

de controle em recentes auditorias, contemplando também as recomendações advindas dos Acórdãos 1.262, de 22 de março de 2022, e 1.294, de 22 de maio de 2023, realizadas pelo TCU.

ESTÍMULO A BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA EM COMPANHIAS INVESTIDAS

Sempre buscamos incentivar as companhias investidas a atingir padrões de governança corporativa cada vez mais elevados, seja por meio do exercício do direito de voto em seus colegiados, seja por meio de direitos contratualmente previstos em nossos acordos de acionistas, em linha com o Código Brasileiro de Stewardship, do qual a BNDESPAR é signatária. Buscamos promover inclusão e diversidade nas nossas indicações de conselheiros e fomentar essas boas práticas em nossas investidas, de acordo com a Política de Indicação do Sistema BNDES em Colegiados, aprovada em abril de 2023.

Em 2017, a BNDESPAR aderiu ao então Código Amec de *Stewardship*, que tem por objetivo aproximar os investidores institucionais das empresas investidas para estimular melhores práticas de governança, ética e conduta. Em 2021, a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) firmou parceria com a CFA Brazil e o código foi renomeado para Código Brasileiro de *Stewardship* (CBS), ao qual a BNDESPAR ratificou a adesão.

[GRI 2-23]



Saiba mais em www.bndes.gov.br/indicacao-colegiados

GESTÃO DE CUSTOS

Realizamos apuração de nossos custos e resultados por segmento de negócio, área, departamento, linha e programa operado, com os objetivos principais de avaliar a rentabilidade e o desempenho de nossos produtos e fornecer aos gestores informações para análise e tomada de decisões. Nosso processo também possibilita a avaliação de custos incrementais para criação de novas estruturas organizacionais e produtos, por exemplo.

Como instituição financeira, nosso principal custo está relacionado às despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2023, elas representavam cerca de 86% do total das despesas gerais e administrativas.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal não é adotado como o principal sistema de apuração de custos por se tratar de ferramenta voltada para órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações.



ÉTICA E *COMPLIANCE*

A ética é um dever de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço. O compromisso com o tema está expresso em nossa declaração de valores e em nosso Código de Ética, que também é aplicável aos que interagem conosco, inclusive clientes e instituições financeiras credenciadas para repasse de recursos.

GESTÃO DE ÉTICA E COMPLIANCE

A Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e sua secretaria-executiva – vinculadas a nossa Presidência – são responsáveis pela gestão de ética no Banco. Assim, dão tratamento a consultas relativas a condutas éticas e realizam ações preventivas internas de disseminação de valores, como campanhas de comunicação, cursos e eventos. A CET/BNDES tem participação ativa, ainda, na coordenação do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais.

Apoiando a construção de um ambiente íntegro, temos também a Área de Integridade e *Compliance*, que atua conforme as diretrizes e responsabilidades estabelecidas em nossas políticas e programas, amplamente divulgados a empregados, prestadores de serviço, parceiros de negócios e sociedade em geral por meio de nosso site e na intranet. **[GRI 205-2]**

Para os empregados, diretores e conselheiros, ao longo do ano, são promovidas diversas ações de comunicação e treinamento, de participação obrigatória, sobre valores e normas vigentes, momento em que são renovadas as declarações de adesão ao disposto em nosso Código de Ética. **[GRI 205-2]**

Para nossos clientes, além da aplicação do Código de Ética e da Política de Integridade, cabe destacar que nossas minutas-padrão de contrato de concessão de crédito, reembolsável ou não, incluem declarações relativas às práticas leais, a serem firmadas pelo cliente e pelos intervenientes. **[GRI 205-2]**



Acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance>

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ÉTICA, INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Código de Ética: apresenta princípios, valores éticos e compromissos que devem ser observados por todas as pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, prestem serviços ao BNDES, de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem remuneração financeira. O documento foi desenvolvido em conjunto por todo o corpo funcional, por meio de consulta pública, sendo posteriormente aprovado pela Diretoria e pelo CA.

Política Corporativa de *Compliance*: estabelece diretrizes e atribuições necessárias para a execução das atividades de *compliance* e para o fortalecimento dessa cultura.

Política Corporativa de Integridade: estipula diretrizes e atribuições para o fortalecimento da integridade, visando a prevenção da ocorrência de ilícitos, tais como corrupção e desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT): estabelece diretrizes e atribuições para prevenir a prática de lavagem de dinheiro nas operações que envolvam o Sistema BNDES no país e no exterior, além de reforçar nosso compromisso de cooperar com iniciativas nacionais e internacionais de PLDFT. A política é complementada por um conjunto de normativos internos elaborados em atendimento à regulamentação do BCB e da CVM.

Programa de *Compliance*: reúne o conjunto das medidas, procedimentos e políticas adotados pelo BNDES em prol da integridade, da conformidade e da governança da instituição.

Além disso, contamos também com as seguintes publicações: *Guia de Conduta e Integridade do BNDES*; *Guia de Conduta para Prestadores de Serviço do BNDES*; e *Ética e Integridade – 10 diretrizes de relacionamento com o BNDES*. As duas últimas com foco nos relacionamentos com o público externo.

PLDFT

Anualmente, em atendimento à regulamentação vigente, elaboramos o Relatório de Avaliação de Efetividade PLDFT, documento que fornece, ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Riscos e ao CA, avaliações abrangentes (testes de efetividade) sobre diversos aspectos do gerenciamento de riscos de LDFT – entre eles, as políticas, os procedimentos e controles internos, além da disseminação de cultura e capacitação na matéria. O acompanhamento das medidas adotadas para solucionar as deficiências apontadas se dá por meio do Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLDFT, também levado à ciência da alta administração.

A PLDFT foi destaque no evento “Conexões Risco e *Compliance*”, que organizamos em parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). Disponível em nosso canal no YouTube, a iniciativa contou com painéis sobre a relação da PLDFT com temas como riscos ambientais e criptoativos.



Saiba mais em <https://www.youtube.com/watch?v=aiicn0H7N2E>

CONFORMIDADE

Estamos inseridos em um dos setores mais regulados da economia. Por isso, mantemos mecanismos para mitigação dos riscos de não conformidade à pluralidade de normas à qual estamos expostos, além daqueles que possam acarretar sanções à instituição ou danos a sua reputação.

Algumas de nossas atuais práticas de gestão da conformidade são:

- avaliação diária das proposições de atos normativos apresentadas no Congresso Nacional, com acompanhamento daquelas consideradas de alta prioridade e impacto para o Banco;
- acompanhamento da emissão de normas externas, bem como monitoramento de seu cumprimento por nossas unidades; e
- avaliações de conformidade rotineiras, que buscam aferir o grau de cumprimento às normas internas e externas.

Eventuais não conformidades identificadas pela unidade de *compliance* são reportadas às unidades envolvidas, que corrigem e aprimoram os procedimentos. Os resultados desses trabalhos são reportados periodicamente à Diretoria e ao CA, bem como aos seus órgãos de assessoramento (Comitês de Riscos e de Auditoria) e ao Conselho Fiscal.

Em 2023, não houve registro de perdas decorrentes de casos de corrupção ou de multas relevantes por não conformidade com leis e regulamentos. No contexto tributário, houve apenas uma ocorrência relevante quando comparado seu valor ao apetite a risco do BNDES, referente à constituição de provisão em processo administrativo relativo à compensação de crédito tributário associado a IRPJ/CSLL, no valor de R\$ 3,8 milhões.

DOAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS [GRI 415-1]

Pessoas jurídicas estão proibidas de realizar doações a partidos políticos ou candidatos, desde a alteração da Lei Eleitoral (Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997) promovida pela Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015, e pela Resolução 23.463, de 15 de dezembro de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nossas políticas operacionais nunca permitiram financiamento ou doação a partidos políticos ou a candidatos. Além disso, os recursos financeiros obtidos por meio de nossos financiamentos ou empréstimos devem ser aplicados nas finalidades previstas em contrato, não podendo ser utilizados para outros fins.

Os casos de multas restringiram-se a valores pouco significativos referentes ao atraso no recolhimento de impostos, além de uma multa por atraso na remessa de documentação à CVM (R\$ 10.800,00) e de um auto de infração ambiental associado a imóvel dado em garantia (R\$ 2.331,26). Em 2023, também não foram registradas penalidades não pecuniárias em processos administrativos ou judiciais. [GRI 2-27]

Durante o ano, não fomos alvo de processos relacionados a concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio, assim como não registramos nenhum caso de não conformidade relativo a comunicação e *marketing*. [GRI 206-1] [GRI 417-3]

Também não registramos nenhuma queixa relacionada a violação da privacidade de titular de dados pessoais ou a obrigações definidas por agência reguladora, conforme descrito na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tampouco houve registro de incidentes envolvendo violação da privacidade e perda de dados pessoais de clientes. [GRI 418-1]

RECEBIMENTO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Nossa Ouvidoria recebe denúncias, por meio da plataforma Fala BR, e as encaminha para as unidades responsáveis pela sua apuração, de acordo com o tema: a Corregedoria e/ou a Comissão de Ética.

A Corregedoria conduz processos de apuração de diversas naturezas, como procedimentos investigativos, além de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Processos Administrativos de Responsabilização (PAR). À CET/BNDES compete realizar os processos de apuração éticos (PAE).

A Corregedoria integra o Sistema de Correição do BNDES, criado em 2020, com a finalidade de detectar e corrigir irregularidades relacionadas às atividades do Banco que possam configurar infração disciplinar, ato de improbidade administrativa, ato lesivo contra pessoa jurídica integrante do Sistema BNDES e/ou ilícito penal.

Além dela, as comissões de procedimentos investigativos e de processos correccionais, as comissões recursais e as autoridades ou órgãos colegiados competentes para julgamento dos referidos processos e eventuais recursos interpostos compõem esse sistema.

Em 2023, sob a coordenação da Diretoria de Risco e *Compliance*, a Ouvidoria, a Corregedoria e a CET/BNDES propuseram a criação de um comitê de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação no BNDES, visando aperfeiçoar a governança dos processos que envolvam essa temática no Banco para planejar, discutir, promover ações e difundir boas práticas corporativas de prevenção a atos ilegais, irregulares, ilegítimos ou antiéticos relacionados a situações de assédio moral, assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e condutas análogas, discriminação de qualquer forma e racismo.

Nesse sentido, em março de 2024, foi constituído o Grupo de Trabalho de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação, que tem por objetivo contribuir para a definição de diretrizes, visando o aprimoramento da cultura de integridade no BNDES.

Em paralelo, a Ouvidoria liderou os estudos para a institucionalização de um fórum permanente de Integridade, Ética e Correição no BNDES para debates, compartilhamento de ideias, documentos e informações entre as três unidades em relação ao recebimento e tratamento de denúncias, com o objetivo de estabelecer uma atuação integrada, sistêmica e coordenada.

A Ouvidoria e a CET/BNDES também estiveram juntas na liderança do processo de planejamento estratégico do Fórum Nacional de Gestão da Ética e da Integridade na Administração Pública, que propiciará a esse órgão a ampliação de participantes e de escopo de atuação.

Outra iniciativa da Ouvidoria e da CET/BNDES no período, com o apoio da Sest, foi a promoção, em conjunto com a Petrobras, do evento “Todos juntos pela prevenção e combate à discriminação, ao assédio moral e às violências sexuais”, cujo objetivo foi estimular a discussão,

entre os responsáveis pelas áreas de conformidade, ouvidorias, corregedorias e membros das comissões de ética setoriais, sobre a implementação de mecanismos para a prevenção e o combate à discriminação, ao assédio moral e às violências sexuais.

SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA

Nosso sistema de correição interna é composto pela Corregedoria, pelas comissões de procedimentos investigativos e processos de apuração, pelas comissões recursais e pelas autoridades ou órgãos colegiados competentes para julgamento dos processos de apuração e de seus respectivos recursos. Esse sistema integra o nosso Programa de *Compliance*, com funcionamento supervisionado pelo CA e pelo Coaud. Sua finalidade é a prevenção, detecção, apuração e correção de atividades que possam configurar infração disciplinar, ato de improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, ato lesivo contra pessoa jurídica integrante do Sistema BNDES e/ou ilícito penal.

Seu escopo envolve processos de apuração, que deverão ser conduzidos com as garantias de ampla defesa e contraditório aos processados, bem como procedimentos investigativos, de caráter sigiloso, não punitivo e facultativo. Estes últimos são instaurados quando verificados elementos mínimos indicativos de irregularidades que não configurem indícios suficientes para a instauração de processos de apuração.

Nossa Corregedoria é vinculada ao presidente do BNDES e liderada pelo diretor responsável por *compliance*. Ela integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor) e mantém constante interlocução com a Corregedoria-Geral da União (CRG) – órgão central desse sistema –, tendo realizado, em 2020 e 2022, duas autoavaliações no âmbito do Modelo de Maturidade Correccional criado pela CRG, as quais auxiliaram na reflexão interna para aperfeiçoamento das atividades correccionais.

Em 2023, nossa Corregedoria promoveu capacitações para os empregados, visando a prevenção de irregularidades relacionadas a assédio moral e sexual (neste caso, em

parceria com a Caixa Econômica Federal) e a gestão de contratos administrativos.

No ano de 2023, foram instaurados seis procedimentos investigativos e cinco processos correccionais. Nesse mesmo período, as comissões concluíram três procedimentos investigativos e três processos correccionais, com a elaboração de seus respectivos relatórios finais.

Foram, ainda, celebrados dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), instrumento utilizado quando se observa infração disciplinar de baixo potencial ofensivo, punível, em tese, com sanção de advertência.

Registra-se que as três Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas em 2022 ainda se encontravam em andamento ao longo do exercício de 2023.

Por fim, cabe destacar que, em 2023, não foram registrados na Corregedoria casos de corrupção envolvendo empregados ou parceiros de negócios, não havendo, conseqüentemente, aplicação de penalidades relativas ao tema. **[GRI 205-3]**

Informações correccionais são divulgadas em nosso *site*, na seção [Transparência e Prestação de Contas](#).

Em relação a processos judiciais, não foram propostas ações no ano de 2023 contra a organização ou seus empregados pela prática de corrupção. **[GRI 205-3]**

OUVIDORIA **[GRI 2-25]**

A Ouvidoria é o canal competente para recebimento de denúncias, isto é, para encaminhamento de mensagens que tenham como objetivo comunicar a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes. Cabe a ela, também, receber sugestões, solicitações de simplificação e de providências, mediante relacionamento ágil e eficiente com a sociedade, com a alta administração, com os empregados, com órgãos e entidades do poder público e demais parceiros.

As denúncias ou outras manifestações podem ser encaminhadas por meio da [página da Ouvidoria](#) em nosso *site*. A partir dela, o usuário é redirecionado para a plataforma Fala.BR, desenvolvida e gerida pela Ouvidoria-Geral da União, um ambiente sigiloso, hospedado fora de nossos servidores.

A Ouvidoria é vinculada diretamente ao CA, com garantia de condições adequadas para seu funcionamento, competindo-lhe elaborar e encaminhar, à Auditoria Interna, à Diretoria Executiva, ao Coaud e ao próprio CA, relatório quantitativo e qualitativo acerca de sua atuação, contendo as recomendações para melhoria de processos e procedimentos, se aplicáveis.

Deve a Ouvidoria, ainda, encaminhar, para aprovação pelo CA, relatório semestral de denúncias referenciados nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, o número de reportes recebidos, as respectivas naturezas, a(s) unidade(s) de apuração competente(s) para tratamento da denúncia, o prazo médio de tratamento das denúncias e as medidas adotadas, bem como disponibilizar tais relatórios às unidades fundamentais responsáveis pelo *compliance* e pela gestão de riscos e à Auditoria Interna do BNDES.

COMISSÃO DE ÉTICA **[GRI 2-25]**

Em 2023, a CET/BNDES recebeu um total de 93 demandas, assim distribuídas: 29 denúncias, 26 consultas diretas, 38 respostas por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção ao Conflito de Interesses (SeCI) da CGU. Entre os temas analisados no ano, destacaram-se: infrações graves (13), análise de atividades paralelas e casos de licença para trato de interesse particular e de cessão (48). Nos casos mais graves, a CET/BNDES tem especial preocupação de instaurar procedimento preliminar para apuração dos fatos e, se for o caso, encaminhar a questão para outras instâncias apuratórias, tais como a Corregedoria.

Uma das conseqüências possíveis na seara ética é a conversão do procedimento preliminar em processo de apuração ética,



Acesse www.bndes.gov.br/ouvidoria



Acesse www.bndes.gov.br/sistema-de-correicao

com garantia de contraditório e ampla defesa para o denunciado, que pode culminar na aplicação da penalidade de censura ética, caso a denúncia seja procedente.

Especificamente em relação a casos de discriminação, vale, de forma preliminar, destacar que, de acordo com a Resolução CA 12/21, a Ouvidoria deve avaliar o tratamento a ser dado às manifestações, podendo, se for o caso, adequar a tipologia e o assunto indicado pelo manifestante.

De acordo com os registros do sistema Fala.BR, não houve denúncias de discriminação no ano de 2023. No entanto, à luz do que os denunciadores indicam em suas respectivas manifestações, a CET/BNDES considerou que em cinco denúncias, ao menos em tese, há fatos que, se comprovados, podem configurar discriminação.

A esses casos, a CET/BNDES dedica especial atenção, tendo adotado as seguintes medidas: (i) uma demanda foi encaminhada para a Área Jurídica para verificar a ocorrência de eventual crime, (ii) uma demanda aguarda os avanços da apuração ora conduzida pela Corregedoria do BNDES; (iii) duas demandas estão em andamento na CET/BNDES; e (iv) uma demanda foi arquivada por ausência de indicação de autoria. **[GRI 406-1]**



A discriminação por região solicitada pelo indicador GRI 205-2 não é aplicável aos dados apresentados nesta seção.

CAPACITAÇÕES **[GRI 205-2]**

Em 2023, atualizamos os cursos obrigatórios pela Lei das Estatais para a alta administração, e, para o tema de combate à corrupção, lançamos o treinamento Guia de Conduta e Integridade e Lei Anticorrupção, realizado por 44% do público-alvo (15 participantes) em 2023.

Outros destaques do ano foram:

- (i) a disponibilização para a sociedade em geral, em nosso site, do treinamento *on-line* Prevenção e combate à corrupção;
- (ii) a realização do evento “Conexões risco e *compliance*”, parceria com a ABDE, que promoveu debate sobre a relação entre gestão de riscos e temas como práticas ASG e tecnologia (180 participantes presenciais e 1.100 visualizações no YouTube); e

- (iii) a celebração conjunta do Dia Internacional de Combate à Corrupção e dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que debateu as relações entre os dois temas com a presença de especialistas (120 participantes).

Adicionalmente, nesse período, promovemos os seguintes cursos *on-line*: (i) Diversidade e inclusão: o papel das lideranças na construção de um BNDES melhor (99% de participação do público obrigatório, formado por cerca de 520 executivos, além da adesão espontânea de 65 colaboradores de nível médio e 359 de nível superior, respectivamente, 20% e 26% dos empregados em cada segmento); (ii) Gestão de risco operacional e segurança da informação (2.150 participantes, 95% do público obrigatório, formado pelos empregados do Banco, dos quais 1.839 de nível superior, 96% do quadro no segmento, e 311 de nível médio, 94% do segmento); (iii) Gestão de risco e controle interno (concluído por 91% do público-alvo, 31 participantes da alta administração); (iv) Divulgação de informações (concluído por 38% do público-alvo, 13 participantes da alta administração); e (v) Legislação societária e de mercado de capitais (concluído por 35% do público-alvo, 12 participantes da alta administração).

Realizamos ainda duas iniciativas inéditas para disseminar a cultura de ética e integridade, voltadas a jovens aprendizes e prestadores de serviço. Para o primeiro público, organizamos evento sobre conduta, diversidade e assédio, com abordagem adaptada à faixa etária e exemplos concretos de comportamentos a serem evitados e de situações com potencial de assédio moral ou sexual. Para o segundo grupo, que inclui profissionais de nossa Central de Atendimento, do Condomínio do Edserj e de limpeza e manutenção predial, promovemos 26 turmas de capacitação sobre ética e prevenção ao assédio. A participação foi de 100% (24 pessoas) e 94% (490) do público-alvo, respectivamente.

SEMANA DE ÉTICA E INTEGRIDADE **[GRI 2-26]**

A 8ª edição da Semana de Ética e Integridade (SEI), realizada desde 2016, agregou novos princípios, como diversidade e inclusão, buscando contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e harmônico, no qual todas as pessoas se sintam respeitadas e valorizadas. O ponto central da 8ª SEI foi o evento “Ética e diversidade no BNDES”, que, coordenado pela CET/BNDES e apresentado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, provocou a reflexão sobre a capacidade do Banco de promover um olhar coletivo e respeitoso para a construção de uma sociedade mais justa. Na ocasião, foi assinada pelo presidente do BNDES a Carta Compromisso de Combate e Prevenção ao Assédio no BNDES.



Acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance-curso-prevencao-e-combate-a-corrupcao>

TRANSPARÊNCIA



Em 2023, conquistamos o selo diamante de transparência, mais alto grau conferido pela pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em conjunto com o TCU e o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT). O levantamento verificou que nosso portal institucional é o mais transparente entre todas as instituições públicas federais, considerando os três Poderes, atingindo um índice de transparência de 96,81%. Além de nós, somente duas outras instituições receberam o selo diamante no âmbito federal. Também alcançamos o primeiro lugar do *ranking* de transparência ativa da CGU, que identificou a apresentação proativa em nosso *site* de 49 itens avaliados, referentes a informações de interesse coletivo que produzimos ou detemos.

Os resultados atestam que nosso *site* atende a grande parte do que a legislação exige que órgãos públicos, em geral, e estatais, em particular, publiquem em seus portais institucionais. Normas como a Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011) e a Lei das Estatais (Lei 13.313, de 14 de julho de 2016), entre outras, definem elementos de publicação obrigatória no *site* dos órgãos, o que inclui informações relativas a sua estrutura, funcionamento, governança, empregados, licitações, contratos, compras, obras, despesas, receitas, prestação de contas e atendimento ao cidadão, além de outros aspectos relevantes sobre os quais a sociedade tem direito de saber.

Realizamos um amplo trabalho para chegar a este resultado, envolvendo todas as nossas unidades e equipes e consistindo em uma mudança cultural, técnica e operacional complexa. Nosso resultado na pesquisa da Atricon (96,81%), diante da média geral de 58% dos mais de 8 mil órgãos avaliados, mostra como é desafiador alcançar um patamar pleno de transparência. Com grande esforço interno e compreensão coletiva da relevância do tema, chegamos a esse resultado e trabalhamos continuamente para prestar informações de nossa atuação à sociedade.

MARCOS DA TRANSPARÊNCIA

Para além do resultado reconhecido pelos órgãos de controle, também atendemos aos anseios da sociedade em relação à transparência de nossa atividade-fim, a concessão de crédito.

Com avanços inquestionáveis em tecnologia e comunicação – afetando com alto impacto as relações pessoais e institucionais, como aquelas existentes entre governos, empresas e cidadãos –, cresce no século XXI a demanda social por informações sobre a gestão pública.

Ao identificar esse fenômeno, passamos a divulgar em nosso *site*, em 2006, dados individualizados de financiamentos contratados com estados e municípios, além das cinquenta maiores operações diretas em carteira. Essa iniciativa deu início a um esforço crescente de transparência, que segue até hoje.

Depois de tantos avanços, é possível consultar todas as operações que contratamos desde 2002, com informações sobre clientes, taxas de juros, prazos, objetivo do financiamento etc. O escopo divulgado no *site* abrange operações diretas e indiretas – isto é, contratadas diretamente conosco ou por meio de agentes financeiros, respectivamente –, de renda variável a não reembolsáveis.

Os dados estão disponíveis em múltiplos formatos, como planilhas, painéis interativos, tabelas, dados agregados ou individualizados. Em suma, não estão disponíveis apenas dados sujeitos a sigilo estabelecido em lei.

Um destaque importante ao longo desse período de avanços ocorreu em 2017, quando tivemos a iniciativa de divulgar os contratos de exportação de serviços de engenharia na íntegra, de modo



Saiba mais no Texto para Discussão A experiência do BNDES com a transparência em suas operações, disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/19120>

SIGILO

Todas as nossas informações não enquadradas por lei como sigilosas podem ser consultadas pela sociedade, conforme dispõe a LAI. Os principais tipos de sigilo que temos de manter são:

- » **Sigilo bancário:** direito individual de clientes e de terceiros à manutenção da confidencialidade de seus dados econômicos e financeiros. Assim, as instituições financeiras não podem revelar, fora das hipóteses legais, os dados obtidos de seus clientes e de terceiros no exercício de sua atividade bancária. A observância do sigilo bancário é uma garantia de interesse público, em favor da credibilidade, estabilidade e solidez do sistema financeiro.
- » **Sigilo empresarial:** é uma garantia de proteção dos dados e documentos produzidos por uma empresa no exercício de sua atividade econômica. A finalidade do sigilo empresarial é proteger as informações que propiciam ao empresário ou à sociedade empresária vantagens competitivas fundamentais para o êxito da atividade, tais como marcas, patentes, *know-how* e segredos industriais, cuja divulgação pode acarretar danos materiais ou morais.

a dar transparência a sua finalidade e condições e, dessa forma, responder a dúvidas e questionamentos da sociedade.

Conheça nosso histórico de transparência na imagem abaixo.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Um exemplo claro do novo paradigma estabelecido sobre transparência no debate público foi a LAI, publicada em 2011, que resultou, no ano seguinte, na criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que proporciona atendimento a cidadãos que buscam informações públicas e promove subsídios para melhorar a qualidade dos dados publicados em

nosso *site*, principalmente daqueles relacionados a operações, além de permitir maior controle social.

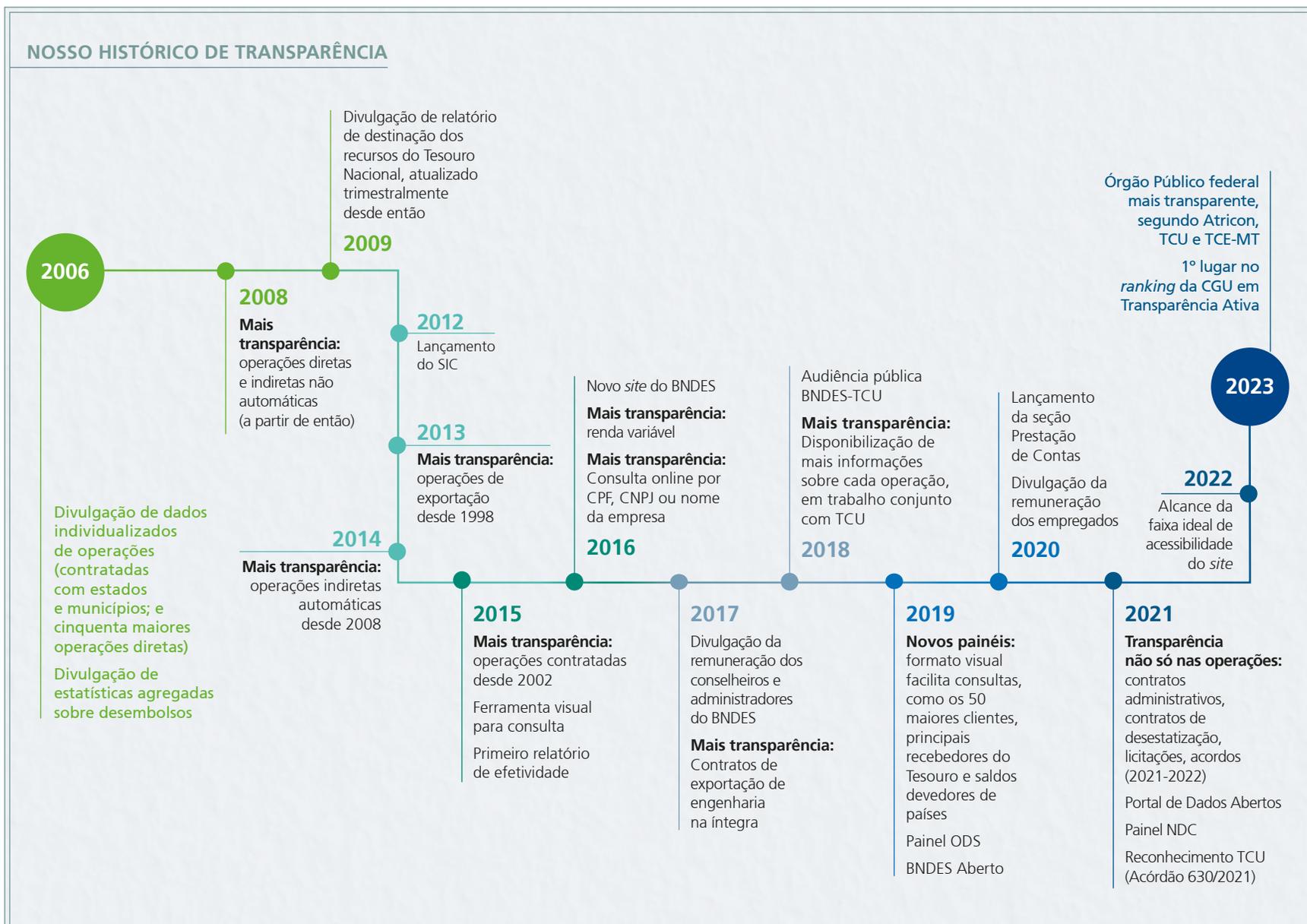
Esse fluxo é parte de um círculo virtuoso em que o incremento das ações de transparência ativa, por meio da divulgação espontânea do maior número possível de informações sobre a nossa atuação, minimiza o número de pedidos de acesso a informação, reduzindo os custos e esforços associados ao processamento das demandas.

Nosso SIC oferece atendimento telefônico (0800-887-6000), por correspondência, pelo e-mail sic@bndes.gov.br e pela plataforma Fala.BR, que reúne, em um único local, as manifestações recebidas pelos SICs e ouvidorias dos órgãos federais.



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos

NOSSO HISTÓRICO DE TRANSPARÊNCIA



APROXIMAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO

Para chegar a esse estágio atual, é importante destacar os avanços em nossa interface com os órgãos de controle, em especial o TCU. A aproximação com o tribunal produziu entendimentos mútuos e consensuais sobre, por exemplo, os dados dos contratos que seriam sigilosos ou não, o que permitiu aumentar a transparência das informações publicadas. Aqui, foi fundamental a decisão de 2015 do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu que o repasse de informações sigilosas para o TCU não representa quebra de sigilo.

Uma audiência pública conjunta, em 2018, consolidou essa aproximação, ao abrir consulta para que a sociedade pudesse sugerir as informações que gostaria de ver disponíveis em nosso *site*. As possibilidades de melhorias são sempre debatidas com o TCU no sentido de garantir segurança jurídica em prol da transparência, sem prejuízo do direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais dos clientes envolvidos.

Nesse contexto, para além dos critérios definidos na pesquisa da Atricon, do TCU e do TCE-MT, e no *ranking* da CGU, relativos a itens de publicação obrigatória segundo a legislação vigente, divulgamos quantidade significativa de dados sobre nossas operações, reforçando nosso compromisso com a transparência e com a abertura permanente de um canal de diálogo com a sociedade em um nível dificilmente visto entre bancos de qualquer parte do mundo.

FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA

Em 2023, seguimos avançando nas páginas de transparência de nosso *site*. Lançamos nova página de [consulta aos financiamentos com garantia do FGI PEAC](#), e passamos a disponibilizar informações sobre [obras executadas pela instituição](#).

Além de consultas, relatórios e bases de dados divulgados por meio de nosso *site*

institucional e SIC, dispomos de várias outras ferramentas de transparência. Uma delas é este [Relatório Anual](#), cuja composição, desde 2012, vem sendo aprimorada, visando ao atendimento do modelo de relato integrado, proposto originalmente pelo International Integrated Report Council (IIRC), e à prestação de contas ao TCU, desde 2018, tendo em vista a determinação do órgão de que o relatório de gestão fosse produzido no formato de relatório integrado.

Outra publicação importante é o [Relatório de Efetividade](#), que, desde 2015, reúne amplo conjunto de informações que visam mensurar o resultado de nossa atuação tanto em eficácia quanto em efetividade de nossas atividades.

Por fim, também divulgamos regularmente nossas atividades e entregas por meio de outros esforços que compõem nosso [mix de canais de prestação de contas e transparência](#), como a Agência BNDES de Notícias, nossos perfis nas principais redes sociais, nosso portal de Relações com Investidores, nossa Central de Atendimento e nossa Ouvidoria.

BNDES DATA

Lançamos, em 2023, a seção [BNDES Data](#) em nosso *site*, uma nova organização da navegação para facilitar ainda mais o acesso tanto a dados sobre operações e desempenho do BNDES quanto a estudos produzidos pelo Banco, de forma complementar à seção de Transparência.

PLANO DE DADOS ABERTOS

Em 2023, seguindo as diretrizes de desenvolvimento e acompanhamento de [planos de dados abertos \(PDA\)](#) estipuladas na Resolução 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), apresentamos o segundo relatório de acompanhamento do PDA, a fim de prestar contas à sociedade sobre o compromisso assumido pelo Banco com a adesão à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída no Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016, e concluímos o plano com a publicação de 52 bases de dados no Portal de Dados Abertos do BNDES.



Saiba mais na seção
Sobre este relatório



Saiba mais na seção
Impacto da nossa atuação



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos



Acesse em
www.bndes.gov.br/bndesdata/



Acesse www.bndes.gov.br/dados-abertos



Acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/garantias/peac/consulta-fgi-peac>



Acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/obras/>

GESTÃO DE RISCOS



GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS

Nossa estrutura de gestão integrada de riscos visa o adequado tratamento do tema de forma organizada e tempestiva, possibilitando que a informação percorra todos os níveis organizacionais para subsidiar a tomada de decisão.

O CA é responsável por aprovar as políticas corporativas de gestão de riscos e controle interno e por determinar e supervisionar a implementação das práticas de gestão decorrentes, com foco na prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais estamos expostos. Além disso, cabem ao CA a definição do nível global de apetite a risco e a aprovação do programa de testes de estresse. O conselho, bem como a Diretoria Executiva, os comitês de risco e de auditoria e o Cofis são continuamente informados sobre a gestão de riscos e o controle interno por meio de reportes periódicos que envolvem destaques, principais atividades e monitoramento de indicadores de risco, além da realização de apresentações sobre assuntos específicos.

Em 2023, merecem destaque: a revisão de nossas políticas de gestão de risco; a inclusão de proposta de apetite a riscos ASG e climático na declaração de apetite a riscos (RAS, em inglês: *risk appetite statement*); o estabelecimento de limites de risco de crédito para segmentos prioritários de nosso planejamento estratégico; a revisão da metodologia de identificação e avaliação de riscos operacionais e controles internos; a atualização do plano estratégico de segurança da informação; a implantação de ferramenta de monitoramento de eventos de segurança da informação (SIEM); a atualização do conjunto de processos críticos para a continuidade de negócios; e o lançamento de treinamento sobre gestão de risco operacional e segurança da informação para todos os empregados.

Conheça ao lado nossa matriz de riscos atualizada.

| | PRINCIPAIS RISCOS | AÇÕES DE MITIGAÇÃO |
|---|---|--|
| MACROECONÔMICOS | Mudanças na conjuntura macroeconômica O retorno financeiro de nossas operações depende do desempenho da economia brasileira, uma vez que a capacidade de pagamento dos clientes e o valor de mercado dos instrumentos financeiros do BNDES são afetados por fatores macroeconômicos, como inflação, queda do PIB, queda do nível de renda, aumento do desemprego, flutuações nas taxas de câmbio e juros etc. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhamento periódico do desempenho da economia e análise de seu impacto em nossas operações. ➤ Estabelecimento de limites de risco, monitorados de forma periódica, para subsidiar o processo decisório da alta administração. ➤ Diversificação da carteira de apoio financeiro. ➤ Atuação do Comitê de Assuntos Financeiros e do Comitê de Gestão de Risco. |
| DE MERCADO | Volatilidade do mercado de ações Tendo em vista o volume de nossa carteira de ações e sua alta concentração em poucos ativos (73% das posições estavam concentradas em três ativos no balanço de dezembro de 2023), estamos sujeitos à alta volatilidade do mercado acionário brasileiro, o que se reflete em volatilidade de nosso capital ao longo do tempo, tornando mais desafiador o planejamento de capital da instituição. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitoramento e controle dos riscos por meio de limites e relatórios diários. ➤ Aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração setorial. ➤ Atuação do Comitê de Gestão de Risco, com recomendações para melhoria da gestão da carteira de renda variável, sobretudo visando à desconcentração da carteira. ➤ Revisão do apetite a riscos do BNDES em relação à exposição a operações de renda variável. |
| DE CRÉDITO | Concentração da carteira de crédito A carteira reflete a característica de concentração observada no mercado empresarial brasileiro | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração de crédito setorial e individual por grupo econômico. ➤ Aplicação da metodologia de monitoramento das maiores exposições, visando antecipar possíveis estados de alerta. ➤ Estabelecimento de limites por segmento de setor econômico, baseado na estimativa de capital econômico, em função das RAS definidas a partir do planejamento estratégico. ➤ Provisionamento para créditos de liquidação duvidosa compatível com o risco estimado, buscando atuar de forma preventiva, em função das incertezas econômicas. |
| OPERACIONAIS | Possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação e análise dos principais riscos operacionais. ➤ Identificação dos principais controles que mitigam os riscos. ➤ Monitoramento das medidas de tratamento. |
| LEGAIS | Possibilidade de perdas relacionadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitoramento periódico da emissão de atos oficiais e normas externas por diversos órgãos (BCB, Planalto, CGU, CVM, TCU, entre outros) identificando aqueles que possam afetar o BNDES. ➤ Encaminhamento dos normativos às áreas pertinentes e potencialmente impactadas para que tomem ciência e avaliem o efetivo impacto do novo normativo nas suas atividades, analisando o interesse e a conformidade das unidades. ➤ Criação de planos de ação pelas unidades em caso de identificação de eventual não conformidade, a fim de se adequar tempestivamente às normas, aprimorando o nível de conformidade do Banco. |
| DE LIQUIDEZ | Possibilidade de o BNDES não ser capaz de honrar com as obrigações, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em função de eventos que afetem a entrada e a saída de caixa. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitoramento e controle dos indicadores de riscos de liquidez por meio de limites e relatórios periódicos. ➤ Avaliação periódica de impactos nos indicadores de liquidez em função de eventos que possam afetar a entrada e a saída de caixa do BNDES. |
| SOCIOAMBIENTAIS | Possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais, associadas à deterioração da imagem da instituição. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Verificação de conformidade legal e da observância de critérios estabelecidos em nossas políticas e em nossos processos de análise e acompanhamento, conforme as especificidades de cada operação, bem como estabelecimento de possíveis condicionantes socioambientais específicas com ações de prevenção, mitigação ou compensação complementares às exigências previstas em lei. ➤ Apuração, quando da análise cadastral, da existência de ações civis públicas e ações penais de cunho ambiental, bem como de áreas embargadas pelo Ibama, ou da presença no cadastro de empregadores que submetem trabalhadores a condições análogas à escravidão em nome das empresas postulantes, garantidoras e seus controladores. ➤ Avanços na execução do Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da nossa PRSAC, sob a gestão do Comitê de Sustentabilidade. |
| DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICOS | Possibilidade de perdas associadas à exploração de vulnerabilidades em ativos de informação, com impacto negativo ao BNDES. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação e análise dos principais riscos de segurança da informação. ➤ Monitoramento de ameaças cibernéticas e de controles internos de segurança da informação. ➤ Manutenção de diferentes controles de tecnologia para proteção dos ativos de tecnologia da informação. ➤ Preparação e planejamento de ações para o tratamento tempestivo dos incidentes. |
| REPUTACIONAL | Percepção negativa por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que possa afetar adversamente a habilidade de o BNDES iniciar novos negócios, manter os existentes ou garantir o acesso contínuo a fontes de financiamento. | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitoramento e gestão de imagem da instituição. ➤ Análise cadastral dos clientes com identificação de pontos de atenção relacionados à integridade. ➤ Monitoramento de mídia negativa dos clientes. ➤ Avaliação de riscos reputacionais na criação de novos produtos, na aprovação de operações não reembolsáveis e na concessão de patrocínios. ➤ Avaliação e tratamento de denúncias recebidas pela Ouvidoria. |

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Nossas políticas formalizam conceitos, objetivos, princípios e responsabilidades aplicáveis ao processo de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de controle interno, entre outros. São revisadas periodicamente para que se adequem às alterações relevantes nos ambientes interno e externo.

TRÊS LINHAS NA GESTÃO DE RISCOS

Adotamos o conceito de três linhas ou camadas para a gestão de riscos e controle interno, conforme imagem abaixo.

LINHA 1

GESTORES DAS UNIDADES

- Gerir riscos dos seus processos
- Definir e manter controles adequados

LINHA 2

UNIDADES DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE E DE GESTÃO DE RISCOS

- Apoiar os gestores na identificação e avaliação dos riscos e dos respectivos controles
- Disseminar a cultura desses temas
- Reportar-se à estrutura de governança, especialmente ao Comitê de Gestão de Risco e colegiados estatutários

LINHA 3

AUDITORIA INTERNA*

- Avaliar a integridade e a adequação do sistema de controle interno, da gestão de riscos e da governança corporativa
- Realizar a interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização

*A Auditoria Interna faz parte do sistema de controle do Poder Executivo Federal e é órgão técnico de assessoramento e consultoria dos membros do CA e do Cofis do Sistema BNDES.

APETITE A RISCO

Desde 2013, adotamos políticas de monitoramento de risco de mercado para as carteiras de renda variável e de tesouraria. Tais políticas estabelecem uma governança acerca do monitoramento de limites de riscos.

PRINCIPAIS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO DO BNDES

- » Declaração de Apetite a Riscos (RAS)
- » Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital
- » Política de Gestão de Risco de Crédito
- » Política de Gestão de Risco de Mercado
- » Política de Gestão de Risco de Liquidez
- » Política de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno
- » Política de Segurança da Informação
- » Política de Gestão de Continuidade de Negócios
- » Política de Gestão de Risco de Modelo
- » Política de Controle de Conflitos de Interesse
- » Política de Barreiras de Informação
- » Política de Divulgação de Informações sobre Gestão de Riscos
- » Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
- » Política de Proteção de Dados Pessoais

A prática é comum em bancos privados e públicos, além de ser uma exigência da regulação local. O maior benefício da fixação de limites é fornecer para os tomadores de risco uma diretriz clara de qual é o valor máximo de perda tolerável por nossos gestores. Desde 2018, com a publicação da Resolução CMN 4.557/2017, que regulamenta as estruturas de gestão de risco e de capital das instituições financeiras, emitimos uma declaração de apetite a risco (RAS).

Nossa RAS define a tolerância ao risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez da instituição em termos qualitativos e quantitativos. A aprovação dos limites globais é de competência do CA, cabendo à Diretoria Executiva distribuir esses limites em nível mais granular.

Em 2023, a RAS foi alterada em conexão com nosso planejamento estratégico, enfatizando e aumentando os segmentos e setores prioritários para o risco de crédito e, no segmento de risco de mercado, declarando maior apetite a riscos relacionados à carteira de participações acionárias. Destaca-se a inclusão de declaração específica para os riscos ASG e climático. O apetite a risco foi quantificado com base no capital econômico e explicitado na RAS.

RISCO DE CRÉDITO

Aprovamos metodologias de risco de crédito para novos tipos de cliente – fundos de investimento em participações (FIP) e comercializadoras de energia –, e revisamos e atualizamos outras já existentes.

Também realizamos ajustes no Regulamento de garantias e mitigadores de risco em operações de financiamento, visando aperfeiçoá-lo a partir de estudos de *benchmark* e da própria experiência de nossas áreas de negócios, tendo como eixo norteador a RAS.

CONTROLE DE RISCOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E INTEGRIDADE [GRI 205-1]

A possibilidade de ocorrência de atos lesivos contra a Administração Pública por administradores, empregados ou terceiros, em benefício ou interesse próprio, conforme previsto na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), é tratada nas atividades de gestão de riscos. A avaliação de riscos operacionais, por meio da qual podem ser identificados riscos relacionados a corrupção, é aplicada periodicamente em todas as atividades e processos da instituição.

Ainda no que se refere aos riscos de integridade, estabelecemos classificação de risco para clientes, parceiros, fornecedores e empregados. Quanto aos clientes das operações, são motivos que elevam a classificação de risco de integridade: a existência de pessoas expostas politicamente na diretoria ou no controle; a sede em país da lista do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) ou em países com tributação favorecida (paraísos fiscais); a impossibilidade de identificação do beneficiário final; a notícia de prática ilícita; a inserção em listas de sanções nacionais ou internacionais; e a existência de apontamentos em matéria socioambiental.

Nas avaliações realizadas em 2023, não foram identificados novos riscos significativos relacionados a corrupção.

RISCO LEGAL – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Considerando as normas externas aplicáveis ao BNDES acompanhadas em 2023, destacamos nossa adequação a cinco normas de alta criticidade que apresentavam impacto à instituição.

Normas com impacto atendidas em 2023

- » Resolução CVM 160/2022: critérios sobre ofertas públicas de distribuição primária ou secundária de valores mobiliários e a negociação dos valores mobiliários ofertados nos mercados regulamentados.
- » Resolução CVM 161/2022: critérios para registro de coordenadores de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e regras, procedimentos e controles internos a serem observados na intermediação de tais ofertas.
- » Resolução BCB 139/2021 e Instrução Normativa BCB 153/2021: estabelecimento de tabelas padronizadas para fins de divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).
- » Lei 13.709/2018: dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- » Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) 25/2018, revogada pela Resolução CGPAR 37/2022: dispõe sobre o patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar.

INDICADORES DE CAPITAL

Os indicadores prudenciais permaneceram em patamares estáveis ao longo de 2023, com o Índice de Basileia mantido em valores próximos a 32%, e o Índice de Capital Nível I, próximo a 26%.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO A EMPRESAS DO MESMO GRUPO

Na data-base de 31 de dezembro de 2023, observou-se excesso de exposição ao maior cliente, de 26,6%. Temos plano de redução de excesso de exposição, seguindo o determinado pela Resolução CMN 4.678/2018, que estabelece um cronograma de redução de excessos, até a total eliminação em 31 de dezembro de 2027.

O inciso II do artigo 2º da Resolução determina que o eventual excesso apurado pelo BNDES deve ter redução de no mínimo 50%, até 31 de dezembro de 2024, do excesso apurado em 1º de janeiro de 2022.

| RECURSOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (R\$ MILHÕES) | DEZ. 2019 | DEZ. 2020 | DEZ. 2021 | DEZ. 2022 | DEZ. 2023 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Patrimônio de referência (PR) | 191.684 | 194.493 | 190.284 | 175.536 | 188.849 |
| (+) Capital Nível I | 139.005 | 147.082 | 148.140 | 138.661 | 157.241 |
| Capital Principal (CP) | 139.005 | 147.082 | 148.140 | 138.661 | 157.241 |
| (+) Capital Nível II | 52.679 | 47.411 | 42.143 | 36.875 | 31.607 |
| Ativos ponderados pelo risco (RWA) | 521.228 | 472.197 | 473.670 | 507.728 | 598.939 |
| (+) de crédito | 450.484 | 404.084 | 392.982 | 415.771 | 503.917 |
| (+) de mercado | 26.847 | 30.298 | 21.479 | 20.212 | 13.512 |
| (+) operacional | 43.896 | 37.815 | 59.208 | 71.745 | 81.509 |
| Índice de Basileia + ACP (PR/RWA) (mínimo regulatório – 10,5%) | 36,78% | 41,19% | 40,17% | 34,57% | 31,53% |
| Índice de Capital de Nível I + ACP (NI/RWA) (mínimo regulatório – 8,5%) | 26,67% | 31,15% | 31,28% | 27,31% | 26,25% |
| Índice de Capital Principal + ACP (CP/RWA) (mínimo regulatório – 7,0%) | 26,67% | 31,15% | 31,28% | 27,31% | 26,25% |

Como em 1º de janeiro de 2022 não se apurou excesso, todo excesso que ocorra até 31 de dezembro de 2024 deve ser eliminado. Pretendemos que, até essa data, seja eliminada a totalidade do excesso verificado nesta data-base.

EXCLUSÃO DO FAT DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.955/2021, os recursos do FAT deixarão de compor o Capital Nível II (capital suplementar de um banco) de forma escalonada. O montante de recursos reconhecido no Capital Nível II será reduzido em dez pontos percentuais ao ano até 2029, quando estará zerado. Em 2023, o valor do Capital Nível II será de 60% do saldo de 2019.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, houve aumento generalizado de ataques a empresas pela internet, vazamentos de dados e tentativas de fraude por meio eletrônico. Inúmeras instituições públicas e privadas foram vítimas de incidentes de segurança da informação, o que contribuiu para evidenciar o elevado risco cibernético. Nesse contexto, o aprimoramento contínuo dos processos de gestão, sobretudo dos

mecanismos para detecção, contenção e resposta a ameaças digitais, tem sido prioridade em nosso planejamento estratégico de segurança da informação.

Em 2023, priorizamos ações para aprimorar e atualizar as soluções tecnológicas de monitoramento de eventos e ameaças, bem como para reforçar a prontidão dos empregados e das equipes técnicas a ameaças cibernéticas. Além da implantação do novo SIEM (*security information and event management*), realizamos exercícios e testes para simulação de ataques cibernéticos, bem como atualizamos procedimentos para o tempestivo tratamento de incidentes.

Além disso, ao longo do ano, realizamos quatro testes para a simulação de invasão, executados por duas empresas especializadas, assim como três exercícios de mesa simulando diferentes cenários de incidentes cibernéticos. Em 2023, 36 vulnerabilidades críticas para segurança de ativos de tecnologia da informação foram identificadas e tratadas tempestivamente pelas equipes técnicas.

Por fim, cabe destacar que não houve, no BNDES, qualquer incidente relevante de segurança da informação no período em questão.



NOSSOS RELACIONAMENTOS

[GRI 2-29]

Mantemos relacionamentos com públicos variados, em sintonia com nossa estratégia institucional e com o papel de articulação que desempenhamos na promoção do desenvolvimento do país. Por meio dessas interações, coletamos informações e percepções com o intuito de aprimorar nosso atendimento e ajustar nossa estratégia sempre que necessário. Nossa política de relacionamento estabelece diretrizes e orientações para nossas interações, indicando os princípios que as norteiam – confiança, ética, integração, proximidade e transparência – e definindo os principais públicos de interesse. A seguir, são apresentadas nossas ações de relacionamento mais relevantes em 2023.

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO FEDERAL

Estabelecemos relações com diversos ministérios, tanto para captação de novos recursos provenientes de fundos quanto para fornecimento de informações gerenciais e financeiras. Além disso, participamos de colegiados, realizamos discussões e celebramos acordos de cooperação técnica (ACT) e protocolos de intenção com diferentes ministérios.

São exemplos de ACT assinados em 2023: acordo com o Ministério das Cidades (MC) para estudo nacional de mobilidade urbana; acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o MDIC, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Embrapii, o Banco do Nordeste (BNB), o Banco do Brasil (BB) e o Banco da Amazônia (Basa) para implementação de ações conjuntas visando o acesso, o desenvolvimento científico e tecnológico e a ampliação da oferta de máquinas, implementos, equipamentos e soluções adaptados à agricultura familiar; acordo com o MDHC para aprimorar políticas de governança em direitos humanos do Banco; acordo com a União, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da

República (SG/PR), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Caixa Econômica Federal (CEF), com finalidade de fortalecer e estruturar cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, entre outros.

PODER LEGISLATIVO FEDERAL

Monitoramos a tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional que tenham impacto, direto ou indireto, em nossas atividades, buscando contribuir para a formulação e o aprimoramento de proposições prioritárias para o Banco e para a sociedade. Atualmente, acompanhamos uma carteira de 550 proposições legislativas, que abrangem desde temas macroeconômicos, fiscais e orçamentários até questões sobre reformas microeconômicas e setoriais. Em 2023, elaboramos 64 ofícios em resposta às solicitações de parlamentares e respondemos dúvidas por diversos canais, somando 198 atendimentos a parlamentares.

ESTADOS E MUNICÍPIOS

Interagimos com estados e municípios com o objetivo de consolidar nossa atuação em serviços para o setor público, fortalecendo nossa presença em todas as regiões do país.

Merece destaque, em 2023, nossa participação em quatro caravanas federativas promovidas pela Secretaria Especial de Assuntos Federativos (SEAF) da Casa Civil, realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão e Ceará. Juntos, os eventos reuniram quinhentos representantes de estados, municípios e empresários regionais. Realizamos mais de 40 atendimentos individuais.

JUDICIÁRIO

Mantemos interface com o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e o Poder Judiciário no acompanhamento de processos, no atendimento a requisições de informações e no cumprimento de ordens judiciais.

Em 2023, foi destaque o evento para lançamento do Fórum BNDES de Direito e Desenvolvimento, reunindo representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério da Justiça, TCU, CGU e da



Saiba mais na seção
Desempenho e
sustentabilidade financeira



Saiba mais sobre os acordos
assinados em 2023 pelo BNDES em
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/Acordos/>



Assista à gravação do evento em
<https://www.youtube.com/watch?v=Hq1fP5MIP4k>

sociedade civil. O fórum visa debater o papel das instituições jurídicas na efetivação do objetivo constitucional de desenvolvimento econômico e social e coordenar ações para o aprimoramento do sistema institucional-jurídico brasileiro em temas como segurança jurídica para investimentos, regulação econômica e fomento público.

Com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), celebramos ACT para apoiar e acompanhar a realização de pesquisa na temática de direito e desenvolvimento, visando fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias. Já com o STF, firmamos termo aditivo ao ACT vigente desde 2021, que tem o objetivo de intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos e culturais, de informações e experiências entre as duas instituições. Por último, com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), assinamos ACT com vistas a troca de informações, planejamento de ações e execução de projetos conjuntos.

ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Interagimos rotineiramente com órgãos externos de controle e fiscalização, como TCU, CGU, BCB, CVM e Sest, prestando informações e esclarecimentos e desenvolvendo parcerias e acordos de cooperação, com o intuito de aperfeiçoar nossa atuação.

Em 2023, celebramos ACT com a CGU, buscando estimular práticas de integridade também no setor privado. A iniciativa prevê a adoção de medidas para que a concessão de financiamento pelo BNDES a empresas privadas nacionais de grande porte seja condicionada à verificação da implementação de programa de integridade, conforme parâmetros mínimos a serem elaborados em conjunto com a CGU.

Lançada em conjunto com o TCU em 2022, a Rede Blockchain Brasil (RBB) tem como objetivo impulsionar a inovação no setor público brasileiro por meio da construção de uma rede com tecnologia *blockchain* que envolverá diversos órgãos públicos brasileiros, em linha com os objetivos de transformação digital do Governo Federal. Em 2023,

três entidades tiveram sua adesão aprovada: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Maranhão. Além disso, houve o desligamento do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest).

CLIENTES

PORTAL DO CLIENTE

A plataforma integra todas as etapas do relacionamento direto com clientes, desde as informações iniciais de procedimentos de *know your client* (KYC) até a amortização e o pagamento da dívida.

Em 2023, o [Portal do Cliente](#) foi integrado à plataforma Gov.br, possibilitando que nossos clientes utilizem as mesmas credenciais Gov.br — prata ou ouro — já utilizadas em outros serviços da Administração Pública Federal. Além disso, o [credenciamento Finame](#) foi incorporado ao portal, facilitando o acesso de clientes e unificando a gestão de usuários.

No ano, foram protocolados 1.016 processos de habilitação/análise cadastral e 785 solicitações de apoio financeiro, em valor total de aproximadamente R\$ 165 bilhões.

CANAL MPME

A plataforma oferece soluções que vão de crédito ao apoio na gestão financeira para o desenvolvimento do negócio das MPMEs.

Ao longo de 2023, o Canal MPME recebeu cerca de 4 mil visitantes por dia, que deram origem a 570 mil solicitações de crédito – a maioria de MEI e microempresas –, e R\$ 538 milhões foram contratados por meio da plataforma.

CENTRAL DE ATENDIMENTO [GRI 2-25]

Nossa Central de Atendimento tem como objetivo dar suporte a demandas de clientes e do público em geral, prestando informações, em especial, sobre as diversas formas de apoio financeiro do Banco.



Acesse <https://portal.bnades.gov.br/>



Saiba mais na seção [O que fazemos?](#)



Saiba mais na seção [Desempenho por tema estratégico > MPMEs e cooperativismo](#)

Formada por equipe terceirizada, a central realiza os atendimentos de primeiro e segundo níveis (canal telefônico e *web*, respectivamente), registrando todas as demandas em ferramenta de *customer relationship management* (CRM). Utilizando ampla base de conhecimento, desenvolvida pelo BNDES e integrada à ferramenta, a equipe soluciona cerca de 90% das demandas em até 12 horas úteis.

Os 10% dos atendimentos não resolvidos, em geral demandas mais específicas e complexas, assim como queixas ou sugestões, são encaminhados por meio do CRM a técnicos do Banco que fazem parte de núcleos de suporte ao atendimento (terceiro nível) e, quando necessário, ficam responsáveis por interagir com interlocutores de cada uma das áreas do BNDES (quarto nível). Essa interação é também uma oportunidade para atualizar e criar novas bases de conhecimento.

Em 2023, foram realizados 82.142 atendimentos, sendo: 77% por telefone, 16% via formulário *web* e os 7% restantes por outros meios de atendimento, incluindo 775 contatos ativos para apoiar, principalmente, operações com o Cartão BNDES e demandas de apoio financeiro. As principais dúvidas foram relacionadas a apoio financeiro (34%), Cartão BNDES (33%), credenciamento Finame (12%) e processamento de operações indiretas (11%).

A central conta também com equipe dedicada à monitoria de qualidade — que avalia atendimentos de todos os operadores, aplica *feedbacks* e sugere planos de ação de melhoria, como realização de treinamentos ou revisão dos procedimentos de atendimento. Em 2023, foram obtidas cerca de 38.155 respostas à pesquisa de satisfação após atendimento telefônico, das quais 87% dos respondentes consideraram a demanda em questão atendida já na primeira ligação (*first call resolution*). Em relação à qualidade, 85% avaliaram o atendimento como ótimo, e 7,5%, como bom.

Atendimento presencial

A central oferece também atendimento presencial em nossas dependências no Rio de Janeiro. Sob supervisão de nossos empregados, o atendimento inicial é realizado por equipe

terceirizada dedicada, que utiliza a mesma base de conhecimento do CRM para resolução da maior parte das demandas e encaminha casos específicos para os núcleos de suporte ou interlocutores. Em 2023, foram realizados 290 atendimentos presenciais, tendo como principais perfis: microempresários (52%) e pessoas físicas (28%).

Campanhas de e-mail marketing

A ferramenta de CRM é utilizada também para outras ações de relacionamento, incluindo divulgação de campanhas de *e-mail marketing*, *newsletters*, eventos e pesquisas. Em 2023, foram realizadas 179 ações, totalizando 154 mil visualizações.

PORTAL RECLAME AQUI [GRI 2-25]

Em 2023, o perfil do BNDES no Reclame Aqui recebeu 34 manifestações, a maior parte relacionada a denúncias de potenciais fraudes e dificuldade de acesso às nossas plataformas. Além da resposta via plataforma, realizamos contato ativo pela Central de Atendimento quando o telefone era disponibilizado. Das 21 manifestações avaliadas, 13 receberam nota máxima, o que nos garantiu atingir o nível “ótimo” de reputação, conforme os critérios estabelecidos pelo canal.

SOCIEDADE

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Em 2023, recebemos 589 pedidos de informação pelo SIC, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, 7,8% foram reapresentados como recursos em primeira instância; 2,5% em segunda instância; 2,2% à CGU; e 0,7% à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Os temas mais buscados foram: informações sobre produtos; programas e fundos operacionalizados pelo BNDES; recursos humanos; desestatização; e ética, auditoria e *compliance*.

OUVIDORIA [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Em 2023, a Ouvidoria recebeu um total de 4.506 manifestações, um incremento de



Saiba mais na seção
Transparência



Saiba mais na seção
Ética e *compliance*

cerca de 42,82% em comparação a 2022. Desse total, 2.713 denúncias foram relacionadas à atuação dos chamados pseudoconsultores, ou seja, pessoas que prometem agilizar, facilitar ou mesmo aprovar um financiamento do BNDES, sem nenhuma vinculação com o Banco. A esse respeito, a Ouvidoria prestou auxílio na interlocução com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em esforço inédito para combater a atividade dos pseudoconsultores que utilizam indevidamente nossa marca e nome para lesar cidadãos.

SITE

Nosso portal institucional presta informações sobre nossa atuação e formas de apoio a diferentes segmentos da economia, além de ser um de nossos principais instrumentos de transparência para a sociedade.

Disponibilizamos novos dados e aprimoramentos em transparência, visando ampliar o acesso à informação, além de novos conteúdos.

Merecem destaque: a criação da página de Consulta aos financiamentos com garantia do FGI Peac, medida que contribui para nossa transparência ativa; a reformulação da seção de Planejamento Estratégico, com o objetivo de levar a conhecimento do público nossas novas diretrizes estratégicas; a criação da seção BNDES Data para facilitar o acesso a dados e estudos produzidos pelo Banco; e a criação de uma seção mais abrangente sobre clima, que amplia o conhecimento acerca de nossas diretrizes, compromissos e iniciativas para enfrentamento das mudanças climáticas.

Ao longo do ano, nosso *site* obteve mais de 4,7 milhões de visitas, o que representa aumento de 5% em relação ao total de acessos do ano anterior. Entre as dez páginas mais acessadas no ano, seis tratam de instrumentos de apoio financeiro, tais como as de linhas de crédito, o guia de financiamento e a página inicial da seção de Financiamentos. O resultado indica que o perfil de visitantes do portal é composto majoritariamente por clientes ou potenciais clientes interessados em apoio financeiro do Banco.

REDES SOCIAIS

Em 2023, nossos perfis oficiais nas redes sociais divulgaram nossa atuação e novas prioridades estratégicas para a sociedade, com destaque para temas ligados a desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, infraestrutura e apoio à indústria e às MPMEs.

A cobertura de eventos sobressaiu nas redes, em especial nos perfis do Twitter e do YouTube, refletindo as novas frentes prioritárias para a organização. No Instagram, intensificamos o uso de *reels* — vídeos curtos exibidos no *feed* de rolagem para usuários — como forma de obter maior alcance de nossas mensagens.

Ao longo do ano, nossas redes somadas alcançaram o total de 795.985 seguidores, aumento de 19,5% em relação a 2022. Nosso canal do YouTube mais que dobrou seu número de seguidores, chegando a 105.851. O Instagram também teve aumento expressivo de 43,6%; seguido pelo LinkedIn, com 41,4%.

É importante destacar, além do esforço de divulgação orgânica, a contribuição de campanhas e ações publicitárias tais como o impulsionamento de *posts* avulsos nas redes Instagram, Facebook e LinkedIn e a campanha publicitária institucional, veiculada também no Instagram, Facebook, LinkedIn e YouTube.

As estatísticas da plataforma Youtube, rede com crescimento mais expressivo, apontam para uma relação entre o aumento de número de seguidores e a campanha publicitária institucional, uma vez que o canal teve um pico no número de inscritos dentro do período da campanha.

PUBLICIDADE

No ano de 2023, alcançamos quase 150 milhões de pessoas em todo o território nacional por meio de nossas campanhas publicitárias. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, 82% dos entrevistados que lembravam espontaneamente de alguma propaganda do Banco no período atribuíram nota 7 ou superior às campanhas. No *recall* estimulado, esse percentual chegou a 97%, com 62% de notas 10.



795.985

SEGUIDORES

na soma de
todas as redes

AUMENTO DE

↑ 19,5%

em relação a 2022



Saiba mais na seção
Transparência



Acesse www.bndes.gov.br/consulta-operacoes-fgi-peac



Acesse www.bndes.gov.br/planejamento-estrategico



Acesse www.bndes.gov.br/bndesdata



Acesse www.bndes.gov.br/clima

>
A campanha "Tudo o que o BNDDES faz, faz por todos" destacou a presença do BNDDES na vida dos brasileiros



A principal ação publicitária foi a campanha "Tudo que o BNDDES faz, faz por todos", que procurou apresentar de forma simples e direta como nos fazemos presentes na vida de todos os brasileiros. Veiculada nacionalmente nos meses de novembro e dezembro, a campanha contou com peças em TV aberta, TV fechada, cinema, internet, mídia exterior, rádio e revista. As peças da campanha foram pautadas nas agendas prioritárias do BNDDES: inclusão produtiva com foco em MPMEs e agronegócio, reindustrialização/ inovação, inclusão digital e BNDDES Verde, posicionando o Banco como uma instituição comprometida com a sustentabilidade e atenta aos desafios atuais e futuros.

Veiculada em dezembro, a campanha mercadológica BNDDES Crédito Rural teve abrangência nacional e reforço regional nos principais estados produtores rurais do Brasil. Com o mote "BNDDES. O banco do desenvolvimento apoia o desenvolvimento do agronegócio", buscou posicionar o Banco como principal apoiador e parceiro do desenvolvimento do agronegócio, além de divulgar nossas principais linhas de financiamento para o setor.

Já a campanha *Always ON* (AON), veiculada continuamente de abril a dezembro, buscou impulsionar nossa divulgação institucional e mercadológica de maneira consistente nas redes sociais Facebook, Instagram e LinkedIn, garantindo presença de nossa marca nesse universo, por meio da divulgação das ações realizadas.

O conceito utilizado: "Pensou desenvolvimento, pensou BNDDES" teve o propósito de destacar o papel do Banco como indutor do desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

Destaca-se também no ano a divulgação de anúncios de oportunidade em jornais impressos com as temáticas transparência, MPMEs e sustentabilidade. O anúncio de transparência destacou o reconhecimento do BNDDES como instituição pública federal mais transparente do Brasil, enquanto o de MPMEs enfatizou a viabilização de R\$ 100 bilhões para essas empresas. Por fim, o anúncio de sustentabilidade trouxe como mensagem principal a destinação de R\$ 1 bilhão para a restauração da Floresta Amazônica.

Pesquisa de opinião

Dando continuidade ao trabalho de monitoramento de nossa imagem institucional, e visando obter insumos para a elaboração de futuras ações publicitárias, foi realizada pesquisa de imagem com pessoas de ambos os sexos, das classes A, B e C, com idade igual ou superior a 18 anos, em todos os estados brasileiros.

Os resultados apurados indicam melhoria nos indicadores de saúde de nossa marca, com significativo aumento dos índices de conhecimento, favorabilidade, confiança e *advocacy*, que alcançaram o maior valor na série histórica. Realizada em novembro e dezembro de 2023, a pesquisa foi conduzida pelo Datafolha com a entrevista de 2.020 pessoas em todo o país e teve margem de erro de dois pontos percentuais.



Saiba mais na seção
Transparência

PATROCÍNIO

Após um hiato de quatro anos, retomamos em 2023 as contratações de projetos de patrocínio com o objetivo principal de fortalecer nossa marca e divulgá-la para diferentes públicos de interesse.

A reativação da ferramenta foi antecedida por diversas etapas preparatórias, como: 1) a recriação da Gerência de Patrocínio pelo Gabinete da Presidência em maio; 2) a aprovação de um novo Regulamento de Patrocínio pelo CA em agosto; e 3) a aprovação do Planejamento Anual de Patrocínio 2023 pela Diretoria Executiva em novembro.

Sob os normativos recém-aprovados, foram contratadas, entre os meses de novembro e dezembro, cinco ações, totalizando R\$ 1,7 milhão. Todos os projetos foram acolhidos na modalidade Escolha Direta, tendo a seleção sido realizada por meio de uma chamada interna, no âmbito da qual foi solicitado aos Diretores que indicassem propostas alinhadas aos objetivos, temas e públicos destacados como prioritários. A nova carteira foi inaugurada com uma ação de visibilidade internacional: o patrocínio ao Pavilhão Brasil na COP-28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Maior fórum global de discussão sobre as estratégias de combate ao superaquecimento do planeta, a participação no evento reforçou nosso compromisso basilar com o desenvolvimento sustentável.

Na sequência, foram apoiados: o Expo Favela Innovation Brasil 2023 (São Paulo, SP), o IFC Amazônia – International Fish Congress & Fish Expo Amazônia (Belém, PA), o 51º Encontro Nacional de Economia (Rio de Janeiro, RJ) e a Exopatadores 2023 (Brasília, DF).



^ O patrocínio ao Pavilhão Brasil na COP-28 inaugurou a retomada das ações de patrocínio do BNDIS | Foto: Acervo BNDIS

EVENTOS

Ao longo de 2023, realizamos 67 eventos para o público interno e 55 eventos abertos ao público em geral, abordando temas de destaque em nossa estratégia. Os eventos abertos ao público externo reuniram um total de 7,1 mil pessoas presencialmente e 10,3 mil *on-line*.

A maior parte dos eventos foi transmitida por meio de nosso canal do YouTube, visto que o modelo principal de realização de eventos após a pandemia passou a ser o híbrido.

ESPAÇO CULTURAL BNDIS

Em 2023, reabrimos as portas do Espaço Cultural BNDIS, com a realização dos espetáculos Quintas no BNDIS e Sextas Instrumentais, que atraíram 1,9 mil pessoas presencialmente. Em 19 de outubro, Zezé Motta realizou o primeiro espetáculo do Quintas no BNDIS desde 2020. Os espetáculos foram selecionados por meio de edital lançado em 2023, que selecionou 160 projetos para ocupação de dois anos de programação.

O canal do Espaço Cultural BNDIS no YouTube tinha, em dezembro de 2023, 1,6 mil inscritos, e alcançou mais de 38,8 mil visualizações, 287% a mais do que no ano anterior. A estratégia adotada foi dar continuidade à publicação de vídeos de espetáculos musicais, lembrando atrações que passaram pelo Teatro e pela Galeria BNDIS, com 103 conteúdos publicados de janeiro a setembro de 2023. A partir de outubro, foi iniciada a publicação dos shows da nova temporada.



^ Zezé Motta foi a primeira atração da retomada do Quintas no BNDIS | Foto: Acervo BNDIS/Partners - Thiago Facina

POR UM BNDES MAIS INCLUSIVO



COM ELAS, O BNDES É MELHOR PARA TODO MUNDO (março)

No mês das mulheres, o evento interno debateu a importância da participação feminina no “novo BNDES”. Além da presença de todas as diretoras do Banco e da então vice-presidente da Associação de Funcionários, o evento contou também com as participações externas de Nina Silva, especialista e executiva em tecnologia, e Luiza Trajano, presidenta do Conselho de Administração do Magalu. Foram debatidos temas como a falta de diversidade dentro do recorte de gênero, o déficit de mulheres em conselhos de administração e presidências de empresas e a contribuição que elas podem dar para uma gestão orgânica, com propósito e soluções inovadoras. Ao final, empregadas do Banco foram homenageadas por se destacarem em momentos emblemáticos na trajetória da instituição.



^ Foto: Acervo BNDES/Partners - André Telles

ORGULHO DE SER E PERTENCER (julho)

O evento interno abordou a temática da diversidade dentro da sociedade e das organizações e o senso de pertencimento dos empregados LGBTQIAPN+ no BNDES. Helena Tenório, diretora de Pessoas, TI e Operações, lembrou os números alarmantes da violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ e destacou: “Que nós, do BNDES, possamos ser autênticos e respeitados em toda nossa integralidade”. As palestras foram conduzidas por Samuel Gomes, especialista em cultura e diversidade, que abordou a relevância da diversidade no contexto empresarial, explorando estratégias e práticas para promover um ambiente organizacional inclusivo e acolhedor; e por Symmy Larrat, secretária nacional de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ do MDHC, que discorreu sobre a importância da diversidade na luta pelos direitos humanos e compartilhou suas experiências e desafios como ativista e gestora pública. “Precisamos de ações concretas, então fico feliz de estar aqui hoje e ver o trabalho que vocês estão fazendo internamente e a ousadia de assumir isso para fora”, afirmou Symmy.



^ Foto: Acervo BNDES/Partners - May Bandeira de Mello

O QUE SERIA DE NÓS SE FÔSSEMOS TODOS IGUAIS? (setembro)

Em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o encontro interno teve o objetivo de refletir sobre políticas e ferramentas para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência (PcDs). Foi o primeiro evento organizado por PcDs no Banco e que contou com outros recursos de acessibilidade, além do intérprete de Libras, como legendagem e assentos reservados para pessoas com mobilidade reduzida. A programação incluiu palestras com as professoras Margareth Olegário, do Instituto Benjamin Constant (IBC), e Denise Cunha, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), e o painel “Os desafios enfrentados no dia a dia das pessoas com deficiência”, mediado pela jornalista Juliana Coutinho, que contou com a participação de empregados do Banco. Por último, o Grupo Inclusivo de Dança Expressar, com bailarinos com e sem deficiência, fez uma apresentação artística. Durante o evento, foram distribuídos um alfabeto Braille, do IBC, e um guia de práticas inclusivas no relacionamento com PcDs, produzido pelo BNDES.



^ Foto: Acervo BNDES/Partners - May Bandeira de Mello



^ Foto: Acervo BNDES/Partners - Rossana Fraga

ENTENDER PARA ACOLHER (maio)

O evento interno “Conscientização do autismo – entender para acolher” teve o objetivo de proporcionar a conscientização dos empregados do Banco sobre o tema do transtorno do espectro autista (TEA), dentro de uma perspectiva de respeito à diversidade e de esforço pela inclusão. O evento trouxe especialistas de saúde para explicar o TEA e autistas que exercem suas habilidades de forma funcional, produtiva e talentosa, para darem seus depoimentos. O público se emocionou com o vídeo sobre a trajetória profissional do médico autista Enã Rezende e com a apresentação profissional do tenor Saulo Laucas. “Quanto mais a gente conhecer, mais fácil vai ser a gente acolher e valorizar as potencialidades. A ignorância gera preconceito, exclusão e sofrimento”, disse o presidente Aloizio Mercadante, na abertura do encontro.

EMPODERAMENTO NEGRO PARA TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA (maio e novembro)

Em comemoração ao Dia Mundial da África, o seminário foi organizado em conjunto com a Open Society Foundations, e trouxe especialistas brasileiros e internacionais para debater impactos positivos da diversidade étnico-racial nos setores financeiro e empresarial brasileiro. O evento foi organizado em três painéis, entremeados pela palestra magna do professor doutor Mário Theodoro, da Universidade de Brasília (UnB) e da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e pela fala da *keynote speaker* Flávia Oliveira, jornalista, comentarista da GloboNews e colunista do jornal O Globo. O primeiro painel teve como tema a experiência brasileira com a evolução da Lei de Cotas ao engajamento corporativo voluntário; o segundo mostrou a experiência no setor financeiro, com o tema “Capital a serviço da diversidade”; e, por último, o terceiro tratou da experiência da África do Sul com a política de *black economic empowerment*. No encerramento, o presidente Aloizio Mercadante lançou a iniciativa Viva Pequena África e assinou portaria que instituiu o grupo de trabalho “Empoderamento negro para transformação da economia”, com o objetivo de propor medidas de fortalecimento de equidade racial no BNDES. No encerramento, falaram Marcelo Calero, secretário de cultura do Rio de Janeiro; João Jorge Rodrigues, presidente da Fundação Cultural Palmares; Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial; e Margareth Menezes, ministra da Cultura.

↑ ↻ Saiba mais na seção Desempenho por tema estratégico | Assista ao evento completo em www.bndes.gov.br/seminario-empoderamento-negro

Em novembro, em homenagem ao Dia Nacional de Zumbi, Dandara e da Consciência Negra, novo seminário foi realizado, contando com reflexões sobre diversidade étnico-racial, exibição de filmes, letramento racial e o lançamento da publicação “Empoderamento negro para transformação da economia”, que registra os debates do primeiro seminário. A revista é a primeira publicação sobre questões raciais feita pelo BNDES.

↑ ↻ Acesse a publicação em <https://www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/livros/empoderamento-negro-para-transformacao-da-economia>



^ Foto: Acervo BNDES/Partners - André Telles



^ Foto: Acervo BNDES/Partners - Rossana Fraga

IMPRENSA

A mudança da gestão, assim como o perfil da nova Diretoria, e a retomada de nossa atuação em determinados setores e atividades (como a reabertura do Fundo Amazônia para recebimento de projetos) e o alinhamento a novas políticas públicas (como o novo PAC e o Fundo Clima) marcaram o ano de 2023 na imprensa. A assessoria do Banco trabalhou proativamente na divulgação de pautas, cobertura de anúncios em eventos e acompanhamento de entrevistas realizadas pela alta administração, com o objetivo de fortalecer nossa imagem e divulgar a intensificação de ações relevantes para o país.

Durante o ano, respondemos 439 demandas de veículos de comunicação e fomos citados em um total de 54.241 matérias veiculadas pela imprensa. Produzimos e divulgamos 232 *releases*, notas, comunicados e avisos de pauta. Realizaram-se ainda quatro coletivas de imprensa para divulgação dos resultados financeiros trimestrais, além de coletivas e eventos promovidos em parceria com outras instituições e/ou ministérios para divulgar iniciativas e debates promovidos pelo Banco com a presença de jornalistas.

Na Agência BNDES de Notícias, foram publicadas 196 matérias, que geraram mais de 417 mil visitas ao *site*.

INVESTIDORES

Estivemos em contato com distintos tipos de investidores em 2023: investidores financeiros — como fundos de *private equity*, fundos soberanos, fundos ASG, filantrópicos, gestores de investimentos em renda fixa e participações — e investidores estratégicos — empresas interessadas majoritariamente em projetos de infraestrutura.

Além da divulgação das apresentações dos resultados trimestrais, nossas ações de divulgação para esse público incluíram a publicação da [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa](#) e o

contato frequente com agências de *rating* que acompanham o Banco.

Merece destaque a iniciativa de mapeamento e relacionamento com investidores em setores específicos — saneamento, portos, rodovias, mobilidade, parques, florestas, setor imobiliário e infraestrutura social. A ação compreendeu a organização e a participação em eventos com o foco em dar visibilidade a projetos estruturados pelo BNDES (*webinars* e eventos presenciais) e a realização de *roadshows* e *market soundings*.

Para dar destaque a esses projetos, mantemos o portal [BNDES Hub de Projetos](#), que conta com uma *newsletter* mensal e uma rede de investidores, ferramenta que possibilita a conexão entre usuários com interesses comuns em projetos estruturados em diversos setores.

Também fazemos parte do [Latam Projects Hub](#), juntamente com o BID, o Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos S.N.C. (Banobras) do México e a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). Essa plataforma oferece a investidores visão unificada de um conjunto de oportunidades de investimento em concessões, PPPs e privatizações na América Latina, trazendo informações estratégicas sobre os projetos.

Em 2023, o portal de [Relações com Investidores](#) alcançou mais de 93 mil usuários, dos quais a maior parte é de estrangeiros. O *site* apresenta informações sobre a história, o organograma, o estatuto social, políticas de atuação, governança, resultados financeiros e outros temas prioritários, além de publicações, comunicados e canais de contato. Com isso, busca atrair investidores para o mercado brasileiro e estimular parcerias.

PARCEIROS

AGENTES FINANCEIROS

Em 2023, realizamos quatro fóruns com a participação de agentes financeiros —



Acesse <https://projectshub.bndes.gov.br/pt/>



Acesse www.latamprojectshub.org



Acesse <https://ri.bndes.gov.br/>

Acesse www.bndes.gov.br/cartas-anuais-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa



dois eventos virtuais e dois híbridos, reunindo mais de quarenta instituições. Também promovemos um fórum virtual com representantes de tecnologia da informação dos agentes financeiros, com o objetivo de apresentar boas práticas da plataforma BNDES Online e aproximar as equipes de tecnologia.

Fizemos quase 300 reuniões com agentes financeiros ao longo do ano, incluindo eventos de fomento com vários bancos e encontros individuais de relacionamento.

INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Em busca de uma melhor coordenação das ações de financiamento pelos entes que compõem o Sistema Nacional de Inovação, trabalhamos em parceria com a Finep, com o objetivo principal de amplificar os impactos dessa atuação conjunta. O programa [BNDES Mais Inovação](#), lançado em setembro, permite o apoio com custo financeiro TR a projetos de inovação e digitalização que se enquadrem nos critérios de elegibilidade definidos pelo CMN. Além disso, unificamos nossas principais condições financeiras (*spread* básico, prazos e percentual máximo de financiamento) para os temas eleitos como missões no âmbito do [CNDI](#), fórum do Estado em conjunto com a sociedade civil, responsável pela definição das prioridades da nova política industrial.

Com o BNB, firmamos ACT visando a retomada das operações de repasse de recursos do BNDES, bem como a construção de um novo modelo de políticas públicas regionais, com a implementação coordenada de ações conjuntas para o desenvolvimento da região Nordeste, objetivando alavancar a capacidade e o alcance das ações de ambas as instituições.

Firmamos, também, parceria institucional com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste

(Consórcio Nordeste), anunciada na COP-28, para realizar projetos em diversas frentes, como o desenvolvimento de instrumentos financeiros para o restauro ambiental com inclusão social no bioma Caatinga, e o desenho de estratégias para a qualificação dos investimentos públicos na região Nordeste, com foco em iniciativas que promovam complexidade produtiva, industrialização, infraestrutura e inovação, por meio da ampliação de recursos, fontes de financiamento e articulação de políticas públicas.

Retomamos o diálogo institucional com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o objetivo de reforçar a atuação conjunta e colaborativa visando o desenvolvimento regional para contribuir com a redução das desigualdades de renda entre as regiões do Brasil. A primeira frente de trabalho dessa parceria visa possibilitar o credenciamento do BNDES para operação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Já com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), firmamos parceria institucional visando viabilizar a participação do BNDES na Rede de Produção de Conhecimento e no Observatório Regional de Políticas Públicas para o Centro-Oeste, formada pela Sudeco, com participação de entidades governamentais, bancos e instituições financeiras de desenvolvimento, e institutos de pesquisa e produção de conhecimento.

Celebramos ACT com a Agência de Desenvolvimento do Grande ABC (GABC), com vistas ao desenvolvimento dos municípios integrantes do consórcio Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). A parceria pretende ampliar o acesso de MPMEs às linhas de financiamento e às plataformas digitais do BNDES, promovendo inclusão produtiva nos



Saiba mais na seção
O que fazemos?



Saiba mais na seção
Desempenho por tema
estratégico > Desenvolvimento
produtivo e inovação

municípios integrantes da GABC, PPPs, desenvolvimento urbano, digitalização das empresas industriais e outras frentes.

ENTIDADES REPRESENTATIVAS

[GRI 2-28]

Somos associados a diferentes entidades representativas, com as quais mantemos interação constante para construção, implementação e acompanhamento de nossas soluções. Entre elas, destacam-se: Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Há ainda ACTs celebrados com entidades setoriais como Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sebrae, além de parcerias com cerca de 290 entidades empresariais representativas dos mais variados setores da economia.

FILIAÇÕES [GRI 2-28]

Estamos filiados a 37 entidades sem fins lucrativos, brasileiras e estrangeiras, dos mais variados setores. Entre outros benefícios, as filiações permitem o acesso e o intercâmbio de conhecimentos com outras entidades em diferentes áreas de atuação, a ampliação do relacionamento e de ações institucionais de interesse comum e a participação em espaços e fóruns de debate sobre temas associados à missão do Banco, além de maior visibilidade institucional para o alcance de nossos objetivos estratégicos.

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E AGÊNCIAS MULTILATERAIS [GRI 2-28]

Interagimos com bancos de desenvolvimento (BD) internacionais de forma bilateral ou por meio da participação em associações e iniciativas que reúnem instituições financeiras.

Entre essas entidades, destacam-se o The Montreal Group (TMG), especializado no apoio a MPMEs; a Alide, que busca estimular o intercâmbio, a disseminação e a reprodução de experiências e práticas financeiras entre os membros da região; o Long-Term Investors Club (D20-LTIC), entidade de bancos de desenvolvimento dos países do G20 para discussão de projetos de infraestrutura verde e sustentável e formas de apoio à implementação dos ODS e as Metas do Acordo de Paris; e o International Development Finance Club (IDFC), que atua também com foco em promoção do desenvolvimento sustentável, tratando de temas como clima, biodiversidade, igualdade de gênero, entre outros.

Em 2023, no contexto da Cúpula da Amazônia, realizada em Belém (PA), propusemos, em conjunto com o BID, a criação da Coalizão Verde, entidade internacional que reuniu, em 2023, vinte bancos de desenvolvimento em uma iniciativa multilateral para a promoção da preservação e do desenvolvimento social da Amazônia, com enfoque em biodiversidade, clima, infraestrutura urbana e investimentos sociais para a população local. Sua estrutura de governança foi anunciada durante a COP-28, possibilitando o início de suas operações, pautadas por um plano de ação com entregas previstas até a COP-30, que acontecerá em 2025, em Belém.

PARCERIAS ASG [GRI 2-28]

Desde 2021, participamos do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Carbon Disclosure Project (CDP) na



Saiba mais na seção
Desempenho por tema estratégico



Saiba mais na seção
Impacto da nossa atuação

categoria de Investors Club. Em 1995, nos tornamos voluntariamente filiados à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-Fi), ação global que conta com mais de 350 membros e busca mobilizar financiamento para o desenvolvimento sustentável. Cooperamos, desde 2019, com o Programa de Finanças Verdes do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, de início no âmbito do Prosperity Fund, que tem como objetivo reduzir a pobreza em países em desenvolvimento. Atualmente, fazemos parte do UK Pact, que visa apoiar projetos climáticos transformacionais globalmente. Participamos, ainda, de diversos grupos de trabalho da Iniciativa LAB, capitaneada por BID, CVM e ABDE, com o intuito de promover inovação e finanças sustentáveis no país. Ainda integramos o fórum da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), grupo de instituições ao redor do globo que apoiam a iniciativa.

ACADEMIA E FORMADORES DE OPINIÃO

PUBLICAÇÕES

Com os objetivos de gerar debate acadêmico e social acerca de temas setoriais ou relacionados ao desenvolvimento, de prestar contas à sociedade e de compartilhar o conhecimento produzido pelo corpo técnico do BNDES, disponibilizamos gratuitamente diferentes publicações em versão digital e/ou impressa. Todas podem ser acessadas na [seção “Conhecimento”](#) do site e na [biblioteca digital](#) do BNDES, onde também é possível se cadastrar para assiná-las. Em 2023, lançamos mais de trinta publicações, incluindo a nova série quinzenal “Estudos Especiais do BNDES”, que traz reflexões sobre a atuação do BNDES e sobre o ambiente macroeconômico.



Acesse www.bndes.gov.br/conhecimento



Acesse www.bndes.gov.br/bibliotecadigital

Conheça destaques de iniciativas, pactos e protocolos de que participamos: **[GRI 2-28]**

PACTOS

- » Declaração de Princípios de Financiamento Responsável do Brics
- » Código Brasileiro de *Stewardship*
- » Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção
- » Pacto Global da ONU
- » Acordo de Cooperação Técnica com a CGU para fomentar ações de integridade
- » Acordo de Cooperação Técnica com o MDHC para aperfeiçoar políticas de direitos humanos

INICIATIVAS

Fóruns setoriais e multissetoriais

- » International Development Finance Club (IDFC)
- » Laboratório Global de Inovação Financeira para o Clima (The LAB)
- » Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-Fi)
- » Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- » SME Finance Forum (SME)
- » Laboratório de Inovação Financeira (LAB)
- » Long-Term Finance Club (D20 – LTIC)
- » The Montreal Group (TMG)
- » Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)
- » Mainstreaming Climate Action in Financial Institutions

PARCERIAS

- » Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide)
- » International Finance Corporation (IFC)
- » Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- » Carbon Disclosure Project (CDP)
- » Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono
- » Climate Bonds Initiative



Saiba mais em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/Acordos/acordos-do-bndes>

BIBLIOTECA

Foram realizados mais de seiscentos atendimentos na Biblioteca Paulo Roberto de Sousa Melo durante o ano, além de atividades como assinatura de periódicos e base de dados, que contribuem para tomadas de decisão e a multiplicação do conhecimento setorial.

Em 2023, a biblioteca digital registrou mais de 3,6 milhões de *downloads* de documentos. Destaca-se a diversidade dos temas de interesse, visto que os documentos com mais de mil downloads foram: (i) As relações econômicas entre China e Estados Unidos: resgate histórico e implicações; (ii) Avicultura de postura: estrutura da cadeia produtiva, panorama do setor no Brasil e no mundo e o apoio do BNDES; (iii) Desindustrialização e especialização regressiva na economia brasileira entre 2000 e 2014: uma avaliação crítica a partir da análise insumo-produto; (iv) *Effectiveness evaluation report*, v. 4, n. 12, jun. 2022; e (v) Veículos elétricos: história e perspectivas no Brasil.

BLOG DO DESENVOLVIMENTO

Divulgamos, por meio do Blog do Desenvolvimento, conteúdos relacionados à produção de conhecimento do BNDES, na forma de artigos, infográficos e entrevistas. Em 2023, houve mais de 130 mil visualizações no blog e produzimos 45 *posts* sobre diferentes aspectos do desenvolvimento, incluindo sustentabilidade, mercado de carbono, transição energética, infraestrutura, política monetária e inovação. O aumento de quase 200% no número de visualizações em relação ao ano anterior deve-se principalmente ao período de restrição eleitoral que marcou 2022, momento em que, em cumprimento à legislação, as publicações foram suspensas.

Os conteúdos são divulgados periodicamente para uma base de mais de 7 mil assinantes da *newsletter* BNDES Conhecimento, que registrou aumento de inscritos de cerca de 4% no ano.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Temos acordos de cooperação com instituições de pesquisa como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação Getulio Vargas (FGV), PUC-Rio, Universidade de São Paulo (USP) e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), particularmente com foco em avaliações de efetividade de nosso apoio. Adicionalmente, temos uma parceria com o Instituto de Apoio ao MapBiomass, representante do Projeto MapBiomass, com o objetivo de compartilhar dados e informações sobre cobertura vegetal e uso da terra no Brasil, a fim de promover proteção, conservação, recuperação de solos e cobertura vegetal e desenvolvimento sustentável do país.



Saiba mais na seção Impacto da nossa atuação



Saiba mais na seção Desempenho por tema estratégico > Agropecuária

PÚBLICO INTERNO

Em 2023, publicamos 256 matérias na intranet do BNDES, entre notícias exclusivamente internas, adaptações de *releases*, anúncio de iniciativas voltadas aos empregados e cobertura de eventos. Foram veiculadas 137 campanhas de comunicação interna, com o objetivo de informar e engajar os empregados em temas institucionais. Destacam-se as campanhas ligadas ao tema diversidade e inclusão e o aniversário de 71 anos do BNDES.

Para valorizar e reconhecer o papel de nossos empregados na promoção do desenvolvimento do país, a campanha de aniversário retratou profissionais e seus setores de atuação. O propósito era celebrar nossa contribuição para a melhoria da vida de gerações de brasileiros com ações e peças de comunicação que enfatizavam o papel do BNDES em diferentes segmentos.

NOSSA EQUIPE



Contamos com uma equipe comprometida, selecionada por concurso público, que está sempre em busca da excelência, um de nossos valores.

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL [GRI 2-7]

Nossa equipe encerrou 2023 com 2.430 empregados: 2.409 contratados por tempo indeterminado, por meio de concurso público (1.557 do sexo masculino e 852 do feminino), todos com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por período integral; 14 contratados de forma transitória para cargos comissionados vinculados à alta administração; e sete cedidos de órgão estatal para a mesma finalidade (no total, 15 do sexo masculino e seis do feminino). Além disso, são nove diretores e o presidente.

Na contratação por tempo indeterminado, não há diferenciação na admissão de homens e mulheres – todos participam de concurso público e são selecionados em função de seu desempenho.

A última seleção pública foi realizada em 2012 e seu cadastro de reserva expirou em junho de 2015. Desde então, não ocorreram novas seleções públicas para cadastro de reserva de pessoal.

TAXA DE ROTATIVIDADE [GRI 401-1]

CONCURSADOS – 0,71%

| GÊNERO | FAIXA ETÁRIA |
|-------------------------|------------------------------|
| 0,33% masculino | 0,25% de 30 a 50 anos |
| 0,37% feminino | 0,46% mais de 50 anos |
| REGIÃO | |
| 0,71% no Sudeste | |

TRANSITÓRIOS – 90,48%

| GÊNERO | FAIXA ETÁRIA |
|-------------------------------|-------------------------------|
| 57,14% masculino | 57,14% de 30 a 50 anos |
| 33,33% feminino | 33,33% mais de 50 anos |
| REGIÃO | |
| 23,81% no Centro-Oeste | |
| 66,7% no Sudeste | |

Nota: A taxa de rotatividade considera o número de desligamentos sobre o total de empregados em cada categoria, sendo 2.409 concursados e 21 transitórios. Considerando a média entre as admissões (24) e demissões (36) em 2023 e o quantitativo em 31 de dezembro do mesmo ano, a rotatividade ficou em 1,23%.

CONTRATAÇÕES [GRI 401-1]

| CONTRATAÇÕES DE CONCURSADOS | | QTD. | TAXA |
|-----------------------------|-----------------|------|---------|
| Tipo | Concursados | 3 | 100,00% |
| Gênero | Masculino | 2 | 66,67% |
| | Feminino | 1 | 33,33% |
| Faixa etária | Mais de 50 anos | 3 | 100,00% |
| Região | Sudeste | 1 | 33,33% |
| | Centro-Oeste | 1 | 33,33% |
| | Nordeste | 1 | 33,33% |

Nota: O número de concursados refere-se a reintegrações ocorridas ao longo de 2023.

| CONTRATAÇÕES DE TRANSITÓRIOS | | QTD. | TAXA |
|------------------------------|--------------------|------|---------|
| Tipo | Transitórios | 21 | 100,00% |
| Gênero | Masculino | 14 | 66,67% |
| | Feminino | 7 | 33,33% |
| Faixa etária | Entre 30 e 50 anos | 10 | 47,62% |
| | Mais de 50 anos | 11 | 52,38% |
| Região | Sudeste | 16 | 76,19% |
| | Centro-Oeste | 5 | 23,81% |

DESLIGAMENTOS [GRI 401-1]

| DESLIGAMENTOS DE CONCURSADOS | | QTD | TAXA |
|------------------------------|-----------------|-----|---------|
| Tipo | Concursados | 17 | 100,00% |
| Gênero | Masculino | 8 | 47,06% |
| | Feminino | 9 | 52,94% |
| Faixa etária | 30 a 50 anos | 6 | 35,29% |
| | Mais de 50 anos | 11 | 64,71% |
| Região | Sudeste | 17 | 100,00% |

| DESLIGAMENTOS DE TRANSITÓRIOS | | QTD | TAXA |
|-------------------------------|-----------------|-----|---------|
| Tipo | Transitórios | 19 | 100,00% |
| Gênero | Masculino | 12 | 63,16% |
| | Feminino | 7 | 36,84% |
| Faixa etária | 30 a 50 anos | 12 | 63,16% |
| | Mais de 50 anos | 7 | 36,84% |
| Região | Centro-Oeste | 5 | 26,32% |
| | Sudeste | 14 | 73,68% |

Nota: Dos 36 desligamentos, sete aconteceram por motivo de aposentadoria, oito por rescisão a pedido, 19 foram referentes a término de contrato transitório em funções de confiança, e dois ocorreram por motivo de falecimento.

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL [GRI 2-7] [GRI 405-1]



2.430
EMPREGADOS

39 (1,6%)
pessoas com deficiência (PcD)

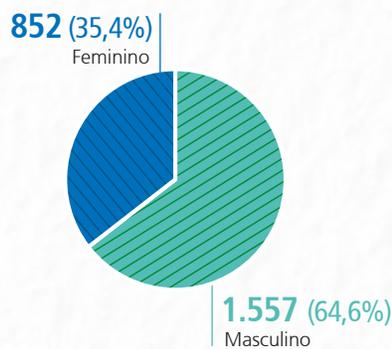
2.409 (99,1%)
concursados

21 (0,9%)
transitórios

Média de tempo de trabalho
15,6 anos

Concursados

GÊNERO

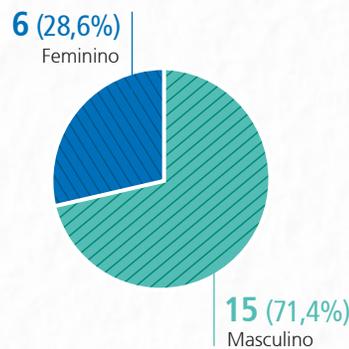


FAIXA ETÁRIA

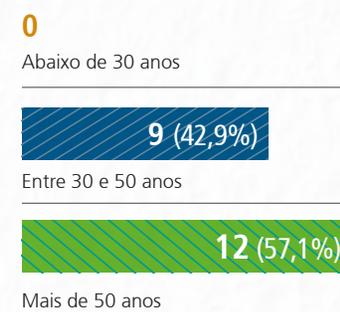


Transitórios

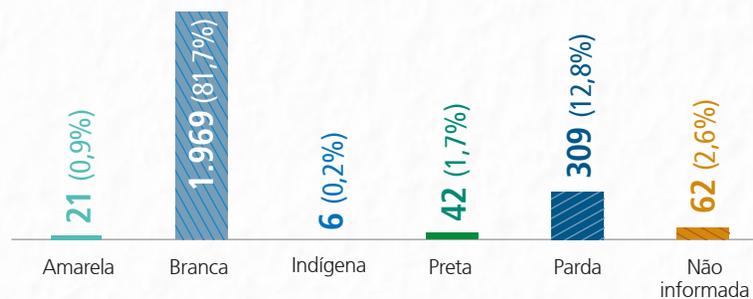
GÊNERO



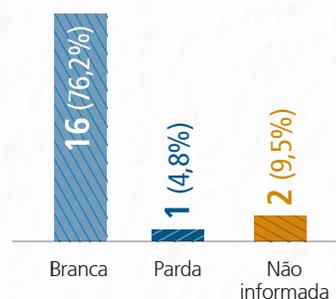
FAIXA ETÁRIA



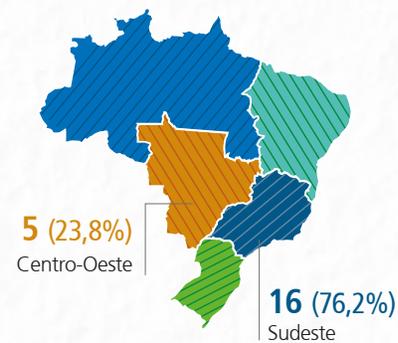
RAÇA/COR



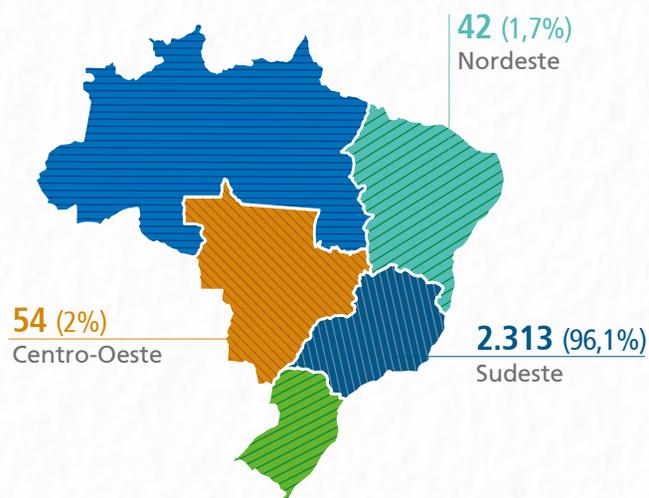
RAÇA/COR



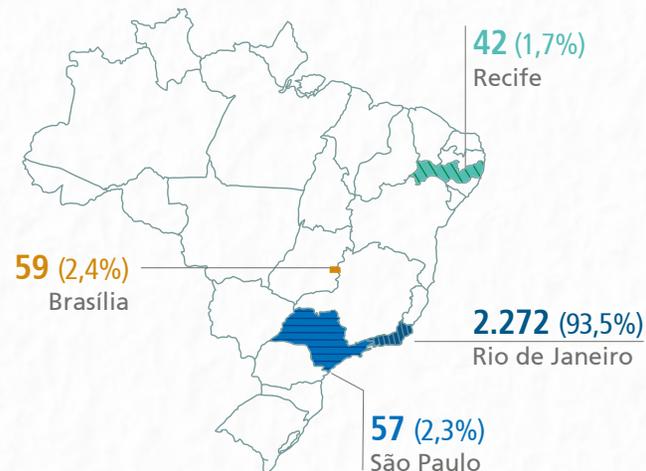
POR REGIÃO



POR REGIÃO



POR UNIDADE OPERACIONAL (CONCURSADOS + TRANSITÓRIOS)

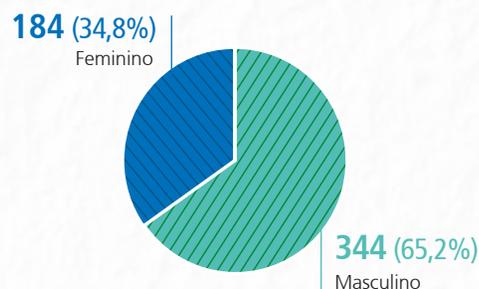


Por categoria funcional

Para informações sobre a Diretoria e os conselhos, veja a seção Governança

MÉDIA GERÊNCIA (superintendentes, chefes de departamento e gerentes)

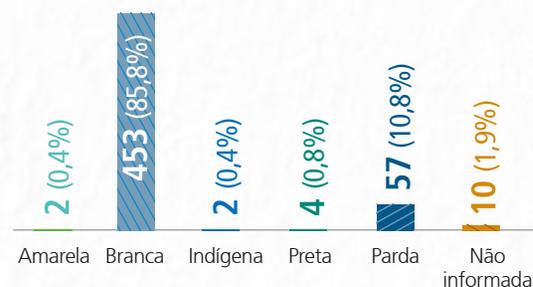
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

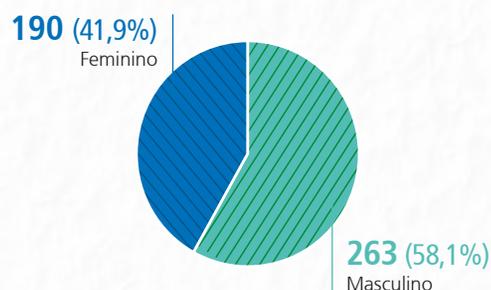


POR RAÇA/COR



OUTRAS FUNÇÕES (coordenadores, encarregados, secretários e assessores)

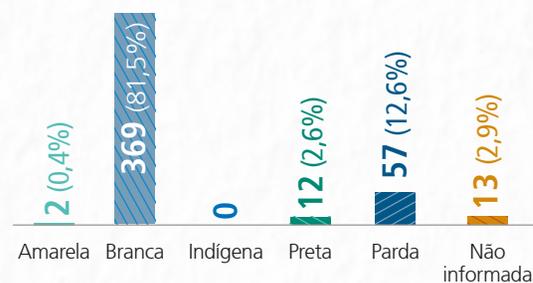
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

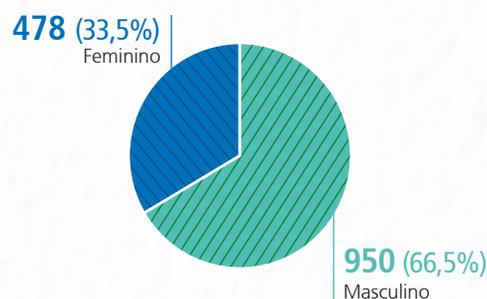


POR RAÇA/COR

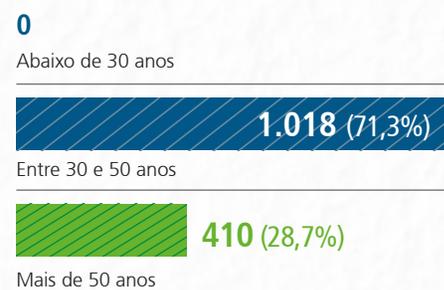


SEM FUNÇÃO EXECUTIVA

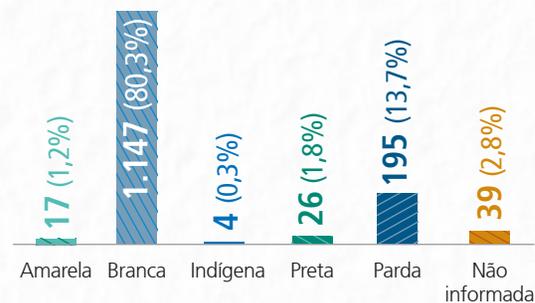
POR GÊNERO



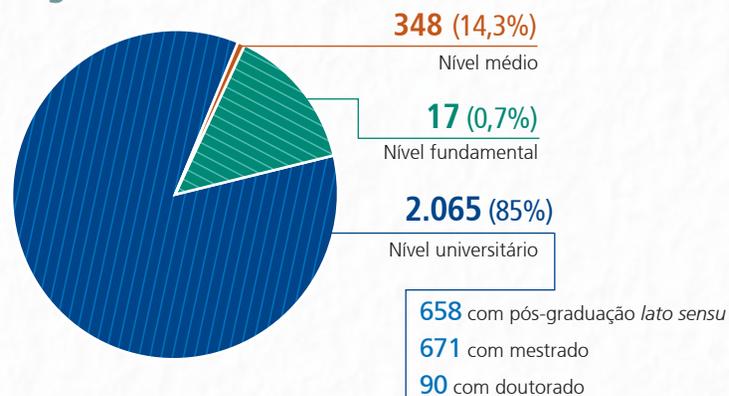
POR FAIXA ETÁRIA



POR RAÇA/COR



Por segmento funcional



Por formação universitária



TERCEIRIZADOS

Além do quadro de pessoal próprio, mantemos alguns contratos de terceirização, apenas para serviços não relacionados a nossas atividades-fim, tais como limpeza, suporte técnico, segurança e mensageria, celebrados com base nos normativos pertinentes. Para mitigar os riscos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados, realizamos acompanhamento com as empresas contratadas para verificar o cumprimento da legislação trabalhista associada.

| TERCEIRIZADOS BNDES* | QTD. | % |
|----------------------|------------|-------------|
| Masculino | 361 | 65,9% |
| Feminino | 187 | 34,1% |
| Total | 548 | 100% |

*Contratos administrativos com alocação de mão de obra.

Todo pessoal de segurança que atua no BNDES atende aos requisitos de formação e reciclagem periódica estabelecidos pela Portaria 3.233/12-DG/PF. O curso de formação inclui as disciplinas “Legislação aplicada e direitos humanos” e “Relações humanas no trabalho”, e o de reciclagem busca atualizar e reforçar o conteúdo das disciplinas do curso de formação. **[GRI 410-1]**

ESTÁGIO NO BNDES

Em 2023, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Estagiários, com o objetivo de contribuir para a conscientização e futura atuação dos estudantes em defesa das questões socioambientais, além de estimular o engajamento deles com nosso propósito e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e de ampliar seu grau de empregabilidade futura por meio da capacitação em competências técnicas e comportamentais requeridas no mercado de trabalho atual.

Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos 352 estagiários, sendo 188 do sexo masculino (53,4%) e 164 do sexo feminino (46,6%).

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Mantemos também o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica a adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho.

A iniciativa busca contribuir para a diminuição da principal causa de desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. O programa, que atualmente conta com 24 jovens aprendizes, tem como condição para o ingresso a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), provendo oportunidades a jovens de famílias com algum grau de vulnerabilidade econômica. Na turma iniciada em novembro de 2022 foram contratados quatro jovens PcDs.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO **[GRI 405-1]**

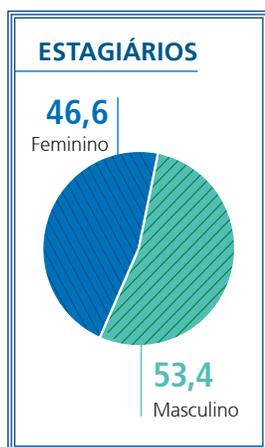
Contamos com uma política corporativa de equidade de gênero e valorização da diversidade que reafirma nosso compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no ambiente de trabalho e nas instituições de nossa cadeia de relacionamento. A primeira Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES data de 2015, sendo sua versão mais atual aprovada em março de 2024 por nosso Conselho de Administração (CA).

Em 2023, foi concluído o plano de trabalho trianual para concretização das diretrizes dessa política. Um conjunto de ações externas, relacionadas a políticas operacionais e de crédito e aos *stakeholders*, e de ações internas, voltadas para o incentivo à diversidade, equidade e inclusão no âmbito da gestão de pessoas no Banco, foi realizado ao longo do período, incluindo treinamentos, eventos de sensibilização e promoção da cultura inclusiva, além de acompanhamento de indicadores demográficos e de processos seletivos. Destacam-se as seguintes ações internas destinadas a reforçar a equidade e diversidade no BNDES em 2023:

- Eventos e campanhas de sensibilização com temáticas relativas a gênero, autismo, LGBTQIAPN+ e PcDs, com ampla adesão do corpo funcional.
- Palestra da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) sobre questões de poder, gênero e assédio.
- Organização do “Diálogos no Escuro”, ação que contou com participação de cerca de 200 empregados, proporcionando uma experiência única ao sensibilizar os participantes para os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual.



Saiba mais na seção
Impacto da nossa atuação



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos

- Realização do Fórum de Gestão Inclusiva, contando com aproximadamente 40 participantes, em que foi abordada a importância da inclusão de grupos minorizados para o sucesso dos negócios, as dificuldades de inserção de PcDs no mercado de trabalho e o papel da liderança inclusiva.
- Aos líderes recém-nomeados e pertencentes a grupos minorizados por questões de gênero, raça e deficiência foi oferecida a oportunidade de participar de um programa de *coaching* ministrado por uma renomada consultoria. Um total de 23 executivos aproveitaram essa oportunidade para desenvolver suas habilidades e potencializar suas carreiras.
- Criação, no Portal de Aprendizagem do BNDES, de seção dedicada a treinamentos em diversidade, equidade e inclusão. Nela são listadas capacitações disponíveis na plataforma de ensino à distância (EAD) relacionadas a esses temas, bem como treinamentos externos, além de haver um rol de artigos e livros sobre o assunto.
- Lançamento de um programa piloto de mentoria, com foco inicial no grupo de estagiários com deficiência. O programa contou com a participação de 18 estagiários e a mesma quantidade de empregados do Banco atuando como mentores.
- Aprovação de um projeto piloto de trabalho híbrido, com previsão de até 15 dias úteis de trabalho remoto por mês, sem limitação de dias na semana, com flexibilidade e autonomia para o empregado combinar os dias de trabalho remoto com o gestor imediato. O público-alvo são PcDs e os responsáveis que moram com PcDs, sem limite de idade.

De forma a promover a diversidade no corpo de empregados efetivos do BNDES, a Diretoria aprovou, em 2023, a realização de um novo concurso público, com cota de 30% para pessoas pretas e pardas – 10% a mais do que o determinado pela legislação vigente – e 10% para PcDs.

Em relação ao programa de estágio, desde 2021 estabelecemos pontuação maior na pré-seleção de candidatos que atendem a critérios objetivos do histórico de desenvolvimento: (i) família inscrita no CadÚnico, sendo beneficiária de algum programa socioassistencial do governo; (ii) beneficiário do sistema de cotas; (iii) beneficiário do Programa Universidade

para Todos (Prouni) ou do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); (iv) beneficiário de projetos sociais (como pré-vestibular comunitário); (v) ensino médio integralmente realizado na rede pública, ou em rede privada com a comprovação de bolsa integral.

Em 2023, foram contratados 268 estagiários, dos quais 51% pontuaram no critério histórico de desenvolvimento. Além disso, 13 PcDs foram contratadas. Cabe destacar que 10% das vagas de estágio são reservadas para PcDs. Para auxiliar o preenchimento dessas vagas, é realizado recrutamento contínuo de candidatos com deficiência para formação de cadastro antes mesmo da oferta de vagas. Ao ingressarem, esses estagiários passam pelo processo de facilitação da inclusão de PcDs no BNDES, recebendo suporte da equipe de apoio à gestão de pessoas e do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Em relação ao Programa Jovem Aprendiz, é buscada a composição equalitária em termos de gênero nas turmas. Em 2023, contamos com 13 aprendizes do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

PESQUISA DE CLIMA

Em 2023, foi aplicada, para todo o corpo funcional, a pesquisa de clima Great Place to Work (GPTW) em uma versão sem customização. A pesquisa busca medir a satisfação e o engajamento dos empregados com o ambiente organizacional no momento em que é aplicada. Os resultados foram apresentados para a alta liderança e disponibilizados para todos os empregados, acompanhados por um conjunto de ações sugeridas para fortalecer o engajamento e a integração.

ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS

Respeitando os quantitativos de referência estabelecidos para cada uma de nossas áreas, as mudanças efetuadas em 2023 relacionaram-se a alterações de estrutura e às prioridades definidas pela nova gestão. Nesse contexto, os empregados estavam

MAIS DIVERSIDADE NA DIRETORIA E NAS SUPERINTENDÊNCIAS

Em 2023, em sintonia com as políticas e diretrizes sinalizadas pelo Governo Federal, foi dado um primeiro passo em direção a um BNDES mais diverso e inclusivo, com maior presença de mulheres em funções executivas. Em maio, 40% dos cargos da Diretoria Executiva e 38% das posições de superintendência eram ocupadas por mulheres, em comparação aos 11% e 14%, respectivamente, em dezembro de 2022.

alocados por Diretoria no fim de 2023 como mostra a tabela a seguir.

| DIRETORIA | QTD. | % |
|---|--------------|----------------|
| Diretoria 1 – Pessoas, Gestão e Operações | 509 | 20,95% |
| Diretoria 2 – Socioambiental | 139 | 5,72% |
| Diretoria 3 – Financeira e Crédito Digital para MPMEs | 272 | 11,19% |
| Diretoria 4 – Mercado de Capitais e Finanças Sustentáveis | 163 | 6,71% |
| Diretoria 5 – Infraestrutura e Mudança Climática | 181 | 7,45% |
| Diretoria 6 – Jurídica | 306 | 12,60% |
| Diretoria 7 – Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior | 158 | 6,50% |
| Diretoria 8 – Planejamento e Estruturação de Projetos | 210 | 8,64% |
| Diretoria 9 – Risco e <i>Compliance</i> | 165 | 6,79% |
| Presidência | 141 | 5,80% |
| Não alocados/outros* | 186 | 7,65% |
| Total geral | 2.430 | 100,00% |

*Em dezembro de 2023, 18 empregados estavam afastados por motivo de doença (0,74%); 44, alocados na Auditoria Interna (1,81%); 48, cedidos (1,98%); 74, em licença sem remuneração (3,05%); e 2 estavam afastados para treinamento externo (0,08%).

MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS

Ao longo de 2023, no âmbito dos acordos de cooperação firmados em 2019 para movimentação temporária de nossos empregados, foi acordada entre as diretorias do BNDES e da CVM a prorrogação, por mais um ano, da movimentação de cinco dos 17 empregados que foram para o órgão. Em relação ao acordo de cooperação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também foi prorrogada a movimentação de dois empregados até abril de 2024. Essas iniciativas buscam reforçar os quadros de pessoal das instituições de destino, bem como possibilitar troca de conhecimento e colaboração mais estreita entre os órgãos envolvidos. **[GRI 404-2]**

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Ao serem contratados, os empregados ingressam obrigatoriamente no primeiro nível do plano de cargos e salários, independentemente de experiência prévia, gênero ou posição na seleção, recebendo a

mesma remuneração. A progressão salarial ocorre por meio dos reajustes negociados em acordo coletivo de trabalho, pela evolução nível a nível no plano de cargos e salários, conforme o processo de promoção anual, ou pela ocupação de cargo executivo. Não há distinção de gênero nos valores recebidos por empregados de mesmo nível do plano de cargos e salários ou por mesma função executiva exercida.

Desde 2020, publicamos em nosso *site* as remunerações de todos os nossos empregados nominalmente. Fomos a primeira empresa estatal federal a fazer esse tipo de divulgação.

Para fins de apuração dos dados de proporção salarial entre mulheres e homens, foram considerados todos os empregados concursados, segregados por categoria funcional, além dos transitórios.

A proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a remuneração média anual de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) é de 223%. Já a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os demais empregados (excluindo o mais bem pago) é de 95%. **[GRI 2-21]**

Nossos pleitos referentes a previdência complementar e política de pessoal, salários e benefícios são analisados e aprovados pela Sest. Todos os nossos empregados são assistidos por acordo coletivo de trabalho ACT **[GRI 2-30]**, com direito ao mesmo índice de reajuste salarial, assim como a benefícios de assistência médica e odontológica, seguro de vida, programa de assistência educacional (modalidades auxílio-babá, auxílio-creche e auxílio-ensino fundamental e ensino médio), auxílio-refeição e auxílio-alimentação, além de participação nos lucros ou resultados (PLR) e remuneração compatível com o mercado. **[GRI 401-2]**

As comissões de negociação das empresas e de representantes dos empregados

negociam os termos do ACT, buscando solucionar conflitos na mesa de negociação. O ACT é aplicável a todos os empregados, sejam eles do quadro permanente ou transitório de pessoal.

O pagamento da PLR só é realizado caso haja lucro líquido, pagamento de dividendos e desempenho igual ou superior a 80% dos indicadores de políticas públicas, operacionais e prioridades específicas das unidades fundamentais constantes no programa. O programa de PLR é aprovado pelo CA e pela Sest, sendo então negociado com os sindicatos.

| DESCRIÇÃO | CATEGORIA FUNCIONAL | PROPORÇÃO (MULHERES/HOMENS) [GRI 405-2] |
|---|---------------------------------|---|
| Salário-base médio anual ⁽¹⁾ | Sem função | 99% |
| | Outras funções | 103% |
| | Média gerência | 99% |
| | Transitórios e cedidos ao BNDES | 87% |
| Remuneração total média anual ⁽²⁾ | Sem função | 97% |
| | Outras funções | 103% |
| | Média gerência | 101% |
| | Transitórios e cedidos ao BNDES | 83% |

(1) Salário-base: valor fixo e mínimo pago a um funcionário pelo desempenho de suas tarefas. Esse valor não inclui quaisquer remunerações adicionais, como pagamentos de horas extras ou gratificações.

(2) Remuneração: salário-base mais adicionais, como os baseados em tempo de serviço, bonificações, participação nos resultados, pagamento de benefícios, horas extras, horas devidas e quaisquer auxílios adicionais (vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência educacional, entre outros).

Contamos com benefício de assistência à saúde na modalidade de autogestão por operadora (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – Fapes). O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é um plano coletivo empresarial adaptado à Lei 9.656/1998 e que apresenta uma carteira de aproximadamente 10 mil vidas entre titulares (empregados ativos e inativos) e dependentes. A cobertura do PAS inclui assistência médica, odontológica, hospitalar e complementar nos sistemas de escolha dirigida (rede credenciada) e livre escolha (sistema de reembolso, com limites estabelecidos em regulamento). Em março de 2018, o plano foi fechado para novos empregados e instituímos o benefício de assistência a saúde na modalidade de reembolso – de até 50% do custo da

mensalidade de um plano contratado no mercado de saúde suplementar.

O BNDES, na qualidade de mantenedor do PAS, exerce supervisão e fiscalização constantes sobre a operação do plano de saúde, em atendimento à Resolução CGPAR 36/2022. Em 2023, por meio de negociação coletiva com a representação sindical de seus empregados, o Banco negociou medidas de adequação estrutural no regulamento do PAS no que tange à política de reembolso de despesas médicas e ao rol de beneficiários, visando a gestão de custos.

Oferecemos licença-maternidade ou licença-paternidade a todos os empregados. Em acordo com o Programa Empresa Cidadã, a licença-paternidade é de 20 dias corridos, e a licença-maternidade pode ser estendida para até 180 dias. Em 2023, foram concedidas 35 licenças-maternidade e 56 licenças-paternidade, com 100% de retorno daqueles cuja licença terminou até 31 de dezembro. Além disso, foi de 100% a taxa de retenção de empregados 12 meses após retornarem da licença-maternidade/paternidade ao trabalho. **[GRI 401-3] [GRI 401-2]**

Proporcionamos salas de apoio a amamentação e abono diário de uma hora para a mãe lactante até que o filho complete um ano, além de afastamento especial para mães ou pais de bebês prematuros que necessitem de hospitalização. **[GRI 401-2]**

BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR **[GRI 401-2]**

O BNDES patrocina dois planos de previdência complementar: o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade benefício definido (BD), que está fechado para novas adesões desde 2018; e o Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), criado em 2022 e aberto para novas adesões, ambos administrados pela Fapes.

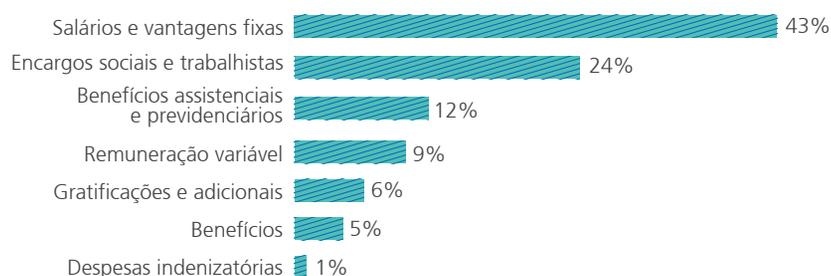
A Resolução CGPAR/ME 38/2022 dispõe sobre as atribuições das empresas estatais federais na condição de patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários, na

supervisão e fiscalização das atividades das suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, mediante a adoção de instrumentos de acompanhamento sistemático que possibilitem transparência de eventuais fatos relevantes. Devido à relevância do tema, foi criado em 2023 o Departamento de Previdência, Assistência e Saúde (DEPAS) para realizar tais obrigações.

Atualmente, além das contribuições normais, há dois planos de equacionamento em vigor no PBB, com cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes, paritárias com as do patrocinador, pelo prazo máximo de 25 anos (até fevereiro de 2042 e 2044). Em 2023, as contribuições médias dos participantes do PBB e do PBCD foram de 12,4% e 8,2%, respectivamente.

DESPESA DE PESSOAL

Em 2023, a despesa total com empregados ativos – incluindo quadro permanente, cedidos, transitórios em cargos comissionados, membros da Diretoria e de conselhos e comitês estatutários – foi de R\$ 2,4 bilhões.



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho no setor público tem sido uma demanda constante da sociedade e importante instrumento de reconhecimento dos empregados. Em 2023, mais uma vez realizamos a gestão de desempenho de nossos empregados por meio do modelo de gestão de desempenho individual (GDI), utilizado desde 2017 para toda a empresa.

Gestor e empregado pactuam e acompanham as seguintes dimensões durante o processo: entregas e atividades a serem executadas ao

longo do ano, comportamentos cujo desenvolvimento deve ser priorizado no mesmo período e ações de desenvolvimento que possibilitem o aprimoramento da capacidade de entrega do empregado.

Em 2023, 2.250 empregados receberam avaliação final do gestor sobre as metas acordadas para o ano.

| PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBERAM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL (2023) [GRI 404-3] | |
|--|-----|
| Por gênero | |
| Feminino | 94% |
| Masculino | 93% |
| Por categoria funcional | |
| Média gerência | 93% |
| Sem função | 93% |

Nota: considerando o total de 2.409 empregados concursados, conforme relatado pelo indicador GRI 2-7.

A metodologia de avaliação comparativa de desempenho pelo Sistema de Pontos do Empregado (GPE), implantada em 2021, foi revogada pela nova administração em 2023, alinhada com o aprimoramento das práticas de gestão de pessoas e visando fomentar uma cultura de colaboração.

RECUPERAÇÃO DE DESEMPENHO

Em 2023, dando continuidade ao compromisso com a excelência no desempenho e desenvolvimento de nossos empregados, promovemos uma abordagem colaborativa e proativa para a recuperação do desempenho de oito funcionários, contando com a atuação de seus respectivos gestores imediatos. Esse processo foi aprovado em 2022, a fim de estimular a recuperação de empregados com baixo desempenho por meio de ações de desenvolvimento e de apoio.

A análise dos resultados obtidos indicou a eficácia das ações implementadas, com cinco empregados considerados recuperados no primeiro ciclo de avaliação. Atualmente, apenas dois empregados estão em acompanhamento. Houve o desligamento de um empregado que participava do programa de recuperação, mas por motivos alheios ao processo.

ASSISTÊNCIA PARA TRANSIÇÃO DE CARREIRA [GRI 404-2]

Começamos a estruturar, em 2023, um programa voltado para gestão final de carreira devido a aposentadoria, buscando propiciar um ambiente de reflexão sobre as diversas dimensões envolvidas no processo de envelhecimento com bem-estar e possibilitando a construção de um projeto de vida com novos horizontes. O programa será voltado principalmente para empregados que estejam a pelo menos cinco anos de se aposentar. A participação ficará aberta a interessados pelas temáticas, que estarão voltadas principalmente para os funcionários com mais de 50 anos.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL [GRI 404-2]

Em 2023, demos continuidade às ações de desenvolvimento dos empregados, com treinamentos realizados interna e externamente. Investimos cerca de R\$ 2,7 milhões em treinamentos externos de curta duração e programas de certificação. Isso representou um total de aproximadamente 30 mil horas de treinamento e 1.249 inscrições, com 831 empregados participantes e média de 12 horas de treinamento por empregado (contabilizando-se todos os concursados, transitórios e cedidos ao BNDES).

MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR ANO, POR EMPREGADO CAPACITADO, EM TREINAMENTOS EXTERNOS DE CURTA DURAÇÃO E PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO [GRI 404-1]

| Por gênero | Número de empregados | Média de horas de capacitação |
|---------------------------------|----------------------|-------------------------------|
| Feminino | 858 | 12h |
| Masculino | 1.572 | 12h |
| Por categoria funcional | Número de empregados | Média de horas de capacitação |
| Média gerência | 528 | 20h |
| Outras funções | 453 | 10h |
| Sem função | 1.428 | 10h |
| Transitórios e cedidos ao BNDES | 21 | 3h |

Nesse período também foram registradas 61 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação, com aproximadamente R\$ 1,1 milhão investidos em inscrições.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Empregados, cujo público-alvo são todos os funcionários, foram formadas dez turmas *on-line* síncronas, com aproximadamente 320 participações em treinamentos que visaram trabalhar *soft skills* como relacionamento com o cliente, além de outros de cunho mais técnico, como seguro e garantia, inovações no mercado financeiro, mercado de capitais e tecnologia e inovação no setor jurídico.

Já com o objetivo de desenvolver os líderes, foram realizadas quatro turmas *on-line* síncronas com cerca de 80 participações, nas quais foram trabalhados tópicos de planejamento jurídico e gestão de equipes de alta performance.

Com o objetivo de fortalecer a agenda social, ambiental e climática no BNDES, foi realizado o curso Fundamentos em Mudanças Climáticas, e, visando colaborar com a digitalização dos processos do Banco, o curso Cultura de Dados. Essas ações de desenvolvimento somaram quase 130 horas em cursos customizados às necessidades da instituição, com custo de aproximadamente R\$ 122 mil, o que resulta em um custo médio de R\$ 305,00 por participante.

Também foram realizados os treinamentos de instrutoria interna *Design Thinking* e Análise Financeira de Entes Subnacionais, que não acarretaram custos adicionais ao BNDES, uma vez que foram ministrados pelos próprios empregados.

No programa de idiomas, realizado em parceria com a Hult EF Corporate Education, foram contabilizados 999 participantes (entre empregados, estagiários e menores aprendizes) ao longo do ano, com um investimento total de cerca de R\$ 880 mil para o desenvolvimento no idioma inglês.

Como mencionado, temos também o Programa de Desenvolvimento de Estagiários, com palestras internas relacionadas aos propósitos do BNDES e aos ODSs, e mais de 300 cursos de inovação e gestão liberados na plataforma Alura.

CONTINGÊNCIA

Com a decretação do fim da contingência ao término de 2022, o último grupo a voltar ao trabalho presencial, em 1º de fevereiro de 2023, foi o de casos que envolviam imunossupressão.

A partir desse momento, considerando que os principais indicadores da pandemia se encontravam estáveis, foram encerradas as atividades de acompanhamento relativas à contingência.

Em 27 de dezembro de 2023, por meio da Fapes, foi lançada campanha intitulada "Covid -19: um desafio que continua", em que foi feito um resumo histórico da pandemia, destacando o estágio de controle no momento da campanha e estimulando medidas de prevenção e alerta constante.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO [GRI 403-3]

Contamos com equipes formalmente constituídas voltadas à saúde e segurança no trabalho (SST): a Cipa e as equipes auxiliares de escape (EAE). Embora nossos escritórios estejam localizados em condomínios comerciais com serviços de prevenção de acidentes, a equipe de medicina ocupacional oferece treinamento em primeiros socorros aos empregados para que eles possam atuar como socorristas em situações de emergência.

Com o fim da contingência em 2023, foram retomados os exercícios de escape do Edserj, bem como os treinamentos de primeiros socorros, ambos em novembro.

Em 2023 a Cipa passou a atuar também na prevenção do assédio moral e sexual, em conjunto com as demais instâncias voltadas para essa finalidade no BNDES, a fim de cumprir a Lei 14.457/2022.

Além disso, os acordos coletivos de trabalho têm englobado temas dessa natureza, como o repasse de informações sobre acidentes e doenças profissionais e a constituição do SESMT, comum entre a Fapes e o BNDES. Conforme requisitos legais, mantemos atualizado nosso Programa de Gestão de

Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), assim como diversos outros programas preventivos de saúde, incluindo ações focadas em ergonomia. Em janeiro de 2023, foi lançado programa específico para promoção de saúde mental dos empregados do Banco, com campanhas de prevenção e possibilidade de atendimento especializado no ambulatório médico. Todas essas iniciativas colaboram para controlar as taxas de absenteísmo e para impedir a existência de atividades que envolvam alta incidência ou alto risco de doenças ocupacionais.

A taxa de absenteísmo relativa a SST em 2023 foi de 3,53, sendo calculada pela razão entre dias ausentes e dias programados multiplicada por cem. A taxa considera somente as ausências de saúde e segurança no trabalho. Por considerar o afastamento em si e não entrar no mérito denexo causal, todas as faltas são computadas, inclusive acidentes de trajeto.

PERICULOSIDADE, AVALIAÇÃO DE RISCOS E INVESTIGAÇÃO DE INCIDENTES [GRI 403-2]

Segundo os critérios estabelecidos pela legislação, somos uma empresa de grau de risco 1 (GR-1) e seguimos a lógica de PGR por demonstração ambiental. A avaliação quanto à periculosidade e insalubridade de nossas atividades está baseada em consultoria externa, sendo revisada no PGR interno caso haja mudança significativa do perfil de risco da empresa.

Com relação à periculosidade, nossas atividades ocupacionais estão caracterizadas como "atividade predominantemente administrativa, de caráter intelectual, realizada em edificações comerciais com condições ambientais devidamente controladas, localizadas em centros urbanos, em expediente de 7 horas diárias, na posição sentado, com uso preponderante de ferramentas computacionais". Ou seja, não há exposição a inflamáveis, explosivos ou corrente elétrica. Destaca-se ainda o fato de que, mesmo sendo uma empresa de atividade bancária, não contamos com agências ou atividades

correlatas que exponham nossos empregados a roubos ou outras espécies de violência física, sejam relacionadas à segurança pessoal ou patrimonial, nas suas atividades profissionais.

Para fins de demonstração ambiental, em atendimento à legislação previdenciária, nossos empregados se enquadram na situação “não exposto a agente nocivo” prejudicial à saúde ou integridade física. Nesse contexto, os incidentes de saúde e segurança do trabalho estão normalmente relacionados a questões de arranjo físico, acidentes de trajeto ou outros casos atípicos que precisam de tratamento preventivo, como viagens a serviço.

ACIDENTES DE TRABALHO

[GRI 403-9] [GRI 403-10]

Nossas atividades não contemplam riscos de criticidade alta e consequência grave, tendo em vista a probabilidade de ocorrência e prejuízos causados. Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de SST referentes a 2023, considerando todos os trabalhadores com vínculo que demande controle previdenciário e ocupacional (não sendo contemplados, portanto, estagiários, jovens aprendizes e terceiros). Em consonância com o perfil de risco do Banco, não foram registradas doenças ocupacionais em 2023.

Os acidentes são comunicados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente por meio do eSocial, em cumprimento à Lei 8.113/1991, e investigados para adoção de medida corretiva com foco em prevenção ou para certificação dos dados do registro.

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Nosso SESMT atua como canal de recebimento de incidentes, posteriormente encaminhados à área responsável do Banco para que sejam solucionados com apoio das administrações condominiais. Quando é necessário atendimento médico emergencial, ele é prestado pela equipe de saúde coordenada pelo próprio SESMT. Além de um ambulatório ocupacional/emergencial localizado no Rio de Janeiro, os empregados ativos são cobertos por contrato de remoção para hospital. Composto pelo BNDES e pela Fapes, o SESMT conta com

TRABALHO HÍBRIDO

Em abril de 2023, a Diretoria Executiva alterou o regulamento do Programa Piloto de Trabalho Híbrido para adequá-lo às novas demandas da organização. As principais alterações realizadas foram:

- (i) manutenção de um único modelo geral com o formato de dois dias de trabalho remoto semanais, sem a necessidade de predefinição destes;
- (ii) previsão de criação de um modelo especial para empregados enquadrados como PcDs e responsáveis por PcDs (aquele que mora com filho, enteado ou pessoa com deficiência sob sua guarda judicial, sem limite de idade), aprovado em junho de 2023; e
- (iii) prorrogação do Programa Piloto até 5 de abril de 2024.

Os empregados lotados na Área de Tecnologia de Informação do BNDES, por sua vez, permaneceram com mais flexibilidade para testar os modelos de trabalho nessa fase experimental, dadas as particularidades e ferramentas de gestão existentes nessa área.

Em dezembro de 2023, 96,4% dos empregados do BNDES estavam inscritos no Programa Piloto de Trabalho Híbrido. Destes, 82 estavam inscritos no modelo especial para PcDs e responsáveis por PcDs.

quadro mínimo formado por especialista em engenharia de segurança do trabalho, médico do trabalho, técnico de segurança do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho. As atividades são apoiadas, ainda, por diversos outros profissionais da área da saúde da fundação (como médicos, enfermeiros e psicólogos), além de empregados administrativos. O serviço especializado está previsto em nosso ACT, e suas atividades são validadas pela Cipa, que tem representação dos empregados.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BNDES [GRI 403-6]

A estrutura de saúde ofertada a nossos empregados contempla saúde ocupacional e prestação de atendimento assistencial e emergencial nos locais de trabalho. Inclui também adesão a programas preventivos de saúde ligados a endocrinologia e nutrição, incentivo ao aleitamento materno, atualização vacinal e atendimentos em pneumologia, psiquiatria, psicologia, urologia, infectologia e dermatologia. Além disso, os empregados beneficiários do PAS têm acesso a uma extensa rede credenciada de médicos, clínicas, hospitais, serviços diagnósticos e outros atendimentos relacionados à área da saúde. O plano oferece aos beneficiários a possibilidade de participarem de um programa de atenção primária à saúde.

DADOS DE SAÚDE DE EMPREGADOS

Com relação ao controle de informações pessoais dos empregados, por contarmos com uma equipe de saúde apartada da estrutura de recursos humanos, o sigilo médico pessoal é preservado de forma consistente. Há separação entre os documentos que são considerados demonstrações ambientais – para cumprimento legal e de normas regulamentadoras, a exemplo do PGR e do PCMSO – e aqueles que são pessoais.

PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE EMPREGADOS EM QUESTÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA

[GRI 403-4] [GRI 403-5]

A participação dos empregados nas questões de SST está assegurada pela Cipa (conforme previsto na NR-5), na medida em que ela é uma comissão paritária composta em igual número por representantes do empregador e dos empregados. O processo de composição ocorre anualmente, com indicação dos representantes do empregador e eleição dos representantes dos empregados. Aqueles que compõem a comissão são devidamente capacitados no tema saúde e prevenção, reunindo-se mensalmente para discutir e deliberar sobre questões que afetam todo o corpo funcional. As reuniões são abertas à participação de todos os empregados, e a comissão está apta a receber demandas e tratá-las com a administração e com apoio

técnico do SESMT. Além de capacitação para os integrantes da Cipa, proporcionamos formação para as equipes que apoiam exercícios de escape e combate a princípio de incêndio e oferecemos periodicamente treinamentos de primeiros socorros. Todas essas capacitações são ofertadas gratuitamente e durante horário de trabalho.

GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA [GRI 403-1]

Realizamos a gestão de saúde e segurança do trabalho em consonância a NR-1, com uma dinâmica de gerenciamento baseada na abordagem PDCA (*plan, do, check, act*), amplamente utilizada em sistemas que seguem a norma ABNT NBR ISO 45001. Todos os nossos empregados e estagiários estão incluídos no sistema de gestão de SST, em todas as suas atividades e unidades localizadas no território nacional. No caso de empregados terceirizados, os requisitos de saúde e segurança ficam a cargo de seus empregadores diretos, cabendo ao Banco orientar quanto à necessidade de cumprimento desses requisitos. A única exceção ocorre no que diz respeito ao atendimento emergencial nas dependências no Rio de Janeiro, em que a existência de um ambulatório médico permite o atendimento também do grupo de terceirizados e estagiários, na condição de assistidos. No entanto, ainda não implementamos sistema de gestão passível de auditoria e certificação.

| INDICADORES 2023 | Nº DE OCORRÊNCIAS | TAXA DE LESÃO* | TAXA DE DIAS PERDIDOS** | PRINCIPAIS TIPOS*** | TOTAL DE HORAS TRABALHADAS**** |
|--|-------------------|----------------|-------------------------|---------------------|--------------------------------|
| Número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho | 0 | 0 | 0 | – | – |
| Número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) | 1 | 0,20 | 45,45 | – | – |
| Número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (demais CAT) | 24 | 4,88 | 0,32 | – | – |
| Principais tipos de acidente de trabalho | – | – | – | Trajeto | – |
| Número e índice de óbitos resultantes de doenças profissionais | 0 | 0 | 0 | – | – |
| Número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória | 0 | 0 | 0 | – | – |
| Principais tipos de doenças profissionais | 0 | 0 | 0 | – | – |
| Número de horas trabalhadas | – | – | – | – | 3.785.320 |

(1) Os dados são referentes ao período entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

(2) Não são computadas ocorrências com terceirizados nas dependências do BNDES. Há orientação para abertura de comunicação de acidente de trabalho (CAT) pela prestadora de serviço.

(3) Os perigos no ambiente de trabalho são identificados por meio do PGR e por fiscalização de campo, e, uma vez identificados, são tomadas medidas imediatas para mitigá-los. Em função do grau de risco e tipo de atividade, os acidentes são de baixa consequência, exceto de trajeto. O ano de 2023 foi atípico, pois teve acidente com afastamento de 100 dias de um único empregado. Este foi considerado grave em função da consequência, e as medidas de controle foram prontamente tomadas.

(4) Não há registro de doenças profissionais causadas pelas atividades do BNDES.

* Número de ocorrências com lesão ou afastamento x 1.000.000/2.000 (NBR-14280) x número de empregados (31/12/2023)

** Dias perdidos com ocorrências/dias programados dos empregados envolvidos x100

*** Típico-trajeto ou doença profissional

**** Considera as horas programadas: número de empregados (31/12/2023) x 7h diárias x 5 dias x 44 semanas

DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO



O papel das instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) para uma efetiva promoção de desenvolvimento econômico, social e ambiental tem ganhado crescentemente reconhecimento nos últimos anos, e isso, por sua vez, tem aumentado a importância dessas instituições em diferentes países. As agendas são cada vez mais desafiadoras, e ações tradicionais isoladas de atuação anticíclica em prol de crescimento econômico não são mais suficientes. Torna-se essencial considerar compromissos socioambientais e climáticos, com inclusão e valorização da diversidade, para efetivamente promover o desenvolvimento sustentável.

A retomada de uma atuação mais impactante do BNDES se impõe nesse contexto. Ao longo de nossa história, temos demonstrado ser uma instituição resiliente, com forte capacidade de antever e se adaptar a mudanças de rumo de forma a contribuir para o desenvolvimento do país. Essa resiliência será novamente necessária para o alcance dos objetivos delineados em nossa nova estratégia corporativa.

Essa retomada vem em resposta à retração de nossas atividades nos últimos anos, que comprometeu nossa contribuição para a economia brasileira e pôs em risco nossa capacidade de apoiar o desenvolvimento do país no longo prazo. O aumento doméstico da pobreza e da fome, o acirramento das desigualdades, a estagnação dos rendimentos e a desindustrialização de período recente veio acompanhado de outras questões que o país partilha com o resto do mundo, tais como emergência climática, conflitos armados, ameaças de novas pandemias e desenvolvimento de novas tecnologias de inteligência artificial.

Nesse contexto, o BNDES é um instrumento fundamental para implementar uma agenda de desenvolvimento aliada às novas necessidades globais. No cenário vislumbrado de aumentar nossas contribuições para a economia

brasileira, torna-se relevante ampliar e diversificar nossas fontes de captação, o que deve contribuir para a adequação de nossa estrutura de financiamento às diferentes missões de um banco de desenvolvimento, para a redução de custos e para o desenvolvimento de instrumentos inovadores de mercado de capitais.

O BNDES mais atuante enfrentará grandes desafios, tais como reduzir o hiato de investimentos em infraestrutura no país e, ao mesmo tempo, promover a transição energética e a descarbonização da economia; ampliar o acesso da população a serviços públicos; e aumentar a competitividade do sistema produtivo nacional. O apoio a projetos ambientais e climáticos também deverá ser ampliado, contemplando transformação ecológica e proteção da biodiversidade. O apoio a projetos de inclusão social e gestão pública deverá reduzir desigualdades e promover a cidadania. No âmbito da promoção de trabalho decente e renda e da ampliação do acesso a crédito, deveremos estimular o empreendedorismo, as micro, pequenas e médias empresas (MPME), o microcrédito e as cooperativas, o que envolverá a ampliação das parcerias com os diferentes tipos de instituições atuantes no mercado financeiro.

A promoção dos setores produtivos, por sua vez, terá como foco desenvolver uma nova industrialização da economia, tornando-a mais verde, inovadora, inclusiva e digital e permeada de processos de incentivo à economia circular, com consequente aumento da produtividade e geração de empregos qualificados. Outros grandes desafios são a retomada do nosso apoio à exportação e à inserção das empresas nacionais no mercado internacional para ampliação de competitividade.

Finalmente, no âmbito interno, a instituição deverá acelerar a transformação digital – permitindo com isso a redução de custos e riscos operacionais –, simplificar processos e melhorar seu relacionamento com clientes e parceiros.



SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI

[GRI 1: FUNDAMENTOS 2021]

O BNDES relatou as informações citadas neste sumário de conteúdo da GRI para o período de 1.1.2023 a 31.12.2023, com base nas Normas GRI

| NORMA | INDICADOR | DESCRIÇÃO | PÁGINA | PACTO GLOBAL | ODS |
|--|--------------------------|--|------------------------|--------------|----------------------------|
| CONTEÚDOS GERAIS | | | | | |
| GRI 2 - Conteúdos gerais 2021 | GRI 2-1 | Detalhes da organização | 18, 19 | | |
| | GRI 2-2 | Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização | 12, 51 | | |
| | GRI 2-3 | Período de relato, frequência e ponto de contato | 12, 51 | | |
| | GRI 2-4 | Reformulações de informações | 12 | | |
| | GRI 2-5 | Verificação externa | 12 | | |
| | GRI 2-6 | Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios | 8, 9, 19, 33, 112 | | |
| | GRI 2-7 | Empregados | 144, 145 | 6 | 5, 8 |
| | GRI 2-9 | Estrutura de governança e sua composição | 103, 105, 106, 168 | | 16 |
| | GRI 2-10 | Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança | 106 | | 16 |
| | GRI 2-11 | Presidente do mais alto órgão de governança | 105 | | 16 |
| | GRI 2-12 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos | 23, 25, 48, 103, 106 | 7 | 16 |
| | GRI 2-13 | Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos | 103 | 7 | 16 |
| | GRI 2-14 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade | 12, 13 | | |
| | GRI 2-15 | Conflitos de interesse | 108 | | 16 |
| | GRI 2-16 | Comunicação de preocupações cruciais | 103 | | 16 |
| | GRI 2-17 | Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança | 107 | | 16 |
| | GRI 2-18 | Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança | 107 | | 16 |
| | GRI 2-19 | Políticas de remuneração | 109 | | 16 |
| | GRI 2-20 | Processo para determinação da remuneração | 109 | | 16 |
| | GRI 2-21 | Proporção da remuneração total anual | 149 | | 16 |
| | GRI 2-22 | Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável | 5, 6 | 6, 8, 9 | 2, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 17 |
| | GRI 2-23 | Compromissos de política | 41, 42, 43, 113 | 1, 2, 7 | 16 |
| | GRI 2-24 | Incorporação de compromissos de política | 35, 39, 41, 42, 43 | 1, 2, 7 | 16 |
| | GRI 2-25 | Processos para reparar impactos negativos | 46, 116, 118, 131, 132 | 1, 8 | 16 |
| | GRI 2-26 | Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações | 116, 119, 132 | 1, 8 | 16 |
| | GRI 2-27 | Conformidade com leis e regulamentos | 116 | 1, 8 | 16 |
| | GRI 2-28 | Participação em associações | 140, 141 | | 17 |
| | GRI 2-29 | Abordagem para engajamento de stakeholders | 129 | | 17 |
| | GRI 2-30 | Acordos de negociação coletiva | 149 | 3 | 8 |
| | TÓPICOS MATERIAIS | | | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-1 | Processo de definição de temas materiais | 13 | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-2 | Lista de temas materiais | 14 | | |
| APOIO A MPMES E COOPERATIVISMO | | | | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais | 29, 47, 80 | | |
| GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016 | GRI 203-2 | Impactos indiretos econômicos significativos | 80 | | |

| NORMA | INDICADOR | DESCRIÇÃO | PÁGINA | PACTO GLOBAL | ODS |
|--|-----------|--|-----------------------------|--------------|-------------|
| INFRAESTRUTURA | | | | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais | 29, 41, 43, 48, 66, 97, 100 | | |
| GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016 | GRI 203-1 | Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços | 66, 97, 100, 101 | | |
| DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO | | | | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais | 29, 41, 43, 48, 72, 100 | | |
| GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016 | GRI 203-2 | Impactos indiretos econômicos significativos | 72, 100 | | |
| AGROPECUÁRIA | | | | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais | 48, 76, 100 | | |
| GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016 | GRI 203-2 | Impactos indiretos econômicos significativos | 76, 100 | | |
| ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | | | | | |
| GRI 3 - Temas materiais 2021 | GRI 3-3 | Gestão dos temas materiais | 30, 83, 84, 100 | | |
| GRI 305 - Emissões 2016 | GRI 305-1 | Emissões diretas (escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE) | 87 | 7 | 13 |
| | GRI 305-2 | Emissões indiretas (escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia | 87 | 7 | 13 |
| | GRI 305-3 | Outras emissões indiretas (escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE) | 87 | 7 | 13 |
| | GRI 305-4 | Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) | 88 | 7 | 13 |
| OUTROS INDICADORES GRI RELATADOS | | | | | |
| GRI 201 - Desempenho econômico 2016 | GRI 201-1 | Valor econômico direto gerado e distribuído | 59 | | 8 |
| | GRI 201-4 | Apoio financeiro recebido do governo | 56 | | 16 |
| GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016 | GRI 203-1 | Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços | 9, 45, 63, 97, 100, 101 | | 2, 8, 9, 10 |
| | GRI 203-2 | Impactos indiretos econômicos significativos | 9, 49, 72, 76, 80 | | 8, 9, 10 |
| GRI 205 - Combate à corrupção 2016 | GRI 205-1 | Operações avaliadas quanto a riscos relacionados a corrupção | 127 | 10 | 16 |
| | GRI 205-2 | Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção | 115, 119 | 10 | 16 |
| | GRI 205-3 | Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas | 118 | 10 | 16 |
| GRI 206 - Concorrência desleal 2016 | GRI 206-1 | Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio | 116 | | 16 |
| GRI 207 - Tributos 2019 | GRI 207-1 | Abordagem tributária | 61 | | 16 |
| | GRI 207-2 | Governança, controle e gestão do risco fiscal | 60 | | 16 |
| | GRI 207-3 | Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos | 61 | | 16 |
| | GRI 207-4 | Relato país a país | 61 | | 16 |
| GRI 302 - Energia 2016 | GRI 302-1 | Consumo de energia dentro da organização | 20 | 8 | 7 |
| | GRI 302-3 | Intensidade energética | 20 | 8 | 7 |
| | GRI 302-4 | Redução do consumo de energia | 20 | 8 | 7 |

| NORMA | INDICADOR | DESCRIÇÃO | PÁGINA | PACTO GLOBAL | ODS |
|---|---------------------------------------|--|--|--------------|--------|
| ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS | | | | | |
| GRI 303 - Água e efluentes 2018 | GRI 303-5 | Consumo de água | 20 | 8 | 6 |
| GRI 304 - Biodiversidade 2016 | GRI 304-2 | Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade | 44, 83 | 7 | 14, 15 |
| GRI 306 - Resíduos 2020 | GRI 306-3 | Resíduos gerados | 21 | 8 | 12 |
| | GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final | 21 | 8 | 12 |
| | GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição Final | 21 | 8 | 12 |
| GRI 401 - Emprego 2016 | GRI 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados | 144 | 6 | 5, 8 |
| | GRI 401-2 | Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial | 149, 150 | | 8 |
| | GRI 401-3 | Licença maternidade/paternidade | 150 | 6 | 5, 8 |
| GRI 403 - Saúde e segurança no trabalho 2018 | GRI 403-1 | Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho | 155 | | 3, 8 |
| | GRI 403-2 | Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes | 153 | | 3, 8 |
| | GRI 403-3 | Serviços de saúde do trabalho | 153 | | 3, 8 |
| | GRI 403-4 | Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho | 155 | | 3, 8 |
| | GRI 403-5 | Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho | 155 | | 3, 8 |
| | GRI 403-6 | Promoção da saúde do trabalhador | 154 | | 3, 8 |
| | GRI 403-7 | Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios | 45 | | 3, 8 |
| | GRI 403-9 | Acidentes de trabalho | 154 | | 3, 8 |
| | GRI 403-10 | Doenças profissionais | 154 | | 3, 8 |
| | GRI 404 - Capacitação e educação 2016 | GRI 404-1 | Média de horas de capacitação por ano, por empregado | 152 | 6 |
| GRI 404-2 | | Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira | 149, 152 | | 4, 8 |
| GRI 404-3 | | Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira | 151 | 6 | 5, 8 |
| GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades 2016 | GRI 405-1 | Diversidade em órgãos de governança e empregados | 105, 110, 145, 147 | 6 | 5, 8 |
| | GRI 405-2 | Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos por homens | 150 | 6 | 5, 8 |
| GRI 406 - Não discriminação 2016 | GRI 406-1 | Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas | 119 | 6 | 5, 8 |
| GRI 408 - Trabalho infantil 2016 | GRI 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil | 35, 45, 113 | 1, 2, 5 | 8 |
| GRI 409 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016 | GRI 409-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho forçado ou análogo ao escravo | 35, 45, 47, 113 | 1, 2, 4 | 8 |
| GRI 410 - Práticas de segurança 2016 | GRI 410-1 | Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos | 147 | 1, 2 | 16 |
| GRI 413 - Comunidades locais 2016 | GRI 413-1 | Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local | 44, 45 | 7 | 11 |
| | GRI 413-2 | Operações com impactos negativos significativos - reais e potenciais - nas comunidades locais | 44, 45 | 1, 2, 7 | 11 |
| GRI 415 - Políticas públicas 2016 | GRI 415-1 | Contribuições políticas | 116 | 10 | 16 |
| GRI 417 - Marketing e rotulagem | GRI 417-3 | Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing | 116 | | 16 |
| GRI 418 - Privacidade do cliente 2016 | GRI 418-1 | Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes | 116 | 1 | 16 |

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO





KPMG Auditores Independentes Ltda.
 Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Telefone +55 (21) 2207-9400
 kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual 2023

Ao
 Conselho de Administração e aos diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
 Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre as informações não financeiras constantes no "Relatório Anual 2023" do BNDES ("Relatório"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa asseguração limitada não se estende a informações de períodos anteriores ou a qualquer outra informação divulgada em conjunto com o Relatório Anual 2023, incluindo quaisquer imagens, arquivos de áudio ou vídeos incorporados.

Responsabilidades da Administração do BNDES

A Administração do BNDES é responsável por:

- Selecionar e estabelecer critérios adequados para a elaboração das informações constantes no Relatório Anual 2023.
- Preparar as informações com base nos critérios e nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI – Standards) e de acordo com a Orientação CPC 09 – Relato Integrado, correlatas com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council (IIRC).
- Desenhar, implementar e manter controles internos sobre as informações relevantes para a preparação das informações constantes no Relatório Anual 2023, para que estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

1



Responsabilidades dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre as informações não financeiras constantes no Relatório, segundo os trabalhos de asseguração limitada conduzidos com base na NBC TO 3000 (revisada) - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 (revised) - Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). Essas normas requerem o planejamento dos trabalhos e a execução dos procedimentos de forma a obter segurança limitada de que as informações não financeiras constantes no Relatório Anual 2023 do BNDES, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01), que requer que a Firma planeje, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados com o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e exigências legais e regulatórias aplicáveis. Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência) embasados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido, de acordo com a NBC TO 3000 revisada (ISAE 3000 revised), consiste principalmente de indagações à Administração do BNDES e outros profissionais do BNDES que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de asseguração limitada, sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório Anual 2023, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, à materialidade e à apresentação das informações contidas no Relatório Anual 2023, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais divulgadas no Relatório Anual 2023, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam, entre outros:

- a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório Anual 2023.
- b) O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações e entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações.
- c) A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes no Relatório Anual 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



- d) Para os casos em que os dados não financeiros se correlacionem com indicadores de natureza financeira, o confronto desses indicadores com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.
- e) Análise dos processos para a elaboração do Relatório Anual 2023 da Companhia e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Princípios de Conteúdo e Qualidade dos *standards* para Relatório de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) e com a Orientação CPC 09 – Relato Integrado [que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council (IIRC)].
- f) Avaliação dos indicadores não financeiros amostrados.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência à diretrizes e aos critérios da estrutura de elaboração GRI - Standards aplicável na elaboração das informações constantes do Relatório Anual 2023.

Alcance e limitações

Os procedimentos executados em trabalho de asseguração limitada variam em termos de natureza e época e são menores em extensão do que em trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, o nível de segurança obtido em trabalho de asseguração limitada é substancialmente menor do que aquele que seria obtido, se tivesse sido executado um trabalho de asseguração razoável. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório Anual 2023. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitas a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

A preparação e a apresentação de indicadores de sustentabilidade seguiram os critérios da GRI - Standards e a Orientação CPC 09 - Relatório Anual Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo IIRC), portanto não possuem o objetivo de assegurar o cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia. Os referidos padrões preveem, entretanto, a apresentação e a divulgação de eventuais descumprimentos a tais regulamentações quando da ocorrência de sanções ou multas significativas. Nosso relatório de asseguração deve ser lido e compreendido nesse contexto, inerente aos critérios selecionados (GRI - Standards) e com a Orientação CPC 09 – Relatório Anual Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo IIRC).

Conclusão

Nossa conclusão foi formada com base nos — e está sujeita aos — assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.



Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório e nas evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações não financeiras constantes no Relatório Anual 2023, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do BNDES, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios e nas diretrizes da GRI (GRI-Standards) e de acordo com a Orientação CPC 09 - Relato Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo IIRC).

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

FICHA TÉCNICA

Composição dos cargos em 31 de dezembro de 2023

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

BNDDES

Conselho de Administração [GRI 2-9]

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti (presidente)

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Uallace Moreira Lima

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Carlos Afonso Nobre

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Jean Keiji Uema

Adézio de Almeida Lima

Maria Laura da Rocha

Conselho Fiscal

Pedro Henrique Giocondo Guerra (presidente)

Suzana Teixeira Braga

Flávio José Roman

Antônio Simões Branco Junior (suplente)

Denis do Prado Netto (suplente)

Comitê de Auditoria

Adézio de Almeida Lima (coordenador)

Maria Salete Garcia Pinheiro

Nelson Edgar Leite

Marcos Tadeu de Siqueira

Diretoria

Presidente

Aloizio Mercadante Oliva

Diretores

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Natália Maria Rapassi Dias Melo

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baère de Araújo Filho

TELEFONES E ENDEREÇOS

Central de Atendimento

0800 702 6337

www.bndes.gov.br/faleconosco

Ouvidoria

0800 702 6307

Caixa postal: 15054

20031-120 | Rio de Janeiro | RJ

www.bndes.gov.br/ouvidoria

Escritórios

Edserj – Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 100 | Centro

20031-917 | Rio de Janeiro | RJ

Brasília

Centro Empresarial Parque Cidade

Setor Comercial Sul – SCS

Quadra 9 | Torre C | 12º andar

70308-200 | Brasília | DF

Tel.: 61 3204 5600

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510

5º andar | Vila Nova Conceição

04543-906 | São Paulo | SP

Tel.: 11 3512 5100

Recife

Rua Padre Carapuço, 858 | 18º e 19º andares

Centro Empresarial Queiroz Galvão

Torre Cícero Dias | Boa Viagem

51020-280 | Recife | PE

Tel.: 81 2127 5800

Coordenação

Gabinete da Presidência

Área de Controladoria

Área de Planejamento

Edição

Gabinete da Presidência

Departamento de Comunicação

Gerência de Editoração e Memória

Coordenação editorial

Luisa de Carvalho e Silva

Débora Sereno Pereira

Equipe técnica

Alice Bentzen Fonseca Assumpção

Débora Sereno Pereira

Helena Werneck

Luisa de Carvalho e Silva

Marcia Paiva Braga

Matias Carlos Auel

Paula Barreto

Rodrigo Feyth de Negreiros

Projeto gráfico e diagramação

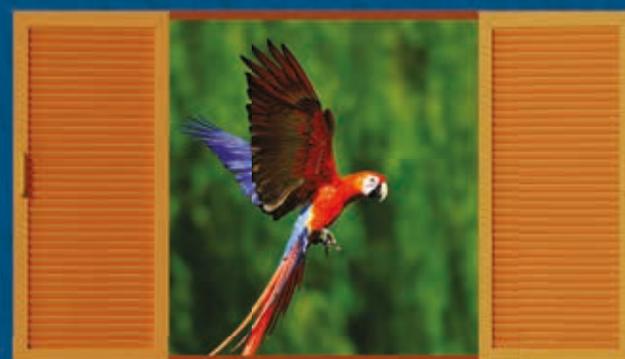
Refinaria Design

Copidesque e revisão

Tikinet

Impressão

Leograf



Editado pelo Departamento de Comunicação
do Gabinete da Presidência do BNDES
Maio de 2024



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

